

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO

LEANDRO BELINASSO GUIMARÃES

**UM OLHAR NACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA:
*APREENDENDO A FLORESTA EM TEXTOS DE EUCLIDES DA CUNHA***

Porto Alegre

2006

LEANDRO BELINASSO GUIMARÃES

**UM OLHAR NACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA:
*APREENDENDO A FLORESTA EM TEXTOS DE EUCLIDES DA CUNHA***

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Castagna Wortmann

Porto Alegre

2006

A todos que vieram antes, aos livros e às referências que me permitiram exercitar o pensamento e escrever.

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado dificilmente poderia ser escrita somente a duas mãos, sendo estas pertencentes a apenas um mesmo indivíduo. Há muitas outras mãos que, de diferentes modos, participaram dessa ação. A todas, partícipes de alguma forma desta tese, quero dizer que me considero, eternamente, em dívida. Muito obrigado!

À minha orientadora, *Maria Lúcia Wortmann*, pela sua presença marcante na minha formação de pesquisador. A orientação competente e dedicada a esta tese é, somente, parte de um processo de aprendizagens e amizades que se foi construindo desde os já quase longínquos tempos do mestrado.

À minha namorada, *Tatiana Richardt*, por ouvir as histórias da minha tese, me chamar a atenção para aspectos corriqueiros da vida e, por fim, por estar comigo, com muito amor, durante toda a caminhada do doutorado.

À minha mãe, *Dalva Belinaso*, pelo exemplo de luta, pelos ensinamentos e pelo forte incentivo aos meus projetos de vida. Sem seu esforço e carinho dificilmente eu teria realizado uma bem sucedida carreira de estudos.

Agradeço às minhas colegas e amigas do Grupo de Estudos em Educação e Ciência como Culturas (GEECC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas dicas, sugestões, rasuras, indicações. Em especial, agradeço à *Daniela Ripoll* e à *Shaula Sampaio* pelas presenças constantes em todos os momentos de construção da pesquisa, pelos cafês, bate-papos, conselhos e, sobretudo, pelas generosas leituras dos meus escritos.

Aos amigos e às amigas da linha de pesquisa, pelos compartilhamentos de muitos momentos alegres, pelos passeios, pelas confraternizações, pelas disciplinas que fizemos juntos, pelos momentos conjuntos de trabalho, pelas discussões. Em especial, agradeço ao *Rodrigo Saballa*, à *Taís Ferreira*, à *Mirtes Lia*, à *Iara Bonin*, à *Lucena Dall’Alba*, à *Ana Arnt*, à *Fátima Hartmann*, à *Karla Saraiva* e ao *Renato Dias*.

Aos professores e às professoras que muito contribuíram para esta tese, através das sugestões ao projeto, das conversas informais, da avaliação final: *Marise Amaral*, *Rosa Silveira*, *Marcos Reigota*, *Maria Angélica Zubarán*, *Susana Scramim*, *Valdo Barcelos*.

Aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com os quais tive a oportunidade de estudar no decorrer do tempo de feitura da tese. Pelas importantes indicações de leituras e pelas discussões, agradeço a *Maria Lúcia Wortmann, Rosa Silveira, Alfredo Veiga-Neto, Carlos Skliar, Dagmar Meyer, Norma Marzola.*

À professora *Florencia Garramuño*, pelo acolhimento e competente orientação no decorrer da minha estadia em Buenos Aires, para um doutorado-sanduíche na Universidad San Andrés.

Ao meu irmão e amigo *Rodrigo Guimarães*, pelo compartilhamento afetivo de nossos estudos e desejos profissionais.

A todos os funcionários das Bibliotecas e dos Arquivos Históricos utilizados para pesquisas no decorrer da tese. Em especial, aos funcionários da Biblioteca Setorial de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras, da Biblioteca da Universidad San Andrés, da Biblioteca Nacional da Argentina e da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo acolhimento das minhas solicitações.

Aos meus colegas do Departamento de Metodologia do Ensino, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo incentivo à minha formação. Em especial agradeço a professora *Suzani Cassiani*, por assumir as responsabilidades pelos trabalhos que deixei durante meu afastamento.

A todos que fazem ou já fizeram parte do “Tecendo” – Grupo de Estudos em Educação e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo compartilhamento de trabalhos, de amizades e de confraternizações.

À CAPES, pela concessão das bolsas de doutorado e de doutorado-sanduíche. Sem estes efetivos auxílios financeiros dificilmente esta tese poderia ser realizada.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo auxílio que me permitiu viajar ao Rio de Janeiro e realizar pesquisas nos Arquivos Históricos do Itamaraty e da Academia Brasileira de Letras.

Aos meus familiares e amigos dos tempos mais remotos aos mais recentes. Embora não nomeados, vocês sabem da importância que tiveram e que continuarão tendo para a minha vida profissional e afetiva. Pelos momentos felizes, pelos momentos difíceis, pelos reencontros, pelas viagens, pelos simples bate-papos, pelas existências, pelas visitas, pelos telefonemas, pelas mensagens, pelas confidências, pelos acontecimentos. A vida seria cinza sem vocês e, quem sabe, o sol brilhe e a lua encante por vocês me permitirem perceber seus brilhos e encantos.

RESUMO

A presente tese busca discutir processos e discursos que operaram na direção da nacionalização da Amazônia em um momento e circunstância específicos: o período da Primeira República brasileira. Para tanto, examinou-se um conjunto variado de textos (ensaios, cartas, relatórios, ofícios, livros, diários, artigos jornalísticos), especialmente os escritos por Euclides da Cunha sobre a floresta, privilegiando-se aqueles produzidos em decorrência de uma viagem oficial feita pelo referido autor em 1905, como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, para colher dados acerca da delimitação territorial dessa área. A partir de dados colhidos nesta viagem, o governo brasileiro pretendia mapear o rio Purus em sua trajetória, desde a desembocadura em Manaus até suas cabeceiras no atual Estado do Acre, definindo, com tal mapeamento, as fronteiras noroestes do país em seus limites com a Bolívia e o Peru. A viagem foi patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores da República do Brasil e realizada conjuntamente com uma comissão do governo peruano. A investigação que desenvolvi nesta tese está inscrita no campo teórico dos Estudos Culturais e buscou inspiração, sobretudo, em suas versões latino-americanas. Dessa forma, foi central à pesquisa a consideração nas análises do conceito de hibridação cultural. Através dessa noção, buscou-se ampliar as articulações do estudo focalizado na tese a outros campos de saberes, ao colocarem-se em relação diferentes elementos que parecem ter atuado na *invenção* de um olhar efetivamente nacional para a Amazônia, naquele momento de inauguração da República. Assim, *hibridar* a Amazônia que emerge das páginas escritas por Euclides da Cunha refere-se ao ato investigativo de colocar em jogo elementos que muitas vezes poderiam ser vistos como paradoxais ou excludentes em outras perspectivas teóricas. Nessa pesquisa, no entanto, esses são configurados como atuantes, ao mesmo tempo, na instituição da Amazônia como um território nacional. Indico na tese que esteve em jogo neste processo: 1) a necessidade de ir lá ver a floresta com os próprios olhos (olhos muito próprios de um brasileiro com delegação oficial) para poder-se melhor narrá-la; 2) a incumbência oficial de proceder-se a escrituração dos rios desta região, para realizar a demarcação das fronteiras da nação; 3) o enfraquecimento das narrativas estrangeiras de viagem sobre a Amazônia, permitindo a promoção de um “desencantamento” de seu território; 4) a *invenção* de uma raça nacional tida como capacitada a desencadear a transformação da floresta e sua efetiva integração a um país clamante de progresso, de civilização e de desenvolvimento

econômico; 5) e o combate ao nomadismo histórico de ocupação do seu território, que mantinha a floresta como desértica de civilização. Considera-se que todos estes aspectos - que articuladamente foram, segundo as análises processadas na tese, colocados em jogo nos textos amazônicos de Euclides da Cunha - operaram na direção de ensinar aos brasileiros daqueles tempos, sobretudo os incrustados no governo brasileiro, como se deveria enxergar a Amazônia, para que ela pudesse civilizar-se, desenvolver-se economicamente e integrar-se à nação. Enfim, nessa “pedagogia” que estava em operação nos textos *euclidianos*, foi imprescindível instituir um olhar efetivamente nacional, brasileiro, para a floresta.

Palavras-chave: Estudos Culturais. Euclides da Cunha. Amazônia. Educação Ambiental.

ABSTRACT

This thesis tries to discuss processes and discourses operating towards the nationalisation of Amazonia in a particular moment: in the First Brazilian Republic period. For this, one has examined a various set of texts (essays, letters, reports, official letters, books, diaries, pieces of journalism), especially writings about the forest by Euclides da Cunha, favouring those produced as a consequence of an official travel he made in 1905 as the head for the High Purus Recognition Brazilian Commission to collect data on the demarcation of this area. From the collected data on this travel, Brazilian government wanted to map river Purus from its mouth in Manaus to its fountainheads in the current State of Acre, establishing with this mapping the northwest boundaries in the country on the border lines with Bolivia and Peru. The travel was sponsored by the Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Brazil and accomplished together with a commission of the Peruvian government. The inquiry I have made for this thesis is included in the Cultural Studies theoretical field, and has derived inspiration, above all, from Latin American strands. Thus considering the analyses of the concept of cultural hybridisation has been central for the research. With this notion in mind I have sought to broaden the study focus in this thesis to other fields of knowledge, by placing together different elements that seem to have played a role in the *invention* of a really national gaze for Amazonia, on that moment of inaugurating the Republic. Thus, *hybridising* the Amazonia emerging from Cunha's writings refers to the investigative act of bringing into play elements that frequently might be seen as paradoxical and exclusive in other theoretical perspectives. In this research, however, those are shaped at the same time as acting in Amazonia's establishment and as a national territory. In this thesis I suggest that the following were at stake: 1) the need to go up there and see the forest with his own eyes (particular eyes of an official Brazilian) to narrate it more adequately; 2) the official charge of mapping rivers in this region to demarcate the nation's border lines; 3) the weakening of the travel foreign narratives about Amazonia, which also have acted on 'disenchantment' for the territory; 4) the *invention* of a national race taken as enabling a transformation of the forest and its effective integration into a country calling for progress, civilisation and economic development; and 5) the fight against the historical nomadism in the settlement of the area, which would keep the forest as a wasteland. One considers that all these aspects — which, in an articulated way, according to the analysis processed in the thesis, were brought into play in

Cunha's texts about Amazonia — have worked towards teaching the Brazilians of those times, especially those from the Brazilian government, how they should see Amazonia so that it could be civilised, economically developed and integrated to the nation. Finally, in this pedagogy working in *Euclidian* texts, it was essential to establish an effectively national, Brazilian gaze for the forest.

Keywords: Cultural Studies, Euclides da Cunha, Amazonia, Environmental Education.

S U M Á R I O

1 Introdução 13

1.1 Em busca de uma dimensão pedagógica nos textos de Euclides da Cunha 18

1.2 Uma pesquisa sobre a produção discursiva acerca da *nacionalização* da Amazônia 29

2 Os textos euclidianos: da constituição de um *corpus* à pesquisa 37

2.1 A intertextualidade dos textos *euclidianos* 39

2.2 Textos sem dono: para além do sujeito 45

2.3 Euclides da Cunha: "um literato" em viagem à Amazônia 48

2.4 Os textos *euclidianos* sobre a Amazônia: escolhendo leituras 54

2.5 Textos *euclidianos* sobre a Amazônia: selecionando eixos analíticos 58

3 Modos de ver uma viagem: aculturação, transculturação e hibridação 66

3.1 "Estudos Culturais Latino-americanos": territórios contestados 71

3.2 O pós-colonial: para além dos binarismos 76

3.3 A emergência da noção de transculturação *na América Latina* 85

3.5 A transculturação literária *na América Latina* 91

3.5 O *entre-lugar* dos processos de hibridação: para além da síntese transcultural 95

3.6 Um viajante-narrador *em* hibridação 101

4 Passando a limpo a Amazônia: viagem e literatura 108

- 4.1 É preciso *estar lá* para ver e para narrar uma viagem? 119
- 4.2 Passando a limpo a Amazônia: a produção da floresta desencantada 129

5 Rotas de civilização para a floresta: a *invenção* de uma autêntica raça brasileira 137

- 5.1 A emergência da raça como eixo investigativo 145
- 5.2 A questão da raça no "tempo *euclidiano*" 152
- 5.3 A *invenção* da raça sertaneja como nacional 155
- 5.4 Raça, estereótipo e nação: das fronteiras à confusão de limites 166

6 A instituição dos "*sertões amazônicos*" como território nacional 169

- 6.1 A escultura de um grito na Amazônia *brasileira* 178
- 6.2 A primeira política *euclidiana*: vencer o nomadismo 187
- 6.3 A segunda política *euclidiana*: vencer o deserto 195

7 Apontamentos sobre a dimensão política da pesquisa e algumas outras palavras finais 204

- 7.1 Notas sobre a dimensão política da minha pesquisa 207
- 7.2 A Amazônia *hibridada*: do inferno ao desencanto 213

Referências 217

Apêndice 232

1 INTRODUÇÃO

Não é que necessariamente desejemos escrever *como* o autor cuja leitura nos agrada; o que desejamos é apenas o desejo que o escritor teve: [*escrever*] (BARTHES, 1988, p.50).

Escrever!¹ Ação (movimentos de dedos sobre um teclado que pinta de letras uma tela em branco) que se apresentou em toda a dramaticidade de uma certa urgência. Tive que escrever sobre algumas coisas que não se configuraram limpidamente como transparentes e prontas para serem escritas. Escrever as leituras que me fizeram, como diz Roland Barthes² (1988), estar, muitas vezes, “levantando a cabeça” (p.40). Escrever focando, exatamente, as diferentes leituras que fui fazendo, principalmente aquelas que fui selecionando como pertinentes e importantes para a minha tese. Aquelas que me fizeram ou me permitiram “levantar a cabeça”. Essas leituras, ao me fazerem “levantar a cabeça”, são, ao mesmo tempo, não respeitadas, pois “cortam o texto”, e apaixonadas, pois “a ele voltam e dele se nutrem” (BARTHES, 1988, p.40).

Busquei experimentar uma escrita que pudesse não constranger o leitor e a leitora “a um sentido ou a uma saída” (que segundo Barthes são estratégias típicas da composição cujo foco está na autoria e não na leitura). Tentei, assumindo a provocação de Barthes, escrever na dispersão e na disseminação provocadas pela leitura. Ler “levantando a cabeça” não por uma indisciplina, ou por um desinteresse, mas por um “afluxo de idéias, excitações, associações” (BARTHES, 1988, p.40). Neste sentido, é interessante ver que as leituras que vamos fazendo dos textos que lemos não são, simplesmente, individuais; elas são conduzidas por certas regras que não são invenções do autor ou do leitor (da cabeça *levantada* do autor-leitor), mas que advêm “desse imenso espaço cultural de que a nossa pessoa (de autor, de leitor) não é

¹ Uma versão preliminar da seção inaugural desse capítulo introdutório foi produzida em resposta à pergunta: “como lidar – concretamente – com a dimensão metodológica quando se utilizam abordagens pós-estruturalistas de pesquisa em educação nas teses e dissertações?”. Este foi o desafio proposto como trabalho final à disciplina: “Perspectivas Pós-Estruturalistas de Pesquisa em Educação: abordagens metodológicas”, ministrada pela professora Dagmar Meyer no primeiro semestre de 2003. Gostaria de destacar que fugi, deliberadamente, na construção da minha resposta, da ênfase dada na pergunta ao “concretamente”. Nos capítulos dois e três da tese o “concretamente”, acredito, estará mais visível.

² Sempre que um autor for citado pela primeira vez na tese, ele será grafado, também, com seu primeiro nome. Como há autores com sobrenomes semelhantes e, inclusive, coincidentes, tal opção esclarece, um pouco mais, quem está sendo referido.

mais do que uma passagem” (BARTHES, 1988, p.42). Um estar leitor-autor, tal como indagou Arnaldo Antunes (1990), que poderia perguntar: “por que é que eu penso agora sem o meu consentimento”?

Escrever! Escrever não apenas para “*discorrer sobre*”, mas para “colocar *em funcionamento*, na sua própria ‘feitura’, o referencial teórico e as estratégias de análise em que venho me apoiando” (MEYER, 2002, p.378). A autora argumenta ter construído, enquanto pesquisadora, “um percurso de investigação que está expresso na escrita” (p.379) – vista como *locus* de consagração das marcas de uma determinada forma de pesquisar. No caso do estudo escrito pela pesquisadora, está a marca da “inseparabilidade entre construção do referencial teórico, formas de perguntar e encaminhamentos de análise” (p.379). Um movimento contínuo de construção e reconstrução no decorrer de todo processo da pesquisa. A pesquisadora se apóia em uma conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze para falar sobre a “caixa de ferramentas” como uma metáfora que permite pensar o nosso trabalho de pesquisa e de escrita quando assumimos uma perspectiva pós-estruturalista. Tal metáfora nos permite refletir sobre nossos modos de fazer e sobre nossas formas de lidar com a questão metodológica em uma pesquisa que assume uma perspectiva pós-estruturalista. Através dela é possível pensar a escrita da pesquisa como não simplesmente circunscrita à aplicação de uma teoria ou, então, de um arcabouço metodológico, sobre um objeto previamente delineado. Deleuze argumenta que uma “teoria é como uma caixa de ferramentas” (FOUCAULT e DELEUZE, 1996, p.71), pois ela precisa funcionar, ou seja, ela precisa ter alguma utilidade. Nesta tese, imagino ter conseguido operar com as leituras, com os conceitos, que me permitiram construir meu *objeto* de estudo. Esse, então, foi se delineando em consonância com as perguntas que fui fazendo a partir dos conceitos, das teorias, que fui tomando como pertinentes à minha pesquisa.

Acredito ter conseguido escrever minha tese nesse processo de operar *com*, de trabalhar *com*, de utilizar as ferramentas que me são adequadas e que selecionei como interessantes e importantes para meu estudo. Tomar a teoria e os conceitos como “ferramentas” permitiu-me “multiplicar os nexos entre os dados analisados, reconhecer a pluralidade de sentidos contidos em cada um deles, mapear as relações de poder e delimitar os discursos que neles se [fazem] presentes” (MEYER, 2002, p.379). Procuro assumir nesta tese um pressuposto que encontramos em Foucault e Deleuze (1996): a teoria como *prática*. Desejei escrever tomando a teoria como uma “caixa de ferramentas”. Procurei escrever tomando as palavras dos textos que li, “porque a palavra que se toma não se toma porque se

sabe, mas porque se quer, porque se deseja, porque se ama. Ao tomar a palavra, não se sabe o que se quer dizer. Mas se sabe o que se quer: dizer” (Jorge LARROSA, 1998, p.182).

Escrever! Escrever como “um ato inaugural” (Mario Osório MARQUES, 2000, p.13). Como inauguração do próprio pensar. O autor argumenta que não escrevemos, simplesmente, coisas que estão ou estavam em nossas mentes. O ato de escritura é um ato inaugural. Inaugura a própria possibilidade do pensamento. Escrevemos, também, com endereços. Escrevemos para alguém ou para alguma coisa. Escrevemos, ainda, com alguém (ou algo), sempre, nos espiando. Alguém (ou algo) que escutam. Como diz Luís Henrique Santos (1998), escrevemos acompanhados dos muitos companheiros e das muitas companheiras de viagem que escolhemos e selecionamos para estarem conosco. Escrever é estar sozinho e ao mesmo tempo acompanhado (*bem acompanhado*). Escrever *exige* paixão. “A cada dia se encontra como escrever alguma linha que seja, desde que o escrever seja cachaça, não obrigação insípida” (MARQUES, 2000, p.15). A escrita de uma tese é marcada por tempos previamente definidos, prazos a serem cumpridos. De qualquer forma, acredito ter sido conduzido pela paixão de experimentar escrever, pela paixão de experimentar um *estar* pesquisador. Escrever pela tormenta e pela angústia provocadas pela leitura, pois “somente ela podia levar-me a escrever por gostar” (MARQUES, 2000, p.17).

Escrever! Nesse processo de escritura de uma tese fui escrevendo conforme me aproximei do material empírico (relatos de viagem, cartas, diários e documentos escritos em razão da viagem à Amazônia, realizada no início do século XX por Euclides da Cunha), que já havia selecionado previamente como sendo aquele que iria examinar. Em um primeiro movimento de aproximação com o material empírico, assumi ser interessante analisá-lo³ a partir de uma questão central, configurada através do próprio referencial teórico dos estudos culturais⁴ em educação em suas vertentes pós-estruturalistas, e, também, da leitura

³ Utilizo em alguns momentos nessa tese a metáfora do “olhar” para referir-me, especialmente, aos modos como a floresta amazônica é produzida discursivamente. Nesse sentido, gostaria de registrar que tal metáfora está sendo usada nesse texto, como diz Hall (2000), sob rasura. Como argumenta em um instigante ensaio Chris Jenks (1999), “na sociedade ocidental, através dos tempos, temos considerado a visão como o sentido que nos proporciona nosso acesso imediato ao mundo” (p.01). Assim, penso ser necessário problematizar tal pressuposto, ao mesmo tempo em que destaco a dificuldade que tive em tentar deixar de me valer episodicamente dessa metáfora – tantas vezes utilizada em investigações de diferentes matizes teóricos e, por isso, quem sabe, ela já estaria um pouco banalizada.

⁴ Absteve-me de apresentar nesta tese um mapeamento do campo teórico-prático dos estudos culturais. Há um conjunto ampliado de bibliografia, até mesmo em língua portuguesa, que circunscreve (e ao mesmo tempo institui) aquilo que tem sido designado como estudos culturais. Para o leitor iniciado nestes estudos, economizo páginas de leitura; para aqueles não-iniciados, sugiro uma aproximação através dos livros publicados por Rosa Hessel Silveira (2005), Armand Mattelart & Érik Neveu (2004), Maria Elisa Cevalco (2003), Stuart Hall (2003a), Ana Carolina Escosteguy (2001), Marisa Vorraber Costa (2000, 2002a, 2002b e 2005).

desinteressada que fiz dos materiais *euclidianos*, quando construí um anteprojeto de pesquisa para a seleção ao doutorado em educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Neste processo de configuração do foco investigativo da tese incluo, ainda, a realização de uma leitura, que posso chamar de *interessada* (mesmo que de cunho preliminar) dos textos amazônicos de Euclides da Cunha, visando efetivar a construção da minha proposta da tese. Depois, já tendo ela sido aprovada no primeiro semestre de 2004, pesquisei, no segundo semestre daquele mesmo ano, durante um mês, no Arquivo Histórico do Itamaraty e no Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras (ambos no Rio de Janeiro) os textos amazônicos de Euclides da Cunha. Essa investigação compreendeu examinar documentos relativos a uma viagem oficial – organizada e patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores da República do Brasil – realizada pelo autor à floresta amazônica em 1905 com o objetivo de mapear o traçado do rio Purus⁵, bem como, de relatar as características do povoamento em suas margens. O trabalho resultante desta viagem – entre Manaus e as longínquas cabeceiras até então desconhecidas do rio Purus no atual Estado do Acre – permitiria aos governos brasileiro e peruano delimitarem o território amazônico que ficaria sob jurisdição de cada uma das nações. Examinei também materiais interpretativos (livros e ensaios) escritos sobre tais textos de viagem publicados ao longo do século XX por alguns estudiosos da obra *euclidiana* e, ainda, documentos tais como as atas, os ofícios, os telegramas, as cartas, os diários, os relatórios, os ensaios, os mapas, todos tecidos pelo próprio viajante ou, então, por outros tripulantes da viagem empreendida e chefiada por ele à floresta naquele início do século XX. Além destes materiais, cabe destacar que também analisei notícias jornalísticas relativas à viagem de Euclides da Cunha à Amazônia, tanto as escritas pelo autor, como por outros sujeitos comentadores de seus textos e de sua viagem.

É preciso considerar, ainda, nessa busca por definir o *corpus*⁶ da minha pesquisa (o foco da investigação articulado aos materiais selecionados à análise), o estágio de doutorado no exterior, realizado no primeiro semestre de 2006, na *Universidad San Andrés* (Buenos Aires, Argentina), sob orientação da professora Florencia Garramuño. Neste estágio aprofundei meus conhecimentos sobre os conceitos teórico-práticos operados na pesquisa, sobretudo os de transculturação e de hibridação cultural (discutidos no terceiro capítulo da tese). Além disso, a necessidade de explicitar claramente minha tese em um outro país, para uma investigadora situada em um outro campo de pesquisa, mesmo que aproximado aos

⁵ Ver um mapa do Rio Purus no Apêndice desta tese.

⁶ No início do próximo capítulo enfatizo com mais detalhes o significado que assumo nesta tese com relação à noção de *corpus*.

estudos culturais (os estudos literários) contribuiu, sobremaneira, para a elucidação do problema da minha investigação.

No início do meu estudo, ainda quando estava confeccionando minha proposta de tese, uma pergunta central funcionou como um guia para o meu trabalho. Considero pertinente destacá-la neste momento: como a floresta amazônica foi produzida discursivamente nos textos de Euclides da Cunha (sobretudo os que tratam da sua viagem a essa região) no início do século XX? Essa foi uma indagação importante para o período inicial da pesquisa, mas, paulatinamente, fui percebendo-a como ampla e pouco condizente com aquilo que efetivamente comecei a investigar. À medida que passava a ler mais detidamente os materiais produzidos sobre a Amazônia por Euclides da Cunha (sobretudo no tempo em que estive estudando-os em arquivos históricos no Rio de Janeiro), outras perguntas passaram a gravitar em torno daquela primeira questão que havia formulado. Passei a perguntar, por exemplo: como foi possível que uma floresta tão exuberante e grandiosa como a Amazônia fosse produzida nos textos *euclidianos* como um território repleto de desencantos? Como os sertanejos que naquele início da República brasileira migravam para a floresta em busca de trabalho na exploração da borracha estavam sendo narrados e constituídos? Como a ocupação, o povoamento da floresta foi sendo visto e narrado? De que forma os habitantes daquela floresta foram posicionados, sobretudo com relação às suas constituições raciais – aspectos tão em voga naqueles tempos? Quais articulações foram processadas para que a floresta amazônica fosse produzida como um território que necessitava nacionalizar-se? Quais elementos foram colocados articuladamente em jogo nesse processo de nacionalização da Amazônia?

Após ter tecido alguns breves comentários a respeito do ato de escrever uma tese e, ainda, de ter ensaiado uma primeira explicitação de algumas perguntas que a nutrem, passo a tecer considerações sobre algumas das razões pelas quais localizo minha pesquisa na área da educação e, principalmente, acerca de por que a posiciono como versando sobre um tema de interesse para o campo da educação ambiental.

1.1 Em busca de uma dimensão pedagógica nos textos de Euclides da Cunha

O esforço em argumentar em defesa da inclusão da educação ambiental como um dos eixos articulatórios dessa pesquisa torna-se importante, não apenas para justificar a vinculação dessa investigação a um Programa de Pós-Graduação em Educação, mas, também, para marcar que essa é uma pesquisa que pretende dar centralidade a alguns processos nos quais se dá a produção discursiva da natureza (mais precisamente, nesse caso, da floresta amazônica). Tal intenção implica, também, buscar centrar-se em um dos muitos momentos e circunstâncias nos quais se instituiu e se ensinou aos brasileiros algumas significações concernentes à floresta e aos sujeitos que lá viviam. Dessa forma, em muitos sentidos, pode-se atribuir aos textos amazônicos de Euclides da Cunha um efeito pedagógico, pois eles não só nos permitem ler acerca do modo como se configurou a floresta amazônica nos escritos de um “literato” imiscuído nas ações políticas, econômicas, sociais e militares realizadas pelo governo brasileiro no início do século XX, mas, também, ver nesse processo de inscrição literária como os sertanejos (migrantes à floresta para trabalhar na extração da borracha), que viviam nessa misteriosa, desconhecida, complexa, grandiosa região da nação, vinham sendo posicionados como cernes raciais da nossa nacionalidade, como desencadeadores do progresso, da transformação, da civilização e do desenvolvimento da floresta; enfim, como esses vinham sendo posicionados como os responsáveis (desde que assistidos pelo Estado republicano brasileiro, por certo) pela edificação da Amazônia como um território efetivamente nacional, brasileiro.

Acredito, no entanto, ser interessante destacar que os *textos* amazônicos analisados em minha pesquisa foram e ainda são de circulação bastante restrita e, assim sendo, pressuponho que tiveram poucos leitores. Porém, cabe também salientar, que essa não é uma consideração que possa ser tomada como exclusiva àquela época (o início do século XX) ou aos textos que submeti ao meu crivo analítico. Silviano Santiago (2004) argumenta que, mesmo hoje, em tempos de prevalência das chamadas culturas de massa como o cinema e a televisão, a literatura que não está sob a marca do *best-seller*⁷ não é publicada visando atingir grandes

⁷ Estou excetuando da minha argumentação autores usualmente freqüentadores dos primeiros lugares nas listas dos livros mais vendidos no Brasil e, até mesmo, no mundo. Entre estes estariam, por exemplo, o brasileiro Paulo Coelho e sua literatura mística, o estadunidense Dan Brown e seus romances que reúnem mistério e religião, o brasileiro Roberto Shinyashiki e suas publicações de auto-ajuda, entre outros. Parece que publicações

públicos sendo que, freqüentemente, essa não alcança por si só (sem se transformar, por exemplo, em um roteiro de série televisiva, de um filme cinematográfico, de um vídeo musical) um amplo rol de consumidores. Cabe lembrar que o cinema e a televisão necessitam de uma reprodutibilidade quase incessante e de um amplo consumo, pois é através desse que os elevados custos implicados em sua produção vão sendo consideravelmente amortizados. Como também salientou Santiago (2004), o interessante em relação ao livro literário é que, pelo contrário, o destaque não estaria na sua ampla exposição em múltiplos espaços sociais, mas em sua capacidade de “gerar *espaços pósteros*” (SANTIAGO, 2004, p.120); ou seja, na possibilidade de promover leituras, respostas e resgates, em diferentes momentos históricos, “que alicerçam o seu valor e o reconhecem como atual fora do seu tempo de produção” (p.121). O autor finaliza esse seu argumento sublinhando que “a literatura oferece na futura leitura da obra uma visão presente do passado e uma visão passada do presente” (p.122).

Nessa direção, atribuir-se importância e um caráter pedagógico aos textos amazônicos de Euclides da Cunha relaciona-se menos ao amplo impacto que esses possam ter gerado na instituição de modos de ver a floresta, em relação aos chamados grandes públicos – correspondendo esse processo instituidor a efeitos que temos considerado como pedagógicos⁸ em nossa linha de pesquisa⁹ –, mas, por terem esses textos, provavelmente, instituído significados que nutriram e inspiraram a proposição de algumas políticas públicas oficiais destinadas à Amazônia no período da Primeira República brasileira. Nesta direção, considero pertinente frisar que tais textos *euclidianos* foram organizados e produzidos a partir de relações de poder-saber e, neste sentido, por estarem imiscuídos em tais dinâmicas circulantes na cultura, operaram efeitos produtivos, no sentido de terem instituído e não somente descrito as “coisas” que estavam sendo neles narradas. Este efeito produtivo dos textos amazônicos de

que reúnem magia, espiritualidade, auto-ajuda, mistério (ou alguns destes aspectos) têm gozado de prestígio junto ao público consumidor de literatura em nossos tempos.

⁸ Sem dúvida, inúmeras instâncias, práticas (sem desconsiderarem-se as escolares) e artefatos culturais podem ser considerados como pedagógicos, pois a partir de relações de poder-saber neles processadas, eles nos ensinam “coisas” e nos posicionam na cultura de modos distintos. No entanto, este entendimento ampliado de pedagogia, que recebe a adjetivação de cultural, não poderia ser tranquilamente aplicado a esse meu estudo, pois emergiu em trabalhos desenvolvidos por estudiosos estadunidenses da cultura como Joe Kincheloe (1997), Shirley Steinberg (1997), Henry Giroux (1995), Douglas Kellner (2001) para referir-se, especialmente, a processos intimamente associados às ações das mídias. Através dessa noção, os autores e autoras referidos não apenas ampliaram o conceito de pedagogia, articulando-a a forma como “o poder e o significado são utilizados na construção e na organização do conhecimento, [dos] desejos, [dos] valores” (GIROUX, 1995, p. 100), como já referi. Eles também estavam interessados em marcar o caráter pedagógico das textualidades auditivas, visuais, imagéticas, eletrônicas, escritas, que as mídias (a televisão, o cinema, o rádio, a *internet*, a publicidade) do nosso tempo estariam amplamente incluindo em nossa existência – interessados, inclusive, em dotar os sujeitos das ferramentas críticas necessárias à leitura das representações culturais veiculadas.

⁹ A linha de pesquisa a que me refiro é a dos estudos culturais em educação, inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Euclides da Cunha, que me permite configurá-los como apresentando um caráter pedagógico, pode ser visto operando de diferentes maneiras. Talvez, de um modo mais direto, seu efeito produtivo possa ser visto através das políticas públicas desencadeadas, por exemplo, pelos movimentos sanitaristas dos anos 1920 (como mostrarei com mais detalhes logo adiante). Além disso, de um modo indireto, tais artefatos textuais podem ser vistos como ensinando “coisas” aos diferentes sujeitos que os leram através das antologias escolares, dos almanaques da época e dos ensaios jornalísticos – artefatos que publicaram para um público mais amplo, naquele início da República brasileira, textos de Euclides da Cunha. Além deste público mais ampliado (que abarcava quase que somente os poucos sujeitos escolarizados da nação), há os indivíduos – um público mais restrito aos órgãos do governo republicano – interessados nas políticas de delimitação territorial da nação, que também leram as cartas, os relatórios, as atas e os ofícios escritos como resultado da viagem oficial do autor à floresta.

Após fazer tais considerações, registro, no entanto, que não é possível determinar precisamente o impacto desses escritos amazônicos de Euclides da Cunha nas políticas vigentes à época para a Amazônia (até porque não tive tal pretensão com essa pesquisa). Penso, entretanto, ser possível dizer que, devido à posição ocupada pelo autor no cenário literário e político brasileiro, seus escritos circulavam com certa força em algumas importantes instituições do país: por exemplo, na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos quais o viajante Euclides da Cunha foi membro, bem como no Ministério das Relações Exteriores, que financiou sua viagem à Amazônia. Cabe registrar, ainda, que, na época de sua viagem à floresta, Euclides da Cunha já era reconhecido como um dos principais “literatos” do Brasil e que sua viagem assumia um caráter oficial, sendo configurada em muitos textos como uma missão estratégica para a nação, pois, a partir dos levantamentos que seriam relatados por Euclides, a fronteira territorial no noroeste do país (na região do atual Estado do Acre) seria demarcada. Dessa forma, é possível afirmar que os referidos textos operaram discursivamente na tomada de decisões estratégicas e políticas para a nação e que constituíram e fizeram circular na época, inclusive entre os responsáveis pelas definições das políticas públicas do país, modos de ver a floresta e seus habitantes. É nesse sentido, então, que os tomo como pedagógicos, ou seja, é a partir de suas presumíveis interconexões com textos oficiais e eruditos que foram sendo produzidos à época, que indico o caráter produtivo de tais artefatos produzidos a partir de relações de poder-saber. Ademais, eles estiveram implicados na instituição de determinados modos de configurar esta importante

e extensa região *brasileira*¹⁰, bem como, no posicionamento de seus habitantes em relação à nação.

É possível, ainda, alargar e adensar os argumentos relativos ao caráter pedagógico dos textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, com o auxílio de um interessante estudo de Nísia Trindade Lima (1999). Essa autora destaca que textos de importantes intelectuais brasileiros (Belisário Penna, Carneiro Leão e Roquette Pinto), todos eles comprometidos com a publicização dos movimentos sanitaristas que se alastraram pelo país já a partir do final dos anos 1920, destacaram a contribuição de Euclides da Cunha, bem como a de Alberto Torres, para o pensamento que iria orquestrar as políticas oficiais de saneamento no Brasil. A alusão feita à obra de Euclides deu-se na direção de mostrar, tal como fez acentuadamente o viajante em seus escritos, o distanciamento que havia entre os brasileiros que habitavam as diferentes regiões do país, sobretudo, entre os sertanejos do semi-árido e da Amazônia (para onde migraram vestidos de seringueiros) e as populações litorâneas e citadinas. Como profere Lima (1999), ao qualificar “o tema *euclidiano* do isolamento do sertanejo como abandono, pretendia-se chamar a atenção para a responsabilidade política de integração do homem do interior” (p.118).

Além disso, essa pesquisadora ressalta a importância da tese *euclidiana* do sertanejo como cerne da nacionalidade brasileira para a campanha de saneamento que se deflagrara no país, nos anos 1920. Nesta direção, assumia-se, tal como pretendeu mostrar contundentemente Euclides, que o sertanejo tinha algo a ensinar às populações litorâneas do Brasil. Não cabe, aqui, adentrar em questões muito próprias aos movimentos sanitaristas, mas convém salientar que os intelectuais que sustentaram o ideário pelo saneamento do país reforçaram, como já propunha Euclides, sobretudo em seus ensaios amazônicos, uma crítica à associação dos problemas brasileiros à degradação inerente às raças miscigenadas e ao clima tropical. Não era possível sustentar um espírito republicano de progresso e desenvolvimento em uma nação marcada por teses que a condenavam pela raça e pelo clima. Enfim, os movimentos sanitaristas dos anos 1920 levaram adiante de forma mais ampliada “a” missão a que se destinou Euclides da Cunha, como sujeito de seu tempo: a incorporação do interior (do *sertão* amazônico, por exemplo) a um projeto civilizatório para a nação brasileira. Se nos anos 1900, época em que ocorreu a viagem de Euclides pela Amazônia, esse ideário passava, entre outras coisas, pela delimitação territorial do país e pela denúncia do abandono do sertanejo-

¹⁰ Registro (mesmo parecendo óbvio) que parte do território amazônico está sob jurisdição de diferentes países fronteiriços ao Brasil, cabendo a este sua maior extensão.

seringueiro (que o autor e alguns outros seus contemporâneos passaram a configurar como o cerne racial da nossa nacionalidade) na região, nos anos 1920 passaria, também, pela busca de unificação do país através do seu saneamento (estando embutido nisso a busca da efetiva integração do sertanejo à nação). Em ambas as circunstâncias, considero necessário salientar que estava em jogo uma paulatina dissolução de aspectos tais como a raça e o clima como elementos condicionantes do atraso brasileiro. E mais, tratava-se de edificar fortemente o miscigenado sertanejo como o cerne racial da nacionalidade brasileira. Tal “raça”, que passa a ser marcada como tão representativa do *nacional*, deveria ser, de uma vez por todas, assistida pelo Estado, tal como o movimento sanitarista pretendeu fazer, para livrá-la, por exemplo, dos condicionantes de adoecimento a que estaria exposta nas adversas condições da floresta.

Voltando a comentar a questão da circulação restrita dos escritos amazônicos de Euclides da Cunha, apenas gostaria de pontuar que tal argumento não se pode levar adiante com respeito ao seu livro de maior repercussão: *Os Sertões*. É importante ver que, embora seja essa uma obra considerada erudita e, por isso talvez, exigente para a maioria dos leitores e das leitoras, não se pode desconsiderar a sua ampla disseminação no país. E que isso não decorre apenas da venda total e rápida de suas consecutivas edições. Estou fazendo alusão, sobretudo, à sua disseminação através de uma obra escolar intitulada *Antologia Nacional*, organizada por Fausto Barreto e Carlos de Laet (1928). Nela disponibilizava-se aos estudantes uma coletânea de textos literários selecionados como obrigatórios para a leitura na escola secundária brasileira. Entre esses se encontrava uma pequena parte de *Os Sertões* chamada *O Sertanejo*, que se imbuía de ensinar aos jovens da nação, entre outras coisas, os atributos que estavam encarnados na figura nacional do indivíduo nascido e constituído em termos raciais no interior semi-árido do país. Aliás, neste texto, é também marcado o caráter aparentemente ambíguo deste “tipo” brasileiro. Ao mesmo tempo em que foi retratado como um desengonçado, desgracioso, deprimentemente humilde e preguiçoso (em qualificações utilizadas por Euclides em *Os Sertões*), o sertanejo também foi concebido como um forte capaz de desencadear energias adormecidas e por apresentar uma robustez incomum ao cavalgar pela caatinga. Vejamos um pouco mais sobre isso em alguns trechos de *Os Sertões*:

A índole incoerente, desigual e revolta do mestiço, como que denota um íntimo e intenso esforço de eliminação dos atributos que lhe impedem a vida num meio mais adiantado e complexo.

(...) a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização.

(...) É (o sertanejo) um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para conquistar um dia.

(...) nos sertões a integridade orgânica do mestiço desponta inteiriça e robusta, imune de estranhas mesclas, capaz de envolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral (CUNHA, 1988, p. 93-95).

Embora foque as questões relativas à raça em um capítulo específico da tese, considero importante destacar agora que a *Antologia Nacional* ressaltava em suas páginas (ensinando, desse modo, a todos os brasileiros que naqueles tempos frequentavam a escola secundária no Brasil) que o sertanejo guardava os atributos necessários à civilização, ou seja, que esse era um indivíduo racialmente capacitado a civilizar-se, não sendo, portanto, um miscigenado condenado pela raça (crença bastante em voga naqueles tempos no país). Assim, quando o sertanejo atingisse em um futuro talvez próximo um maior desenvolvimento em termos de civilização, ele poderia também civilizar a própria nação. E mais, ele poderia civilizá-la por possuir atributos raciais muito próprios ao Brasil. Nesse processo, poderíamos avistar, através do sertanejo, a possibilidade de edificar-se uma nação brasileira civilizada sem quaisquer “empréstimos”, sem quaisquer estrangeirismos. De certa forma, esse deslumbramento com a figura racial e nacional do sertanejo (que volto a frisar será palco de discussão em um capítulo específico), percorre também os textos amazônicos de Euclides da Cunha. Nesta Introdução importa salientar, apenas, que encontro uma dimensão pedagógica nesses escritos *euclidianos* divulgada de forma mais ampliada a partir da importante publicação escolar que estou destacando.

A *Antologia Nacional* foi publicada inicialmente em 1895, sendo “uma das compilações literárias mais usadas pelos brasileiros que passaram pela escola secundária, atingindo 43 edições em 1969”, quando parou de ser editada (RAZZINI, 2005, p.01). Registro que, em sua primeira década de existência, a *Antologia* não sofreu qualquer acréscimo de textos, mas que, em 1915, ela passou a incorporar autores e trechos contemporâneos à época.

Foi, então, neste momento – no lançamento de sua sexta edição –, que um pequeno trecho de *Os Sertões* passou a ser incorporado à coletânea, que só contemplava autores já falecidos. Segundo Márcia Razzini (2005), tal obra tinha uma dupla função: de “mantenedora da tradição vernácula de extração lusitana e de anunciadora e propagadora da moderna literatura brasileira” (p.10). Cabe também destacar que, na primeira metade do século XX, o ensino clássico, pautado nas aulas de retórica, poética, grego e latim, foi paulatinamente desaparecendo e que, nesse movimento, começava a ascender o ensino científico e também o da língua e da literatura nacionais.

É interessante apontar que Roberto Ventura (1991) problematiza essa idéia de “literatura nacional” como um objeto que possa ser tomado como já dado e naturalizado. Para o estudioso serão as “histórias da literatura brasileira”, que passam a ser escritas no fim do século XIX e início do século XX (sobretudo as tecidas por Sílvio Romero, em 1888, e por José Veríssimo, em 1916), que irão instituir tal idéia, ou seja, naturalizar a existência de um objeto chamado de “literatura nacional”. Ventura chama a atenção para o fato de que o atributo nacional dado à literatura que se produzia no Brasil fora construído ao se tomar “a exuberância do *meio* e das *raças* locais, o sincretismo de povos e línguas sob o sol dos trópicos, como fontes de criação de novas formas e temas” (p.17). O nacional na literatura brasileira passava, em outras palavras, naqueles tempos, e como já fiz alusão anteriormente, pela consideração de aspectos tais como a natureza e a raça na instituição de sua especificidade.

Essa pequena digressão sobre a *Antologia Nacional* me parece ser importante, por substanciar o argumento de que os textos de Euclides da Cunha tiveram uma circulação considerável no país, seja de forma mais direta com a incorporação das idéias circulantes pelos *textos* que assinou nas teses e práticas dos movimentos sanitaristas dos anos 1920, seja de uma forma mais indireta, a partir da incorporação de trechos de *Os Sertões* em uma *Antologia* que deveria ser lida por todos aqueles que freqüentavam a escola secundária do país seja, ainda, pela própria leitura dos originais dessa obra. Sem dúvida, tais aspectos fortalecem minha insistência em caracterizar os textos *euclidianos* como pedagógicos, ou seja, como envolvidos com a tarefa de ensinar “coisas” aos brasileiros e às brasileiras daqueles tempos inaugurais da República do Brasil e àqueles que, como eu e outros estudiosos do tema, vêm se dedicando a relê-la e a discuti-la.

Para continuar minhas considerações, nessa primeira seção desse capítulo introdutório da tese, quero tecer mais alguns comentários acerca da intenção de marcar os textos

euclidianos como pedagógicos, valendo-me, agora, da noção de ‘romance de tese’ proposta por Santiago (1982).

O ‘romance de tese’ se caracteriza por uma lógica narrativa que visaria explicitar ao leitor de forma bastante clara e transparente uma determinada forma de pensamento, que seria coincidente com aquela defendida pelo escritor. Nesta direção, o texto procuraria se “desenvolver racional e dramaticamente no desejo de convencer o leitor de algumas idéias justas sobre o assunto e possivelmente de uma verdade única sobre a questão” em discussão (SANTIAGO, 1982, p.135). Tal busca de distanciamento da ambigüidade e da polissemia, que são modos de escrita e de leitura bastante próximos da narrativa literária, poderia também ser vista por muitos críticos como um afastamento de aspectos bastante caros à criação ficcional (sua iminente polissemia). Esse estudioso da literatura brasileira chama a nossa atenção para tais aspectos em seu ensaio, porém o que me interessa de forma particular em suas considerações a respeito do ‘romance de tese’ é indicar que a escritura de tal texto literário adquire uma intenção marcadamente *didática*. Essa pretensão (um desvio humanitário e edificante, nos diz Santiago) faz com que um caráter notadamente *educativo* ganhe centralidade e, talvez, maior importância relativamente aos interesses do autor-escritor do ‘romance de tese’. Santiago (1982) lembra que a leitura de uma obra literária é sempre múltipla e complexa, na medida em que dificilmente será coincidente com uma “intenção-mestra” do seu autor. Porém, o que o ‘romance de tese’ pretenderia é se apresentar logo “de início, (como desencadeador de) uma única e irrecusável leitura” (SANTIAGO, 1982, p.136).

Dizendo isso, estou concordando, em parte, com Santiago (1982) quando este estudioso diz que *Os Sertões* de Euclides da Cunha seria o “protótipo brasileiro do romance de tese” (p.139). Contudo, é necessário dizer que Euclides da Cunha não poderia ser tranquilamente enquadrado como um produtor de textos exemplares daquilo que o estudioso configura como um ‘romance de tese’, pois este não exigiria e não permitiria profundamente ao leitor uma leitura criativa, externa à definida pelas pretensões *didáticas* do autor. Pelo contrário, embora os textos de Euclides guardem certas pretensões pedagógicas (e foram essas as que busquei explicitar e analisar em minha pesquisa), seus *textos* amazônicos, por exemplo, ao serem tecidos *em* processos de hibridação (e por isso se apresentarem repletos do que poderia ser visto como ambigüidades, de diferentes apelos articulatórios, de questionamentos e de incertezas), me levam a relativizar tal pressuposto e a considerar seus escritos como possibilitadores de interpretações distintas daquelas que supostamente pretendeu nos ensinar o viajante. Se, de certa forma, seus textos coincidem com os preceitos do ‘romance de tese’, por

ter Euclides pretendido fornecer ao universo dramatizado dos seus textos amazônicos “o estatuto de verdadeiro e único”, por outro lado, ele também não deixou de, em vários momentos, hesitar em relação às suas próprias certezas, permitindo, assim, uma leitura mais ambígua e híbrida dos seus escritos.

Embora os escritos amazônicos do autor não se configurem como um romance coeso e fechado – muito pelo contrário, eles são bastante distintos e podem ser incluídos em diversas categorizações literárias –, podemos lê-los como apresentando linhas-mestras de pensamento que se pretendia à época estar sendo ensinadas a todos os brasileiros naqueles tempos inaugurais da República. Argumento, ainda, que tais ensinamentos não são exclusivos dos textos *euclidianos*, mas que esses percorrem outros importantes documentos da época, dentre os quais cito as conferências de Cândido Rondon e os textos derivados dos movimentos sanitaristas. Porém, nesta tese, minha decisão foi tomar estes escritos de Euclides da Cunha como exemplares de discursos circulantes naquela época inaugural da República brasileira.

Destaco, em minha leitura, três ensinamentos principais nos textos amazônicos escritos por Euclides da Cunha: 1) o registro da necessidade de se passar a ver a Amazônia como um território desencantado; 2) a configuração da floresta como um lugar a ser desenvolvido e ocupado – de forma ordenada e assistida pelo Estado – por uma raça tipicamente brasileira; 3) a identificação da Amazônia como um território a ser integrado à nação brasileira.

São esses os três principais ensinamentos que leio nesses textos *euclidianos* sobre a floresta. E, como irei defender neste estudo, parece-me que eles estão reunidos em torno da missão de edificar o progresso e o desenvolvimento econômico e social para a Amazônia, através da configuração de um olhar nacional para a floresta. Em outras palavras, defendo a tese de que estava em jogo no período da Primeira República brasileira, nos textos de Euclides da Cunha, um processo discursivo, social e político de *nacionalização* da Amazônia.

Um dos artefatos culturais daquele momento de inauguração da nossa República, onde é possível ler, entre outras coisas, esse processo de instituição da floresta como um território nacional, foi o *Almanaque Brasileiro Garnier*, que circulou entre os anos de 1903 e 1914 no país. Esta importante publicação anual, que continha informações (textos, caricaturas, fotos) sobre assuntos diversos, foi editada pela livraria *Garnier*, situada na Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro (lugar de encontro dos intelectuais e dos artistas da época). No decorrer de seu período de publicação, o *Garnier* destinou algumas de suas páginas, por exemplo, para as viagens de reconhecimento territorial e geográfico do Brasil – às questões relativas ao

alargamento de nossas fronteiras, às geologias de nossos solos, às geografias dos nossos rios – , tendo tornado públicos alguns artigos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia (antes restritos aos relatórios e aos livros de menor circulação), bem como as convenções e os tratados assinados em decorrência dos trabalhos realizados na viagem *euclidiana* de reconhecimento territorial. O *Almanaque* foi mais um artefato, ao lado da *Antologia Nacional*, que atuou nesse processo de tornar mais disseminados no país os textos *euclidianos*. Em um instigante estudo sobre o *Almanaque*, Eliana de Freitas Dutra (2005) destaca que tal publicação “almejava integrar o povo no espaço físico da nação, portanto, num plano geral, consolidar a comunidade [nacional] no território e, num plano restrito, estabelecer um patrimônio geográfico” (p. 153). E mais, ao dar um elevado valor às perspectivas historiográficas de Capistrano de Abreu, que propunha a confecção de uma história do Brasil decorrente de fenômenos, ao mesmo tempo, físicos e sociais, o *Almanaque* instituía a idéia de que a nação não poderia fazer-se fora do “embate com a natureza e sem o conhecimento e controle do território” (DUTRA, 2005, p. 153).

É interessante registrar também que, a partir da Abolição e da Proclamação da República, a construção de laços nacionais de pertencimento assumiu um caráter de urgência no país, sendo que a difusão de um sentimento de brasilidade se fazia imprescindível (Tânia Regina DE LUCA, 1999, p. 33). No cenário teatral brasileiro do período, por exemplo, também se avistou tal preocupação, conforme destaca Claudia Braga (2003), através da “valorização do que era brasileiro” (p.02). As encenações dramáticas, bem como as comédias abordavam, em sua maioria, a questão da nacionalidade. Assim, o Brasil surgia como um objeto do texto teatral, mostrando o desprezo da nossa elite urbana e seus modelos europeus, para com aspectos interiores e regionais constituintes de nossa brasilidade. Entretanto, além da crítica aos estrangeirismos, se processou “uma postura de valorização do país e de suas diferentes regiões” (BRAGA, 2003, p.09).

Destaco tais questões, sobretudo com relação ao *Almanaque Garnier*, para mostrar, até mesmo de forma insistente, que tais discursos de *nacionalização* da Amazônia não são exclusivamente lidos nos textos *euclidianos*, sendo que tal processo discursivo articulou-se à necessidade mais ampla e disseminada de resgatar e instituir o nacional, o brasileiro, o que era próprio à nação republicana que emergia. Tais discursos percorreram um amplo conjunto de materiais daquela época como os documentos escritos por viajantes que, como Euclides da Cunha, se imbuíram dessa “missão” de integração, ocupação e desenvolvimento das regiões abandonadas do país à nação republicana em consolidação, sobretudo através de um embate

frontal com os desertos, com os territórios vazios de civilização, mas repletos de natureza tal como a Amazônia.

Nessa direção, destaco que o termo “missão” percorre não apenas a obra de Euclides da Cunha, mas está presente nos escritos de Cândido Rondon e de Oswaldo Cruz (LIMA, 1999) e que esse aspecto missionário, imprimido ao trabalho desses importantes viajantes do Brasil republicano do início do século XX, está articulado, também, a uma desilusão com a própria República. Tal desapontamento, representado de modo ambivalente na busca de implantação de “um projeto civilizatório fundamentado na defesa da ciência e do progresso e na crítica a uma modernização excludente e inautêntica” (LIMA, 1999, p.49), impulsionava, por exemplo, as reformas urbanas propostas pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro e, também, estava em operação nas grandes cidades amazônicas como Manaus e Belém, acompanhando um movimento de reformas empreendido em muitas cidades européias.

Voltando a focar a questão da articulação do campo educativo à minha investigação, queria frisar que, ao invocar todas as questões enunciadas anteriormente nesta seção, minha intenção foi indicar, não apenas a forma como conectei a dimensão educativa a este estudo, mas, ainda, que meu empreendimento de pesquisa tem muitas aproximações com o campo da educação ambiental, tal como indiquei anteriormente, mesmo que esse se diferencie bastante da maior parte dos projetos conduzidos neste campo e, mais especialmente, dos que têm sido pensados em relação à Amazônia (ou aos locais em que prevalecem as matas, florestas, bosques ou jardins). Destaco que entender as significações sobre a floresta como configurações tecidas na história e na cultura, permite desnaturalizar significados que possam ser vistos como “colados” à Amazônia – significados que alguns podem até pensar ser “inerentes” a ela, em função das tantas vezes que já foram enunciados e repetidos. Permite, também, ver que tais significados são construídos nas muitas produções e instâncias culturais próprias a esse mundo em que vivemos – na literatura, no cinema, na escola, na televisão. Aceitar tal pressuposto, tal como fazem os chamados construcionistas sociais, é o que me levou a problematizar significados tomados como dados, naturais e universais relativamente à floresta. Penso ser possível dizer, então, que imprimir tal direcionamento à pesquisa, pode ampliar o campo de possibilidades interpretativas da educação ambiental, ao destacar-se a importância da história e da cultura nos entendimentos que possuímos sobre a natureza e sobre os sujeitos que permanecem, ainda hoje, ligados a ela, entre os quais figuram, por exemplo, os chamados “povos das florestas”, as populações consideradas “tradicionais”, as comunidades intituladas como “ribeirinhas”. Nesta direção, saliento, no estudo, que os muitos

e diferentes textos que lemos (sejam esses contemporâneos, ou relativos a um outro momento histórico; sejam esses configurados como eruditos ou populares; ou, ainda, como de circulação disseminada ou restrita) estão implicados em ações de ensinar a olhar para as “coisas” do mundo e, no caso particular ao qual estou me dedicando, para os sujeitos que vivem nessa peculiar floresta, bem como para o que nela sucede (os interesses pela sua transformação, devastação, preservação, ocupação) e, enfim, para os modos através dos quais se configura este espaço geográfico, simbólico e político: a “própria” floresta.

Feitas estas considerações voltadas, especialmente, à intenção de vincular este estudo ao campo educativo; passo a tecer argumentos que buscam explicitar aos leitores e às leitoras deste estudo algumas das razões pelas quais selecionei como problemática central desta tese o processo discursivo de *nacionalização* da Amazônia em um momento e circunstância específicos e defini os textos de Euclides da Cunha sobre essa região como os principais materiais de análise da investigação. Apresento, ainda, na próxima seção, a estruturação da tese e a síntese do que está contido em cada um dos capítulos delineados.

1.2 Uma pesquisa sobre a produção discursiva acerca da *nacionalização* da Amazônia

Em meados do século XIX, a nação brasileira era vista pelo mundo através de sua exuberante natureza. A partir de 1851, as chamadas “Exposições Universais¹¹” – grandes eventos que divulgavam os avanços tecnológicos e as riquezas das “principais” nações do mundo (fora os EUA, somente nações européias figuravam como sede de tais feiras) – transformaram-se em mostras de grande repercussão internacional. Esse era um espaço de exibição, no qual cada uma das “principais” nações do planeta mostrava ao mundo seus

¹¹ Estou fazendo referência especificamente às “Exposições” realizadas ao final do século XIX e início do século XX. Entretanto, é preciso registrar que tais “Feiras” mundiais continuaram existindo ao longo do século XX, sendo freqüentes em nossos dias (a cada dois ou três anos). Atualmente, tais eventos recebem a denominação de “Expo”. O organismo que os sanciona é o *Bureau International des Expositions* (BIE), com sede em Paris. Ver em: [www.bie-paris.org/bie_content.html]. As últimas “Expos” – que agregam inúmeros países e gravitam em torno de temáticas que afetam vasta parcela da experiência humana – foram: a Expo 98 em Lisboa (Portugal), a Expo 2000 em Hannover (Alemanha) e a Expo 2005 em Aichi (Japão). A próxima será a Expo 2008 em Zaragoza (Espanha), sendo que já há (em agosto de 2006) três países que se candidataram para sediar a Expo 2012: Coréia do Sul, Marrocos e Polônia.

maiores e mais dignos produtos: maquinarias, manufaturas, artes. Ou seja, objetos associados, em geral, ao avanço tecnológico e industrial que muitos países apresentavam.

Se por um lado as “Exposições” criavam um sentimento de otimismo com relação ao progresso das nações, é preciso considerar também que a indústria moderna estava ainda em expansão no século XIX e que o progresso material não estava amplamente disseminado no cenário social das nações européias. As “Exposições”, dessa forma, tal como argumenta Francisco Foot Hardman (2005), adquiriam um aspecto de experimento de vanguarda, que despertava olhares maravilhados para os tempos que se avistava estar chegando.

Entretanto, um outro aspecto importante a destacar é que as “Exposições Universais” foram espaços não apenas dedicados ao desfile de produtos derivados de um pensamento racional, metucioso, objetivo, positivista, mas que o extravagante, o exótico, o gracioso também foram palco dessas mostras. Assim, a heterogeneidade – a mistura entre um caráter enciclopédico e outro mais “carnavalesco” – pode ser vista como tendo sido o tom desses eventos grandiosos. O Brasil, por exemplo, era muito mais representado por estes aspectos considerados como “exóticos”.

A partir de 1862, ano da mostra de Londres, o Brasil sempre esteve presente em todas essas “Exposições”, sendo ele, inclusive, o único país da América Latina a alcançar tal feito. A Argentina, por exemplo, participou, apenas, da Exposição que se realizou em Paris, em 1889, na qual foi exibida a ‘Torre Eiffel’ – um dos objetos arquitetônicos que mais deslumbrou o mundo daquela época. O Brasil preparava-se intensamente para as “Exposições Universais”. O Segundo Reinado do Império brasileiro promovia mostras regionais para coligir produtos que seriam levados ao evento mundial. A maior parte era de matéria-prima como café, tabaco, algodão, madeira, guaraná, fibras vegetais. Porém, o país tinha a intenção de fazer parte do seleto grupo de nações que vislumbravam tempos de progresso, de civilização, de desenvolvimento econômico e, para tanto, também levava materiais de suas estradas de ferro, de sua construção civil, de seus telégrafos e, ainda, armamentos. Mesmo assim, “o Brasil, por mais que tentasse apresentar suas invenções, foi sempre reconhecido pela floresta” (Lilia Moritz SCHWARCZ, 1998, p. 393).

Foram as particularidades configuradas como peculiares ao Brasil, vistas como representativas da brasilidade, que chamavam mais a atenção – o indígena, a mata, os produtos agrícolas –, sendo que os prêmios que o país alcançava no âmbito dessas “Exposições” também estavam relacionados aos seus produtos considerados mais exóticos: a arte indígena e o café. Enfim, brasilidade e natureza exibiam fortes laços nessas mostras

internacionais, nas quais, contraditoriamente, talvez, o país esforçava-se para representar-se como moderno e cosmopolita. Esse era o grande esforço de Pedro II, o imperador do Brasil naqueles tempos: retirar do país as suas marcas agrícolas, escravocratas, monárquicas e distantes. Entretanto, “o Brasil era, sobretudo, o país da grande natureza (marcadamente a nação das florestas, eu ressaltaria) e dos ‘bons selvagens’” (SCHWARCZ, 1998, p. 397).

Um pequeno excerto retirado de um guia da “Exposição Universal” de Paris em 1889, por exemplo, conclamava os visitantes a percorrerem o espaço destinado ao Brasil da seguinte forma: “Você gostaria de estar em plena vegetação fantástica?” “Aproxime-se do Palácio do Brasil!” (SCHWARCZ, 1998, p. 405). Ou seja, o que estava sendo oferecido aos visitantes da “Exposição” era o esplendor, a magnitude, a exuberância de uma floresta tropical brasileira. Enfim, essa se configurava em uma oportunidade única de vivenciar e de sentir uma floresta tropical. E, para tanto, bastava uma simples visita ao pavilhão brasileiro.

Como veremos no capítulo quatro desta tese, a relação entre brasilidade e natureza não é um aspecto notadamente peculiar ao final do século XIX. Pelo contrário, tal associação atravessou séculos e inundou representações postas em circulação sobre o país desde os mais remotos tempos da colonização. Porém, junto com a derrocada do império, quatro meses após a “Exposição Universal” de Paris em 1889, ao lado, também, da emergência da República brasileira, estava sendo constantemente enunciado o crescente desejo de fazer a nação tomar os rumos e as vias do progresso, da civilização e do desenvolvimento econômico. Nada mais necessário para esta missão, para este ideal, encarnado em indivíduos como Euclides da Cunha, do que a promoção de um enfraquecimento nessa relação de brasilidade e natureza que tanto marcou os tempos considerados como de atraso e de estagnação da nação.

Se o romantismo brasileiro do século XIX esteve balizado por uma estetização da natureza brasileira e do indígena que a habitava, tratava-se, no início do século XX (no período de inauguração de nossa República), de começar a colocar em xeque tais pressupostos. Se a natureza cumpria um papel importante de unificação e de singularização da nação, seria, no entanto, a transformação da floresta, a partir da sua aproximação da civilização e do seu desencantamento, que deveria marcar o futuro do país.

Nesse movimento, a Amazônia foi palco, naquele início de século XX, da preocupação de muitos de nossos intelectuais. A imagem de uma floresta encantada e habitada por bons selvagens não servia mais aos propósitos de instituição de uma nação plenamente civilizada, desenvolvida economicamente e interessada na construção de íntimos laços com o progresso. Era preciso desencantar a Amazônia, ou seja, torná-la um território

clamante de transformação, desejoso da ocupação por aqueles que representavam nossa singularidade racial: o miscigenado sertanejo. E, então, seriam esses bravos sertanejos travestidos em seringueiros na floresta que, ao serem devidamente assistidos pelo Estado republicano brasileiro, poderiam tornar-se civilizados e civilizar a floresta, participando do processo de integração desse território à nação e permitindo a demarcação definitiva de nossas fronteiras.

Euclides da Cunha incorporou essa missão de pensar a Amazônia frente à nação brasileira e a traduziu em seus textos. Devo ressaltar que li seus escritos buscando neles uma dimensão pedagógica – ou seja, buscando vê-los como textos que não apenas descrevem, mas que atuaram na configuração de uma Amazônia desencantada a ser ocupada por uma raça nacional (sob a tutela do Estado republicano) para efetivamente civilizar, desenvolver e integrar aquela região “desértica” à nação. Nesse processo de escrituração da Amazônia, o autor-viajante foi se configurando como um pensador brasileiro das regiões não-civilizadas da nação. Através de seus escritos, os brasileiros letrados e, sobretudo, os incrustados no governo republicano, que eram então os responsáveis pelas políticas públicas da nação, aprenderam a ver a floresta sob a mira de um olhar que passaria, agora, a ser visto como nacional. Além disso, passava por esta “pedagogia *euclidiana*” a necessidade de desarticular as estéticas e as narrativas estrangeiras que vinham conformando há quatro séculos uma Amazônia encantada e que, até por isso, permanecia sendo vista como monótona e estrangeira à nossa própria nação.

Por todos esses aspectos que venho indicando, relativamente ao modo de conceber meu estudo, penso ser possível dizer que este possui uma singularidade que me parece ser importante ressaltar: a intenção de examinar uma temática relacionada a processos discursivos implicados na instituição do Brasil como uma nação republicana e civilizada. Sem dúvida, sei das limitações dessa argumentação aparentemente tão nacionalista. Não estou de nenhum modo, pretendendo desconsiderar os efeitos da “mundialização¹²”, por exemplo, aqueles que colocam em xeque aquilo que é tido como o “próprio”, o “nacional”, o “regional”. Aprendi a partir das leituras que fiz de autores como Néstor Garcia Canclini (2003a) e Renato Ortiz (1994a), que vivemos em um mundo “mundializado”, pois muito aproximado, que teve suas distâncias encurtadas, já que se indica haver uma compressão do espaço e do tempo na contemporaneidade, nos quais as fronteiras “nacionais” vêm sendo dissolvidas por serem

¹² Conceito proposto por Renato Ortiz (1994a), em detrimento da noção de globalização, para destacar com mais força os intercâmbios culturais e simbólicos e não, centralmente, os econômicos e os financeiros.

tomadas como *invenções* da Modernidade. Contudo, quero também destacar, valendo-me dos autores acima referidos, que esses mesmos efeitos de “mundialização” não apagam, completamente, aquilo que diz respeito ao regional, ao nacional, ao local, pois, nesse processo, esses apenas se articulam a outras significações culturais se reconfigurando e se transformando.

Penso, mesmo que isso possa parecer paradoxal, poder defender a idéia de que meu estudo foi construído com a pretensão de discutir algo que diz respeito, sobretudo, à produção discursiva do Brasil como uma nação republicana que caminhava rumo à civilização e ao progresso. Não para configurar, através da pesquisa, alguns aspectos como tipicamente nacionais, ou mesmo para tomar a nação como algo natural, mas para dar destaque à instituição de um modo de ver a floresta amazônica, e seus habitantes, constituído através da literatura de viagem *euclidiana* como essencialmente brasileiro. Assim, é a *invenção* de um modo de ver a Amazônia como um território autenticamente brasileiro que, de certa forma, estará sendo destacada na pesquisa. E esse é um trabalho, penso eu, que pode interessar bastante àqueles sujeitos que vivem nesse território, embora tal marca seja cada vez menos importante para a definição daquilo que somos (ou que vimos sendo). Nesse sentido, opto por centrar minha pesquisa na obra de um viajante tido como um dos principais autores brasileiros: um autor preocupado e instigado pelas questões concernentes à construção do progresso do Brasil no período da Primeira República. Desta forma, penso escrever esse trabalho especialmente para aqueles que se interessam como eu em compreender como a floresta amazônica e seus habitantes vêm sendo vistos e narrados. E mais, através dessa pesquisa, busco mostrar como emerge, no período da Primeira República do Brasil, um modo genuinamente nacional (brasileiro) de ver e de narrar a Amazônia.

Feitas as ressalvas sobre a escrita da tese, sobre a vinculação da pesquisa com o campo da educação e, particularmente, com o campo da educação ambiental, bem como tendo desenvolvido comentários acerca do que penso ser singular a esse estudo, passo a destacar aquilo que está contido em cada um dos capítulos da tese.

Ela está circunscrita a sete capítulos, contando-se entre esses o capítulo introdutório. Deixo de fora desta numeração uma seção final da tese, na qual estão descritas as referências bibliográficas e, também, um último apêndice, no qual incluo o texto que escrevi como resultado da investigação sobre os textos amazônicos de Euclides da Cunha que empreendi no Arquivo Histórico do Itamaraty e no Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras, no

Rio de Janeiro, no final do ano de 2004 (mais detalhes sobre essa pesquisa serão explicitados no próximo capítulo).

O segundo capítulo versa sobre as escolhas que fui fazendo na composição desse estudo, ou seja, nele localizo, para as leitoras e os leitores da tese, os textos nos quais centrei minhas análises. Nele também teço algumas considerações a respeito de questões como a intertextualidade e a autoria. A fim de marcar meu material empírico (os textos que foram analisados), contextualizo, também, a viagem de Euclides da Cunha à Amazônia. Finalizo explicitando o processo de instituição dos focos de análise da pesquisa, bem como os marcando de forma ainda mais explícita. Aliás, foram as três dimensões analíticas delineadas para o estudo (já destacadas anteriormente nesta Introdução), configuradas a partir de minha problemática central – a produção discursiva da floresta amazônica como um território nacional no início do século XX nos textos de Euclides da Cunha – que conformaram os capítulos subseqüentes. Antes, destaco a escrita de um terceiro capítulo, no qual busquei acentuar alguns dos conceitos operativos da pesquisa.

No terceiro capítulo, faço uma espécie de genealogia (sem a pretensão da completude) do conceito de transculturação na América Latina e teço alguns comentários sobre outras noções que ocupam uma mesma cadeia de significação tais como: sincretismo, heterogeneidade, mestiçagem, hibridação. Esta incursão pode parecer despropositada e, quem sabe, muito alongada, porém foi crucial para uma melhor circunscrição do conceito de hibridação cultural, o qual funcionou como uma importante noção inspiradora à leitura que fiz dos textos *euclidianos*. Como os leitores e as leitoras perceberão, foi possível, através dessa noção, dissolver uma usual propensão a tecer-se uma análise dicotômica dos textos amazônicos de Euclides da Cunha. O estudo de Eli Napoleão de Lima (2002), por exemplo, talvez a única tese de doutorado no Brasil focada centralmente em estudar a articulação entre a Amazônia e Euclides da Cunha, destaca, entre outras questões, que o discurso *euclidiano* sobre a floresta é dicotômico. As dualidades salientadas pela autora, e que, segundo ela, teriam conformado a escrita de Euclides sobre a floresta, são, por exemplo, terra/homem e paraíso/inferno. Para essa mesma estudiosa, “a Amazônia viverá no imaginário de brasileiros como Inferno Verde” (LIMA, 2002, p.17) por conta de ter sido vista como um território inóspito, tanto pela natureza hostil e selvagem (desértica de civilização), como pelas relações espúrias de trabalho quase escravo que os brasileiros, que para lá migraram, se submeteram na extração da borracha. Retomarei tais interpretações no último capítulo da tese, mas quero ressaltar desde já que o conceito de hibridação cultural funcionou como uma importante

ferramenta para permitir que eu me afastasse de uma análise binária dos textos de Euclides. Sendo assim, não compartilho com a pesquisadora aqui referida o argumento de que Euclides da Cunha produziu uma escrita sobre a floresta pautada em binarismos e, também, considero que a metáfora “inferno verde” (além de edificada a partir de uma dicotomia entre paraíso/inferno) é simplificadora das potencialidades que os textos amazônicos do autor-viajante oferecem à interpretação. Por estas razões, senti necessidade de promover um adensamento teórico dos conceitos destacados e faço isso no terceiro capítulo. Ao mergulhar nessa história parcial de conceitos edificados por estudiosos da América Latina, considere interessante, também, realizar uma breve incursão pelo contestado campo teórico e prático no qual busco localizar minha pesquisa: os chamados estudos culturais latino-americanos. Isso explica a minha não incursão na obra de outros autores que também trabalham, por exemplo, com a noção de hibridação tais como Homi Bhabha e Edward Said.

No quarto capítulo, volto a falar sobre viagem e literatura (destaquei alguns aspectos dessa relação no segundo capítulo), mas para marcar uma descontinuidade nos modos de ver e narrar a floresta processada nos textos de Euclides da Cunha, relativamente às viagens realizadas à Amazônia no decorrer do século XIX. Mostro como os textos *euclidianos*, na forma como significaram a floresta, atuaram desarticulando alguns discursos e, nesse processo, rearticulando outros. Assim, defendo a idéia de que houve uma ruptura nos modos de constituir a Amazônia nos textos de Euclides, quando comparados àqueles que vinham sendo instituídos pelas literaturas científicas e estrangeiras de viagem. Meu argumento central é que estava em jogo a constituição de um olhar nacional para a floresta e que, dessa forma, o enfraquecimento de pelo menos parte das narrativas estrangeiras sobre a floresta tornou-se algo premente. Mas não apenas isso: a floresta necessitava ser integrada à nação, desenvolvida e transformada e, para isso, era preciso romper com narrativas que a vinham concebendo há séculos como um território repleto de encantos, sendo que algo encantado dificilmente poderia ser visto como passível de transformação.

No quinto capítulo, faço uma incursão aos textos amazônicos de Euclides da Cunha para olhar a produção de uma rota de civilização à floresta amazônica, através de um processo que denomino de a *invenção* de uma autêntica raça brasileira. Destaco que, ao mesmo tempo em que decorria o processo de nacionalização da floresta amazônica, estava igualmente se procedendo à instituição de uma raça brasileira que passa a ser configurada como capaz de ocupá-la, desenvolvê-la, civilizá-la.

No capítulo seis focalizo, após análises sobre a significação da floresta como desencantada (capítulo quatro) e sobre a instituição de uma raça nacional capaz de ocupar e desenvolver a Amazônia (capítulo cinco), o terceiro eixo analítico da tese, somente definido e trabalhado após a defesa da proposta de tese. Euclides da Cunha procurou criticar fortemente certa ausência do Estado republicano na definição da ocupação da floresta. Isso remeteu, segundo o viajante, ao abandono do sertanejo na floresta, ficando esse como um estrangeiro em sua própria terra (um território nacional que também parecia ao mesmo tempo estrangeiro). Esse será um dos aspectos salientados no decorrer do capítulo. Aliado a essa problemática estava o perigo da não efetivação da integração da floresta ao território nacional, pois era preciso proceder, além da delimitação de nossas fronteiras, o combate a uma ocupação nômade daquelas florestas. Era preciso, ainda, retirar a Amazônia da condição desértica (sem civilização) em que se encontrava. A instituição da floresta enquanto território nacional, através do combate ao nomadismo e ao deserto foi o ponto central de focalização no capítulo seis da tese.

No capítulo sete, em tom de conclusão da tese, retomo a discussão sobre a potencialidade do conceito de hibridação cultural à pesquisa. Discuto, ainda, as singularidades que tal noção permitiu à tese. Nessa direção, mostro as diferenciações da minha pesquisa em relação à outra investigação recente sobre os textos amazônicos de Euclides da Cunha. Finalizo, apontando alguns questionamentos políticos mais contemporâneos, articulando-os com ensinamentos que encontro na leitura dos textos desse instigante autor-viajante que sempre esteve atento e desacomodado com os caminhos trilhados pelo Brasil com relação às suas *gentes*, aos seus territórios desérticos, mas repletos de natureza, e aos seus territórios urbanos dominados por um estrangeirismo pouco preocupado com a edificação de um país que pudesse encontrar seus próprios caminhos de progresso, de civilização e de desenvolvimento.

2 OS TEXTOS *EUCLIDIANOS*: DA CONSTITUIÇÃO DE UM *CORPUS* À PESQUISA

[...] tudo muda, como num caleidoscópio, segundo o *corpus* considerado e a diagonal que se trace (DELEUZE, 1998, p.29).

A pesquisa que desenvolvi partiu de uma pergunta central: como se processou a produção cultural da floresta amazônica no início do século XX, nos textos de Euclides da Cunha? Sendo necessário compor um *corpus* para minha pesquisa, deparei-me com alguns problemas que tentarei expor aqui neste capítulo. Antes disso, gostaria de mostrar um pouco o sentido que estou dando ao conceito de *corpus*. Utilizo tal noção para referir-me ao modo como organizei de forma sempre interessada os materiais empíricos da pesquisa. *Corpus* é, então, uma espécie de matéria bruta organizada da pesquisa¹³. O *corpus* que selecionei, compus e organizei, para fazer minhas análises tem relação estreita com o problema formulado na pesquisa. Como argumenta Alfredo Veiga-Neto (2003), “essa organização que fazemos das palavras, frases e proposições se baseia na função que elas exercem em seu conjunto; elas estão retidas no *corpus* que temos para analisar e são escolhidas em função do problema que temos em mente” (p.119). Nesse sentido, nem o problema já estava dado no mundo ou, muito menos, saiu da minha mente em um momento de iluminação, nem o *corpus* já estava, também, esperando que um sujeito “iluminado” lançasse olhares sobre ele descortinando seus mistérios. O problema e o *corpus* da pesquisa são configurações tecidas de forma complexa, nas quais está envolvido muito daquilo que fomos nos tornando e também um pouco daquilo que no mundo nos faz algum sentido.

Nessa direção (e talvez seja importante apontar que a situo no pós-estruturalismo) de montagem de um *corpus* de pesquisa, como destaca Deleuze (1998) a partir de François Ewald, evita-se “citar os grandes nomes” (p.28). As palavras, as frases e as proposições não são escolhidas segundo uma estrutura ou, então, segundo um sujeito-autor, “mas segundo a simples função que exercem num conjunto” (p.28). Assumindo tal perspectiva pós-estruturalista como inspiradora da minha pesquisa, mesmo que não esteja fazendo um estudo

¹³Essas últimas duas frases foram tecidas a partir de anotações das aulas do professor Alfredo Veiga-Neto, no decorrer do Seminário que ele ofereceu sobre “Michel Foucault e Educação”, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 2003.

tecnicamente nutrido, por exemplo, pelas teorizações de Foucault, questiono-me sobre como lidar com o fato de que estou partindo para a pesquisa selecionando como material empírico os textos escritos por, apenas, um sujeito-autor: Euclides da Cunha; e, ainda mais restritivamente, os materiais escritos por ele a partir de sua viagem à Amazônia em 1905. Esta pergunta remete-me a dois problemas que pretendo desenvolver de forma breve neste início de capítulo.

O primeiro diz respeito ao caráter intertextual de uma obra literária e, nesse sentido, ao seu aspecto não fechado em si mesmo, mas contemplando vários e diferentes textos dentro de um, aparente, único texto. A intertextualidade tomada como própria a qualquer artefato cultural (incluído, então, o produto literário) faz com que um único texto seja ao mesmo tempo vários textos e, portanto, que aqueles escolhidos por mim nesta tese não sejam vistos, somente, como *euclidianos* (como se poderia adjectivar um ensaio escrito por Euclides da Cunha). O segundo problema refere-se ao privilégio dado na pesquisa à obra de um autor, como se eu estivesse tomando esse sujeito particular como a fonte original de todo o conhecimento sobre o tema que investiguei. Penso ser importante considerar que, se assim fosse, minha análise estaria fugindo da inspiração pós-estruturalista, na qual o sujeito não é entendido como aquele que constrói conhecimentos a partir de seus aparatos mentais e cognitivos. Nesse caso, não estou me voltando, apenas, para “o” autor dos textos que li, mas, sim, vendo-o como um sujeito que é efeito das positivities do poder; como um sujeito dobrado aos discursos e, portanto, como ocupando um lugar específico no mundo. Considero, então, que seria esse dobramento, que teria permitido ao autor escrever determinadas “coisas” e não outras. Enfim, o que estou considerando é que esses textos sobre os quais me debrucei são obra de um sujeito que, como nomeia Foucault (2001), estaria ocupando uma “função de autor”.

Passo, agora, a deter-me mais centralmente nestas duas questões – a intertextualidade e a autoria – que estão implicadas na pesquisa que faço com os textos *euclidianos*.

Gostaria de esclarecer, ainda, que após minha incursão nos problemas acima apontados, faço, neste capítulo, uma síntese “biográfica” de Euclides da Cunha. Ela não será exaustiva, mas irá centrar-se, de forma um pouco mais detida, em aspectos relativos à viagem por ele realizada à Amazônia. A partir dessa apresentação “biográfica”, no início da penúltima seção deste capítulo, resumo em um quadro os textos *euclidianos* escritos sobre a floresta amazônica para delimitar os materiais de análise e, também, para justificar minhas escolhas.

Finalizo o capítulo, apresentando os eixos analíticos da pesquisa, bem como explicitando o processo de configuração e delineamento dos mesmos.

2.1 A intertextualidade dos textos *euclidianos*

Acredito ser necessário fazer uma breve incursão aos chamados estudos literários para falar sobre intertextualidade, pois é esse campo que tradicionalmente (em um momento inclusive anterior à emergência dos estudos culturais) tem se ocupado com os modos de tecer uma leitura armada (interessada e consciente dos seus propósitos) dos textos tidos como “literários”. Meu interesse é, exatamente, deter-me, um pouco, nas discussões que se processam nesse campo no que diz respeito ao seu cruzamento com outros campos discursivos (da história, da antropologia, da sociologia, da comunicação, da educação). Isso se torna importante, pois o conceito de intertextualidade remete, também, à noção de interdiscursividade; ou seja, não apenas ao cruzamento de vários textos em um único, mas de vários discursos que, mesmo sendo provenientes de diferentes instâncias de produção cultural, permeiam e constituem diferentes textos (sejam esses literários, televisivos, sociológicos, antropológicos, fotográficos, biológicos, entre outros). Porém, não me ocupo, aqui, com a captura de todas as discussões apresentadas pelos estudos literários, no que diz respeito à sua própria reflexão interna, enquanto campo discursivo permeado por outros discursos e, ao mesmo tempo, caracterizado por certas singularidades. Não faço esse mergulho de forma sistemática por dois motivos centrais, que passo agora a apresentar, embora tenha transitado pelos estudos literários que focam suas análises na obra de Euclides da Cunha, sobretudo naqueles que versam sobre seus escritos sobre a Amazônia.

Primeiramente, gostaria de marcar, de explicitar e de dizer enfaticamente que não faço um estudo literário. Talvez, até nem fosse preciso dizer isso de forma tão incisiva, em razão dos meus interesses de pesquisa não serem sobre a estética literária. Minha formação acadêmica (um pesquisador em educação com formação em ciências biológicas) e minha atuação profissional (um docente universitário formador de educadores) me remetem a questões e problemas de pesquisa não centradas na literariedade dos textos a serem analisados, mas a questões de pesquisa de outra ordem. Desenvolvo, sim, uma análise cultural

centrada em um problema específico (os processos envolvidos na *nacionalização* da floresta amazônica) e estou interessado em ver, nos textos que pesquisei, questões que possa relacionar à educação ambiental (mas especificamente às análises construcionistas da natureza). Dessa forma, meus interesses de pesquisa e meus olhares para os artefatos culturais que selecionei, especialmente os textos de Euclides da Cunha, têm as marcas dessa minha trajetória.

Em segundo lugar, como será visto adiante, a literariedade dos textos *euclidianos* analisados na pesquisa que desenvolvo é de difícil definição, pois esses são vários e de gêneros muito diferentes (são cartas, relatórios, notas, ensaios, diários¹⁴, atas, ofícios). Destaco, então, que os aspectos relativos à estética literária são, inclusive, de importância menor no meu estudo e que não foi, também, o estatuto ou valor literário dos textos que me ocupou no desenvolvimento da pesquisa. Esclareço, ainda, que as escolhas dos textos para análise decorrem, especialmente, do quanto esses materiais pareceram poder colaborar para o adensamento argumentativo e analítico do meu problema de pesquisa, que, destaco novamente, é a *nacionalização* da floresta amazônica no início do século XX nos textos *euclidianos*, sobretudo nos relativos à sua viagem à floresta. Para discuti-lo, interessou-me examinar a produção escrita advinda da viagem de Euclides da Cunha à Amazônia em 1905 e, inclusive, o “Diário” de viagem tecido pela tripulação que acompanhou o escritor. Além disso, considereei pertinente ao meu estudo, deter-me, também, em outros documentos como, por exemplo, as “instruções” oficiais formuladas para orientar a viagem de Euclides da Cunha pela Amazônia (escrita pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil), os textos decorrentes de outras viagens realizadas pelo interior do Brasil e da América Latina (como as conferências proferidas pelo Marechal Rondon relatando suas viagens pelo interior do Brasil para a implantação do telégrafo e os ensaios de viagem que o naturalista alemão Alexander von Humboldt escreveu sobre o chamado Novo Mundo, no início do século XIX), e, ainda, nos relatórios oficiais elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Amazônia no início da Primeira República brasileira.

Entretanto, devo ressaltar, desde já, que foram privilegiados neste estudo os textos decorrentes da viagem de Euclides da Cunha à Amazônia (ainda neste capítulo falarei mais detidamente sobre o material empírico da pesquisa).

¹⁴ Sempre que for referir-me a um diário qualquer, de modo indefinido, não farei qualquer destaque na grafia da palavra. Contudo, quando me referir, especificamente ao “Diário da Marcha” (documento escrito pela tripulação da viagem de Euclides da Cunha pela Amazônia) irei grafá-lo com letra maiúscula e destacá-lo entre aspas. Utilizo o mesmo procedimento para a palavra relatório, pois quando ela referir-se a um documento inespecífico estará grafada com letra minúscula, mas quando disser respeito ao “Relatório” escrito por Euclides sobre sua viagem à floresta, ressalto-o da mesma forma (com letra maiúscula).

Retomando as considerações a respeito dos estudos literários, gostaria de salientar que, conforme argumenta Walter Moser (1998), uma diferença entre os estudos culturais e os estudos literários diz respeito ao *corpus* textual da pesquisa, ou seja, os primeiros se apóiam em séries “heteróclitas não provenientes de coleções de textos institucionalmente constituídos e socialmente legitimados” (p.71). Em outras palavras, não é o aspecto canônico dos textos selecionados à pesquisa que importa para um trabalho de tese situado no campo dos estudos culturais, pois o privilégio dado a uma suposta “alta” cultura (como a literatura tem sido reconhecida) sobre uma também suposta “baixa” cultura (como as telenovelas, por exemplo, têm sido marcadas) é colocado sob uma forte suspeita nestes estudos (NELSON; TREICHLER e GROSSBERG, 1995). Neste sentido, minha pesquisa conecta e destaca como importantes os relatórios, as cartas, as notas, as atas, os diários – ou seja, documentos algumas vezes considerados como apresentando pouca importância literária quando comparados, sobretudo, ao livro escrito por Euclides da Cunha sobre a saga de Canudos. Porém, devo reconhecer que o fato de todos estes textos terem sido produzidos por Euclides da Cunha confere, por si só, legitimidade e importância aos mesmos, pois se trata de um autor canonizado na literatura brasileira e até, ousado dizer, latino-americana ou, quem sabe, mundial. Mas não foi o cânone, insisto novamente, que me interessou, ou que me orientou na seleção dos textos de análise, como se fosse importante, para mim, apenas, as grandes obras, os ensaios de renomado prestígio literário. Meu mergulho nos estudos culturais já havia me permitido relativizar tal aspecto.

A escolha dos textos decorrentes da viagem de Euclides da Cunha à Amazônia, para minha pesquisa, diz respeito, sim, embora possa parecer paradoxal, à força constitutiva dos mesmos, ou seja, ao poder que a eles se pode destinar na instituição de um modo de ver, ler e narrar a Amazônia no início do século XX. É, exatamente, a consagração literária de Euclides da Cunha que confere tal força a suas diferentes produções (mesmo as tidas como de menor fôlego literário). Dessa forma, destaco que a construção discursiva da Amazônia se dá a partir de relações assimétricas de poder, pois a floresta foi inscrita discursivamente no mundo a partir de determinados textos, que lhe imprimem significações sempre parciais e provisórias, sendo alguns tidos como mais legítimos e importantes (como merecedores de serem lidos, como influentes em uma determinada época), mesmo que se possa afirmar estarem alguns deles embebidos de hibridação (como parece ter sido o caso dos textos *euclidianos*).

Continuando a apresentar algumas questões relativas ao campo dos estudos literários, quero salientar que há uma vertente que insiste na “intransitividade do texto” (MOSER, 1998,

p.68). Nessa direção de pesquisa, o texto é tratado como um objeto absoluto e auto-referente. Ligia Chiappini (2000) também destaca que houve nos estudos literários um “largo período formalista, em que as relações dos textos com seus contextos foram postas entre parênteses, por uma atenção restrita à forma, entendida como estática e autônoma” (p.19). A autora chama a atenção para o crescente interesse dos estudos literários pelo “entrelaçamento das obras literárias com outros discursos” (p.19). Nessa direção, salienta-se a intertextualidade e a interdiscursividade dos mesmos. Como diz Moser (1998), outras tendências nesse campo têm acentuado a “transitividade do texto”, seu estatuto como documento histórico e suas relações com as estruturas sociais.

Chiappini (2000) destaca algumas questões relativas, por exemplo, ao cruzamento da literatura com a história. A autora diferencia as duas formas de análise, argumentando, portanto, que não se deva perder a singularidade de tais estudos, marcando, inclusive, que o ponto central de um estudo de literatura é o valor estético das obras literárias. A pesquisadora tece críticas às leituras instrumentais, conteudistas, utilitaristas e ideológicas que, segundo ela, empobreceriam o texto literário. Nesta direção crítica, a autora pergunta: “numa época em que reina o utilitarismo, não seria útil defender um espaço para o aparentemente inútil? E, portanto, defender a gratuidade da arte e o seu poder de resistência à domesticação ideológica...” (p.23)? Chiappini (2000) argumenta que os estudos literários, buscando exatamente ultrapassar ao mesmo tempo a gratuidade e a autonomia absoluta, concebem a “literatura enquanto constituída pela história e produtora de história”. Assim, o encontro entre a literatura e a história seria imanente à própria produção do artefato literário, pois este não se constitui sem historicidade. Como nos lembra a pesquisadora, ao invés de querer localizar na história as obras literárias ou encontrar nelas fagulhas de “fatos” históricos, torna-se mais importante:

(...) buscar o modo de compreender a produção dessa mesma historicidade, sem esquecer a historicidade da leitura ela própria e tentando articular o passado e o presente, para evitar seja o anacronismo da projeção de um sobre o outro seja na ilusão de apanhar inteiramente o passado, visitá-lo, revivê-lo, senão enquanto metáfora (CHIAPPINI, 2000, p.26).

Posso dizer que concordo em parte com as argumentações da autora, pois em minha pesquisa não tive a intenção de demarcar, claramente, os limites e as fronteiras entre os campos da história e da literatura. Pelo contrário, estive interessado em colocá-los em articulação. Mesclá-los não apenas entre eles (ou entre suas subáreas tais como a literatura de viagem e a história ambiental), mas com outros campos como os da educação ambiental, da geografia, da sociologia. Promovi, assim, as articulações disciplinares que pensei serem produtivas para as questões que me propus discutir na tese. Além disso, borrar as fronteiras, atravessar diferentes campos de saberes, relativizar as presumidas “purezas” disciplinares (essas são, inclusive, estratégias analíticas assumidas pelos estudos culturais), foi algo que deliberadamente busquei desempenhar neste trabalho. Ademais, longe de pretender conter o surgimento de supostos anacronismos e contradições (como se tivesse que resolvê-los ou, até mesmo, escondê-los) busquei, ao contrário, assumir em todos os momentos da tese o caráter instável e híbrido da escrita *euclidiana* sobre a Amazônia. Nesta direção, os aparentes anacronismos, as presumidas contradições e os latentes paradoxos que lia nos escritos amazônicos do autor mostravam-me a produtividade da noção de hibridação para a pesquisa. Aquilo que se vislumbrava, inicialmente (nas leituras que fazia dos textos *euclidianos* no início da tese), como paradoxal, foi-se, paulatinamente, configurando, a meu ver, como efeito da articulação promovida entre diferentes discursos. Em outras palavras, passei a argumentar e a defender a idéia de que a floresta emergida das páginas tecidas por Euclides da Cunha fora instituída *em* processos de hibridação (veremos melhor, e detidamente, esse aspecto no próximo capítulo).

Voltando às questões relativas às relações entre os estudos literários e os estudos históricos, posso pensar que os textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia não são, simplesmente, produzidos por efeito de um determinado contexto histórico da sua época, mas que eles igualmente instituem, produzem, certa historicidade. Como veremos no quarto capítulo da tese, esta historicidade construída através do texto *euclidiano* conecta-se fortemente, por exemplo, com toda a literatura científica de viagem do século XIX, relativamente às formas de ver, ler e narrar a floresta e os seres humanos que lá vivem; ou seja, Euclides da Cunha rompe deliberadamente com essa literatura ao inscrever a Amazônia nas linhas que foi tecendo, escriturando, em seu caderno de viagem. Articulando seus textos sobre a floresta com a literatura científica de viagem que, como veremos no próximo capítulo precisa ser apagada, desconstruída, passada a limpo, Euclides os dota de uma historicidade descontínua. Assim, esses textos talvez possam ser vistos como inaugurais, no que tange à

produção de uma “nova” discursividade sobre a Amazônia. Enfim, penso que é a ruptura e não a continuidade que marca a historicidade dos textos sobre a Amazônia escritos por Euclides da Cunha.

Até aqui, procurei argumentar que os textos *euclidianos* sobre a Amazônia são vários e diferentes; que tais artefatos apresentam não simplesmente uma relação contextual com a história, mas que produzem, eles mesmos, uma forma de ver a história, uma certa descontinuidade histórica que não se pode descolar facilmente do texto, estando, portanto, ligada de forma imanente a ele. Busquei argumentar, também, que buscar um valor estético definidor da qualidade literária dos textos não é uma intenção dessa pesquisa, mas, que, paradoxalmente, talvez, é exatamente a legitimidade conferida a Euclides da Cunha que me interessa, pois *seus* textos acabam adquirindo uma maior força constitutiva de significações sobre a Amazônia do que aqueles escritos por sujeitos não tidos como “literatos” à época. Além disso, ousou dizer que os escritos sobre a Amazônia de Euclides da Cunha permitem construir uma cadeia nova de analogias a respeito da floresta. Tais considerações também me levam novamente a marcar que além de vários, diferentes e importantes produtores de uma historicidade descontínua, os textos *euclidianos* sobre a Amazônia são atravessados por muitos outros textos, ou seja, como já indiquei anteriormente, eles possuem um caráter intertextual.

Marise Amaral (2003) chama a atenção para a “fascinante intertextualidade” que a viagem enquanto texto nos apresenta (p.142). A autora argumenta que lhe interessou discutir em seu estudo “os relatos dos viajantes como complexas produções culturais”, ou seja, como artefatos culturais “que se cruzam, que se interpenetram, múltiplos textos, várias narrativas, muitas histórias” (p.141). Sem dúvida, parece ser o texto de viagem que traduz de forma mais latente e explícita seu aspecto intertextual. Porém, quem sabe, possa-se dizer que qualquer texto contempla já em suas linhas muitos outros. E o caráter intertextual dos artefatos literários que lemos diz respeito não apenas àquilo que está escrito, ao seu conteúdo, mas, também, e de forma complexa, às leituras que são tecidas sobre os mesmos, leituras armadas (tecidas sob o crivo consciente de uma ou mais teorias) ou desarmadas (desinteressadas ou ingênuas). Em outras palavras, nas leituras que se fazem dos textos também se interpenetram múltiplos outros. Como nos diz Enzensberger (1995):

Se dez pessoas lêem um texto literário, o resultado será dez leituras diferentes. Todos sabem disso. Inúmeros fatores, completamente incontroláveis, influenciam a leitura: a história social e psicológica do leitor, suas expectativas e interesses, seu estado de espírito no momento, a situação na qual está lendo — fatores que não apenas são absolutamente válidos e que por isso deveriam ser levados a sério, mas que simplesmente representam as condições que permitem que algo como a leitura ocorra. Conseqüentemente, o resultado não é determinado pelo texto e não é determinável. Nesse sentido, o leitor sempre tem razão e ninguém pode lhe tomar a liberdade de usar o texto do modo que lhe for mais convincente (...). A leitura é um ato de anarquia. A interpretação, principalmente a única correta, existe para frustrar esse ato (p.16-17).

Nesta direção de entendimento sobre a leitura, posso dizer que a intertextualidade atravessa os textos em mão dupla, ou seja, na sua própria produção (sempre uma bricolagem singular e, talvez, nova, de muitos outros textos) e, ainda, nas leituras que lhe são feitas. Jonathan Culler (1999) também salienta que teóricos recentes têm argumentado que as obras literárias se tornam possíveis pelas anteriores, as quais elas “retomam, repetem, contestam, transformam” (p.40). Este autor lembra, ainda, algo que considero muito importante: a intertextualidade pode também ser observada em outros lugares e não, apenas, na literatura. Nessa direção, lembrar que os textos literários analisados nessa pesquisa apresentam uma intertextualidade é fundamental para não lê-los como inaugurando ou encerrando em si mesmos as significações, por exemplo, sobre a floresta amazônica.

2.2 Textos sem dono: para além do sujeito

Na seção anterior, busquei centralmente argumentar que, quando estou nomeando um texto como *euclidiano*, não estou esquecendo seu caráter intertextual. Isso permite relativizar, um pouco, pelo menos, a importância do nome próprio que é colado ao texto, alimentando o questionamento do controle que é exercido pelo suposto sujeito-autor (e seus interlocutores) sobre suas possibilidades de significações e leituras. Através dessa operação de ligação do texto a um sujeito-autor, inibem-se tratamentos diferenciais que possam ser dados aos textos, ou seja, a tessitura de leituras que não estejam aprisionadas àquelas ligadas às

intencionalidades do autor. Passo, agora, a ir adiante nessa tarefa de procurar deixar o texto *euclidiano*, ele mesmo, sem dono, ou seja, sem a clausura que a ele é destinada ao chegar a nós leitores com o carimbo do nome próprio da autoria sobre sua face explícita, sobre suas linhas e contornos.

Minha pesquisa pergunta, centralmente, a respeito da produção sobre a Amazônia tecida por um sujeito específico? Porém, o sujeito não seria uma produção de determinados domínios de saber e de poder? Qual a importância da nomeação dos textos que estou analisando como *euclidianos*? Por que esse ímpeto que me assombra em sempre querer dizer, afirmar, que os textos principais que estou pesquisando foram tecidos por Euclides da Cunha?

Estas perguntas são importantes para mostrar até que ponto torna-se central destacar que minha pesquisa foca os textos de viagem escritos por alguém que ocupa uma certa posição de sujeito-autor (Euclides da Cunha) e, também, até que ponto essa identificação de autoria pode ser apagada ou considerada de pouca importância. Sem dúvida, estes limites parecem ser complexos e de difícil delimitação. Primeiramente, talvez, seja preciso considerar que é importante e necessário marcar (no caso dessa pesquisa) que analisei textos escritos por Euclides da Cunha. Espero conseguir argumentar em favor dessa necessidade ainda nesta seção. Em segundo lugar, é preciso, também, mostrar que essa nomeação tem relação estreita com uma função de autoria assumida, em um momento específico, por um certo sujeito constituído com um nome próprio visto como importante, pois se tratava de um reconhecido homem das letras e das ciências brasileiras. Em outras palavras, quero argumentar que não é o sujeito-autor – se tomado como fundador de saber – que interessa à minha pesquisa. Tudo isso pode parecer paradoxal, mas, insisto, não é por possuir uma suposta mente brilhante que determinado sujeito-autor deveria interessar à pesquisa, mas, sobretudo, pelo papel que a ele é conferido no mundo, ou seja, pela extensão que seus textos assumem enquanto instituidores de modos de saber e estar no mundo.

A função autor, assumida por Euclides da Cunha, excede a sua própria obra na medida em que inaugura, ou possibilita, na ordem dos discursos, uma “outra” forma de narrar e de ver a floresta amazônica no início do século XX. Euclides da Cunha pode não ter assumido uma posição “transdiscursiva”, ou seja, fundadora de uma discursividade sobre a floresta permitindo, então, toda uma nova cadeia de inserção autoral na ordem das coisas. Nessa posição Foucault (2001) localiza, por exemplo, Marx e Freud, pois “eles não tornaram apenas possível um certo número de analogias, eles tornaram possível (e tanto quanto) um certo número de diferenças” (p.281), ou seja, outros textos, conceitos e hipóteses foram instituídos

a partir de suas produções. Talvez, um viajante brasileiro que se deslocava às regiões interioranas, abandonadas e “desérticas” (sem civilização) do país, um escritor de língua portuguesa, que, embora imerso no circuito intelectual da época, não viajara como seus colegas “literatos” à Europa; tudo isso não permitiu, quem sabe, que Euclides pudesse ser tomado como um “instaurador de discursividade”. Porém, como já afirmei anteriormente, Euclides da Cunha tornou possível, através da privilegiada função de autor que ocupou na época de uma ainda insipiente República do Brasil, que fossem estabelecidas um certo número de analogias que percorreram, no mínimo, toda a primeira metade do século XX. Assim, ao mesmo tempo em que estava instituído pela ordem dos discursos de sua época, Euclides da Cunha também atuou (e de forma importante) na instituição de um conjunto novo de analogias sobre os modos de ver e narrar a floresta.

Naquelas décadas, a Amazônia passou a ser vista e narrada, como veremos no final do próximo capítulo, como um lugar do caos, da barbárie, da imaturidade e, ainda, como um local desértico e abandonado. Como argumenta Wagner Santos de Barros (2000), nos textos *euclidianos* “a civilização deve chegar [definitivamente eu diria] até o deserto amazônico” (p.112). Como ainda veremos nessa tese, a articulação entre raça, nação e território será uma questão considerada como fundamental pelos que pretendiam instaurar políticas para civilizar e ocupar a Amazônia naqueles tempos.

Voltando às argumentações que vinha tecendo sobre a função autor, salientando a que foi desempenhada por Euclides da Cunha, quero problematizar a idéia de um sujeito “*desde sempre aí*” (Veiga-Neto, 2003, p.137), sempre dado e preexistente no mundo, destacando, a partir de Foucault, que o sujeito é instituído por dentro da história. Como argumenta Márcio Alves Fonseca (1995) seguindo pistas deixadas pelo filósofo:

O sujeito não é dado definitivamente na história, mas constitui-se no interior dela. Não pode mais ser visto como o núcleo de todo conhecimento e a fonte de manifestação da liberdade e de eclosão da verdade. Ao contrário, antes de origem e fonte, o sujeito é produto e efeito (p.75).

Isso significa, acredito, não dizer que o autor não existe (que o sujeito está morto), mas afirmar que, por exemplo, Euclides da Cunha ocupou um lugar específico no tempo e no

espaço, permitindo que através dele determinados discursos fizessem efeito, conformando, então, um si mesmo, ou seja, instituindo um sujeito-autor que através de suas mãos fez falar “coisas” que não lhe são, simplesmente, próprias.

São as “coisas” ditas sobre a Amazônia e a respeito dos seres humanos que lá vivem que me interessaram examinar nesta tese. Para tanto, selecionei focar meu estudo em um momento específico, o início do século XX, por parecer-me ter sido aquele o momento em que se começou a processar lentamente uma ruptura com modos de ver a floresta que percorreram todo o século XIX através da literatura científica e estrangeira de viagem. A necessidade de se produzir um outro modo de ver e narrar a floresta amazônica, nessa nova ordem dos discursos que parece ter-se instaurando naquele momento e circunstância, reverbera com toda força na obra sobre a Amazônia de Euclides da Cunha. Ao ocupar um lugar de destaque no Brasil, como membro, por exemplo, da Academia Brasileira de Letras, seus escritos ganharam maior legitimidade e passaram, portanto, a apresentar uma importância crescente na instituição de muitos significados, estando entre esses àqueles relacionados à floresta.

2.3 Euclides da Cunha: “um literato” em viagem à Amazônia

Como já referi, anteriormente, Euclides da Cunha¹⁵ é amplamente reconhecido como um dos principais e mais instigantes escritores brasileiros, tendo sido eleito, em 1903, quando já era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para a Academia Brasileira de Letras¹⁶, onde ocupou a cadeira que pertencera a Castro Alves. Contudo, tais vinculações institucionais no âmbito intelectual e científico – que, notadamente, conferiram ao escritor um destacado prestígio – não foram as únicas relevantes na trajetória de vida do escritor-viajante. Antes de sua inserção em tais instituições, Euclides da Cunha vivenciou uma conturbada

¹⁵ Euclides da Cunha nasceu em 20 de janeiro de 1866, na fazenda Saudade, em Cantagalo, Rio de Janeiro (VENTURA, 2003, p.287).

¹⁶ Euclides só tomou posse na Academia em 18 de dezembro de 1906, “depois de retornar da expedição ao Alto Purus”, na Amazônia (VENTURA, 2003, p.226). Seu discurso de posse foi um dos textos analisados na Tese, pois faz referência constante à viagem empreendida.

relação com as escolas militares. Penso ser interessante destacar este aspecto como um importante elemento de sua formação.

No ano de 1886, Euclides matriculou-se no curso de Estado-maior e Engenharia Militar da Escola Militar do Rio de Janeiro. Alguns de seus colegas foram Alberto Rangel e Cândido Rondon, tendo sido aluno de Benjamin Constant. Essa “escola [foi] um centro de irradiação de idéias positivistas e evolucionistas” (VENTURA, 2002, p.16). Segundo Renato Lessa (1999), a reforma do ensino militar patrocinada por Constant em 1890 pretendia, sob auspício dos ideais positivistas, formar alunos imbuídos da “missão civilizadora” a que se destinavam todos aqueles que seguiriam as carreiras do Exército.

Interessante é também ver que, no fim do Segundo Reinado e início da Primeira República, o ensino científico no Brasil estava “praticamente restrito às escolas técnicas e militares” (BOTELHO, 2002, p.46). Dessa forma, é possível dizer que Euclides teve, além de uma formação militar, uma iniciação científica destinada a poucos naqueles tempos e, ainda, embebida em ideais positivistas. Tais aspectos formativos foram fundamentais para que o viajante pudesse ser alçado a chefe de uma comissão de reconhecimento geográfico na Amazônia (como veremos com maiores detalhes logo adiante).

Um incidente ocorrido durante seus estudos na Escola Militar é considerado como um símbolo do espírito sempre contestador e crítico que nutria Euclides da Cunha, desde sua fase de escolarização e profissionalização. Durante uma revista das tropas, em 1888, Euclides joga sua arma no chão e interpela o ministro sobre as promoções que não mais ocorriam. Após esse protesto (interpretado por alguns estudiosos de sua biografia como uma crítica à monarquia), o futuro escritor-viajante é desligado do Exército. Em 1890, matricula-se na Escola Superior de Guerra (uma subdivisão da Escola Militar), marcando então seu retorno à formação militar. Em 1892 conclui o curso de Estado-maior e Engenharia Militar e é promovido a tenente, seu último posto no Exército (VENTURA, 2002).

Militar republicano, Euclides “voltava-se para a paisagem como forma de superar sua desilusão com a República e o Exército” (VENTURA, 2002, p. 01). Tido como um sujeito em constante transformação, um nômade, um transeunte, Euclides pode ser visto como alguém que estava sempre em conflito com suas próprias convicções e, também, com os territórios nos quais vivia quase sempre apenas temporariamente. Não era um sujeito do interior do Brasil, das regiões “desérticas” e “atrasadas” brasileiras que tanto o fascinavam, como também pouco se sentia conformado como um sujeito cidadão da região litorânea mais progredida da nação. Segundo Ventura (2003), “Euclides se sentia desajustado no mundo

urbano e civilizado” (p.47). Não era também um sujeito do Norte do Brasil (como se nomeava todos os lugares pouco civilizados na nação, pois como já destaquei na Introdução da tese o Nordeste ainda não era considerado uma singular região brasileira), território através do qual viajou (ao sertão semi-árido e, posteriormente, à Amazônia) e pela qual se deslumbrou; bem como pouco se via tranqüilo como alguém que estava em casa quando se encontrava no Sul do país (o território mais desenvolvido da nação que incorporava a atual região sudeste brasileira). Euclides parecia não ter lugar no mundo, um sujeito sempre em viagem, em deslocamento, em transformação, em hibridação. Dessa forma, de um fervoroso defensor do Exército e da República tornou-se, após a viagem a Canudos, quando atuou como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, um dos seus mais contundentes críticos. Nessa mesma direção, sua posterior viagem à Amazônia o faz novamente mutante. Como destacou Nelson Werneck Sodré (1963), “sobre a Amazônia, o que escreve antes de a conhecer tem uma orientação, esposa as teses doutrinárias do colonialismo; o que escreve depois de a conhecer é o inverso...” (p.31 e 32).

Nesta conformação de um sujeito em viagem, instituído em processos de hibridação, de constante instabilidade e reconstrução, Euclides da Cunha não pôde compor muito menos conservar uma biblioteca pessoal. Como argumenta Sodré (1963), Euclides “mudava-se freqüentemente. Não apenas de casa, mas de lugar, no seu nomadismo constante. Não teve biblioteca” (p.19). Porém, foi um leitor, talvez, obsessivo, principalmente dos relatos de viajantes que percorreram em séculos anteriores o Novo Mundo. Segundo Ventura (2003), Euclides leu naturalistas como “Humboldt, Martius, Spix, Agassiz, Bates, Chandless, Tavares Bastos, Sousa Coutinho e Soares Pinto, antes de mergulhar na escuridão do desconhecido” (p.238). No quarto capítulo desta tese, mostrarei a importância dessa literatura científica e estrangeira de viagem para a produção dos modos de ver e narrar a floresta amazônica que emergem dos textos de Euclides da Cunha. No entanto, importa, agora, marcar que “Euclides navega pelos rios Amazonas e Purus com mapas na mão e relatos na cabeça” (VENTURA, 2003, p.238).

Passando a destacar o prestígio literário que Euclides alcançou, quero registrar que, sem dúvida alguma, sua obra mais importante e consagrada foi *Os Sertões*, publicada em 1902 com “êxito fulminante” (GALVÃO, 2000, p.40). Como salienta Abreu (1998), um dos mecanismos de consagração das obras literárias naquele período era a sua aceitação e recomendação através da crítica literária. Naquele tempo, três estudiosos da literatura brasileira “se destacavam procurando inovar e afirmar uma crítica mais consistente, calcada

em critérios científicos: José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero” (ABREU, 1998, p.101). A pesquisadora argumenta que as críticas deferidas por estes importantes intelectuais ao livro de Euclides da Cunha sobre a saga de Canudos, publicadas em jornais de grande prestígio naquele início de século XX, criaram os alicerces para a consagração do mesmo. Embora esses críticos focalizassem aspectos diferentes em suas análises, “a bandeira da ciência os irmanava e isso se expressaria na consagração de *Os Sertões*” (p.101). Os intelectuais salientavam a idéia de totalidade da obra, ou seja, o “resultado da soma da arte com a ciência, do épico com o trágico e da emoção com a razão” (ABREU, 1998, p.102). O texto de Euclides da Cunha conteria, ainda, um valor especial “por se tratar de resultado de pesquisa feita no próprio local, o que não era habitual na ocasião” (p.103).

Ainda nessa direção, a de marcar o sucesso literário obtido por Euclides de Cunha com o lançamento de *Os Sertões*, gostaria de apresentar, agora, breves notas editoriais que atestam tal consagração. Segundo Ventura¹⁷ (2003), mais da metade da primeira edição do livro havia sido vendida em oito dias, o que foi considerado um sucesso para a época (p.222). As três primeiras edições (1902, 1903 e 1905) foram publicadas com correções de Euclides, pela Editora Laemmert do Rio de Janeiro. A Livraria Francisco Alves passou a publicar *Os Sertões* após sua morte em 1909¹⁸. A quinta edição de 1914 incorporou correções inéditas deixadas pelo autor. Após esta última, a “Francisco Alves publicou mais vinte e três edições até 1968, um ano antes de *Os Sertões* cair em domínio público” (VENTURA, 2003, p.230).

Foi, então, com sucesso e consagração literária que Euclides da Cunha rumou à Amazônia, pois, em 1904, foi nomeado Chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus (Amazônia). Sua missão oficial diplomática, já que ele viajava sob as “instruções” do Ministério das Relações Exteriores da República do Brasil (cujo Ministro era o Barão do Rio Branco), era fazer o levantamento cartográfico das cabeceiras do Rio Purus, “palco desde

¹⁷ Este livro de Roberto Ventura (2003) é um esboço biográfico, através do qual obtive conhecimentos importantes sobre a vida e a obra de Euclides da Cunha. Há outras biografias – como a de Aimberê Machado (2002), circunscrita, sobretudo, à vida do autor e a de Leandro Tocantins (1978), que, menos biográfica e mais interpretativa, destaca a presença do viajante na Amazônia –, mas essa, mesmo sendo um esboço, além de ser a mais recente delas, também é uma das mais detalhadas, pois contempla um rico arquivo fotográfico e baseia-se em um conjunto de entrevistas e densas pesquisas em bibliotecas e arquivos. Trata-se de um esboço (e não um trabalho finalizado) em razão da morte prematura do pesquisador, em 14 de agosto de 2002, em um acidente automobilístico, quando retornava da Semana Euclidiana em São José do Rio Pardo, São Paulo. A obra é resultado de um trabalho de organização a partir dos textos encontrados no computador do pesquisador. Roberto Ventura estava trabalhando há dez anos na construção biográfica de Euclides da Cunha. Seu trabalho encontrava-se em fase de finalização.

¹⁸ Euclides da Cunha morreu de forma trágica, aos quarenta e três anos, em 15 de agosto de 1909. Em um dia chuvoso no bairro da Piedade, no Rio de Janeiro, Euclides leva três disparos, após trocar tiros com Dinorá e seu irmão, o cadete Dilermando de Assis (amante de sua esposa Ana). Velado na Academia Brasileira de Letras, Euclides é sepultado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1909 (Ventura, 2003, p.298).

1902 de conflitos entre tropas peruanas e seringueiros brasileiros” (VENTURA, 2003, p.233). Naquela época, havia um certo desagravo entre o Peru e o Brasil por questões limítrofes devido, principalmente, a acordo feito entre o Brasil e a Bolívia através do qual essa última cedeu ao Brasil o território do Acre em troca de outras compensações territoriais e pecuniárias (SANTANA, 1999, p.162). A viagem assumiria uma grande importância para Euclides, que, talvez, estivesse buscando prestígio científico. Porém, estava também em jogo um empreendimento literário que Euclides desejava construir a partir dessa viagem à Amazônia. O autor queria escrever mais um livro do porte de *Os Sertões*. Seria para ele um retrato detalhado de uma outra região surpreendentemente também “desértica” do Brasil. E mais, como mostrarei ainda nesta tese, a Amazônia necessitava ser “limpa” das significações impostas pela literatura de viagem que sobre ela tinha sido escrita desde o século XVII¹⁹. Tal desejo literário pode ser conferido através de cartas que nosso viajante escreveu antes mesmo de conseguir meios de partir à floresta e, anos mais tarde, já em Manaus, pouco antes de iniciar aquela que seria sua última viagem pelas regiões “desérticas” do Brasil. Destacarei, a seguir, algumas palavras de Euclides da Cunha (1994a) sobre sua aspiração literária, em carta escrita em Lorena, São Paulo, em 1903, para Luís Cruls e, logo abaixo, em outra emitida já em Manaus, em 1905, para Coelho Neto:

Alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre. Mas não vejo como realizá-lo. Nesta terra, para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino por isto a aspiração – em que talvez pudesse prestar alguns serviços (p.216).

Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: *Um paraíso perdido*, onde procurarei vingar a Hiloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVII. Que tarefa e que ideal! (p.227).

Além de uma viagem oficial e diplomática de reconhecimento hidrográfico e territorial ou de um empreendimento literário, essa seria para Euclides, também, uma missão científica que lhe permitiria “completar a tarefa de Chandless para desvendar aos olhos da ciência o

¹⁹ É importante referir que as considerações que estou fazendo a cerca da literatura de viagem só puderam ser tecidas após uma leitura do conjunto dos textos amazônicos escritos por Euclides da Cunha. Dessa forma, quero destacar que maiores detalhes estarão no capítulo quatro.

mistério da ligação das bacias dos rios Madre de Dios, Uciale e Purus” (SANTANA, 1999, p. 168 e 169).

Em 1864, a Royal Geographical Society, de Londres, enviou um dos seus membros, William Chandless, para resolver a questão se o rio Purus seria um prolongamento do rio Madre de Dios. “O interesse da instituição inglesa na questão do Purus parece ser um dos aspectos de interesse mais geral, que envolvia a descoberta de uma rota entre o Pacífico e o Atlântico, através dos Andes e da Amazônia” (SANTANA, 1999, p.169). Chandless não chegou aos pontos mais extremos da cabeceira do Purus, portanto, “resguardou-se de um juízo definitivo sobre o assunto” (SANTANA, 1999, p.171). A Comissão liderada por Euclides da Cunha chegou até a parte mais extremada do Purus, avançando “para lugares nunca cientificamente explorados” (CUNHA *apud* SANTANA, 1999, p. 171).

Embora os escritos de Euclides sobre a Amazônia sejam pouco conhecidos, esses adquirem enorme importância, exatamente, por serem textos *euclidianos*. Ou seja, por ser Euclides reconhecido, ao mesmo tempo, como escritor, pensador e cientista, sendo considerado como alguém que apresentou profunda fé na ciência positiva. Segundo Miguel Reale (1999), “embora [ele] não tenha sido um filósofo, sempre sentiu o aguilhão da filosofia procurando penetrar no significado recôndito da realidade ou dos fatos. Preferi considerá-lo um *ideólogo*...” (p.07). Além desses atributos, Euclides carrega a marca de ter sido militar (algumas vezes um feroz defensor da República, outras seu crítico mordaz), ao mesmo tempo em que, talvez, contraditoriamente, seja visto como um homem avesso aos preconceitos de sua época. Nas palavras de Mayrink (2002), “a voz de Euclides queria ser a voz dos oprimidos, mas não consegue deixar de ser um estrategista do Exército” (p.01). Por essas construções a respeito de Euclides da Cunha, bem como, da importância dada aos seus escritos à época, e, até hoje, é que considere interessante e pertinente analisar suas produções textuais a respeito da Amazônia como as que marcaram mais fortemente os significados e os modos, pelos quais a floresta foi *inventada* no início do século XX. Na próxima seção, procuro detalhar esses textos e justificar algumas escolhas para minhas análises.

2.4 Os textos *euclidianos* sobre a Amazônia: escolhendo leituras

Antes de viajar como enviado do jornal *O Estado de São Paulo* ao sertão da Bahia, para acompanhar a Revolta de Canudos, Euclides já havia publicado inúmeros artigos sobre aquela região e seus acontecimentos. Da mesma forma, os escritos sobre a Amazônia poderiam ser divididos em dois momentos: antes da viagem como Chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus e depois dela. Como Euclides da Cunha, em suas viagens aos “desertos”, vai se conformando como um sujeito sempre “outro”, conforme destaquei anteriormente neste capítulo, acredito que foi importante ter circunscrito minha pesquisa, sobretudo, aos materiais relativos à viagem *euclidiana* para a floresta amazônica. Não me interessou mostrar o que pensava o indivíduo Euclides da Cunha antes e depois dessa viagem e, sim, ver como a floresta foi sendo produzida nos textos de viagem do escritor. São eles, inclusive, que adquiriram maior importância, exatamente pelo autor ter *estado lá* na floresta²⁰ (tal conformação será mais explorada no próximo capítulo).

Entretanto, é preciso salientar que há alguns ensaios sobre a floresta que foram escritos pelo autor anteriormente à sua viagem à Amazônia. Eles, a meu ver, também não poderiam ser descartados nesta tese, simplesmente por não terem sido escritos em viagem ou, então, depois dela. Como argumentarei com maior detalhamento no quarto capítulo da tese, um texto não deveria tornar-se mais verídico, mais realista, somente pelo fato do seu escritor ter mesmo *estado lá* nos lugares onde aconteceram as narrativas que teceu. Se no tempo *euclidiano* tal aspecto foi imprescindível para conferir validade e importância a um texto de viagem, no tempo de escritura dessa tese e, sobretudo, a partir de sua imersão no campo teórico-prático dos estudos culturais, tal questão necessita ser posta em questão. Nesse sentido, quero registrar que busquei analisar todos os escritos amazônicos de Euclides da Cunha, independentemente de terem sido tecidos antes, depois ou durante sua viagem à Amazônia. Mesmo assim, estive atento para aqueles que adquiriram uma maior importância e destaque na época: os textos derivados da viagem, pois naquele tempo era, sim, importante ter *estado lá* para escrever.

²⁰ Considero importante referir que minhas considerações sobre o “estar lá” foram inspiradas pelas produções do antropólogo Clifford Geertz, sobretudo em seu pequeno e já antigo ensaio “Estar lá, escrever aqui”, publicado no Brasil em 1989.

Acredito, também, que as cartas escritas sobre a floresta constituíram-se em importantes materiais empíricos de análise. Porém, foi preciso considerar que eram muitas e de diferentes ordens, ou seja, que essas assumiram um caráter mais oficial ao serem endereçadas ao Barão do Rio Branco e que havia outras de foro mais pessoal como as destinadas aos familiares. Aquelas endereçadas aos amigos também apresentavam diferenças marcadas pelo nível diverso de amizade: havia cartas endereçadas aos colegas da Academia Brasileira de Letras (uma relação mais recente e distante) e outras, como as escritas para Alberto Rangel, que foram tecidas para um dos seus melhores amigos, portanto, mais íntimas. Embora tenha circulado por um conjunto amplo de cartas, centrei-me naquelas que se referiam à Amazônia. Circunscrevi minhas análises, sobretudo, àquelas endereçadas ao Barão do Rio Branco, por terem sido muitas e de cunho mais oficial. Além dos textos tecidos sobre a floresta antes, durante e depois da viagem e das cartas escritas para o Barão do Rio Branco (e para alguns outros interlocutores, mas todas dizendo respeito à floresta), considerei muito pertinente analisar mais dois documentos: o “Diário da Marcha”, escrito pela tripulação da viagem, mas conferido e rasurado pelo próprio Euclides da Cunha, que nele incluiu anotações de próprio punho, bem como a sua “Caderneta de notas” sobre o Alto Purus, texto manuscrito que serviu como base para a confecção do já referido Relatório.

Apresento, a seguir, um Quadro síntese, no qual situo *toda* a literatura *euclidiana* sobre a Amazônia. Embora faça um esforço para deixar o Quadro *completo*, acredito que esse ainda contém lacunas e, talvez, várias delas. De qualquer forma, a produção mais substancial de Euclides da Cunha sobre a Amazônia está destacada neste Quadro 01. Vale lembrar que excluo do mesmo os textos referentes à viagem realizada anteriormente a Canudos, bem como a considerada obra-prima de Euclides da Cunha: *Os Sertões*. Como já indiquei, o Quadro restringe-se apenas aos textos que falam sobre a floresta. Esclareço que, para efetuar este levantamento, utilizei como referência básica um “Guia Euclides da Cunha”, intitulado “Rios de permanência: a obra do escritor e seus afluentes”, publicado nos Cadernos de Literatura Brasileira, números 13 e 14, de dezembro de 2002. Confrontei este “Guia” com a bibliografia encontrada no esboço biográfico tecido por Roberto Ventura (2003) e, também, com a importante publicação de Márcia Japor de Oliveira Garcia e Vera Maria Fürstenau (1995), intitulada “O acervo de Euclides da Cunha na Biblioteca Nacional”. Além desses materiais, utilizei-me, para fazer a referida montagem do Quadro, de uma coletânea dos textos

amazônicos de Euclides da Cunha (1994), organizada por Leandro Tocantins²¹ e de um livro de José Carlos Barreto de Santana (2001). Desde já, gostaria de destacar que as coletâneas de textos amazônicos de Euclides da Cunha, consideradas por Francisco Foot Hardman (2001) como as mais importantes, são: o livro organizado pelo próprio autor e lançado postumamente “A Margem da História”; uma coletânea organizada por Hilton Rocha, em 1976, intitulada “Um paraíso perdido” (reeditada em 2000 pela editora do Senado Federal) e, ainda, a coletânea já citada de Leandro Tocantins cuja primeira edição data de 1986.

Antes, ainda, de fazer a apresentação do Quadro, quero informar que nele irei destacar o ano de publicação da primeira edição de cada um dos materiais citados, bem como a referência da publicação que foi trabalhada na Tese. Na última coluna do Quadro, faço comentários para situar melhor o material destacado.

Quadro 1 - Textos amazônicos de Euclides da Cunha

TEXTOS	PRIMEIRA EDIÇÃO	PUBLICAÇÕES ANÁLISADAS	COMENTÁRIOS
1. <i>Fronteiras Sul do Amazonas: questão de limites.</i>	O Estado de São Paulo, 14.11.1898.	In: ___ Um paraíso perdido : ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. (organização Leandro Tocantins) Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.	Produzido antes da viagem de Euclides da Cunha à Amazônia.
2. <i>Correspondências com o Barão do Rio Branco</i>	De 23.01.1905 a 30.11.1905.	In: ___ Um paraíso perdido : ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. (organização Leandro Tocantins) Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. OBS: Nesta coletânea encontra-se uma seleção de 12 cartas. Euclides da Cunha escreveu 50 cartas ao Barão do Rio Branco desde sua chegada à Manaus em 1904. Todas estão disponíveis na Biblioteca Nacional.	Cartas enviadas por Euclides da Cunha ao Ministro das Relações Exteriores (Barão do Rio Branco), a quem estava subordinado enquanto Chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus na Amazônia. As cartas originais encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Não foram publicadas as cartas emitidas pelo Barão ao viajante. As cartas registram vários momentos da viagem de Euclides da Cunha à Amazônia.
3. <i>Contrastes e Confrontos</i> (coletânea de textos jornalísticos organizada pelo próprio Euclides da Cunha).	Porto: Empresa Litteraria e Typographica, 1907.	Os textos: “Conflito inevitável”; “Contra os caucheiros” e “Entre o Madeira e o Javari” foram escritos para o jornal <i>O Estado de São Paulo</i> em 1904. Os três estão na obra organizada por Leandro Tocantins (acima citada). O	Neste livro encontram-se apenas cinco textos amazônicos publicados em jornais no ano de 1904. Vale ressaltar que o texto incorporado somente na segunda edição do livro, diz respeito ao pronunciamento de Euclides da Cunha na cerimônia de sua recepção à Academia Brasileira

²¹ Há uma outra coletânea de textos sobre a Amazônia escritos por Euclides da Cunha. Ela foi organizada por Hilton Rocha em 1976. A coletânea trabalhada na tese, de Leandro Tocantins, além de ser homônima a esta outra é mais recente e também, segundo Hardman (2001), mais abrangente.

		texto “Contrastes e Confrontos” foi publicado no jornal “O País”, em 1904 e foi incorporado às Obras Completas de Euclides da Cunha (1995). O texto “Amazônia: a gestação de um mundo” foi escrito em 1907 e incorporado, apenas, à segunda edição do livro que também data de 1907. Este texto encontra-se na coletânea de Leandro Tocantins.	de Letras no ano de 1907. Vale lembrar, também, que a viagem de Euclides à Amazônia data do ano de 1905. Dessa forma, excluindo o discurso à Academia Brasileira de Letras, todos os textos inseridos em “Contrastes e Confrontos” foram escritos antes da viagem.
4. <i>Peru versus Bolívia</i>	Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1907.	In: Obra completa . Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.	
5. <i>Preâmbulo</i>	In: RANGEL, Alberto. Inferno verde . Genova: S.A.I., 1908.	O texto está inserido na coletânea de Leandro Tocantins (acima citada)	
6. <i>Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus</i>	Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.	Este relatório foi publicado sem os anexos na coletânea de Leandro Tocantins. A coletânea ainda apresenta as “notas complementares” do Relatório e um documento prévio ao Relatório final intitulado “Relatório Confidencial ao Barão do Rio Branco” (1905).	Na coletânea de Leandro Tocantins o Relatório sem os anexos recebeu o título de “O Rio Purus”. As “notas complementares” aparecem com o título de “Geografia do Alto Purus”.
7. <i>Relatório da Comissão Mista de Reconhecimento do Alto Purus</i>	Original de 15 de dezembro de 1905	Original no Arquivo Histórico do Itamaraty.	O material completo e original apresenta 99 páginas.
8. <i>Diário da Marcha</i> (escrito por membros da expedição)	Original de 20 de fevereiro de 1906	Original no Arquivo Histórico do Itamaraty.	O material completo e original apresenta 44 páginas. Material inédito. Apresenta observações e notas em suas margens tecidas pelo próprio Euclides da Cunha.
9. <i>Cartas aos Amigos</i>	Diferentes datas	À disposição na Biblioteca Nacional e algumas selecionadas e publicadas por Walnice Galvão sob o título: <i>Correspondência de Euclides da Cunha</i> , em 1997, pela Editora da USP. Algumas cartas foram selecionadas e publicadas por Francisco Venâncio Filho, em 1938, sob o título: <i>Euclides da Cunha e seus amigos</i> . Na coletânea de Leandro Tocantins há uma pequena seleção.	Há inúmeras cartas escritas na Amazônia.
10. <i>À Margem da História</i>	Porto: Lello & Irmão, 1909.	São Paulo: Martins Fontes, 1999. Todos os textos amazônicos desse livro estão, também, na coletânea de Leandro Tocantins e nas “Obras Completas” da editora	Esta é uma obra póstuma. Porém seus textos foram organizados pelo próprio Euclides da Cunha. Toda a primeira parte do livro é dedicada a viagem feita à

		Nova Aguilar.	Amazônia e intitula-se “Terra sem história: Amazônia”.
11. <i>Uma entrevista com o Dr. Euclides da Cunha</i>	Jornal do Comércio, Manaus, 29.10.1905.	Na coletânea de Leandro Tocantins	Única entrevista para a imprensa concedida por Euclides da Cunha
12. <i>Caderneta de notas sobre o Alto Purus</i>	1905	Original no Arquivo Histórico do Itamaraty.	

2.5 Textos *euclidianos* sobre a Amazônia: selecionando eixos analíticos

Início essa seção fazendo alusão ao processo de busca de documentos sobre a viagem de Euclides pela floresta amazônica, empreendida para a composição do *corpus* empírico da pesquisa. Considero que os aspectos que serão destacados foram fundamentais para o delineamento dos eixos analíticos da investigação. E mais, que a descrição deste processo mostra como tais eixos foram sendo lapidados paulatinamente no próprio processo de estudo.

Além dos textos de Euclides da Cunha que já estavam publicados sobre a Amazônia, pesquisei em arquivos históricos do Rio de Janeiro²², documentos ainda inéditos. Sabia, sobretudo pela leitura da obra de Leandro Tocantins (1978), que havia um diário (O “Diário da Marcha” ao qual me referi na seção anterior) escrito sobre a viagem *euclidiana* pela floresta e esse documento me pareceu precisar ser incorporado ao *corpus* empírico da pesquisa.

Este é um texto inédito. Nunca foi publicado. Até trabalhar com este documento, não compreendia como um diário de uma viagem de Euclides da Cunha podia estar no ostracismo. Sabia que ele fora escrito por tripulantes encarregados por seu chefe para tal tarefa (tecer anotações sobre a viagem) e acreditava ser essa a principal razão pela qual tal documento não interessara muito, por exemplo, a Leandro Tocantins, o principal organizador e estudioso da

²² As instituições nas quais fiz a pesquisa foram o Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) e o Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras (ABL), bem como nas respectivas bibliotecas dessas duas instituições. Não foi possível trabalhar na Biblioteca Nacional (BN), pois esta se encontrava, para o meu azar, em greve na época de minha viagem ao Rio, em novembro e dezembro de 2004. Permaneci cerca de um mês fazendo esta investigação. A greve da BN não chegou a afetar meus propósitos de pesquisa, já que os documentos originais da viagem *euclidiana* estavam disponíveis no AHI. De qualquer forma, imagino que, talvez, uma consulta à BN poderia ter sido muito interessante.

viagem de Euclides pela Amazônia. Pensava que nele encontraria curiosidades, fatos inusitados, um minucioso relato “etnográfico” da viagem. Sabia que Euclides havia lido e corrigido de próprio punho o documento (e isso efetivamente evidenciei, pois havia algumas anotações nas margens do relato), porém, para minha surpresa, não foi toda essa “riqueza” que encontrei naquele “Diário”.

Entendia, por exemplo, que aquela não era uma viagem de cunho antropológico. Talvez, devesse dizer de outra forma: que aquela não era uma viagem de um “etnólogo” cujos “cadernos de campo” são sempre ricos em detalhes, pois o que interessa mesmo é um registro minucioso das práticas sociais das populações humanas que se está querendo escrutinar. Euclides e os tripulantes encarregados da escritura do “Diário” não estavam interessados em fazer antropologia. Essa, sem dúvida, não era a lente que o viajante estava utilizando naquele momento e naquela circunstância. Aliás, o “Diário” simplesmente silencia a respeito dos modos de vida dos chamados à época “selvagens”. A única referência que encontrei a respeito das populações indígenas diz respeito ao medo que os tripulantes tinham de ataques a que porventura pudessem delas sofrer ao penetrarem a floresta amazônica.

Posso dizer que o “Diário” aqui em questão é de cunho científico-militar. Um registro das dificuldades da viagem, dos seus pontos de parada, dos acampamentos montados, dos contatos que iam sendo estabelecidos, dos registros geográficos que iam sendo feitos e das perturbações ao bom andamento dos trabalhos. Um texto que, a meu ver, é seco, resumido e, quase, taquigráfico, embora seja narrativo, pois apresenta uma estrutura de frases encadeadas que relatam determinados acontecimentos. Enfim, um “Diário” que, simplesmente, atesta, comprova diariamente de forma ordenada e constante (como deveria ser uma viagem ao mesmo tempo oficial, científica e, também, militar), em que horários precisamente regulados os trabalhos de levantamento geográfico se iam realizando. Isto demonstra o caráter “científico”, mas não naturalista da viagem. Não se tratava de fazer História Natural. Nas suas próprias palavras, o viajante sublinha:

Em páginas anteriores mostramos que bem pouco tempo nos restou para nos dedicarmos a outros estudos além dos que constituíam a nossa tarefa principal. Assim, quanto à estrutura da terra, à flora que a reveste, à fauna que a povoa, bem pouco podemos avançar com segurança (CUNHA, 1995a, p. 774).

Era especialmente com uma ciência “geográfica”, com acento positivista que se estava lidando. As extensas narrações da flora e da fauna, caracterizações minuciosas e detalhadas costumeiramente encontradas nos relatos dos naturalistas dos séculos XVIII e XIX, estão ausentes tanto do “Diário”, quanto do “Relatório” posteriormente escrito sobre a viagem. O olhar estava conformado pela necessidade de se fazer todas as medições capazes de detalhadamente e minuciosamente mapearem a “geografia” do rio Purus. A circunscrição das fronteiras da nação, através do traçado dos rios Purus e Juruá (outra expedição partira para fazer o mapeamento desse outro rio) era o que interessava. Além desses aspectos, o “Diário” pretendeu mostrar como irrupções de indisciplina foram fortemente repelidas. E isto demonstra seu caráter “militar”.

Teço estes comentários, pois eles são importantes para a compreensão, não apenas dos percalços da pesquisa, mas dos processos de seleção dos eixos de análise. Já no início da leitura do “Diário”, descobri que não encontraria aquilo que tinha imaginado que ele conteria (havia pensado até mesmo em transcrevê-lo de forma literal e publicá-lo em anexo à tese), ou seja, volto a dizer, não foi um diário *antropológico* que encontrei. Se antes partia para a leitura em busca de “dados” sobre as populações indígenas, sobre os sertanejos-seringueiros que lá se encontravam, sobre a própria floresta amazônica, agora era preciso mudar o foco da leitura, pois nada disso nele encontraria. Passei a me perguntar: o que interessaria, então, anotar? O que daquela narrativa em forma *quase* de telegrama estendido poderia interessar-me? Pensei na recorrência, ou seja, em marcar aquilo que era repetitivo nas anotações, pois, refletia, seriam tais circularidades que iriam me permitir ver aquilo que importava estar registrado naquele documento. Também comecei a me perguntar para quem aquele “Diário” estava sendo escrito. Pensei que, pela forma de sua composição e pela secura dos registros (seu caráter científico-militar), o documento apresentava dois *endereçamentos*. O primeiro seria direcionado ao próprio Euclides da Cunha, que através de tais registros poderia utilizá-lo na futura composição do “Relatório”. O segundo *endereçamento*²³ era o Barão do Rio Branco (Ministro das Relações Exteriores, a quem Euclides subordinava-se) e, assim, o texto assinalava, diariamente, os esforços feitos para que o trabalho decorresse de forma disciplinada. Talvez, em razão disso, a preocupação central em marcar no “Diário” os momentos em que estavam sendo cumpridas as tarefas de levantamento geográfico, os

²³ Estou utilizando a noção de “endereçamento” sob inspiração do instigante estudo de Elizabeth Ellsworth (2001) a respeito dos públicos que os textos filmicos acreditam estarem destinadas suas produções, ou seja, os presumidos *endereçamentos* de um filme cinematográfico.

horários que se levantavam diariamente, as “indisciplinas” que foram contidas de forma enérgica, os sobressaltos que comprometiam os trabalhos, mas que eram também prontamente vencidos. Vejamos isso um trecho destacado do “Diário da Marcha”:

(...) houve um pugilato entre o primeiro maquinista e um prático, (...) o chefe [Euclides da Cunha] interveio, usou de toda energia e resolveu deixar o primeiro maquinista no primeiro porto, depois de pagas todas as suas contas (BRASIL, 1906).

Em uma outra seção do “Diário”, no dia 23 de junho de 1905, comenta-se um outro incidente. Um desavenças que teriam ocorrido entre um cabo do destacamento e o cozinheiro, motivando enérgica intervenção de Euclides da Cunha. Este mandara amarrar o primeiro e chamara seriamente à ordem o segundo. As ordens acertadas de Euclides não teriam sido bem cumpridas pelo sargento que os acompanhava, pois o próprio cabo teria se amarrado. De próprio punho, ao lado desse relato escreve incisivamente Euclides da Cunha uma correção: “*o cabo foi amarrado pelo sargento*”.

Além desses aspectos relativos ao “Diário da Marcha”, também gostaria de registrar minha dificuldade em definir o que anotar ao examinar um conjunto de ofícios, atas e telegramas que pesquisei no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) sobre a viagem *euclidiana* à floresta. Começava a me dar conta que não tinha as categorias de análise da pesquisa delimitadas de forma segura e que isso me dificultava a decisão relativa ao que anotar ou, talvez, porque minhas pressuposições anteriores me impediam de ver que *dados* seriam importantes copiar e destacar. Passo a tecer considerações sobre esse dilema que começava a me perseguir.

Importante registrar que fui lendo todos os ofícios, todos os telegramas e todas as atas. A grande maioria dizia respeito a questões muito pontuais, como os pagamentos de salários aos tripulantes, os recursos utilizados (pois “coisas” eram compradas nas localidades em que se aportavam), os mantimentos consumidos, os instrumentos que se quebravam, ou seja, seu teor era, na maioria das vezes, de ordem administrativa. Alguns inclusive apresentavam cálculos matemáticos sobre o dinheiro já gasto até aquele momento, entre outras coisas semelhantes. Sem dúvida, esses eram aspectos interessantes, mas não pareciam relevantes

para meu estudo, ou seja, descartei todas as questões de ordem financeira e, também, as que diziam respeito à instrumentação técnica da expedição (tanto questões sobre os gêneros alimentícios e farmacêuticos, como também os de medição geográfica).

Com essa decisão, fui fazendo, quase sem perceber, uma seleção dos eixos analíticos da tese ou, quem sabe, os fui delineando e lapidando de forma mais explícita; e isso foi feito ao mesmo tempo em que mergulhava nas leituras dos materiais empíricos. Estava descartando, naquele momento, um conjunto de questões relativas à ciência, aos gastos com os equipamentos, aos instrumentos utilizados, aos cuidados necessários para com os mesmos, etc. Enfim, “dados empíricos” que iam mostrando como estava conformada certa forma de se fazer ciência “geográfica” naquele momento.

Hoje, neste momento de escritura desse processo de “coleta de dados”, vejo que a “ciência” (ou seria, talvez, a “geografia”) poderia se traduzir em uma categoria instigante para a pesquisa, principalmente para ver os modos como certa maneira de se proceder “cientificamente” ia constituindo aquilo que era importante ser visto e analisado na viagem e, excluindo, ao mesmo tempo, um conjunto de outras maneiras de enxergar. Inclusive, estava em jogo um modo, talvez, diferente de se fazer ciência, pois, como já disse nesta mesma seção, não era pelas lentes da História Natural que Euclides da Cunha escriturava o rio Purus. Nesta direção, a conformação detalhada dos mapas, que observei atentamente no AHI, poderia também ser algo interessante a ser pesquisado, pois mostrava como a cartografia naquele momento conformou um modo de ver e narrar a Amazônia. Sem dúvida, essas são questões que poderiam emergir nesta pesquisa. Aliás, para um pesquisador graduado em Ciências Biológicas, talvez se esperasse que essa centralidade da “ciência” constituísse uma categoria de estudo. Porém, todas as anotações que fiz eram na direção de marcar, de ir sondando, de ir tentando tatear, como se constituía o olhar para os indivíduos humanos que estavam vivendo na Amazônia e, também, sobre como tais escrituras se referiam à própria floresta. Talvez, por isso, todos estes ofícios, estas atas e estes telegramas (que eram muitos) me pareceram pouco interessantes. Fica, porém, uma pauta interessante para futuras pesquisas, pois não será nessa tese que tal questão será esmiuçada.

Através de tal reflexão, fui me perguntando sobre o foco e as categorias da pesquisa. Foi nesse processo que o “educativo” apresentou-se definitivamente como central ao meu estudo de tese²⁴. Pude, enfim, marcar que estava interessado em ver os *ensinamentos* que os

²⁴ Considero interessante registrar que já havia desenvolvido uma investigação, que resultou em minha dissertação de mestrado, na qual busquei destacar como o “educativo” passou-se a estar também atrelado ao

textos de Euclides da Cunha propagavam naquele momento sobre a Amazônia. E, por tudo aquilo que já vinha lendo e estudando sobre seus escritos, seus intérpretes nos estudos literários e estudos históricos relativos à época da Primeira República brasileira, me pareceu oportuno instituir tal foco como central e diferencial em minha investigação. Foi naquele momento que os aspectos que estou chamando de eixos analíticos da pesquisa, já apresentados anteriormente na tese, foram mais claramente delineados e passaram a ser: 1) a configuração da floresta como desencantada; 2) a produção de uma raça “nacional” capaz de ocupá-la e desenvolvê-la; 3) a estratégia de integrar o território amazônico à nação. Entretanto, considero necessário, agora, tecer mais alguns comentários sobre o delineamento de cada um deles.

Em meu anteprojeto de tese intitulado “A produção cultural da floresta amazônica no início dos séculos XIX e XX”, apresentado no processo seletivo ao curso de doutorado em educação, no segundo semestre de 2002, tinha interesse em comparar os textos amazônicos de Euclides da Cunha (do início do século XX) com os ensaios escritos sobre a floresta pelo viajante e naturalista alemão Alexander von Humboldt (do início do século XIX). Naquele documento que inaugurou essa pesquisa escrevi:

Sendo as florestas (principalmente a Amazônia) e as problemáticas ligadas a elas através da educação ambiental, talvez, um dos interesses principais do *campo ambiental* na contemporaneidade, interessa-me, então, ver de que forma elas foram inventadas, produzidas, narradas em diferentes momentos. Como estamos no início do século XXI, optei, inicialmente, por buscar *textos* bastante significativos sobre as florestas tropicais (principalmente a Amazônia) nos inícios dos séculos XIX e XX. Dessa forma, cheguei, portanto, aos *textos* de Alexander von Humboldt e Euclides da Cunha.

“ambiental” nas lutas e nos movimentos ecológicos processados nos anos 1970 no Rio Grande do Sul (GUIMARÃES, 1998). Ambos os estudos, tanto a dissertação como esta tese, salientam e conferem centralidade a práticas, artefatos e eventos pouco considerados como relativos ao campo educativo (esta seria, inclusive, uma articulação muito tênue, muito fraca e pouco visível). Como já discuti na introdução deste trabalho, minhas pesquisas têm apresentado pouca relação com questões notadamente escolares ou, então, com as chamadas pedagogias culturais. No entanto, o fortalecimento de uma articulação do campo educativo aos eventos, às práticas e aos artefatos estudados nas minhas investigações tem sido uma busca constante e, quase, obsessiva nos meus trabalhos de pesquisa.

(...) gostaria de dizer que não pretendo me lançar à pesquisa com as categorias de análise já definidas. Acredito que elas deverão ser compostas no próprio processo de mergulho na pesquisa, na leitura dos *textos* e das inúmeras contribuições teóricas a serem conquistadas no processo de estudo. Como ressalta Popkewitz (1997), as categorizações que definimos na pesquisa constituem aquilo que será visto e analisado, ou seja, participam, intrinsecamente, da construção das análises. Assim, definir as categorias *a priori* significaria direcionar, também *a priori*, meu olhar à pesquisa (GUIMARÃES, 2002, p.16).

Após três anos da escritura daquele anteprojeto é preciso reconhecer a fragilidade da argumentação relativa à seleção dos materiais empíricos que seriam submetidos ao meu crivo analítico. Posso dizer, agora, que não foi uma simples questão temporal que me fez construir a tese tal como ela se apresenta neste trabalho, ou seja, que deixou de me interessar o fato de Humboldt e Euclides terem vivido e produzido textos no início dos dois últimos séculos. Passou a me interessar, sobremaneira, a forma como em tais textos a floresta amazônica estava sendo significada discursivamente. Como não parti para a pesquisa com categorias analíticas prévias, pois no processo da investigação fui definindo mais precisamente meu estudo, uma das decisões mais importantes que tomei foi com relação a centrar minha pesquisa nos textos de Euclides da Cunha, articulando-os, sempre que considerasse importante, com os materiais produzidos por Humboldt. Deslocar os ensaios tecidos pelo naturalista alemão como não mais fazendo parte do *corpus* da pesquisa trouxe mudanças de várias ordens à investigação. Deixei, por exemplo, de estudar a língua alemã, de pretender fazer um estágio de doutorado na Europa, assumindo que meu trabalho seria, sobretudo, uma pesquisa centrada em discutir questões a respeito da produção de um olhar nacional para a Amazônia (questão que emergia das leituras que fiz dos textos *euclidianos*). E isso se configurou em razão de eu ter passado a enxergar, após mergulhar com maior ênfase nos escritos de Euclides da Cunha, que estava em jogo naqueles tempos inaugurais da República brasileira a incorporação da Amazônia como um território nacional.

Assim, a decisão de estudar como se processou o desencantamento da floresta nos textos *euclidianos*, definindo esse desencanto da Amazônia como meu primeiro eixo analítico, só foi possível, penso eu, pela minha incursão prévia aos textos de Humboldt. Passou a ser importante mostrar uma descontinuidade dos textos *euclidianos* com aqueles decorrentes de uma literatura científica de viagem produzida no decorrer do século XIX sob inspiração dos

ensaios de viagem de Humboldt – que a conceberam, como um lugar repleto de encantamentos, tal como já havia marcado em minha proposta de tese (GUIMARÃES, 2004).

Da mesma forma, assumir a raça e o território como eixos analíticos que seriam focados na minha investigação teve relação direta com o foco, a tese central do meu trabalho: no período da Primeira República brasileira estava em jogo, sobretudo nos textos *euclidianos*, um processo de instituição da Amazônia como um território nacional. Para defender esta tese, mostro que se articula a esse processo a instituição de uma raça nacional tida como a única capaz de desenvolver e transformar a floresta (meu segundo eixo analítico da tese) e, também, as estratégias necessárias para a integração da floresta à nação, conformando-a, de uma vez por todas, como um território nacional (o terceiro eixo analítico da tese).

Cada um dos capítulos seguintes foca, exatamente, cada um desses eixos, começando pela emergência na literatura *euclidiana* de uma floresta amazônica desencantada. Depois, foco as questões relativas à raça e depois ao território. Antes, contudo, no próximo capítulo, faço uma incursão de cunho mais teórico em torno da emergência dos conceitos de transculturação e de hibridação cultural na crítica cultural latino-americana – noções que selecionei como mais apropriadas para inspirar-me na condução da construção textual desta história de produção de um olhar nacional para a floresta amazônica.

3 MODOS DE VER UMA VIAGEM: ACULTURAÇÃO, TRANSCULTURAÇÃO E HIBRIDAÇÃO

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana. (SANTIAGO, 2000, p. 26).

Dos três conceitos enunciados no título deste capítulo, talvez o de aculturação seja aquele que se poderia definir com maior tranquilidade. Seu parcial desuso nos tempos atuais²⁵, bem como as críticas que essa noção sofreu no decorrer do último século, contribuiu para que seus contornos tenham sido delineados com maior precisão, quando comparados aos conceitos fugidios e instáveis de transculturação e de hibridação. Foi, inclusive, a partir de uma crítica contundente ao conceito de aculturação que a noção de transculturação emergiu, pelo menos naquilo que tem sido configurado como sendo a América Latina, ainda na primeira metade do século XX. O cubano Fernando Ortiz (1991), um importante estudioso da cultura latino-americana, pode ser considerado como aquele que fez emergir, na cena da análise cultural da América Latina, a noção de transculturação – através de um rigoroso estudo desenvolvido nos anos de 1930, sobre os contrastes de produção, economia, história e cultura entre o tabaco e o açúcar em Cuba –, procurando, através desse conceito, contrapor-se aos significados que se colavam ao de aculturação advindos, sobretudo, dos estudos sociológicos e antropológicos processados nos Estados Unidos e na Europa.

Em um texto datado de 1940, em que faz a introdução ao livro de Ortiz, o reconhecido (já naquela época) antropólogo Bronislaw Malinowski (1991) anuncia que a importância do estudo de Ortiz residia, principalmente, na sua crítica à noção de aculturação. Malinowski argumentava ser esse um vocábulo etnocêntrico e moralista, por estar impregnado da idéia de que o “*inculto* receberá os benefícios da *nossa cultura* [européia]; é *ele* quem mudará para

²⁵ Sem dúvida, o conceito de aculturação vem sofrendo críticas desde, pelo menos, a segunda metade do último século XX. Porém, não posso deixar de considerar que a noção ainda é referência para alguns estudos. Para ficarmos com um exemplo do uso contemporâneo desse conceito no campo da educação, ver o interessante ensaio de Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Júnior (2000).

converter-se em *um de nós*” (p.32). O antropólogo chama a atenção para a intensa circulação desse conceito nos escritos sociológicos e antropológicos da época, sobretudo entre os autores norte-americanos e, ainda, salienta que compreender os fenômenos decorrentes dos encontros entre culturas díspares não poderia significar defender “uma passiva adaptação [da cultura não-hegemônica] a um *standard* de cultura fixo e definido” (p. 32). Nessa direção argumentativa, Malinowski (1991) defende o conceito de transculturação proposto por Fernando Ortiz em substituição a expressões tais como “mudança cultural”, “aculturação”, “difusão”, “migração ou osmose de cultura”, entre outras. Em seu texto introdutório ao livro de Ortiz, o autor salienta que nos processos de transculturação as partes envolvidas sofrem modificações, pois através deles “emerge uma nova realidade, composta e complexa; uma realidade que não é uma aglomeração mecânica de caracteres, nem, no entanto, um mosaico, mas um fenômeno novo, original e independente” (p.33).

Se o processo de emergência de conceitos teórico-práticos apresenta uma intrínseca conexão com os tempos e os espaços a partir dos quais esses se constroem, resta saber mais detalhes sobre como foi possível edificar-se o conceito de transculturação no cenário das análises culturais latino-americanas. E mais, cabe também perguntar: a partir de que interesses e significados ele emerge? Sem dúvida, fazer uma espécie de genealogia do conceito de transculturação na América Latina seria um esforço de pesquisa muito interessante. Porém, não é esse meu interesse neste capítulo, pois tal desafio, talvez, pudesse se transformar, por si só, em uma tese de doutorado. Por outro lado, ao tomar o conceito de transculturação como central às análises que desenvolvo no decorrer deste estudo, não poderia me furtar ao desejo de, pelo menos, rastrear no pensamento de alguns autores latino-americanos os usos e as atribuições dados a essa noção. Volto a dizer que este não é um conceito fácil e tranqüilo de se lidar em uma pesquisa. Ele se apresenta, certamente, como fugidio e instável: pode dizer respeito, ao mesmo tempo, a uma postura geopolítica de pesquisa, a uma forma de leitura de um artefato cultural, a uma maneira de narrar e contar histórias, entre outras recorrências.

Enfim, mostrar a emergência histórica e cultural do conceito de transculturação na América Latina, indicando que essa construção está fortemente marcada pela crítica à noção de aculturação, é um dos objetivos deste capítulo. Faço isso, centralmente, a partir da principal obra de Fernando Ortiz (1991): *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar* e, também, procuro capturar os usos do conceito em questão na crítica literária operada pelo estudioso uruguaio Ángel Rama (2001a e 2001b). Talvez, sejam esses os dois autores que, na América Latina, tenham sido os principais responsáveis por colocar o conceito de

transculturização em ampla circulação na crítica literária e cultural²⁶. Acredito que ao fazer tais escolhas de leituras, circunscrevendo meu texto, sobretudo, a esses autores, assumo a parcialidade e a incompletude desse estudo, no qual não irei me deter em outras significações dadas à noção de transculturização por outros textos e autores. Desde já, quero alertar que aqui não estou pretendendo fazer uma ampla genealogia do conceito. Volto-me, sobretudo, à intenção de lidar com mais propriedade com as possibilidades e com as potencialidades que a noção de transculturização oferece às análises e às interpretações culturais.

Como já destaquei nos capítulos anteriores, analiso, nessa pesquisa de doutorado, as narrativas tecidas sobre a Amazônia no início do século XX, a partir, especialmente, dos escritos de viagem de um consagrado (já naquela época) “literato” brasileiro – Euclides da Cunha. Na parte final deste capítulo mostro, sob inspiração analítica dos conceitos que estarei discutindo, como, na literatura deste importante viajante e escritor brasileiro, os rios amazônicos são narrados. Como destacarei mais adiante, nessa literatura a natureza é narrada dramática e vivamente e nela os rios amazônicos vão sendo inscritos como produtores de uma terra caótica, desencantada e, ao mesmo tempo, familiar e estrangeira. Nessas breves análises sumário aspectos da narrativa *euclidiana* sobre a Amazônia que serão desenvolvidos de forma mais pormenorizada ao longo de toda a tese.

Voltando às questões centrais deste capítulo, quero salientar que também considero importante ir mostrando em todo o momento da escritura desse texto, algumas críticas e significações mais contemporâneas relativas à noção de transculturização.

Antes de iniciar propriamente aquilo que me propus tecer nesta seção – traçar uma espécie de genealogia parcial do conceito de transculturização na América Latina (fazendo referências, também, a outros conceitos como hibridação, heterogeneidade, sincretismo e mestiçagem) –, quero chamar a atenção para como essa tarefa que busco empreender tem uma relação estreita com a linha de pesquisa chamada “Estudos Culturais em Educação”, à qual vinculo a tessitura da minha pesquisa de doutorado. Em quase dez anos de existência da “linha”, posso dizer que poucas pesquisas se valeram fortemente de tal conceito, embora alguns trabalhos mais recentes tenham buscado ancorar algumas de suas análises em conceitos edificados por autores latino-americanos. Refiro-me, por exemplo, aos trabalhos de Shaula Sampaio (2005) e de Eli Fabris (2005).

²⁶ Não posso deixar de levar em consideração a obra de Mary Louise Pratt (1999a), também responsável pela circulação do conceito de transculturização nos estudos literários e culturais dos anos 1990. Cabe registrar, que foi através dessa autora que aprendi, primeiramente, sobre transculturização.

Assim, pretendo, com este capítulo, fornecer uma pequena contribuição no sentido de marcar com alguma densidade teórica uma das histórias relativas ao conceito de transculturação nos estudos e nas práticas culturais da América Latina. Mas, volto a insistir, essa será uma história parcial e incompleta, pois como também já indiquei, não tenho qualquer pretensão de mapear todos os usos e todas as significações que porventura tenham sido dadas a essa noção. De qualquer forma, não posso deixar de considerar que a história que componho nesse texto está, sobretudo, vinculada aos meus propósitos geopolíticos de pesquisa.

Faço uso nesse momento do conceito de “geopolítica” tomando-o de empréstimo da noção “geopolíticas do conhecimento”, apresentada e discutida pelo semiólogo argentino Walter Mignolo (2003a). Esse autor produz uma crítica contundente aos chamados, por ele, macro-relatos da Modernidade, os quais teriam sufocado as outras possibilidades de conhecimentos – tais como os produzidos em outras línguas (como as indígenas) e em outros lugares (como a América Latina e a África) – não tributários das vertentes de saber constituídas a partir da Grécia, da França e do norte do mediterrâneo. Estes macro-relatos seriam: o cristianismo, o liberalismo e o marxismo. Como diz o autor, “uma das conseqüências negativas da geopolítica do conhecimento é impedir que o pensamento se gere de outras fontes, que beba em outras águas”. O conhecimento, tal como enfatiza Mignolo (2003a), está marcado pela diferença colonial. Em virtude dessa configuração, o autor propõe uma epistemologia fronteiriça que trabalhe, por exemplo, no “limite dos conhecimentos indígenas subordinados” pelo poder colonialista. A epistemologia fronteiriça, isto é, o “pensamento que pensa e se pensa a partir da perspectiva de quem sofre as conseqüências da violência estatal” seria, na visão do autor, vital para o pensamento crítico atual. Em sintonia com tal posicionamento, Mignolo (2003b), em seu livro de maior fôlego, vai defender aquilo que ele chama de um “pensamento liminar”, que não seria, simplesmente, uma enunciação híbrida, mas fraturada em “situações dialógicas com a cosmologia territorial e hegemônica” (p.11). Toda essa arguta crítica proferida pelo autor reverbera, de alguma forma, nas escolhas que fui fazendo em minha pesquisa de doutorado, tanto em relação aos conceitos, quanto aos autores e, também, aos problemas de pesquisa que fui configurando. Porém, devo destacar que os rastros da “herança” que recebo das tradições ocidentais do pensamento social (sobretudo do pós-estruturalismo francês) ainda nela soam e, assim, quem sabe a pesquisa também esteja capturada pelas malhas do poder colonial nesses tempos de colonialismo global e pós-colonial.

Voltando a enfatizar meus interesses geopolíticos de pesquisa, quero dizer que busco deslocar um pouco em meus estudos e práticas, a centralidade, usualmente atribuída, na articulação entre os estudos culturais e a educação (principalmente a educação ambiental), a conceitos advindos da escola britânica dos estudos culturais, tais como: representação, identidade, regulação, produção e consumo, que compõem o chamado “circuito da cultura” (Hall, 1997a). Isso não significa que tais conceitos foram apagados ou banidos de meu trabalho, pois esses continuam sendo colocados em operação nas análises que procedi, sem, no entanto, ocuparem um lugar central.

Embora este deslocamento tenha relação com um interesse explícito de vinculação da minha pesquisa aos estudos e às práticas culturais desenvolvidas na América Latina, não compartilho do entendimento que compreende a incorporação de conceitos dos estudos culturais britânicos como, simplesmente, uma atitude colonialista. Esta é uma idéia que parece transparecer através de textos e pronunciamentos de alguns estudiosos da cultura (abordarei essas questões com maior detalhe logo mais). Como destaca Canclini (1997), os autores que trabalham com o campo das humanidades e das ciências sociais na América Latina não meramente incorporam matrizes teóricas advindas da Europa, mas praticam uma espécie de “apropriação híbrida”, ou seja, uma utilização crítica no interior de problemáticas locais. Talvez, considero importante assinalar, seja essa a configuração que se destaca nos estudos processados na linha de pesquisa a qual estou enredado.

Entretanto, deslocar a centralidade dos conceitos advindos dos estudos culturais britânicos em meu estudo é uma intenção que quero deixar explícita. E disso decorre a preocupação em lidar fortemente com os conceitos de transculturação e de hibridação a partir de autores situados *na* América Latina, até porque esses são bastante pertinentes às situações que examino nesta tese. Novamente se faz necessário o auxílio de Mignolo (2003a), pois este estudioso problematiza, inclusive, a idéia de que possamos falar tranquilamente em “geopolíticas do conhecimento *na* América Latina”, pois esta deveria ser tomada não como um referente geográfico em si mesmo, mas como uma conseqüência, um produto ao mesmo tempo geográfico e simbólico do “conhecimento geopolítico fabricado e imposto” pela Modernidade (*inventada*, eu diria, a partir da Europa). Assume-se, com esta perspectiva, que a América Latina não poderia ser vista simplesmente como um referente geográfico, mas como uma invenção histórica inerente às relações coloniais do poder e, além disso, que o conhecimento sobre ela produzido não é algo abstrato e não-localizado, mas está marcado geográfica e historicamente e “tem um valor e um lugar de origem”. Dessa maneira, ao falar

em América Latina quero lembrar que não a tomo, simplesmente, como uma localidade geográfica, mas como uma construção simbólica articulada em lutas por imposição de significados. Porém, é interessante destacar, seguindo Martín-Barbero (1996), que o diferencial da América Latina não estaria somente no mundo simbólico. Para o autor, “a diferença está na história, está nas coisas que se vão mesclando”. E, como sentencia o autor, “a especificidade da América Latina tem sido sempre mesclar pré-modernidades, modernidades e pós-modernidades”. Em outras palavras, o autor argumenta que ao falar na América Latina, ele estaria se referindo a um território geográfico e simbólico que reuniria “temporalidades” muito distintas. Ao mesmo tempo em que podemos encontrar grupamentos humanos amplamente integrados aos circuitos culturais de consumo, há inúmeros outros com dificuldades enormes no atendimento de suas necessidades mais básicas de vida.

Mesmo estando atento para tais problematizações, devo dizer que os estudiosos que invoco para construir minhas argumentações, não podem ser considerados, tranquilamente, como teóricos dos chamados “Estudos Culturais Latino-americanos”. Essa é uma nomenclatura que vem sendo utilizada nos últimos anos, para circunscrever um amplo campo de estudos sobre a cultura centralmente tecido a partir mesmo desse território geopolítico e simbólico. Porém, tal delimitação de fronteiras, mesmo que essas sejam concebidas como porosas e fluidas, tem sido contestada e problematizada. Dessa forma, uma “narrativa” ou uma “versão” latino-americana para os estudos culturais, tal como descreve Escosteguy (2001), pode ser, no mínimo, colocada em suspeição. Apresentarei mais argumentos sobre isso na próxima seção desse capítulo.

3.1 “Estudos Culturais Latino-americanos”: territórios contestados

Primeiramente, embora possa parecer uma obviedade, quero registrar que tal denominação pode ser contestada em razão da temporalidade das produções de autores como Fernando Ortiz e Ángel Rama. Seus escritos são anteriores à década de 1990, na qual, segundo Mattelart e Neveu (2004), os estudos culturais expandiram com força suas fronteiras, para além do universo britânico e de língua inglesa. Nesse sentido, não se poderia localizar tais autores no campo dos estudos culturais. Tal vinculação seria vista como uma

impropriedade. Pode-se considerar, contudo, que alguns estudiosos contemporâneos localizados no campo dos estudos culturais têm se valido de tais autores para comporem suas argumentações e análises. Em segundo lugar, quero destacar que os próprios autores²⁷ identificados como pertencentes aos “Estudos Culturais Latino-americanos”²⁸ contestam, eles mesmos, essa localização teórica. Passo a tecer mais alguns comentários sobre isso.

Em um capítulo do seu livro *Globalização Imaginada*, Canclini (2003a) define a si mesmo como um antropólogo latino-americano, ao fazer divagações sobre os encontros e os desencontros ocorridos entre ele, um “sociólogo europeu” e uma “especialista norte-americana em estudos culturais”. Essa sua apresentação já indica a sua auto-identificação enquanto intelectual acadêmico vinculado à antropologia e não aos estudos culturais. Embora o capítulo não esteja configurado para explicar tais identificações fracas e desnecessárias, em algumas passagens posso capturar algumas críticas do autor aos estudos culturais. E estas críticas vão na direção de salientar que os chamados *Cultural Studies*²⁹ apresentam uma emergência notadamente concebida na Inglaterra, e não na América Latina. Ao destacar esta localização, o autor coloca em suspeição a configuração do campo na América Latina, que teria, portanto, outras genealogias para os estudos que assumem a centralidade da cultura nas formas como os sujeitos enxergam o mundo e a si mesmos. Porém, em outro texto, Canclini (1997), mesmo tecendo apontamentos que buscam uma revisão teórica dos estudos culturais (como passar a focar as hibridações e não as identidades culturais e, inclusive, a atentar mais para a globalização econômica), reconhece a configuração desses estudos na América Latina. Entre suas críticas é interessante destacar que Canclini (2003a) problematiza o pouco interesse dos estudos culturais pela economia da cultura, ou seja, dar-se-ia pouca importância nas pesquisas que se processam no campo para a produção econômica e para os processos de circulação dos bens simbólicos nos mercados capitalistas avançados.

Ainda na esteira da crítica à própria configuração do campo dos “Estudos Culturais Latino-americanos”, torna-se relevante apresentar algumas argumentações tecidas pelo

²⁷ Segundo Mattelart e Neveu (2004), seriam eles: Néstor Garcia Canclini, Jesús Martín-Barbero, Renato Ortiz e Jorge Gonzáles. Eu poderia incluir, ainda, uma vasta gama de outros nomes, mas, apenas, para citar mais alguns: Daniel Mato, Beatriz Sarlo, Silviano Santiago, Graciela Montaldo, Nelly Richard, Beatriz Resende, Heloisa Buarque de Holanda, entre outros.

²⁸ Uma introdução aos chamados “Estudos Culturais Latino-americanos”, bem como, à própria polêmica em torno dessa denominação, pode ser lida através do ensaio de Marisa Costa, Rosa Silveira e Luis Henrique Sommer (2003).

²⁹ A denominação *Cultural Studies* indica a emergência desse campo como associada à língua e à tradição anglo-saxônica de crítica cultural. Mesmo que alguns de seus expoentes (como Stuart Hall) não sejam de nacionalidade inglesa, bebem, sem dúvida, de tradições ocidentais de pensamento como o marxismo e, também, o pós-marxismo e, ainda, escrevem em língua inglesa.

pesquisador latino-americano Daniel Mato (2002). O autor reconhece ter ocorrido a partir dos anos 1990 uma crescente institucionalização e visibilidade dos chamados *Estudios Culturales Latinoamericanos*, processo desencadeado na esteira do ocorrido já em décadas anteriores em relação ao campo intitulado *Cultural Studies* (principalmente na Inglaterra, Estados Unidos e Austrália) e da área avocada como *Latin American Cultural Studies* (em expansão nos Estados Unidos). Mato (2002) sugere que:

...a irrupção da denominação *Estudios Culturales Latinoamericanos* [Estudos Culturais Latino-americanos] em espaços universitários da América Latina geralmente tem sido consequência dos entrecruzamentos entre as práticas de acadêmicos e intelectuais da América Latina com as de colegas, universidades, associações acadêmicas, editoras e revistas acadêmicas dos Estados Unidos e da Inglaterra (p.29).

É necessário marcar que há uma diferença importante entre aquilo que se configura como *Latin American Cultural Studies* e os chamados *Estudios Culturales Latinoamericanos* (e sua correspondente tradução e nomeação em português como “Estudos Culturais Latino-americanos”). O primeiro refere-se à crescente institucionalização, através de departamentos, grupos de pesquisa e núcleos de ensino, em universidades dos Estados Unidos, de um campo de estudos que reúne pesquisadores (muitos deles nascidos e graduados na América Latina) que tecem diversas e diferentes pesquisas *sobre* a cultura na América Latina. Esse é um campo, devo ressaltar, que pensa e escreve em inglês. Por outro lado, o segundo termo refere-se a um processo muito mais recente de institucionalização que ocorre em universidades da América Latina e que envolve pesquisadores interessados em estudar a cultura latino-americana e suas relações transnacionais, a partir dos territórios em que vivem. Essa é uma área, também devo salientar, que pensa e escreve, sobretudo, em espanhol e português. Embora estes campos estejam articulados e desenvolvam, inclusive, intercâmbios, é preciso reconhecer que o primeiro goza de uma maior institucionalização, visibilidade e poder.

Segundo George Yúdice (2002), há uma congruência entre os dois campos acima marcados no que tange ao modo como a cultura é neles entendida; ou seja, em ambos se tem deixado de compreendê-la como uma marca elitista (a chamada alta cultura) e a considerado como mais ligada ao cotidiano da vida das pessoas. De modo semelhante ao exposto acima, o

autor também destaca a institucionalização dos estudos culturais nos Estados Unidos e a quase não existência da *etiqueta* na América Latina, ou seja, ele assinala a fraca institucionalização ocorrida nessa última. Além desses aspectos, talvez seja importante apresentar uma outra diferenciação entre os estudos culturais realizados nos Estados Unidos e na América Latina, que é também marcada por Yúdice (2002). Nos Estados Unidos, os estudos culturais estariam consolidados através de um “paradigma da *política de representação*”. As injustiças sociais seriam consideradas como passíveis de mudanças que poderiam ser corrigidas discursivamente, ou seja, pela valorização das diferenças culturais procedida ao nível das esferas públicas de produção cultural. Para o autor, na América Latina, haveria pouco espaço para a ratificação de injustiças sociais somente através de uma *política de representação*. Entretanto, ressalta o estudioso, cada vez mais intelectuais nos Estados Unidos têm buscado compreender as práticas culturais latino-americanas através desse “paradigma”. Contrapondo-se a esta compreensão, Yúdice (2002) argumenta que os zapatistas no México, por exemplo, “ocultariam” sua identidade híbrida, isto é, colocariam uma “máscara” para poderem ser vistos na sociedade mexicana. Desse modo, uma *política de representação*, que visaria afirmar identidades minoritárias em termos simbólicos, sofreria um descompasso perante as estratégias de lutas dos grupos subordinados da América Latina. E mais, o autor indica que uma *política de representação* na América Latina não funcionaria porque não haveria uma distribuição “material adequada que apoiasse a promessa simbólica da participação no consumo cultural”.

A argumentação proposta por Yúdice (2002) pode parecer simplificadora dos jogos de poder que se processam nas sociedades, pois ela poderia nos levar a entender que se uma sociedade for materialmente bem equipada e tiver pleno acesso ao consumo de bens simbólicos, a partir desse momento, então, uma *política de representação* surtiria um maior efeito de mudança social. Nessa direção, poderíamos pensar que faltaria à América Latina, antes de tudo, atingir um estágio mais desejável de acesso universal ao consumo e aos bens materiais, para que tal pressuposto fosse passível de ocorrência. Entretanto, penso eu, tal entendimento pressuporia que essa seria a vontade proeminente e a única possível para os diferentes agrupamentos humanos que vivem no continente, ou seja, que aos latino-americanos estaria reservado, somente, o desejo de viver conforme os estilos de vida estadunidenses.

Poderia concordar (como nos têm mostrado os debates no Brasil sobre a sustentabilidade ambiental) que os diferentes agrupamentos humanos alijados do processo de

consumo teriam um direito legítimo de consumir mais dos chamados recursos naturais do planeta. Contudo, seria imprescindível, a meu ver, defender a idéia de que outros necessitariam reduzir, drasticamente, seus índices de consumo. Nessa direção argumentativa, coloca-se em pauta não uma redução (ou um aumento) geral dos padrões de consumo, mas o necessário uso eqüitativo dos recursos ambientais do planeta. Isso implicaria propostas alternativas de desenvolvimento (se essa continuar sendo a palavra mais adequada), que levem em consideração, como diz Pádua (2003), as “potencialidades do território e da variedade de ecossistemas e formas culturais presentes no mesmo”.

Feita esta rápida digressão na minha argumentação, torna-se importante, agora, retomar a linha de pensamento que venho construindo e continuar marcando um pouco mais os motivos pelos quais os *Latin American Cultural Studies* e os “Estudos Culturais Latino-americanos” podem ser tomados, ambos, como campos contestados e problemáticos.

Sem querer fazer uma avaliação moralista desses processos de institucionalização, Mato (2002) reconhece as positivities que as relações transnacionais entre grupos e áreas podem trazer para as disciplinas acadêmicas, favorecendo iniciativas transdisciplinares, além de “desafiar os discursos sobre a suposta objetividade das ciências sociais” (p.29). Porém, o pesquisador destaca algumas de suas preocupações com esse processo, sobretudo o estímulo a uma sobrevalorização das “tendências intelectuais dos centros” (p.30). Nessa direção, argumenta o pesquisador, há um desestímulo às práticas críticas em cultura e poder que são desenvolvidas por atores locais, através, por exemplo, dos movimentos sociais, isto é, em âmbitos que vão além das universidades. Por isso, seria interessante, nos diz Mato (2002), deslocar, problematizar a idéia de estudos culturais, pois ela diz respeito a uma tradução do inglês que naturaliza a exclusão de “práticas muito valiosas em cultura e poder” na América Latina (p.30). Argumenta ainda o mesmo autor, que o caráter político desses estudos dissolve-se em uma retórica discursiva, pois tais pesquisas concentram-se em um excessivo *textualismo*, ou seja, em análises de textos e discursos, não se atentando para práticas sociais específicas. E conclui sua ácida crítica propondo uma outra denominação para o que vem sendo considerado “Estudos Culturais Latino-americanos”: “Práticas Intelectuais em Cultura e Poder”.

Menos fervoroso em sua crítica, Martín-Barbero (1996) em uma entrevista para Ellen Spielmann, apenas destaca que não começou a falar de cultura por terem chegado até ele teorias européias. E diz: a “América Latina não se incorpora aos estudos culturais quando estes viraram moda como etiqueta, mas tem uma história muito distinta”. Nesse sentido, o

pesquisador, na mesma direção de Canclini (1997), parece reconhecer o campo dos “Estudos Culturais Latino-americanos”, embora defenda para esses uma genealogia própria e distinta daquela dos estudos culturais britânicos, levando a uma desnaturalização e a uma suspeição de tal nomeação, como também propõe Mato (2002).

Para finalizar (embora sem concluir) essa polêmica, gostaria de dizer que acredito ser interessante reconhecer que politizar os estudos desenvolvidos nas universidades, não diz respeito, apenas, como parece ser a posição de Mato, a desenvolver uma pesquisa militante junto aos movimentos sociais (ou com vinculação estreita com os mesmos), embora seja sempre importante indagar-se sobre *para quem* (e *para que*) se pesquisa, ou seja, sobre as motivações políticas da mesma. Contudo, essa é uma discussão que pretendo fazer no capítulo final da tese, não sendo adequado alargá-la neste momento.

Feitas estas considerações, que estou julgando imprescindíveis de serem marcadas em estudos que pretendam compartilhar, de forma mais íntima, certas genealogias latino-americanas dos estudos culturais, passo a focar algumas emergências e usos do conceito de transculturação, conforme proposta de escrita delineada no início deste texto. Antes, considero pertinente salientar os significados que têm sido conferidos à expressão “pós-colonial” em detrimento aos estabelecidos em torno do “colonial”. Essa diferenciação torna-se importante para vincular minha discussão sobre a emergência do conceito de transculturação ao pensamento crítico pós-colonial.

3.2 O pós-colonial: para além dos binarismos

Gostaria de iniciar essa seção argumentando que pareço estar vivendo em um mundo sem “centro” e sem “periferia”. “Agora o que se produz no mundo todo está aqui e é difícil saber o que é o próprio” e o que é o alheio (CANCLINI, 1996, p.17). Parece que todos os lugares, todos os produtos e todas as pessoas estão ao alcance dos meus olhos, ou melhor, do meu toque no *mouse* do computador, no controle remoto da televisão ou no terminal, no qual teclar a senha do meu cartão de débito. Hoje, sinto-me viajando em terrenos já conhecidos previamente, nenhuma surpresa parece me esperar. “Os limites dentro-fora, centro-periferia

tornam-se assim insuficientes para a compreensão dessa nova configuração social” (ORTIZ, 2003, p.19). Estou vivendo em um mundo onde estas separações se dissolvem como fumaça no ar, no qual os meios de comunicação de massa me aproximam de todo e qualquer “outro”, por mais distante que esteja, no qual as mídias favorecem a diminuição da importância do território e da identidade na construção dos meus referenciais (MARTIN-BARBERO, 2001, p.43). Estou vivendo, enfim, em um mundo aparentemente desterritorializado, perturbadoramente próximo, no qual o ato de viajar em seu sentido tradicional esvazia-se.

Nesta mesma direção, Beatriz Colombi (2004) argumenta estar em vigor nas nossas sociedades ocidentais contemporâneas uma idéia que pressupõe o fechamento de um ciclo que parecia inesgotável, ou seja, estaríamos compartilhando da agonia de um tempo em que uma viagem, isto é, uma experimentação do deslocamento por territórios desconhecidos e por mundos simbólicos surpreendentes, estaria sendo sufocada e esvaziada por um conjunto de processos culturais. A experimentação radical da viagem estaria sofrendo um abalo nos nossos tempos atuais em razão do triunfo da crescente virtualização das relações sociais, do império da globalização econômica, da crise do conceito de nação, da redefinição das noções de tempo e de espaço, entre outros processos.

Longe de querer imprimir uma marca negativa a todos estes “acontecimentos”, é preciso reconhecer que viajar para lugares inóspitos do Brasil no início do século XX, tal como fez Euclides da Cunha, mostra-se muito diferente do que fazê-lo nos dias atuais. Sem dúvida, muitos significados sobre os diversos territórios da nação brasileira já estão inscritos nas sociedades contemporâneas (já são “conhecidos” mesmo para aqueles que não se deslocaram efetivamente até eles) de forma muito mais ampla e disseminada (quando comparados ao início do século XX), sobretudo, em razão do amplo acesso às diferentes mídias, à indústria do turismo, às fotografias. Porém, como veremos no próximo capítulo, as literaturas estrangeiras de viagem sobre a Amazônia e as instruções oficiais (que nortearam a incursão *euclidiana* à floresta) configuradas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, também conformaram um modo de experimentação da viagem de Euclides da Cunha pela Amazônia. Como procurarei demonstrar, aquilo que seria observado e narrado sobre a floresta, também já estava, parcialmente, pelo menos, escriturado, conformando os olhares do viajante. Contudo, a viagem *euclidiana* ainda permitia-se estar envolta em uma atmosfera de mistérios. A inscrição da floresta como um território *desértico* (que será analisada no capítulo seis da tese) infere que a Amazônia daqueles tempos ainda guardava uma atmosfera de um lugar repleto de incompletudes, desafios e surpresas.

Por tudo isso que venho argumentando, isto é, em razão de todos esses processos de aproximações territoriais, de borramentos de fronteiras, de esvaziamentos das experimentações das viagens; pensar as relações entre um território “local” e outro “global” tornou-se importante para minhas pautas de pesquisa na área da educação ambiental, sendo que duas perguntas, no mínimo, colocam-se como desafiadoras. Uma delas é: faz sentido pensar em um “local” e um “global” como esferas separadas ou antagônicas nos tempos atuais? A outra: que impactos as reconfigurações processadas para as articulações entre as dimensões usualmente referidas como “locais” e “globais” poderiam ter relativamente à realização de investigações no campo da educação ambiental?

Gostaria, inicialmente, de marcar que, na contemporaneidade, tais noções (as de “local” e de “global”) mostram-se, talvez, como “fora de lugar³⁰”. Tomando, especialmente, o caso da educação ambiental, as direções investigativas que procuram apegar-se às dimensões do “local” e da “tradição”, para, a partir delas, encontrar exemplos que possam definir quais vidas humanas precisariam ser valorizadas, quais hábitos e comportamentos necessitariam ser incentivados, que outras espécies deveriam ser preservadas, configuram-se, muitas vezes, como formas *descompassadas* e *esquizofrênicas* nesse tempo “mundializado”. Esse *descompasso* e *esquizofrenia* referem-se a dois aspectos básicos. Primeiramente, tais buscas cristalizam (fixam) um “outro³¹” em um território e em uma “tradição” que precisaria ser mantida livre e resguardada dos contatos que poderiam ser pensados como capazes de desvirtuar, contaminar, sujar toda pureza de um determinado “local” e de uma determinada “tradição” (que estou sempre marcando neste texto como *inventada* e *reinventada*); ou seja, eles (o território e a tradição) deveriam, então, ser protegidos e mantidos intocáveis. Um outro motivo diz respeito à idealização de um desejo de universalização e de uniformização processado em relação a modos de vida “locais” tidos como mais harmônicos, saudáveis, equilibrados, e que, portanto, deveriam ser seguidos por todos nós – sujeitos urbanos *anteados* e conectados, geralmente, a um mundo globalizado. Através da manutenção e da opção pela focalização de polaridades como centro-periferia, local-global, a educação ambiental³² permanece, muitas vezes, ainda presa a conceituações que marcaram leituras

³⁰ No sexto capítulo dessa tese irei discutir com maior amplitude as questões relativas aos diferentes níveis territoriais (o local, o nacional e o global).

³¹ Aqui me refiro aos sujeitos que viveriam em “locais” tidos como aqueles que ainda preservariam, parcialmente pelo menos, os chamados recursos naturais. Alguns autores como Diegues (1996 e 2000), nomeiam tais grupos como “populações tradicionais”, procurando enfatizar as práticas sustentáveis com relação ao meio ambiente que estas comunidades historicamente desenvolveriam.

³² Estou referindo-me às vertentes naturalistas e românticas da “educação ambiental”, ou seja, àquelas que buscam apresentar aos sujeitos, alvos de suas ações, uma natureza tida como mais “verdadeira”, “natural”,

colonialistas da natureza e do “outro” – aquele que é configurado como pertencendo às naturezas que caracterizaram os “novos mundos” conquistados nas viagens efetuadas na época das grandes navegações européias. Nos tempos atuais, quem sabe, seja preciso encontrar algumas visões que permitam tecer uma educação ambiental que possa tornar-se mais comprometida com as mestiçagens e as hibridações invocadas para marcar esse nosso tempo (bem como outras temporalidades) e todas as nossas *latinidades* que têm sido referidas pelos autores que invoquei acima. Enfim, busquei encontrar nessa minha pesquisa de doutorado, talvez, outras formas de ler os lugares e as pessoas, nas viagens que faço pelos textos que escolhi analisar ou me valer na condução de minhas análises.

Ao contrário daquilo que posso pensar para os dias atuais, na viagem que o importante escritor brasileiro Euclides da Cunha fez à Amazônia em 1905, por exemplo, a configuração discursiva à época tornava possível começar a *imaginar*, precisamente, os limites geográficos e simbólicos do território nacional, bem como as fronteiras de cada uma das raças que compunham a nação. E para tanto, invocavam-se argumentos que permitiam marcar fortemente os contornos do “local”, mesmo que permeado por relações ainda pouco velozes (quando comparadas com a contemporaneidade em que vivemos) com o “global”. E mais, naquele tempo e circunstância tornava-se necessário e urgente, *inventar* um modo autenticamente brasileiro de *civilizar* (ou, quem sabe, seja melhor dizer de *ocupar*) a floresta amazônica. Como escreveu Euclides da Cunha (1908), “a Amazônia é a última página ainda a escrever-se, do Gênesis” (p.10). E essa é configurada nos textos de sua viagem à Amazônia como um lugar ainda instável, bárbaro, selvagem, tumultuado. Um lugar que precisava ser escrito, descrito, dominado, civilizado e, certamente, ocupado. Euclides da Cunha viveu em um tempo em que se destacava a necessidade de integrar a nação, de marcar suas fronteiras e de estabelecer seus contornos simbólicos e geográficos; enfim, em uma época que se fazia necessário apagar seus vazios, seus espaços esquecidos, seus locais, provisoriamente, selvagens. E, para tanto, se tornava imprescindível pensar um caminho civilizatório para a Amazônia (o qual envolvia a sua ocupação), de modo que fosse possível conectar dimensões como território, raça e nação.

Volto a fazer, agora, mais algumas considerações acerca de significados já associados a experiências de viagens, as quais me parecem ser importantes para a discussão sobre o pós-colonial que desenvolvo logo a seguir no texto.

“atemporal” e “harmônica”. Por outro lado, há algumas perspectivas de educação ambiental que têm destacado o papel da cultura na edificação de narrativas sobre a natureza, ressaltando as marcas humanas impressas nos territórios nos quais vivemos. Ver, por exemplo, os interessantes trabalhos de Marcos Reigota (2002 e 2003).

No início do século XX as viagens se mostram muito diferentes das experimentações possíveis neste começo do século XXI, como já referi no começo dessa seção. Em 1905, viajar à Amazônia, para um sujeito urbano que vivia no “centro” do país (tal como Euclides da Cunha) era experimentar radicalmente um deslocamento (em seu sentido denso), ou seja, era ir ao encontro de um “outro” mundo, de uma “outra” cultura, era provar a alteridade de um “outro” território que se mostraria, com toda certeza, cheio de surpresas. Cabe ressaltar que essa possibilidade um pouco misteriosa, um pouco, também, incerta, de experimentar uma viagem em direção a um “outro” a conhecer, vinha sendo costumeiramente pensada na Modernidade, a partir de um conjunto de polaridades.

As narrativas da Modernidade (pelo menos aquelas que pautaram a organização das expedições européias ao Novo Mundo nos séculos XVIII e XIX) estabeleciam uma forte demarcação no mundo entre um “centro” (a Europa, de onde emanava a produção cultural tida como erudita, o controle mercantil e econômico e o poder político e religioso) e uma “periferia” (o Novo Mundo, que se caracterizava por uma pobreza econômica e pouca, ou nenhuma, força política e *seriedade* religiosa; de onde emergia, por exemplo, uma produção cultural destituída de valor e importância). Essa dualidade (que tem caracterizado uma das formas de contar histórias de viagens e encontros entre culturas) marcou fortemente as significações em torno dos contatos e das inter-relações entre diferentes culturas no decorrer da Modernidade.

Tal polarização também forneceu significados às viagens chamadas de colonialistas (dos europeus ao Novo Mundo, por exemplo), ou mesmo àquelas, talvez não menos “coloniais”, dos indivíduos provenientes do “centro” do Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) em direção a sua mais estranha, selvagem, incivilizável e exótica “periferia”: a Amazônia. Em um tempo de colonialismo e imperialismo, o deslocamento da viagem remetia o viajante a um “outro” lugar, a um contato com um “outro” revestido de toda surpresa, de toda imprecisão. Uma viagem ao desconhecido que passa a ser vista, quando narrada através das tramas discursivas do colonialismo, como envolvendo dominação, conquista, alienação e dizimação dos povos da “periferia” do mundo “eurocêntrico”.

Mary Louise Pratt (1999b) argumenta que a Modernidade inaugurou um “paradigma difusionista” que se materializou fortemente nas narrativas de viagem. Nesse “paradigma” narrativo colonialista, o “centro” é visto como o difusor de saberes, costumes e valores à “periferia” tida, apenas, como o lugar passivo de absorção dos mesmos. E é, exatamente, para consolidar uma problematização de tais narrativas que algumas perspectivas pós-coloniais

instituem-se, pois como nelas tem sido fortemente referido, essa é apenas uma forma (colonialista, imperialista e eurocêntrica) de contar essas viagens.

Pratt (1999a) refere-se a novas estratégias do colonialismo problematizando a significação dada ao pós-colonialismo como apagamento pelo “centro” das produções da “periferia”, a partir do uso do conceito de globalização. O termo pós-colonialismo é considerado útil, por essa autora, ao ser tomado como abertura à reflexão das manobras contemporâneas do colonialismo (que não estavam em operação em outros tempos). O prefixo “pós” é utilizado pela estudiosa em um sentido precisamente delimitado: ou seja, ele não apresenta a conotação de um momento posterior e melhorado (o que pressuporia que as relações coloniais estivessem extintas). Nesse sentido, ainda segundo Pratt (1999a), o termo “pós-colonialismo” pode ser útil para enfatizar a presença de arranjos “coloniais” próprios à nossa época.

Posso argumentar que há uma aguda tensão na literatura pós-colonial a respeito da questão: nós estaríamos vivendo em um tempo no qual o colonialismo teria terminado? Para muitos, o prefixo “pós” não indica, como destaca Hall (2003c), em consonância com o que é afirmado por Pratt (1999a), o fechamento de um período histórico. Tal entendimento (relativo ao fim de um momento histórico) só teria sentido no interior de um campo epistêmico que considerasse a história como linear e progressiva. Como nos diz Gianni Vattimo (1992), “não há uma história única, há imagens do passado propostas por pontos de vista diversos, e é ilusório pensar que existe um ponto de vista supremo, global, capaz de unificar todos os outros” (p.09). Alguns teóricos “pós-coloniais” como Ella Shohat (*apud* Hall 2003c), criticam o uso do prefixo “pós” ressaltando, exatamente, que ele remeteria a um período histórico do passado que, portanto, indicaria um tempo que já teria terminado. Hall (2003), defendendo o uso do conceito pós-colonial, destaca sua potencialidade para a descrição e a caracterização de mudanças globais, que marcam “a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou da pós-descolonização” (p. 107). Esse autor ressalta, ainda, a utilidade do termo na “identificação das novas relações e disposições do poder que emergem nesta nova conjuntura” (p.107).

Neste sentido, o termo pós-colonial não remete, aqui, neste texto, a uma periodização histórica e, sim, a uma forma de narrar uma história que busca deslocar e descentrar a suposta verticalização nas relações de poder estabelecidas entre colonizadores e colonizados (centro-periferia; litoral-interior) – dualismo que marca, como já destaquei anteriormente, as narrativas chamadas coloniais –, para, então, concentrar esforços em narrar operações

constantes de reconfiguração e reconstrução dos significados que estão em jogo nas “zonas de contato” entre culturas díspares. Narrativas pós-coloniais procurariam, inclusive, implodir não apenas a suposta ação vertical do poder nas relações entre colonizador e colonizado, mas, principal e, contundentemente, a própria dualidade (colonizador-colonizado) – vista como constituída, ela mesma, através de narrativas coloniais.

O pós-colonial nos obriga segundo Hall (2003c), a “reler os binarismos como formas de transculturação [de hibridação], de tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá” (p.109). O local e o global reorganizam-se e moldam-se um ao outro. Hall (2003c) argumenta que o colonialismo e o pós-colonialismo são formas distintas de ‘encenar os encontros’ (e isso nem sempre se faz da mesma forma e no mesmo grau). Diz ele:

O termo pós-colonial não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a ‘colonização’ como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou ‘global’ das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação (HALL, 2003c, p.109).

Então, uma outra forma de contar as histórias de viagem seria descrevê-las, através das malhas discursivas do pós-colonialismo, como apresentando muitos sentidos, como repletas de histórias de resistências, de transformações tanto do “centro” como da “periferia” (e dessa forma se estaria trabalhando na direção da dissolução desses pólos), de mestiçagens e de hibridações. E, mais, de marcar que as viagens possibilitaram encontros entre diferentes e inúmeras culturas as quais não guardariam, quem sabe, cada uma delas, essências puras e autênticas, mas cruzamentos, pois seriam, todas, resultantes de intercâmbios. Esses seriam, necessariamente, encontros que desencadearam “processos de hibridação”, tal como refere Canclini (2003b) ou, como prefere chamar Pratt (1999a), “processos de transculturação”, que rasuram a noção de identidade, nos quais “estruturas ou práticas discretas, que existiam separadamente, se combinam gerando novas estruturas, objetos e práticas” (Canclini, 2000, p.62).

Os processos de transculturação são considerados por Pratt (1999a) como fenômenos da “zona de contato”, ou seja, do espaço geográfico e simbólico no qual são tecidos os encontros entre culturas. O conceito de transculturação é utilizado pela pesquisadora para descrever como “os grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam [significações] a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante” (p.30). Nessa direção, ao mesmo tempo em que a “metrópole” é vista como produzindo a “periferia”, essa última é concebida como, também, constituindo a “metrópole”.

A noção de “zona de contato”, tomada de empréstimo da lingüística, também é utilizada por Pratt (1999a) como sinônimo de “fronteira colonial”, para referir o espaço dos encontros entre culturas. Porém, a estudiosa utiliza o termo “contato” para “ênfatisar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais (...) [colocando] em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros (...), dentro de relações radicalmente assimétricas de poder” (PRATT, 1999a, p.32). Nessa acepção, as “zonas de contato” são os “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação” (p.27). Amaral (2003) amplia um pouco mais os significados desse conceito ao referi-lo, inclusive, para designar o espaço de encontro entre a pesquisadora e a literatura de viagem focada na sua pesquisa.

Também eu circulo por uma “zona de contato” que faz emergir um texto que cruza diferentes tempos (o tempo em que vivo e escrevo e o tempo em que viveu e escreveu Euclides da Cunha – o início do século XX) e diferentes formas de relatar e escrever sobre viagens (as formas que conto e os diferentes modos de contar viagens que reverberam nas cartas, notas, diários, relatórios e ensaios escriturados pelo viajante). A perspectiva do “contato”, como argumenta Amaral (2003), “pode ser estendida no tempo, sendo aplicada, também, ao próprio encontro intercultural” que um estudo possibilita e compõe (p.86).

Vou, a partir de agora, marcar de forma mais precisa os conceitos de hibridação e transculturação, conforme venho anunciando desde o início deste capítulo. Tais noções, ao serem discutidas na esteira da crítica pós-colonial, tornam-se centrais para as minhas intenções de pesquisa, pois não pretendo ver Euclides da Cunha (na parte final deste capítulo, como também já anunciei antes, analiso alguns textos sobre a Amazônia escritos por este importante viajante e “literato” brasileiro) apenas como um sujeito do “centro” do país, que estaria difundindo modos de ser e estar no mundo, valores e saberes (que seriam tidos como próprios desse lugar “central”) a um conjunto de “outros” sujeitos que viviam na chamada

“periferia” do Brasil. Nessa acepção, tantas vezes assumida em alguns estudos que lidam com a história em uma perspectiva crítica, estes últimos estariam fadados, apenas, a absorverem toda uma cultura que emanaria, portanto, através da escritura do viajante, de um suposto “centro”. Gostaria de alinhar-me com as perspectivas pós-coloniais que buscam dissolver tal forma de narrar encontros interculturais, problematizando a facilidade e a simplicidade argumentativa que as dualidades centro-periferia e colonizador-colonizado oferecem à interpretação.

A pesquisa de Sonia Maria Godoy (2003), por exemplo, prefere trabalhar delineando dois pólos dispostos em oposição entre si. Para esta autora, o colonial seria relativo a uma narrativa proveniente de um pólo, no qual se localizaria o colonizador, e o pós-colonial, ao contrário, emanaria do outro pólo, em oposição ao primeiro, no qual se encontraria o colonizado. Ao manter como eixo de sua argumentação as categorias de colonizador-colonizado, a pesquisadora deixa de marcar e narrar fenômenos de transculturação e hibridação. Assim, em uma análise dialética, sobressaem leituras que marcam os modos como os colonizadores criam nos povos colonizados “uma falsa consciência de fraqueza e dependência” (p.101). E mais, destaca-se também que uma alienação lingüística seria “provocada pelas formas de opressão da colonização” (p.101). Não segui essa direção interpretativa. Não vou situar Euclides da Cunha no eixo do “colonizador”, ou, então, do sujeito “civilizado” do “centro” do país e os “outros” sujeitos que estariam vivendo na floresta amazônica como “colonizados”, “incivilizados” ou “periféricos”. Pretendo apelar para uma outra forma de *ler* essa história de encontros interculturais. Para isso, pretendo valer-me dos conceitos de transculturação e hibridação. É preciso marcar, contudo, que os encontros “coloniais” sempre estiveram atravessados por relações de poder nos quais, literalmente, derramou-se sangue e enterrou-se corpos e histórias por toda América. Porém, sabemos atualmente, mais do que nunca, que a “história da América Latina é a história da mestiçagem e não das purezas e das autenticidades, gostemos ou não” (MARTIN-BARBERO, 1995, p.50).

Passo, na próxima seção, a focar centralmente a emergência do conceito de transculturação. Cabe lembrar, no entanto, e mais uma vez, que não procuro traçar uma ampla genealogia do conceito, mas contar mais uma história entre outras possíveis. Sem dúvida, não estarão abarcados nela todos os autores e todas as pesquisas que na América Latina se valem desse importante conceito.

3.3 A emergência da noção de transculturação *na América Latina*

Fernando Ortiz (1991) é o responsável pela irrupção do conceito de transculturação na América Latina. E tal noção emerge, como já referi anteriormente, como substituta da noção de aculturação que, na primeira metade do século XX, se disseminava pela antropologia e pela sociologia, sobretudo norte-americanas³³. Como destaca o autor, “por *aculturação* se quer significar o processo de trânsito de uma cultura para outra e suas repercussões sociais de todo gênero” (p.86). E sentencia: “mas *transculturação* é [um] vocábulo mais apropriado” (p.86). Sua utilização representa uma escolha geopolítica intimamente relacionada aos fenômenos sociais e culturais que se operavam em Cuba na primeira metade do século XX. Diz respeito, de uma forma mais apropriada, segundo a visão do autor, às “complexas transmutações de culturas que aqui [em Cuba] se verificam” (p.86).

No capítulo em que centralmente versa sobre o conceito de transculturação, Ortiz (1991) apresenta algumas considerações que considero pertinentes destacar. Acredito que um aspecto já foi suficientemente marcado nesse texto: que tal noção emerge enquanto crítica e como substitutiva do conceito de aculturação. Porém, aliada a essa característica está uma melhor circunscrição da necessidade dessa mutação conceitual. Sobre isso, escreve Ortiz (1991):

Entendemos que o vocábulo *transculturação* expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura a outra, porque este não consiste somente em adquirir uma cultura distinta, que é o que a rigor indica o vocábulo anglo-americano *aculturação*, porém implica também necessariamente a perda ou o desenraizamento [*desarraigo*] de uma cultura precedente, o que se poderia chamar de uma parcial *desaculturação*, e, ainda, significa a conseqüente criação de novos fenômenos culturais que se poderiam denominar *neoculturação* (ORTIZ, 1991, p.90).

³³ Alvaro Campelo (1998) propõe, em uma instigante entrevista, pensarmos em um conceito de *contra-aculturação*. Segundo o antropólogo português, “os fundamentalismos religiosos, os messianismos e os milenarismos são movimentos religiosos que, normalmente, acontecem como processos de *contra-aculturação*”. Quando uma comunidade não consegue receber a diferença, a qual foi confrontada no contato com outras culturas e vivências, perante esta instabilidade, volta-se à raiz e a certa origem das identidades que construiu para sua comunidade e “inicia-se um processo [eu diria violento] de *contra-aculturação*”. Tais processos estariam na contramão dos entendimentos dados à transculturação por Hopenhayn (2001), conforme mostrarei no corpo do texto. Porém, a perplexidade reside em vermos tais processos de *contra-aculturação* operando com força nesses nossos tempos de terrorismos de grupos e de estado, na esteira do fatídico dia 11 de setembro de 2001.

Nessa definição reside, a meu ver, um dos limites que hoje podemos enxergar no conceito de transculturação a partir da sua emergência na obra de Ortiz. A transculturação seria, para o estudioso, a síntese de um processo que envolveria inicialmente perdas e, posteriormente, re-configurações culturais. Novamente, valho-me das palavras do autor:

E cada imigrante [pode ser visto] como um desenraizado de sua terra nativa em duplo transe de desajuste e reajuste, de *desaculturação* ou *exculturação* e de *aculturação* ou *inculturação*, e ao fim, de síntese de *transculturação* (ORTIZ, 1991, p.87).

Nessa direção, ao fixar um momento final de síntese ao processo de transculturação, Ortiz destaca com maior intensidade aquilo que Martín Hopenhayn (2001) chama de “efeito de agregação, diversificação ou mestiçagem cultural” (p.261). Em uma outra perspectiva (que estou associando ao pós-estruturalismo), o pesquisador contemporâneo defende um sentido para a noção de transculturação que se distancie das idéias que se configuram na atualidade como multiculturais ou interculturais (já que ambas destacam a idéia da agregação, da junção e da síntese), para propor um foco na transculturação em seu efeito de permitir “transcender a si mesmo, através do *culturalmente-outro*” (p.261). Em outras palavras, a partir dos processos de transculturação não emergiria simplesmente uma *novidade* cultural, síntese daquilo que estava distante antes mesmo do encontro entre culturas díspares, mas se desencadearia um movimento incessante de diferenciação, no qual uma síntese identitária seria sempre adiada e, por isso, vista como quase impossível de ser alcançada, pois estaria em jogo, segundo Hopenhayn (2001), um processo sempre inacabado de singularização. A transculturação, assim entendida, seria vista como provocadora de uma desestabilização do *mesmo* (do “eu”), a partir de seu encontro com um *outro*, ou seja, instauraria a ambigüidade, a instabilidade, a incerteza e o provisório, naquilo que antes do processo de transculturação era tomado como o “normal”, o “certo”, o “estável”, o “verdadeiro”, o “mesmo”.

Contudo, esta espécie de abertura a um sempre porvir, dada aos processos de transculturação, não pode mascarar as violências provocadas pelo encontro colonial, pois

processos de subjugação ocorreram e ocorrem efetivamente sobre todo aquele que não pudesse (ou não pode) estar inscrito na norma, ou seja, em tudo aquilo que era visto (ou continua sendo visto) como aceitável, natural, adequado, normal, apropriado. Gostaria, agora, de salientar mais alguns aspectos do trabalho de Ortiz que me parecem importantes e, além disso, bastante atuais.

Ortiz (1991) permite pensar a transculturação como um processo não apenas ligado ao encontro da América com a Europa ao final do século XIV e início do século XV. Ao insistir que processos de transculturação estiveram e estão operando em todos os momentos da história de Cuba, o autor desloca a centralidade dada nas análises históricas e sociais aos processos antes chamados de *aculturação*, desencadeados à época das grandes navegações marítimas, ou seja, na chegada dos europeus ao continente americano. Um dos primeiros processos de transculturação refere-se, segundo Ortiz, a passagem dos índios paleolíticos aos neolíticos. Porém, mesmo deslocando o conceito de transculturação para variados e diferentes momentos históricos, o autor enfatiza a dinâmica transcultural promovida com a chegada dos europeus ao Novo Mundo, pois esta teria promovido um *salto* histórico sem precedentes. “O contato das duas culturas foi terrível. Uma delas desapareceu, quase totalmente, por ter sido fulminada. Transculturação fracassada para os indígenas e radical e cruel para os forasteiros” (p.88).

Como ressalta Hopenhayn (2001), “a pluralidade tem dupla face” (p.263). Alguns dos seus efeitos, talvez, possam ser a produtiva e a criativa desestabilização das nossas maiores certezas a partir de nossa ligação (a partir do nosso contato com um outro) a uma cadeia de significação que nos provoque a diferenciação, o adiamento – ou a rasura como diria Hall (2000) – da nossa presumida identidade. Nos processos de transculturação (nos encontros e nos cruzamentos culturais) não seria o mesmo (o “eu”) que insistiria em continuar propondo as indagações, os questionamentos e as perguntas, mas seria um outro que as carregaria consigo e as lançaria até nós. Ao se tentar ler, capturar, *traduzir* tais indagações, esse outro resistiria e não permitiria ser decifrado provocando, através da sua fuga e do seu mistério, uma espécie de desestabilização da identidade que se pensava (antes do contato com esse outro) ser homogênea, centrada, estabilizada, correta. Assim, processos de transculturação não poderiam ser pensados em uma relação de captura do outro pelo mesmo. Como argumenta Carlos Skliar (2003), “o outro, em sua irrupção, é infinitamente outro (...) já não é um dado, senão uma perturbação da mesmidade, um *rosto* que nos sacode eticamente” (p.148). Porém, além desse movimento em direção ao outro, a pluralidade cultural (esse espaço e tempo de

encontro entre culturas díspares) pode também enrijecer fronteiras, atomizar grupos sociais, bem como exacerbar particularismos e promover extermínios.

Nesse sentido, aprendemos com Ortiz (1991) que a transculturação carrega o contraditório, pois não pode ser tomada com um processo, simplesmente, positivo, nem mesmo, negativo, mas que promove, ao mesmo tempo, ruínas e reconstruções. Além disso, é interessante pensar naquele que chega, migra, viaja; naquele que se torna (muitas vezes por imposição) agente ativo do processo de transculturação, como sendo, sempre, um desgarrado, como estando em desajuste, como permanecendo em uma condição de estrangeiro, em uma condição, muitas vezes, de errante. Ele já não carrega em si mesmo os elementos que poderiam lhe ser tomados como familiares (bem definidos, naturais e estáveis) de sua cultura, porventura, soberana, central e homogênea; pois, estando em viagem e em contato com outras terras e gentes, está em desajuste com a sociedade que o sustentou culturalmente. Nas palavras de Ortiz (1991): “homens, economias, culturas e anseios, tudo aqui [no Novo Mundo] se sentiu estrangeiro, provisório, mutante” (p.89).

Como também enfatiza Octávio Ianni (2005), “a transculturação pode ser o resultado da conquista e da dominação, mas também da interdependência e da acomodação, sempre compreendendo tensões, mutilações e transfigurações”. Segundo o autor, a transculturação envolveria a tradução, essa necessária compreensão, nada literal e até mesmo inadequada, daquilo que irrompe e provoca desestabilizações e rearranjos, fenômenos, como estamos vendo, imanentes à transculturação.

Skliar (2003) indica que a tradução em um contexto colonial estaria envolvida na correção permanente do outro, ou seja, na sua normalização através da sua incorporação na própria língua daquele que traduz. Assim, toda a multiplicidade estaria paralisada, pois a tradução evitaria “toda disseminação da língua” (p.116). Em um outro texto, Silvia Duschatzky e Skliar (2001) mostram que a tradução pode ser vista enquanto um mecanismo de manipulação dos textos dos outros, “como um tipo de eterno retorno à própria língua, como se não se pudesse escapar da gramática da língua que tem o tradutor para *ler* todo estrangeirismo” (p.122). Nessa direção argumentativa, a transculturação vista enquanto tradução apenas reforçaria, em tons muito mais tênues (mas não menos violentos), a usurpação do outro pelo mesmo.

Este é o entendimento da transculturação na obra de Mariano Picón-Salas (1958). Este pesquisador venezuelano, na primeira edição de seu estudo intitulado *De la conquista a la independencia: tres siglos de Historia Cultural Hispanoamericana*, datada de 1944, já acolhia

o conceito de transculturação proposto por Ortiz, porém com uma leitura bastante distinta da que propôs o estudioso cubano. Na obra em questão, o autor designa a existência na América Latina de culturas mais dignas e outras menos dignas (e até mesmo indignas) de serem “conservadas” através dos processos de transculturação. No México, por exemplo, diz o autor, o “autóctone lutará por incorporar-se ou metamorfosear-se no estilo espanhol” (p.55). Por outro lado, em Santo Domingo (fundada em 1494) – “primeira capital, porto, fortaleza e primitivo centro de gravitação da aventura conquistadora” (p.55) – o conquistador não haveria encontrado cultura digna de conservar-se.

Nesse sentido, o extermínio de inúmeros agrupamentos indígenas à época da chegada dos espanhóis à América é vista quase como uma culpa dos próprios grupos aniquilados, pois foram incapazes de possuírem cultura digna de “conservação”. A transculturação, nessa óptica, se impõe como desejo dos grupos inferiorizados de absorverem, de se mesclarem à cultura que emana do poder colonial, embora seja referido que nem todos os grupos indígenas teriam vislumbrado essa possibilidade de “conservação” de sua cultura através desse processo.

Assim, Picón-Salas (1958) propõe um entendimento pedagógico da transculturação. O sucesso da conquista espanhola da América não seria possível se fosse desencadeada pela “imitação e transplante das formas mais elaboradas da Europa em que sempre se esmerará uma classe culta, mas um pouco distante da realidade patética da terra” (p.60). E mais, diz o autor, é preciso chegar “à alma da massa indígena por outros meios que do exclusivo pensamento europeu” (p.60). Esta é a importância da transculturação, entendida como pedagogia de evangelização e conquista, pois através dela os missionários chegariam à alma dos índios e, nesse movimento, aparentemente sem violência e até mesmo benevolente, transformariam, moldariam e capturariam o outro aprendendo, até, a falar sua língua, mas para trazê-lo (aquele, devemos lembrar, cuja cultura importa ser “conservada”) de uma vez por todas ao compartilhamento dos mais altos atributos que só a cultura europeia poderia fornecer.

Transfigurada em uma novidade cultural, a transculturação escamotearia todas as estratégias do poder colonial em incorporar a alteridade em uma gramática que lhe seria própria. Agregação e contaminação aparente, já que o outro seria traduzido, em processos de transculturação, nas malhas tecidas através do poder colonial da língua do tradutor. A tradução, vista nos moldes que venho apresentando, parece ser um processo nefasto ao qual estaríamos condenados, pois capturaria, inclusive, as esperanças geopolíticas que o conceito

de transculturação nos daria ao substituir um olhar por demais centrado nos processos de aculturação pelas novidades, resistências e recomposições vistas como possíveis a partir da transculturação. Nesta circunstância, uma pergunta se faz imprescindível: como poderíamos resgatar a potencialidade política desse conceito?

Se a tradução parece ser um processo ao qual estamos condenados, ela mesma também pode ser entendida como abalando a originalidade, a verdade e a universalidade da língua do tradutor. Para que os textos resultantes de traduções possam ser lidos, eles mesmos também exigem outras traduções. A tradução, então, pode ser vista como uma necessidade, como nossa condenação eterna, nossa dívida e nosso dever, mas também pode ser entendida como uma impossibilidade. Assim, não haveria dicotomia entre um suposto texto original e uma suposta cópia traduzida. A tradução é ao mesmo tempo uma necessidade impossível, pois se traduz sabendo que não se chega a um texto equivalente. Nas palavras de Derrida (2002): “como traduzir um texto escrito em diversas línguas ao mesmo tempo? Como ‘devolver’ o efeito de pluralidade?” Nessas perguntas, o autor sacode nossa atenção para o fato de que tudo aquilo que lemos já é efeito de traduções necessárias e impossíveis, ou seja, uma tradução, da tradução, da tradução. Necessária, pois será através dela nosso acesso ao outro. Impossível, porque nunca decifraremos o outro, pois ele de algum modo sempre nos escapará.

Nessa direção, a transculturação pode ser vista como um processo no qual está implicada a tradução, uma tarefa necessária, mas ao mesmo tempo impossível, pois a transparência e a univocidade não são alcançáveis em plenitude. Feitas estas rápidas incursões a respeito da transculturação enquanto tradução, passo a dar continuidade a minha tarefa de realizar uma incursão histórica sobre o conceito de transculturação na América Latina. Dessa forma, centro agora minhas argumentações nos usos e significações dados a essa noção em dois textos centrais da obra de um outro estudioso da cultura, o uruguaio Ángel Rama (2001a e 2001b).

3.4 A transculturação literária na América Latina

Os escritos de Rama sobre a transculturação literária na América Latina foram tecidos na segunda metade do século XX. O autor retoma em uma outra circunstância e com outros matizes a noção cunhada por Ortiz. Embora tais diferenciações devam ser exploradas, pois momentos diferentes promovem significações distintas aos conceitos operados, quero também marcar algumas similaridades. Começo esta seção do texto traçando uma espécie de metodologia de escrita. Primeiramente, vou expor as principais diferenciações promovidas por Rama ao conceito de transculturação cunhado por Ortiz, para somente depois apresentar as similitudes.

A primeira distinção refere-se, explicitamente, à adjetivação da noção de transculturação como *literária*. É no âmbito dos estudos literários e não mais da Antropologia e da Sociologia que a noção de transculturação irá ser operada na obra de Rama. Em um instigante artigo, Ileana Rodríguez (2002) chama a atenção para esse deslocamento que sofre essa noção, comentando ser este um conceito “viageiro [*viajero*]” ao migrar, tranquilamente, de uma disciplina para outra. Tal deslocamento “disciplinar” terá impactos nas significações construídas para o conceito. Se o projeto de Ortiz concentrava-se em deslocar a noção de aculturação e, com isso, marcar a força das culturas latino-americanas na promoção de sínteses transculturais com a cultura européia (ou seja, os processos de transculturação desencadeados através de encontros interculturais não promoveriam simplesmente apagamentos e incorporações, mas, sim, recomposições nas culturas locais), Rama, por outro lado, está centralmente interessado em fornecer uma resposta aos crescentes movimentos vanguardistas e modernistas (com estéticas notadamente européias) que nas décadas de 1920 e 1930 *assaltam* as literaturas regionais latino-americanas. Embora a relação entre as culturas latino-americanas e as culturas européias³⁴ seja de tensão, o que está em pauta nas obras dos

³⁴ Gostaria de dizer que não é tranquilo falar, mesmo que no plural, em culturas latino-americanas e em culturas européias, pois tais denominações constituem uma dicotomia que precisaria ser problematizada, pois remete a uma idéia da América Latina como o outro da Europa. Além desse aspecto, não parece ser muito adequado reunir em um único pólo (América Latina ou Europa) agrupamentos humanos, bem como territórios simbólicos, tão distintos. Porém, é preciso deixar explícito que essa operação dicotômica, talvez possa chamar de um movimento dialético que busca sínteses transculturais, é realizada pelos autores que estou colocando em jogo e em destaque neste texto. Dizendo isso já anuncio aquilo que virá mais adiante neste capítulo: as similaridades e os limites dos autores em questão e a proposta de utilização de outros conceitos (de hibridação e de *entre-lugar*) que possam ir além dessas operações dicotômicas que são fortemente marcadas nos usos e nas significações concebidas à noção de transculturação tanto por Ortiz como por Rama.

dois autores, o foco de suas análises (e, também, seus propósitos geopolíticos) é bastante distinto, até porque, entre outros aspectos, como parece até óbvio dizer, foram escritas em momentos diferentes. Passo a marcar, a seguir, alguns significados sobre a transculturação literária propostos por Rama e que considero importantes serem aqui explicitados, em função de meu já anunciado propósito de realizar uma genealogia parcial desse conceito na América Latina.

A transculturação literária é entendida por Rama (2001a e 2001b) como provocativa de um mergulho na “tradição”. Ela possibilitaria, a partir do encontro das literaturas regionalistas com os movimentos vanguardistas e modernistas, um reexame das culturas locais. As influências externas funcionariam, em processos de transculturação literária, como uma espécie de fermento cultural, revitalizando práticas tradicionais. Dessa forma, na transculturação literária não estaria em jogo processos de “vulnerabilidade” e “rigidez cultural”, que seriam plenamente possíveis nos processos que ocorrem a partir desses encontros entre o regional e o universal, mas se operariam reconfigurações literárias a partir de uma “plasticidade cultural”. A “vulnerabilidade cultural” diz respeito a uma aceitação das propostas externas e a quase renúncia total dos regionalismos internos. Por outro lado, a “rigidez cultural” instalaria uma barreira na cultura local, rejeitando de forma intensa qualquer contribuição externa. Porém, seria através de uma “plasticidade cultural” que a transculturação operaria promovendo uma releitura, remetendo a um outro foco as questões regionais sob a *luz* dos movimentos de vanguarda. Passo, a seguir, a marcar mais detalhadamente os entendimentos relativos a essa acepção.

Neste entendimento da transculturação enquanto um processo de “plasticidade cultural” opera-se uma crítica contundente à noção de sincretismo, pois tal processo não diz respeito, apenas, a uma soma de contribuições entre duas culturas díspares: não se está valorizando, simplesmente, mesclas culturais. Embora Rama procure distanciar-se das idéias de aglomeração, conjunção e soma, ele pressupõe, na mesma direção de Ortiz, um momento de síntese nos processos de transculturação movimentados a partir do encontro entre estruturas culturais concebidas como autônomas – como a literatura regional e a literatura universal. Ainda que destile uma crítica à noção de sincretismo, a qual está implicada fortemente na idéia de mesclas culturais, o autor propõe uma síntese transcultural elaborada a partir da “incorporação de elementos de procedência externa [que] deve levar conjuntamente a uma rearticulação global da estrutura cultural apelando para novas focalizações dentro dela” (Rama, 2001b, p.258).

Nessa direção, está em jogo na transculturação literária não uma simples conjugação de elementos culturais díspares, mas uma nova focalização da herança cultural, “uma rearticulação total da estrutura cultural própria (regional), apelando para novas focalizações dentro de sua herança” (Rama, 2001a, p.215). Nas palavras do autor, “os transculturadores descobrirão o mito” (p.223), pois serão os arautos de um reexame crítico da tradição regional e abrirão “ferozes energias que se encontravam reprimidas pela própria literatura regionalista” (p.223).

Feitas estas considerações sobre o conceito de transculturação literária, torna-se importante tecer alguns questionamentos que me permitirão abrir a penúltima seção deste capítulo. Eles partem, sobretudo, das similaridades que vejo entre as obras de Ortiz e Rama a respeito da noção de transculturação³⁵. A partir delas proponho na subseção seguinte a utilização da noção de hibridação em detrimento da noção de transculturação. Acredito que, entre outras motivações que serão explicitadas adiante, o conceito de hibridação permite rasurar a idéia de síntese transcultural que marca as emergências, exploradas neste texto, do conceito de transculturação na América Latina. Antes de alargar tal argumentação, passo a expor, conforme venho anunciando, algumas similaridades entre as obras de Ortiz e Rama, no que diz respeito às significações imprimidas à transculturação.

Os dois autores em questão promovem uma espécie de *desconstrução* de noções como unidade e pureza, algumas vezes colocadas em jogo quando se quer proceder a uma interpretação cultural. Em outras palavras, tais autores fogem de uma busca pela originalidade, pela unidade e pela pureza que possam vir a ser escrutinadas a respeito da cultura latino-americana. Não há, assim, qualquer pretensão de instituir uma universalidade integradora da cultura na América Latina. Esse é um significado importante que se imprime nas obras desses autores ao colocarem em destaque a noção de transculturação. Como argumenta Santiago (2000), a América Latina não pode fechar suas portas ao estrangeiro, bem como “não pode tampouco reencontrar sua condição de ‘paraíso’, de isolamento e de inocência” (p.16). Nesse sentido, argumenta o autor, a contribuição da América Latina para a cultura ocidental, assentada aqui no pensamento dos dois autores centrais que estou colocando

³⁵ Gostaria de registrar que seria interessante, também, colocar em jogo nesta seção o conceito de heterogeneidade proposto pelo crítico peruano Antonio Cornejo Polar, contudo por centrar minha argumentação a partir da noção de transculturação deixo de fazer esta articulação. Uma outra razão deve-se à dificuldade em encontrar, seja no Brasil, seja na Argentina (onde estive desenvolvendo meu doutorado-sanduiche) as publicações sobre o conceito de heterogeneidade lançadas por editoras peruanas, tais como: Mazzoti & Zevallos Aguilar (1996); Chavez (2004) e Escajadillo (2004). Sobre o conceito de heterogeneidade ver Polar (1994 e 1998).

em jogo neste texto, está, exatamente, na rasura, no ‘quase’ apagamento, na desconstrução, de conceitos como unidade e pureza culturais.

Em sintonia com o exposto acima está uma segunda similaridade que quero registrar entre as obras de Rama e Ortiz e, novamente, peço auxílio a um importante trabalho de Santiago (2000). O estudioso brasileiro está preocupado em declarar a “falência de um método” de análise cultural, que se propõe estudar as fontes e as influências dos artefatos culturais (como as obras literárias). Tal “método” remeteria a uma forma de interpretação advinda de uma rede discursiva notadamente colonialista que subjugaria os artistas latino-americanos a uma condição parasitária. O autor ao proceder a tal análise propõe “um novo discurso crítico, o qual por sua vez esquecerá e negligenciará a caça às fontes e às influências e estabelecerá como único valor crítico a diferença” (p. 19). Se tanto Ortiz como Rama, ao trabalharem na esteira do conceito de transculturação já em momentos anteriores ao que está escrevendo Santiago (2000)³⁶, parecem estar promovendo uma contundente crítica a uma certa valoração *a priori* dos discursos advindos da Europa na constituição cultural latino-americana, eles também estão, de certa forma, acentuando a importância dos mesmos para a produção de uma síntese cultural que seria muito própria à América Latina. Nesse sentido, enquanto sujeitos ligados aos tempos e aos espaços em que escrevem, os críticos parecem não conseguir fugir de um pensamento em que conceitos postos em oposição estariam operando na produção da cultura latino-americana. Em Ortiz, a cultura européia *versus* as culturas mestiças de Cuba e em Rama os regionalismos literários latino-americanos *versus* a influência modernista e vanguardista advinda da Europa (e, ainda, a dualidade entre o vanguardismo citadino e litorâneo *versus* o regionalismo rural e interiorano). Cabe destacar que de um lado da oposição encontra-se a pluralidade cultural (acentuadamente nas culturas latino-americanas), enquanto do outro está a homogeneidade (na cultura européia). No jogo entre tais polaridades uma síntese transcultural se configura não somente como possível, mas como marcante da singularidade cultural latino-americana.

Antonio Cornejo Polar (1998), argumentando em defesa do conceito de heterogeneidade mostra os limites das noções de mestiçagem, transculturação e hibridação. Segundo o estudioso peruano, os conceitos arrolados, sobretudo o de mestiçagem, operariam no sentido de escamotear as tensões, as incongruências, os conflitos. Assim, se proporia

³⁶ A primeira edição do texto de Silviano Santiago é de 1978. Vale lembrar que Ortiz escreve sua principal obra na qual cunha o conceito de transculturação nos anos de 1940. Por sua vez, Rama escreve os ensaios em que discute a noção de transculturação literária de forma *quase* contemporânea a Santiago (um pouco anterior a esse), em meados dos anos de 1970.

configurações culturais harmônicas e sintéticas para processos que seriam imanentemente beligerantes e pouco resolvidos. E sentencia: “a idéia de transculturação se tem convertido cada vez mais na cobertura mais sofisticada da categoria de mestiçagem” (p.08). Em uma publicação anterior, Polar (1982) argumenta em defesa do conceito de heterogeneidade por este expressar a índole plural, heteróclita e conflitiva da literatura latino-americana. O conceito de literatura heterogênea foi utilizado pelo autor, inicialmente, para definir a produção literária indigenista do Peru. Nesta direção, referia-se, segundo Polar (1989), às literaturas “cujos processos de produção intercomunicam sociedades e culturas distintas e até apostas” (p.64). Contudo, o estudioso ressalta que buscou também com o conceito de heterogeneidade enfrentar problemas mais amplos de produção cultural.

Em sintonia com as observações propostas por Cornejo Polar, passo a traçar, na próxima subseção, uma espécie de linha de fuga aos entendimentos mais constantes que se colam à noção de transculturação, ou seja, busco problematizar os modos como tal noção tem sido marcada no tempo e no espaço dessas duas emergências postas em destaque neste trabalho. A partir de suas fissuras, de suas rasuras, de suas ranhuras pretendo me instalar e, com isso, buscar vislumbrar as potencialidades de alguns outros conceitos que possam, não cimentar de uma vez por todas as feridas que permanecem expostas quando se explicita os limites interpretativos do conceito de transculturação, mas permitir alguns outros vôos, bem como a configuração de alguns outros problemas para além das fronteiras expostas pela noção de transculturação.

3.5 O *entre-lugar* dos processos de hibridação: para além da síntese transcultural

Santiago (2000), através do conceito de *entre-lugar*, está interessado em tecer uma contundente crítica, como já referi anteriormente, a uma forma de análise da produção literária latino-americana muito centrada na busca de suas fontes e de suas influências, que estariam, nessa acepção, preservadas e movimentadas a partir dos textos canônicos provenientes da Europa e dos Estados Unidos. Para o autor, procurar pelas fontes e pelas influências reservaria um lugar acéfalo para a literatura advinda da América Latina. Este espaço já preenchido por uma gramática hegemônica não deveria ser visto como o lugar

apropriado para se localizar os escritos latino-americanos, pois atestaria, ao escritor, seu papel ingênuo de assimilador daquilo que emana da metrópole. Ao propor um *entre-lugar* para o discurso latino-americano, é com estes pressupostos que o estudioso está desejando romper.

Buscando fugir das relações binárias, colocando seus argumentos críticos na esteira das perspectivas pós-estruturalistas, que entre outras premissas buscam escapar de composições analíticas dicotômicas, Santiago (2000) irá propor a noção de *entre-lugar* – este espaço vazio a ser ocupado (mas nunca plenamente preenchido), um lugar não demarcado porque deve ser visto como opaco, fluido e móvel. Sobre o escritor latino-americano o estudioso nos diz que ele estaria “vivendo entre a assimilação do modelo original, isto é, entre o amor e o respeito pelo já escrito, e a necessidade de produzir um novo texto que afronte o primeiro e muitas vezes o negue” (p.23).

O *entre-lugar* ocupado pelo escritor latino-americano não é um espaço de síntese entre mundos e culturas distintas que se chocam e/ou se integram, mas de articulações e diferenciações contínuas operadas *entre* estes mundos e culturas. Não é um espaço no qual se processam mesclas e se promove uma mistura, uma miscigenação, um sincretismo, uma síntese transcultural, mas um território que se constitui a partir de uma leitura nada respeitosa de um texto canônico, de um texto advindo da metrópole (de um centro qualquer). Enfim, desse convívio íntimo (porque constitutivo) com os textos hegemônicos se irrompe, em um *entre-lugar*, uma leitura que promove uma outra escrita provocadora e instauradora de transgressões, desarticulações e recomposições. Neste *entre-lugar* vazio e silencioso, pois opaco e confuso, a ser ocupado pelo escritor latino-americano, permanentemente se processam hibridações que nunca configuram estabilidades identitárias, pois sempre há adiamentos, rasuras, físsuras e incompletudes.

Por tudo isso que venho discutindo, acredito que o conceito de transculturação torne-se, sem dúvida, importante à minha pesquisa sobre os escritos de viagem de Euclides da Cunha sobre a floresta amazônica. Porém, gostaria de argumentar favoravelmente ao uso da noção de “processos de hibridação” em detrimento ao de transculturação. Penso que eles possam ser colocados na mesma cadeia conceitual, na mesma rede discursiva, pois remetem a um conjunto de significações muito aproximadas, sobretudo, com relação à crítica que movimentam à noção de aculturação (como já salientei anteriormente). Contudo, quero estabelecer diferenciações sutis e, com isso, precisar melhor aquilo que analiso na pesquisa a partir de tais conceitos. Como vimos discutindo, através da noção de transculturação, as dualidades metrópole-colônia e centro-periferia parecem ainda continuar operando, pois só

podem ser tomados como transculturais os territórios que em certa medida podiam ser vistos (antes dos encontros interculturais) como relativos, apenas, a uma dada cultura (“européia”, “latino-americana”, “litorânea”, “interiorana”, por exemplo). Assim, são transculturais os territórios que existiam quase em estado “puro” antes das possibilidades dos encontros propiciados pelas viagens. Além disso, os processos de transculturação colocam em destaque as modificações e os intercruzamentos operados nos territórios nos quais irrompem os encontros interculturais. Olhá-los como transculturais diz respeito a operar em uma malha discursiva que coloca em xeque o “paradigma difusionista”. De certa forma, é com esse interesse político, ou seja, com o interesse de marcar que a partir dos encontros interculturais instituem-se diferenciações tanto na “metrópole” como na “colônia” (este é uma via de mão dupla), que o conceito de transculturação afirma-se como interessante. Porém, parece nele cristalizar-se a idéia de que havia um momento anterior, no qual *zonas de não contato* existiam incólumes.

Talvez, a noção de hibridação possa não solucionar tal problemática, mas dissolver um pouco a idéia de que, por exemplo, Euclides da Cunha viaja à Amazônia como um sujeito do “litoral brasileiro”, do “centro” do país e, com isso, a partir da viagem e dos encontros com um outro território e com outros diferenciados sujeitos, ele, então, pôde passar a ser visto como envolvido em processos de transculturação que foram transformando-o em um outro sujeito e, também, nesse processo, transformando as narrativas que iam sendo construídas por esse viajante sobre a floresta que ele visitava quase como um estrangeiro.

Destacando com mais força o conceito de hibridação, gostaria de enfatizar que Euclides da Cunha já parte, em 1905, para sua viagem à floresta como um sujeito *em* hibridação, ou seja, como alguém que já estava ocupando uma espécie de *entre-lugar* no mundo. O autor já havia retornado à cidade de São Paulo após uma viagem ao sertão brasileiro e nessa experiência já se encontrava *em* hibridação, pois suas crenças na República e no Exército haviam sofrido um forte abalo após a vivência do massacre de Canudos. Sem dúvida, ao penetrar a floresta, transformações de outras ordens são provocados no viajante, pois se trata de relacionar-se com um território (mesmo que tão “desértico” quanto o sertão) completamente diferente.

Tal conformação de estar *em* hibridação, quem sabe possa ser mais visível para um viajante em um tempo de dificuldades de comunicação e, portanto, de poucos intercâmbios de mensagens (quando comparado ao mundo atual). Hoje, quem sabe, estejamos todos nós *em* hibridação, podendo nossas identidades serem vistas como estando sempre sob rasura por

estarmos “eternamente” vivendo em zonas de contato (mesmo sem sair de casa, acessando “ingenuamente” a *Internet*, ou ligando sem compromisso a televisão da sala ou do quarto). Em relação àquele tempo, início do século XX, talvez, em uma outra perspectiva de análise, se pudesse falar em um sujeito conformado, apenas, por um território, uma cultura, uma idéia, um conjunto de valores, mas que ao viajar passara, então, por processos de transculturação e se transformara, bem como modificara aquilo que narrou. Porém, Euclides da Cunha parece não poder ser facilmente localizado e identificado. Como veremos na seção final desse ensaio, há instabilidades, imprecisões, dúvidas que vão marcando o viajante (Euclides da Cunha) não como um sujeito “urbano”, “civilizado”, “litorâneo”, mas como um sujeito constantemente *em* hibridação. Trabalhar com tal conceito não significa, portanto, estar atento, apenas, às mesclas, às integrações e às fusões, mas, sim, “dar suficiente peso às contradições e ao que não se deixa hibridar” (Canclini, 2000, p.68). No caso da pesquisa que estou empreendendo, são os povos indígenas (para usar um termo atual) que, sob a mira do olhar *euclidiano*, não deixam compor hibridações com os elementos civilizatórios tão necessários ao progresso da República do Brasil. E mais, torna-se necessário lembrar, como também ressalta Canclini (2000), que é preciso estar atento para as assimetrias de poder e prestígio (p.70).

Mesmo com essas ressalvas mais atuais destiladas pelo autor, o já clássico livro de Canclini (2003b) intitulado “Culturas Híbridas” vêm sendo fortemente criticado, exatamente, pela utilização do conceito de hibridação com um caráter bastante conciliatório, pragmático e positivo (na direção criticada por Cornejo Polar que vimos anteriormente). Como destaca Richard (2003), a noção de hibridação não estaria atenta, nas formulações de Canclini, às disjunções, às rupturas, às interrupções e aos adiamentos nos processos de tradução cultural. Acredito ser essa uma questão muito importante, pois, como venho argumentando, não será em torno de uma idéia de síntese conciliatória a potencialidade do conceito de hibridação. Sua força reside, pelo contrário, em marcar os conflitos e as ambigüidades que há na instituição dos significados culturais. Vejamos isso em pequenos trechos de um texto de Euclides da Cunha (1995b):

Não há mais elevada missão à nossa engenharia. Somente ela, ao cabo de uma longa tarefa (que irá das cartas topográficas, e hipsométricas, aos dados sobre a natureza do solo, às observações metereológicas sistemáticas e aos conhecimentos relativos à resistência e desenvolvimentos da flora), poderá delinear o plano estratégico desta campanha formidável contra o deserto (p. 155).

Esta exploração científica da terra – coisa vulgaríssima hoje em todos os países – é uma preliminar obrigatória do nosso progresso (p.157).

(...) é lastimável que ainda hoje procuremos nas velhas páginas de Saint-Hilaire... notícias do Brasil. Alheamo-nos desta terra. Criamos a extravagância de um exílio subjetivo, que dele nos afasta, enquanto vagueamos como sonâmbulos pelo seu seio desconhecido (p. 158).

O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor; sabemos dos sertões [inclusive dos sertões amazônicos] pouco mais além da sua etimologia rebarbativa, *desertus* (p. 158).

Em um primeiro momento lemos uma espécie de ode *euclidiana* à ciência, à potencialidade que ela alimenta, podendo levar adiante uma transformação profunda das regiões desérticas brasileiras. Em outras palavras, sem ciência pouco poderíamos estar esperançosos de avistar um futuro de progresso à nação brasileira. Contudo, e de forma aparentemente paradoxal, o escritor-viajante destila suas críticas ao fato de serem naturalistas e cientistas estrangeiros os que nos noticiam, nos informam, nos ensinam “coisas” sobre o Brasil. Por um lado, se promove a articulação entre ciência e nação como sendo necessária ao desenvolvimento e ao progresso do país. Entretanto, e deliberadamente, o viajante procura romper, conflitar, desestabilizar certa produção narrativa sobre a nação, certa ciência patrocinada por agentes estrangeiros. É a defesa de uma ciência nacional que Euclides clama em seu texto. Dessa forma, estabelece-se um processo articulatório entre ciência e nação repleto de instabilidades e de conflitos, pois estava em jogo a instituição de uma *nacionalização* dos sertões brasileiros (inclusive os amazônicos). Dessa forma, era preciso adiar, romper, deslocar às narrativas naturalistas estrangeiras, por exemplo, sobre a Amazônia, não, simplesmente, promovendo uma hibridação pacífica e harmoniosamente mesclada entre as formas de configurar a floresta a partir dos textos estrangeiros e os textos “nacionais” que o próprio Euclides da Cunha buscava tecer. De uma vez por todas era necessário produzir uma ciência que pudesse ser edificada como própria ao Brasil. Como escreveu o viajante, (...) “nossa história natural ainda balbucia em seis ou sete línguas estrangeiras, e a nossa geografia física é um livro inédito” (CUNHA, 1995b, p.158).

Mesmo podendo evidenciar em Euclides da Cunha aspectos de crença no potencial da ciência para o progresso da nação, entretanto, volto a frisar, não em qualquer ciência, mas naquela que possamos edificar como nacional; o autor-viajante, como um sujeito constituído

em processos de hibridação, não deixa de balbuciar e de, inclusive, colocar em questão o caráter objetivo, transparente, racional da ciência positiva. E, assim, mesmo buscando romper com a literatura científica e estrangeira de viagem, Euclides articula elementos ficcionais e dramáticos à sua própria construção textual, tal como os naturalistas inspirados em Humboldt procuraram tecer ao longo do século XIX. Como diz o próprio escritor:

No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio, entre o que imaginamos e o que existe verificamos atônitos que a idealização mais afogueada, apagam-no-la os novos quadros da existência. Mesmo no recesso das mais indutivas noções, não é fácil saber, hoje, onde acaba o racionalismo e principia o misticismo (CUNHA, 1995c, p.232).

No interior dessa reconfiguração crítica que busco acentuar ao conceito de hibridação³⁷, este se torna (acredito) mais interessante do que o de transculturação – já tão marcado pelas significações postas em jogo neste capítulo. No caso do meu estudo, interessa-me ver, centralmente, de que forma os escritos de viagem de Euclides da Cunha “hibridaram” o território amazônico³⁸. Esse problema de pesquisa pode também ser expresso através de uma outra pergunta: como a floresta amazônica foi produzida através dos relatos de viagem de Euclides da Cunha? Esses problemas, em suas formulações distintas, embora aproximadas, apresentam uma sutil diferença. Ver como o território amazônico foi sofrendo hibridações pela escritura de um sujeito em viagem, implica colocar em destaque além de um território que urgia transformar-se, também que o próprio viajante é efeito de uma diáspora ou, como prefiro chamar, efeito de processos de hibridação. Assim, estive atento em minha pesquisa à

³⁷ Os leitores poderiam perguntar sobre as razões pelas quais não utilizo, em detrimento de hibridação, a noção de heterogeneidade proposta por Cornejo Polar, já que através dela o autor buscou fugir dos espaços aprazíveis e amenos que as sínteses transculturais permitiram elaborar. Uma das razões pode ser buscada em uma nota anterior, na qual referi a dificuldade em conseguir bibliografia atualizada sobre tal noção (principalmente publicada no Peru). Contudo, um outro motivo torna-se, a meu ver, mais importante. Na linha de pesquisa à qual estou enredado na escrita dessa tese, será com o conceito de hibridação que algumas análises vêm sendo mais comumente operadas. Feitas as reconfigurações críticas que salientei no texto a respeito de tal noção, acredito ser importante seguir adiante, em sintonia com os estudos da linha de pesquisa, também utilizando o conceito de hibridação.

³⁸ Tal questão foi inspirada no estudo de Marise Amaral (2003). Nele, a pesquisadora pergunta: “de que formas plurais, os viajantes ‘transculturaram’ suas viagens ao Rio Grande do Sul [Brasil]? E, finalmente, de que variadas formas eles ‘transculturaram’ a paisagem” (p. 156 e 157).

produção da floresta amazônica nos relatos de viagem *euclidianos*, porém sob o crivo de um olhar que também deseja marcar as hibridações que vão configurando posições instáveis e balbuciantes de sujeito, a partir da experiência da viagem. Nessa acepção, não há mais um “centro”, nem tampouco uma “periferia”. Acredito que Euclides da Cunha não tenha transferido, simplesmente, ideais civilizatórios (advindos do “centro” do país ou da Europa) à Amazônia (tida como uma das mais longínquas “periferias” do Brasil). Os discursos circulantes naquele momento o levaram a desejar, apenas, uma *ocupação ordenada* do território amazônico (uma “outra” civilização quem sabe), a inscrição no mundo de um território que estaria à margem da história e, ainda, a edificação de uma floresta a ser reconstruída pelas mãos e estéticas essencialmente brasileiras, como mostrarei um pouco mais na seção seguinte de finalização desse capítulo.

3.6 Um viajante-narrador em hibridação

A narrativa a respeito dos rios amazônicos torna-se marcante do olhar *euclidiano* à floresta amazônica. O rio Purus, navegado pelo viajante, mesmo não acometido, durante todo o percurso da viagem, por tempestades, atormenta, ele mesmo em seu curso, não, simplesmente, o narrador, mas a própria floresta. Se o viajante está dramaticamente estarecido com o caráter tumultuado dos rios amazônicos será, contudo, o próprio território brasileiro a se enredar nesse drama, a se estarecer, perturbar e modificar. O rio barroco carrega a terra, o território, a pátria; ele é narrado como arrancando de forma assombrosa os sedimentos de solo e dissolvendo-os no mar. O rio, na epopéia *euclidiana*, *apaga* quase que literalmente a terra.

As fotografias que mostram a viagem de Euclides da Cunha pela Amazônia testemunham momentos da viagem que aos nossos olhos instituem uma sensação de tranquilidade mórbida. Nas águas aparentemente tranqüilas desliza um barco simples que parece navegar em um movimento lento e contínuo configurando, até, uma sonolência incontrolável àqueles que olham e, talvez, àqueles que navegam e que não se deixam ver através de fotos. Aliás, a vida, naquele pequeno território enquadrado fotograficamente, só é presumível pela existência e pelo foco lançado, exatamente, ao barco que leva os viajantes.

Nele, há certamente alguém, pois o barco rasga as águas de uma floresta aparentemente vazia. Alguém, sempre, precisa conduzir uma embarcação em viagem. As fotografias, ao instituírem cenários monocromados, homogêneos, constantes, vazios, impenetráveis, põem em relevo a metáfora *euclidiana* do sertão amazônico: uma floresta desértica avessa às artes e às ciências. Porém, essa quase única cor, esse sempre mesmo estado das águas, essa aparente constância no passar do tempo, não permitiu à floresta enquadrada mostrar, segundo o viajante, a desordem provocada pelos rios no território amazônico. Eis a importância da narrativa. Será ela a marcar, mesmo que de forma insuficiente, talvez, aos olhos do narrador, aquilo que a captura imagética não torna possível, pois produz, apenas, um quadro fixo, daquela vastidão territorial.

Se as fotografias concebem uma viagem sem sobressaltos, nas páginas da narrativa *euclidiana* o rio fotografado em seu fluxo suave e tranqüilo é transmutado em um rio barroco, indomável, furioso, incontrolável. Na descrição do rio, começa a emergir, através dos textos de viagem de Euclides da Cunha (1999a), uma Amazônia caótica e nômade. Nas próprias palavras do viajante:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem ali é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos (p.02).

Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo (p.02).

O que nele se destaca [no rio Amazonas] é a função destruidora e exclusiva. A enorme caudal está destruindo a terra. (...) O maior dos rios não tem delta (p.05).

O [rio] Amazonas (...) poderia reconstruí-lo [o continente] em pouco tempo, com os só 3.000.000 de metros cúbicos de sedimentos, que carrega em vinte e quatro horas. Mas dissipa-os. A sua corrente turbida, adensada nos últimos lances de seu itinerário de 6.000 milhas, com os desmontes dos litorais, que dia a dia se debarrancam, fazendo recuar a costa que se desenrola desde o Peru ao Araguari, decanta-se todo no Atlântico (p.06).

Porque, na realidade, esta [a terra] se reconstitui mui longe das nossas plagas. Neste ponto, o rio que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra (p.06).

A inconstância tumultuária do rio retrata-se ademais nas suas curvas infindáveis, desesperadamente enleada, recordando o roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à ventura em repentinos atalhos. (...) sempre desordenado, e revoltado, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomeçar perpetuamente num quadro indefinido... (p.09).

Tal é o rio; tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta (p.09).

O viajante não enxergou na Amazônia lirismo, tranquilidade, beleza, paz e ordem, atributos algumas vezes utilizados para configurá-la conforme alguns escritos naturalistas europeus do século XIX. Não foi uma estética do sublime, ou, então, do pitoresco, que foi vislumbrada por Euclides da Cunha. Pelo contrário, parece ter sido uma estética barroca que saltou aos olhos *euclidianos*, uma estética marcada pela tormenta, repleta de contornos indecifráveis, de vibrantes densidades de formas e de detalhamentos de uma saga de destruição. Como argumenta Roberto Ventura (2003), “o rio é barroco na volúpia vertiginosa da recriação incessante: retoca, refaz e recomeça um quadro perpetuamente indefinido” (p. 246). Esse rio precisa ser controlado, domado; o próprio território amazônico precisa ser incorporado à nação. Quais são as saídas para concretizar uma transformação, uma reconstrução que se faz necessária, um amansamento de um território infernal, bárbaro, barroco?

No prefácio ao livro *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, Euclides da Cunha (1908) nos narra sua projeção futura à floresta e, logo abaixo, em *À Margem da História* (1999a) retoma essa mesma crença:

É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os derradeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios. Mas então não haverá segredos na própria natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural... (CUNHA, 1908, p.06).

De qualquer modo urge iniciar-se desde já modestíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável,

que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno embora em começo, mais crescente com os nossos recursos – que nos salve o majestoso rio. (...) O Purus é um enjeitado. (...) Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, umas das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica (CUNHA, 1999a, p.28).

Os trechos destacados acima me permitem argumentar que, para o autor, será através da ciência, das benesses humanas *conquistadas* pela civilização, que se construirá um rio integrado à pátria, por meio do qual uma história de progresso ao Brasil poderá ser, finalmente, escrita. A escritura *euclidiana* institui um sentimento de esperança de que os rios amazônicos poderão ser um dia amansados, ou seja, que terão margens calmas, pacíficas e ordeiras. Segundo o viajante, em tom de ironia, tal conquista provocaria, inclusive, o fim das possibilidades de aquisição de conhecimentos através da História Natural, ou seja, a Amazônia é instituída, pela narrativa *euclidiana*, entre outras coisas, como um território *quase* indecifrável, o qual atestaria também uma *quase* impossibilidade humana de se conhecer plenamente o mundo natural. Conhecer e domar inteiramente a floresta amazônica significaria imprimir a última página da História Natural. Porém, seria essa ciência que traçaria o caminho para a “tentativa persistente e inquebrantável” de domar o rio e de incorporá-lo ao progresso da nação, mesmo que a Amazônia possa parecer aos olhos do viajante como um território que, talvez, nunca estará em paz com a nação brasileira e com o continente latino-americano. Se a dificuldade de domar aquele território estaria atestada na necessidade da História Natural esgotar todas as suas possibilidades, pois após domar a Amazônia, nada mais haveria para se conhecer no mundo natural, ao mesmo tempo uma reconstrução daquele território parece ser, além de imprescindível, ironicamente próxima.

Talvez, a escritura plena da Amazônia na História do Brasil possa estar colada à civilização que será trazida à floresta das regiões “avançadas” do Brasil através da ingerência do Estado e da Ciência positivista. Essa parece ser uma das crenças *euclidianas* possibilitadas pelos discursos naquela época. Porém, em muitos outros momentos das narrativas amazônicas de Euclides da Cunha parece ser outra a resposta possível ao necessário amansamento e ordenamento do território dessa região inóspita do Brasil. Ela estaria nos esforços capazes de configurar uma raça essencialmente brasileira. Quiçá seja a conjunção entre o Estado, a ciência, a raça tipicamente brasileira e a arte literária promovida pelo próprio Euclides da

Cunha que poderá, de uma vez por todas, inscrever a floresta no seio do progresso da nação brasileira: ora desejando trazer os saberes e as práticas tecidas nas regiões “urbanas” e “centrais” do Brasil àquele território longínquo e esquecido (através da ciência paulatinamente a Amazônia poderia ir sendo domada); ora desejando aos sujeitos que estavam ocupando aquele território, advindos de uma outra região também desértica do Brasil (o sertão), que fossem eles os arautos do progresso. Nessa aparente ambivalência denotam-se as associações entre elementos tão díspares em um primeiro olhar, mas que podem ser vistos como articulados, por serem processados *em* hibridação, ou seja, por ocupar o autor um *entre-lugar* de que nos fala Santiago (2000).

Será a arte literária do próprio viajante, a ciência positivista européia, a raça sertaneja e as ações do Estado republicano brasileiro (a viagem de circunscrição territorial tal qual é feita por Euclides da Cunha já é, ela própria, parte das ações do Estado para a Amazônia), que, em articulação, serão capazes de domar aquele território caótico e aparentemente indecifrável e indomável? Será o “simples” e “rude” sertanejo um dos principais sujeitos dessa história? Novamente, destaco algumas palavras de Euclides da Cunha (1999a), retiradas de *À Margem da História*:

Há alguma coisa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permanecerá para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidades das culturas. As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável (p. 29 e 30).

O recém-vindo do Sul chega em pleno desdobrar-se daquela azáfama tumultuária, e, de ordinário, sucumbe. Assombram-no, do mesmo lance, a face desconhecida da paisagem e o quadro daquela sociedade de caboclos titânicos que ali estão construindo um território. Sente-se deslocado no espaço e no tempo (...) não resiste (p.30).

Não é o sujeito civilizado do Sul e do litoral do Brasil, com sua urbanidade e estrangeirismos, que será capaz de domar aquele território bravo. É o simples sertanejo, em sua condição racial, que enche de esperança e orgulho o viajante. Euclides da Cunha, ao viajar, leva consigo marcas de urbanidade e de civilização, isto é, suas vestimentas confirmam certa hierarquia e posição social e seu trabalho científico, e também o literário e, ainda, o oficial, de perscrutação territorial, confirmam sua formação positivista. Sua linguagem rebuscada remete à densa formação escolar e acadêmica que passou. Tudo isso parece, em parte pelo menos, se dissolver, em suas narrativas de viagem à Amazônia, como marcas de identidade fundamentais ao progresso amazônico, ou seja, não será um sujeito urbano, civilizado, litorâneo, escolarizado, branco que levará sozinho a floresta ao progresso. Um sujeito miscigenado, interiorano, rude e simples será o principal responsável por tal feito. Porém, antes, este deverá transformar-se, tornar-se civilizado. Um sujeito em uma “nova” hibridação, pois deverá ser paulatinamente civilizado, mas guardando em si mesmo uma essência brasileira, para construir uma “outra” civilização com a marca da nação. Embora tenham sido algumas marcas de identidade (ser branco, escolarizado, urbano, entre outras) o que o viajante perseguiu durante grande parte da sua vida (pelo menos antes das viagens que fez ao sertão e à floresta), agora, na Amazônia, essas pouco servem para a necessária retirada daquele território do profundo esquecimento e abandono em que se encontrava. Muitas daquelas que até então podiam ser consideradas como marcas de identidade vão paulatinamente sendo reconfiguradas conforme o viajante penetra a floresta. Cada vez mais essas marcas se mostram insuficientes e perturbadoramente desnecessárias ao progresso da nação. E esse parece estar nas mãos da raça sertaneja, que precisa para tanto ser assistida pelo Estado, pela ciência e pela literatura, que será a responsável pelo apagamento dos últimos redutos desérticos no território brasileiro.

Euclides da Cunha situa seu próprio projeto literário como importante a esse exaustivo e complexo empreendimento, pois, através dele, o viajante deseja contribuir para o progresso e o avanço do Brasil. Eis novamente a importância da narrativa. Eis, também, o início de uma história que apenas começa a ser contada através desse capítulo. Uma história de inscrição de uma Amazônia caótica, bárbara e selvagem a ser domada por uma raça essencialmente brasileira, para permitir a construção de uma nação próspera e com seu território repleto de civilização. Não uma civilização européia, delineada através dos territórios litorâneos e urbanos do Brasil (cheios de estrangeirismos), mas uma “outra” civilização, quem sabe, tipicamente brasileira. Para tanto, era necessário *interromper* alguns discursos sobre a

Amazônia que estavam encarnados naquele tempo e que reverberavam, entre outros lugares, nas páginas escritas pelos viajantes naturalistas estrangeiros.

No próximo capítulo centro-me, exatamente, em uma ruptura processada em relação aos modos de ver a floresta entre a literatura de viagem do século XIX e a que emerge, no início do século XX, através da escritura amazônica de Euclides da Cunha. A narrativa de viagem analisada nessa tese pode ser vista, inspirando-me, aqui, em Walter Mignolo (1996), como um “lugar de intervenção”, como um lugar provocativo de *interrupções* discursivas. Talvez esteja nessa provocação o papel político desempenhado por Euclides da Cunha na Amazônia.

4 PASSANDO A LIMPO A AMAZÔNIA: VIAGEM E LITERATURA

[...] Cartas, telegramas, memorandos, relatórios, diários de bordo [...] Viajar era de certa forma escrever (VENTURA, 2003, p.241).

Em 1884, foi publicado no jornal “O Democrata” do Rio de Janeiro aquele que é considerado o texto inaugural de Euclides da Cunha – pelo menos o primeiro a tornar-se público. Iniciar este capítulo fazendo referência a ele, que de antemão explicito não dizer respeito especificamente à Amazônia, pode parecer uma digressão indevida para o foco desse estudo. O leitor e a leitora poderiam questionar: qual a relação desse ensaio com os futuros textos que escreveria o viajante a respeito da floresta? Mesmo que o foco não fosse a Amazônia, a natureza brasileira estava sob a mira de Euclides da Cunha já neste seu primeiro artigo. Naqueles tempos em que a nação buscava trilhar os caminhos que a levariam a um futuro de progresso e de plena civilização, chama a atenção o tom aparentemente contrário a tais ideais que transparece nesse primeiro texto *euclidiano*. Nesta mesma direção, seria interessante perceber que os modos como *nossa* natureza foi significada neste artigo traduzem-se, como veremos detalhadamente, em uma quase antítese dos que foram postos em circulação pelos escritos amazônicos de Euclides da Cunha. Em razão desta constatação inicial, interessou-me muito começar este capítulo, justamente, fazendo referência a este texto inaugural do viajante.

Neste primeiro artigo de Euclides está posta em jogo uma articulação entre viagem e natureza que permeará grande parte dos seus textos, inclusive os amazônicos. Como está escrito na epígrafe que abre esse capítulo, transcrita a partir de Ventura (2003), para Euclides da Cunha “viajar era de certa forma escrever”. Desde suas primeiras palavras escritas, o autor já parecia querer dizer que, para escrever sobre o Brasil era preciso estar *em* viagem. Ademais, escriturar a nação associava-se, também, na ótica do viajante-personagem desse primeiro texto, com o ato de escrever sobre a natureza. E, para tanto, fazia-se imprescindível viajar aos confins da nação, o que, efetivamente, o autor fez no decorrer de sua trajetória profissional. Viajar aos lugares mais longínquos do país *requisitava* ao viajante-narrador (quase como uma necessidade imanente) a tessitura de uma narrativa, entre outras coisas,

sobre a natureza que se estava avistando durante a viagem. Vejamos essa articulação entre viagem e natureza nas próprias palavras de Euclides da Cunha (1995d), através da transcrição quase completa deste seu primeiro artigo:

Meus colegas:

Escrevo-os às pressas, desordenadamente...

Guiam-me a pena as impressões fugitivas das multicores e variegadas telas de uma natureza esplêndida que o *tramway* me deixa presenciar de relance quase.

É majestoso o que nos rodeia – no seio dos espaços palpita coruscante o grande motor da vida; envolta na clâmide cintilante do dia, a natureza ergue-se brilhante e sonora numa expansão sublime de canções, auroras e perfumes... A primavera cinge, no seio azul da mata, um colar de flores e o sol oblíquo, cálido, num beijo ígneo, acende na fronte granítica das cordilheiras uma auréola de lampejos... por toda a parte a vida...; contudo uma idéia triste nubla-me este quadro grandioso – lançando para a frente o olhar, avisto ali, curva sinistra, entre o claro azul da floresta, a linha da locomotiva, como uma ruga fatal na fronte da natureza...

Uma ruga, sim!... Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressista e anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre: – o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! E a humanidade, não será dos céus que há de partir o grande "Basta" (botem *b* grande) que ponha fim a essa comédia lacrimosa a que chamam vida; mas sim de Londres; não finir-se-á o mundo ao rolar a última lágrima e sim ao queimar-se o último pedaço de carvão de pedra...

Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!

Mas... eis-me enredado em digressões inúteis... Basta de "filosofias"!... (CUNHA, 1995d, p.568).

Há várias questões interessantes a serem comentadas a partir desse pequeno texto. Entre várias indagações poder-se-ia perguntar: por que ao olhar pela janela do trem em que

viaja, o autor-narrador avista, além do próprio trilho da locomotiva, somente uma natureza “esplêndida”? Aqui não caberia indagar se o autor que faz o relato esteve mesmo viajando ou se essa historieta descritiva é uma criação totalmente ficcional. Eis uma questão que não importa a esse estudo, pois o que parece ser relevante, pelo menos para os propósitos dessa investigação, é a conjunção entre escrita, viagem e natureza posta em relevo pelo artigo. Tais articulações, inclusive, irão marcar a escritura *euclidiana* a respeito da floresta amazônica. Além dessas conexões, como destacarei mais adiante neste capítulo, também não se pode menosprezar a associação estabelecida no texto entre a natureza e o progresso tecnológico representado pela própria locomotiva em que viaja o escritor-personagem. De qualquer forma, gostaria de destacar, inicialmente, o fato de ser a natureza o foco de atenção do autor em seus primeiros traços. É a natureza brasileira que merece, antes de qualquer outra observação, ser descrita e narrada na viagem processada pelo personagem da história.

No relato em questão, o território através do qual o viajante se locomove não está explícito. Presume-se que viaja em um “cintilante” dia de primavera, pois a luz do sol permitiria vislumbrar melhor os encantos de uma natureza “brilhante”. Além destes aspectos temporais, pouco, ou quase nada, se sabe a respeito do lugar de onde o trem partiu. Também não se conhece de antemão para onde ele estaria indo. Entretanto, sabe-se muito bem sobre a paisagem que se contemplará no transcorrer da viagem. O viajante poderia perder alguns preciosos minutos do percurso observando uma cena qualquer no interior do vagão, ou mesmo lendo algum antigo livro de viagem sobre a América, mas assim que seus olhos atravessassem a janela avistariam a natureza, em todos os seus diferentes matizes de azuis reluzentes e celestes. Caberia, ainda, perguntar: será somente por essa contemplação da paisagem através da janela do trem, que o leitor do texto poderá inferir em que país efetivamente se estaria passando essa curta história de viagem e natureza?

Seria o Brasil, que vai se configurando como uma nação que ao final do século XIX mirava-se no espelho e assistia seu próprio progresso, sua nascente industrialização, seu crescimento estampado no desenvolvimento urbano das cidades, suas linhas telegráficas que adentravam pouco a pouco o interior do país, suas vias férreas que começavam a querer chegar aos seus mais remotos sítios. Enfim, pode-se inferir que é o interior do Brasil que vai sendo contemplado e narrado pelo olhar transeunte do viajante. Através de seus olhos o país via a si próprio: e lá estava uma nação territorialmente grandiosa como o era sua própria natureza.

O Brasil vai sendo testemunhado e narrado, entre outras coisas, através de um olhar que avista o “azul da mata” que inundaria grande parte da nação. Na escrita poética do viajante, a mata perde, inclusive, seu predicado colorido mais latente e concreto: seu verde. Transmuta-se em azul, “o claro azul da floresta”, como, talvez, seria a principal tonalidade que coloriria uma mata em seio celeste. É o paraíso, esse lugar de “natureza esplêndida”, que o trem vai rompendo, rasgando, cicatrizando, machucando, mas, também, nele deixando “rugas” ao cortá-lo e, nesse proceder vai envelhecendo a natureza que deveria ser eterna. Para contemplar essa beleza, esse paraíso, essa natureza que é o próprio país, somente ascendendo às mais sublimes conjunções de “canções, auroras e perfumes”, traduzindo-as em escrita.

O autor atualiza através do seu texto uma literatura de viagem que percorreu séculos e instituiu uma articulação entre natureza e brasilidade que, até os nossos dias, ainda configura-se como atuante sobre os modos como pensamos o território nacional e a própria nacionalidade. E vai além! Ele nos recorda, quase despercebidamente, através dessa estranha associação entre a cor azul sobrepondo-se e incorporando-se a uma mata vivamente verde, o mito do paraíso terrestre que esteve nos séculos XV e XVI bastante associado às terras recém descobertas do Novo Mundo.

Uma ampla literatura de viagem escriturada na época das grandes navegações marcou a América tropical como um território de natureza exuberante, como uma região maravilhosa e encantada, a qual corresponderia, ou ao menos pareceria corresponder, o paraíso terrestre, com seus campos fertilíssimos, com seu clima de perene primavera, no qual encontraríamos, por exemplo, a Fonte da Juventude e a árvore do Bem e do Mal (José Roberto LEITE, 1996).

Sergio Buarque de Holanda (1996) nos mostrou que foi sendo difundida na Europa, desde a época dos descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, a visão dos trópicos como o Éden terrestre. O estudioso destaca que os teólogos da Idade Média não representavam o Paraíso terrestre como um mundo inatingível e incorpóreo, mas como plenamente acessível, mesmo que recôndito. Tal pressuposto conformou e instituiu as imagens e as narrativas dos navegadores daqueles tempos. O autor ressalta que uma imagem contrária a essa “fantasia” também esteve presente naqueles séculos. Nas palavras do autor: “não serão apenas primores e deleites o que se há de oferecer aqui ao descobridor (Cristóvão Colombo). Aos poucos, nesse mágico cenário, começa ele a entrever espantos e perigos” (HOLANDA, 1996, p.16). Porém, salienta também que tal negação nunca ocupou um espaço tão amplo e extremado nos discursos da época como o da idealização paradisíaca do Novo Mundo. Uma fauna de seres fantásticos (sereias, amazonas, cinocéfalos, homens caudatos),

que imbuíam de medos e arrepios os viajantes, foi vista, não como marcando um lugar infernal, uma negação da visão paradisíaca dos trópicos, mas, pelo contrário, reforçando-a, pois tal fauna foi concebida como feita pela vontade divina, ou seja, como constituinte do próprio jardim do Éden.

Naquele tempo, séculos XV e XVI, escrever sobre as viagens ao Novo Mundo era quase, apenas, falar de encantamentos. Falar do misterioso, do enigmático, do monstruoso, do impressionante, do quase inacreditável. Falar das lendas, do maravilhoso, que incluía as amazonas que se supunha viverem nas florestas tropicais. “Monstruosidade e extravagâncias, em vez de afastar o leitor de viagens no século XVI, pareciam mesmo seduzi-lo” (SÜSSEKIND, 1990, p. 131). Naquela época, o mundo tropical era tido como exótico e exuberante e o Brasil fora inventado, através desses relatos de viagem, como o entrelaçamento do Éden espiritual e paradisíaco com o Eldorado das riquezas abundantes, uma espécie de “antevisão do paraíso, posta em circulação pelas utopias do humanismo quinhentista de Erasmo, Bacon e Montaigne” (Paulo Roberto PEREIRA, 2002, p.33). Tal visão, conforme Lisboa (1997), pode ser lida através dos viajantes e criadores do Brasil quinhentista como Hans Staden, André Thevet e Jean de Léry que, depois, “foram seguidos por mais viajantes ao longo do século XVII” (LISBOA, 1997, p.35).

Sem dúvida, essa primeira escritura despretensiosa de Euclides da Cunha (1995d) não está imbuída de todos estes atributos que as literaturas de viagens dos séculos XV e XVI instituíram. O viajante escreve em uma outra época, com outros enfoques e articulações que ainda veremos ao longo deste capítulo. De qualquer forma, a idéia de um país conformado e identificado pela natureza que se avista da janela de um trem, quando se viaja mesmo não sabendo de onde se vem (presume-se que seja da cidade, do litoral brasileiro, do Sul da nação) e muito menos para onde se vai (infere-se que seja para os rincões do país, seu interior, seu Norte), rearticula e atualiza esse vínculo quase ‘naturalizado’ entre o país e sua natureza paradisíaca.

É interessante notar, através de um instigante artigo de José Murilo de Carvalho (1998), no qual esse estudioso analisa duas pesquisas de opinião pública a respeito de como os brasileiros e os cariocas enxergam o país e seus compatriotas, que o motivo edênico persiste fortemente, inclusive, nos dias atuais como importante significação atrelada ao Brasil. O pesquisador sugere que essa vitalidade poderia estar relacionada à educação, à religião e ao hino nacional. Contudo, se pergunta por razões mais duradouras de natureza histórica e social. Nesta direção, sugere que o retrato depreciativo que se cola ao brasileiro nas respostas

coligidas pelas pesquisas – sua passividade, seu sofrimento, seu conformismo, tudo temperado com alegria – indica que a natureza acaba sendo um espaço de valorização e de admiração para a nação, já que, segundo os pesquisados, pouco se poderia ter orgulho das instituições, da política e do próprio povo brasileiro.

Em uma interessante passagem em que analisa essa permanência de um motivo edênico na configuração do Brasil, Isabel Carvalho (2001) argumenta:

[...] que as idéias acerca de uma ecologia política, a despeito da gravidade dos problemas ambientais, não conseguiram dar o tom à tradição das idéias ambientais no Brasil porque não se impuseram ao forte imaginário que recai sobre o país e toda a América como Novo Mundo ou o mundo da própria natureza (CARVALHO, 2001, p. 63).

Nesta direção, a autora ainda salienta que, mesmo com as grandes perdas dos recursos naturais brasileiros ao longo da história da nação, o motivo edênico continua imperando fértilmente sobre a constatação do elevado índice de degradação ambiental que presenciamos, mantendo-se, portanto, “vigente no imaginário dos próprios brasileiros” (CARVALHO, 2001, p.66).

Voltando ao artigo de Euclides da Cunha (1995d), é interessante ver que toda essa tradição discursiva esteve atuando na configuração de seu primeiro pequeno relato de viagem. Porém, o que se destaca com maior veemência não é a descrição quase edênica da natureza brasileira que se avista da janela de um trem, mas a separação que o autor estabelece entre o progresso representado pela locomotiva e a natureza – configurada, esta última, como um território que está sendo minado por essa aceleração tecnológica que corta e cria “rugas” no interior tranquilo, sereno e exuberante do Brasil. A revolta que assume o viajante é com o fato de poder presenciar, avistar de dentro do trem (veículo desencadeador de progresso e de civilização, mas, também, de “rugas”), durante uma viagem, o quanto a cidade (o lugar da industrialização e do progresso tecnológico) dominava a floresta. Revoltava-lhe ver a “sarjeta dominar a flor”. Este afago em tom romântico sobre o território brasileiro, esse espaço de natureza e de beleza, também não é uma novidade discursiva, mas marcou toda uma literatura

de viagem que emergiu no século XIX em contraposição à de acento iluminista que construiu uma narrativa repleta de negatividades sobre o Novo Mundo.

As narrativas negativas sobre o Novo Mundo emergiram com força através do movimento ilustrado do século XVIII. Conforme Roberto Ventura (1991) nos mostrou, a “filosofia da Ilustração inverteu a visão paradisíaca da América, ao formar um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos, marcado pela *negatividade*” (VENTURA, 1991, p.22). Através das obras de pensadores como Georges-Louis Buffon, Cornelius De Pauw e Guillaume Raynal, marcou-se a inferioridade do ambiente do Novo Mundo e a fraqueza das formas de vida que o habitavam. Tais estudiosos eram adeptos do Classicismo – uma vertente artística e estética, associada ao chamado “Século das Luzes”, ancorada na busca da transparência, da clarividência e da racionalidade das “coisas” do mundo. A natureza foi concebida pelos adeptos da Ilustração como uma exterioridade a ser apreendida pela razão. Em outras palavras, a natureza seria apreensível racionalmente e regida por leis. Se a razão era um atributo próprio aos sujeitos europeus (sobretudo homens e brancos), aos climas temperados e à civilização, somente ao lado da irracionalidade, da barbárie e da selvageria poderia estar o Novo Mundo e, conseqüentemente, a floresta e os sujeitos que viviam em um clima tropical (VENTURA, 1991).

Em contraposição a estas narrativas emergem, ainda no século XVIII, aquelas que se configuram a partir das premissas românticas edificadas por Rousseau, que afirmavam “a superioridade do *homem natural* e de seu equivalente histórico – o selvagem – sobre o civilizado europeu” (VENTURA, 1991, p.23). Em oposição à Ilustração, o Romantismo dota a irracionalidade com uma força positiva. E mais, como argumenta Gerd Borheim (2002), segundo as premissas do movimento romântico do século XVIII, seria a partir de nossa interioridade que poderíamos “compreender (...) a natureza [como] ainda isenta da mácula de mão humana, estranha e anterior à cultura” (p.81). Autores como o naturalista Alexander von Humboldt, sob inspiração romântica, invertem, no início do século XIX, “a imagem negativa da natureza tropical e do clima americano” (VENTURA, 1991, p.27). O naturalista alemão é configurado como aquele que, além de romper com uma descrição negativa do Novo Mundo, uniu ciência e arte na constituição discursiva da natureza.

A luta pela imposição de significados travada entre a Ilustração e o Romantismo é entendida como fornecendo os argumentos que permearam a disputa entre a idealização e a desilusão do Novo Mundo no século XVIII e início do século XIX, tal como analisada no

importante livro de Antonello Gerbi (1996). A partir da obra de Humboldt³⁹, o século XIX pôde assistir à emergência de narrativas que procuraram marcar a positividade dos territórios do Novo Mundo, processando uma ruptura tanto com a imagem do Paraíso, como com a depreciação ilustrada. Porém, é preciso considerar que tanto para os naturalistas ilustrados do século XVIII como para os “discípulos” de Humboldt no século XIX (que uniram ciência e arte, sob inspiração romântica), a natureza passou a ser concebida como um objeto das Ciências Naturais.

Se nos séculos XV e XVI o encanto da viagem pelo Novo Mundo remetia à descrição do encantado e do maravilhoso, o encanto da viagem dos séculos XVIII e XIX estava na possibilidade de fortalecer uma Ciência Natural em consolidação.

Ao contrapor a cidade (espaço de progresso e de civilização) ao interior do país (lugar da beleza e da natureza), Euclides, em seu texto inaugural, rearticula e se coloca na esteira das escritas românticas sobre uma natureza que se confunde, ela mesma, com o próprio território brasileiro. Mas esse é, apenas, um Euclides da Cunha que se diz, ele mesmo, inundado por digressões inúteis. Um viajante que escreve “às pressas” e “desordenadamente”. Este foi um relato de um viajante que estava com seu olhar ao léu, não era um olhar atento, imbuído de alguma missão ou vinculado a alguma estratégica posição social. A partir do momento que a exigência de um olhar interessado, vigilante, fez de Euclides um viajante que não escrevia mais digressões, a floresta brasileira emergiu com outras tonalidades, odores e significados. E não apenas isso, Euclides, a partir do momento que passa a escrever sobre a Amazônia e, também, a adentrá-la, busca efetivamente romper com todas as significações que acabei de acentuar a respeito da natureza e do Brasil corporificadas, aparentemente de forma paradoxal, em seu primeiro relato sobre viagem, natureza, brasilidade e progresso.

No discurso proferido pelo viajante no dia de sua recepção como membro da Academia Brasileira de Letras, já tendo retornado da sua viagem oficial à Amazônia, pode-se perceber essa ruptura logo nas primeiras palavras proferidas por Euclides da Cunha (1995c):

³⁹ Humboldt escreveu trinta e quatro volumes de sua obra científica intitulada: “Viagens às Regiões Equinociais no Novo Continente em 1799, 1800, 1801, 1803 e 1804” publicada em Paris e em francês (doze volumes dedicados à geografia, dois às medições astronômicas, dezoito à botânica, dois à zoologia). Porém, foram seus escritos não-técnicos que alcançaram um maior impacto e disseminação, embora o trabalho de Humboldt continue sendo pouco conhecido no Brasil. Nesses trabalhos incluem-se os dois volumes dos “Quadros da Natureza”, única obra de Humboldt traduzida e editada no Brasil em português, tendo sido, inclusive, sua única obra escrita em alemão e, ainda, sua obra mais popular. Além dos “Quadros” há, também a obra “Imagens das cordilheiras e monumentos dos povos indígenas da América” (dois volumes ricamente ilustrados) e, finalmente, o inacabado “Narração pessoal” (três volumes).

Há dois anos entrei pela primeira vez naquele estuário do Pará, ‘que já é rio e ainda é oceano’, tão ineridos estes fáceis geográficos se mostram à entrada da Amazônia.

Mas contra o que esperava não me surpreendi...

Afinal, o que prefigurara grande era um diminutivo: o diminutivo do mar, sem o pitoresco da onda e sem os mistérios da profundura.

(...) Calei um desapontamento (p. 230).

Com o que, efetivamente, estive o viajante desapontado? Por que o que se vislumbrou na Amazônia não era o aguardado pelo autor? O que, então, ele esperava avistar, ou melhor, quais eram suas expectativas antes da viagem que, posteriormente, não se confirmaram? Euclides, quem sabe, desejava testemunhar, reviver, relembrar as mesmas sensações que lhe tomaram o corpo-alma quando escreveu seu primeiro texto sobre viagem e natureza. O que avistou na Amazônia tinha pouca relação com tais sentimentos e significações. Nada havia na floresta que pudesse confirmar a imagem paradisíaca que atravessou séculos e contaminou, em parte, seu primeiro relato de viagem. O autor também não podia ver-se imbuído de algum sentimento romântico que lhe abrandaria a alma-corpo e lhe conectaria com todo o encanto, toda a pureza e todo esplendor que a natureza amazônica poderia vir a suscitar. Nada disso esteve presente e, ao mesmo tempo, tudo isso esteve também presente na escrita amazônica de Euclides da Cunha. Dizer dessa forma pode parecer confuso, paradoxal, mas, ao contrário, analiso este “desapontamento” *euclidiano* com a Amazônia como uma significação tecida por um sujeito instituído *em* processos de hibridação. Vejamos um pouco melhor tal aspecto.

Interessante é notar que em alguns textos Euclides aciona determinadas articulações e, em outros momentos de sua escrita sobre a floresta, sobre a natureza e sobre o Brasil, o viajante coloca em operação outras diferentes conexões (são outros os discursos que reverberam através da escrita do viajante⁴⁰). Em alguns textos, como o de sua primeira escrita

⁴⁰ Vale a pena lembrar, como já discuti no capítulo dois dessa tese, que não tomo o indivíduo Euclides da Cunha como “o” desencadeador dos processos articulatórios que instituirão uma forma específica de narrar a Amazônia

de viagem aqui apresentada, a literatura de viagem, sobretudo de inspiração romântica, articula-se fortemente àquilo que o autor escreve sobre a natureza e sobre o país. Isso *acontece*, como já argumentei, quando o autor está tecendo um relato que é fruto de um olhar ao léu, um olhar sem, por exemplo, a atenção posta em integrar, demarcar e construir a nação brasileira. Anos mais tarde, quando suas viagens e seus escritos estão conformados, entre outras coisas, por esse caráter de lançar um olhar nacional à floresta (pelo desejo pessoal e oficial de integrá-la à nação e de desenvolvê-la), a literatura de viagem passa a articular-se de maneira muito mais tênue aos seus escritos. Ela continua operando e sendo um importante *marcador*⁴¹ para tudo o que o viajante escreve sobre a Amazônia. Contudo, agora, a partir de um olhar interessado e oficial, uma articulação mais sutil entre seus escritos e a literatura romântica e estrangeira de viagem será processada. Com isso, emerge uma escrita que institui a Amazônia como um território que provoca desapontamentos no viajante. Como veremos ao longo desse capítulo, passam a ser outras, e de outra ordem, as articulações processadas nos escritos amazônicos *euclidianos*.

Com relação à noção de articulação, em suas análises sobre o “populismo”, por exemplo, Ernesto Laclau (2005) nos mostra que não são os conteúdos ou as práticas políticas em si mesmas que o definiriam, mas, pelo contrário, os modos pelos quais essas práticas se articulam. Será a “lógica de articulação” de tais conteúdos e práticas, quaisquer que sejam elas, que irá fazer emergir, ou não, o “populismo”. Nas palavras do autor, o significado de populismo não se pode encontrar “em nenhum conteúdo político ou ideológico procedente da descrição das práticas de algum modo particular, mas em um particular *modo de articulação* de quaisquer conteúdos sociais, políticos e ideológicos” (LACLAU, 2005, p.27). Da mesma forma, posso dizer que a emergência da Amazônia como uma floresta que provoca um agudo desapontamento no viajante diz respeito a um determinado *modo de articulação* que, ao desconectar alguns discursos e conectar outros, a faz edificar-se, agora, como um território sem encantos, sem o “brilho” que antes estava latente em seus tons azuis.

daqueles tempos. Pelo contrário, o viajante também está enredado nesta trama que busco explicitar (e de certa forma também construir), ou seja, sua posição de sujeito também é um efeito de tais processos históricos.

⁴¹Timothy Lenoir (1997) destaca, a partir de estudos efetuados por Jonathan Culler, que sem os *marcadores* (as placas, os *souvenirs*, os cartões-postais, os guias, entre outros) nada haveria para ser apreciado nos lugares que visitamos. Simplesmente, não haveria muita coisa para ser vista, pois “no caso do turismo, a existência dos marcadores é o que torna a coisa (...) reconhecível como original”, produzindo, então, a autenticidade (consumível através do turismo) do lugar que visitamos (p. 58). Nesse sentido, o turismo transformaria os lugares em uma espécie de museu, pois “seus marcadores emolduram os cenários que merecem ser percebidos, como se estivessem colocados em um *hall* de exibição” (p.58).

Os estudos culturais, através do conceito de articulação, ampliam as significações que, muitas vezes, parecem ser inerentes a algum conceito, a alguma prática social ou objeto tomado sob o crivo analítico desse campo. Ao colocar questões, significações e mesmo campos disciplinares em *articulação* com inúmeras outras questões, tomadas por alguns como aparentemente desnecessárias ou, até mesmo, *indevidas*, essas, além de se ampliarem, se desnaturalizam e se deslocam para outras posições e campos. No entanto, cabe ressaltar que as articulações processadas nestes estudos são sempre tomadas como temporárias e instáveis. Através dessa noção, se processa um jogo nas análises culturais, ou seja, opera-se uma desarticulação daquilo que se naturalizou e se solidificou em uma significação estreita porque fixada, para, ao mesmo tempo, se promover uma re-articulação com outras questões. Porém, este processo nunca deve ser visto como completo, pois sempre há sobras, ou seja, sempre se deixa de articular algo em qualquer análise cultural que se faça. Talvez, possa dizer que os processos articulatórios são, quase, ilimitados, mas sempre incompletos⁴².

Feitos estes comentários sobre o conceito de articulação, quero salientar que este capítulo busca aprofundar, exatamente, uma descontinuidade entre a literatura estrangeira e romântica de viagem e os escritos *euclidianos* – dos quais emerge uma floresta amazônica desencantada e provocadora de desapontamentos. A Amazônia transmuta-se, enfim, em uma região, como sintetiza Euclides, “desnuda e monótona” (CUNHA, 1995c, p. 230). Além de marcar essa descontinuidade, o capítulo busca mostrar com mais detalhes quais articulações se processam para que tal significação possa ser edificada.

Entretanto, não são somente de rupturas as relações estabelecidas entre a literatura de viagem e os escritos *euclidianos* sobre Amazônia. Na próxima seção, passo a discutir, exatamente, algumas continuidades entre tais narrativas: entre essas, destaco o fato de necessitar-se estar *em* viagem para poder-se escriturar a floresta.

⁴² Para um maior detalhamento sobre o conceito de articulação ver: Slack (1996) e Wortmann (2005).

4.1 É preciso *estar lá* para ver e para narrar uma viagem?

Alguns antropólogos, a partir das duas últimas décadas do século passado, têm discutido mais insistentemente a outrora suficiência do texto antropológico dada, exatamente, pela argumentação *de se ter estado lá*, *de se ter mesmo mergulhado densamente* em uma “outra cultura” e, portanto, em razão desse mergulho, estar-se munido da segurança de poder transformar em texto “verídico” as observações empíricas realizadas. O que se coloca em xeque, atualmente, é essa pretensão explicativa de um “outro enigmático”, dada, simplesmente, pelo fato de se ter convivido e testemunhado, mesmo que intensamente, esse “outro” lugar.

Como destaca Clifford Geertz (1989), com o fim do colonialismo (pelo menos em suas características marcadas pela posse e pela conquista europeia sobre “outras” terras, vidas e mares) “a natureza do relacionamento entre os que perguntam e olham e os que são perguntados e se tornam objeto do olhar” muda radicalmente (p.60). Na condição pós-colonial que vivemos hoje, um “outro” sempre está ao nosso lado e, agora, também, perguntando sobre nós (considerando esse “nós” um antropólogo qualquer, um viajante qualquer ou um europeu “nativo” qualquer). No caso dos antropólogos que se colocam sob a marca da “antropologia pós-moderna” (REYNOSO, 1992), ou, então, da “etnografia pós-colonial” (José Jorge CARVALHO, 2001), uma crítica interna é feita sobre a possibilidade da antropologia descrever “um outro”, de falar *sobre* “um outro”, de falar *por* “um outro”, de representar, enfim, “um outro” através do “discurso aparentemente universalizado da antropologia” (TYLER, 1992, p.289). Está se considerando, como argumenta Tyler (1992), que todo ato de representação é também um ato de repressão política. Dessa forma, o texto antropológico passa a ser entendido não como uma descrição de como “um outro” é mesmo (suas “reais” conformações e atributos); muito menos passa a ser compreendido como uma escritura enganosa ou distorcida de uma suposta “realidade” que estaria lá, passível de ser apreendida e, portanto, narrada. Por outro lado, o texto antropológico, sob o crivo da crítica pós-colonial, passa a ser visto como um modo de narrar “um outro” e nesse ato de escritura está em processo a produção desse “outro” narrado. Um texto, enfim, próprio a uma disciplina acadêmica que, interessada na descolonização do saber, poderia atentar para os jogos de poder a que está submetida e, também, à sua possibilidade dialógica; ou seja, se poderia atentar para uma dimensão que contemple a polifonia, no sentido da valorização de outras vozes em seu

interior. Dessa forma, *ter estado lá*, não é mais condição para atestar qualquer veracidade ou autenticidade a uma narrativa derivada desse contato⁴³.

Se, atualmente, *ter mesmo estado lá* não garante mais, por si só, a conquista de um atestado de autenticidade e de veracidade para um texto de viagem; no século XVI, a veracidade do relato estava conquistada, simplesmente, pelo fato do narrador ter, sim, *estado lá* e escrito seu texto, muitas vezes, ainda em viagem (uma viagem quase sempre demorada) e, também, por ter desenvolvido um relato que não necessitava esconder-se em um discurso longo e verboso (SÜSSEKIND, 1990, p.130). Por outro lado, nas viagens, sobretudo a partir do século XVIII, emergiram outros critérios de veracidade e outras formas de escritura dos relatos. As “coisas” do Novo Mundo não podiam mais ser descritas sob a “aura de mistério e extravagância” (SÜSSEKIND, 1990, p.132). O “senso do maravilhoso” deu lugar a um “olhar de cientista”, ao “desejo do paraíso” e ao “interesse de aprendizado” (SÜSSEKIND, 1990, p.148). As viagens ilustradas afastaram-se das lendas (das amazonas, das minas de ouro), da busca do paraíso e do Eldorado. O exagero, a invenção, a fabulação e a inexactidão passaram a ser qualificações das quais os viajantes naturalistas, a partir do século XVIII, deveriam necessariamente fugir. Nesse sentido, tornou-se imprescindível ir à busca do “estilo simples da verdade” que deveria ser fornecido pelas Ciências Naturais.

Como destaca Süssekind (1990), as viagens científicas são relatadas a partir de um “olhar armado” que se contrapõe a um “olhar ao léu”. Esta armadura no olhar reduz o campo visual (era preciso ver o miúdo). Toda a plenitude de uma floresta tropical reduz-se a um senso pragmático e classificatório, que arma o olhar do viajante naturalista para a pequenez dos detalhes nomeáveis. Tal operação nutre, também, o olhar dos pintores que acompanhavam muitas dessas viagens. “É como se a chave das Ciências Naturais e o olhar interessado, classificatório, do viajante naturalista servissem de rede interpretativa superponível a qualquer paisagem” (SÜSSEKIND, 1990, p.113). A autora destaca que esse olhar, que se deseja imparcial e desapaixonado, se converte em “observação interessada, com itinerário, objetivos e modos-de-ver sabidos de cor” (SÜSSEKIND, 1990, p.114). Antes mesmo de se lançarem às expedições, os viajantes naturalistas pareciam saber, exatamente, qual era a paisagem útil, bem como os objetos e os espécimes que deveriam ser colecionados. Cabia ao viajante “classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho” (SÜSSEKIND, 1990, p.45). A autora destaca que tais “olhares armados” penetraram

⁴³ Para maiores detalhes sobre a chamada “antropologia pós-moderna” ver a tese de Daniela Ripoll (2005). A autora faz em seu texto uma minuciosa discussão sobre os estudos culturais de inspiração etnográfica.

fortemente a prosa de ficção brasileira emergente nas décadas de 30 e de 40 do século XIX. Destaca, também, o caráter educativo que assumiam os relatos de viagem naqueles tempos (fontes de divertimento, mas, sobretudo de conhecimento e acesso a informações).

Em resumo, os relatos dos viajantes do século XVI adquiriam legitimidade e veracidade pelo fato, entre outros, de terem sido escritos lá mesmo onde as “coisas” contadas estavam se processando. Embora no século XVIII tenha ocorrido uma ruptura nos modos de relatar as viagens, e esse modo irá marcar toda a literatura de viagem no decorrer do século XIX (como já argumentei, as viagens passam a ter razões “científicas”), continua em operação certa veracidade conquistada pela narrativa de viagem em razão do seu narrador ter *estado lá* (no lugar onde as “coisas” foram vistas), sendo que até por isso, essas merecem, enfim, ser contadas e inscritas. Cabe até destacar que essa seria uma das condições principais, inclusive, para que um texto seja considerado literatura de viagem.

A pesquisadora Lisboa (1997) chama a atenção para a especificidade do gênero literatura de viagem, quando diz que “a condição *sine qua non* para que um texto seja considerado literatura de viagem é o deslocamento físico do autor pelo espaço geográfico, por tempo determinado, e a transformação do observado e do vivido em narrativa” (LISBOA, 1997, p.34). Mesmo com essa ressalva, a pesquisadora destaca as inúmeras diferenciações na forma de se construir um relato, um texto, que poderá vir a nomear-se como literatura de viagem. Enquanto gênero literário, a disseminação de formas (romances, diários, poesias, crônicas, relatos científicos) de narrar uma viagem dificulta qualquer definição rigorosa em torno desse gênero.

Considero importante referir que a História Natural, a partir do século XVIII, não está circunscrita, apenas, às literaturas derivadas das viagens dos naturalistas. Há, nessa época, outros *espaços* que também atuam na produção de conhecimento sobre a natureza: o gabinete de História Natural, por exemplo. A viagem, nesse caso, é “substituída (embora continue fornecendo autenticidade aos materiais trabalhados) por bibliotecas, laboratórios, coleções, herbários, jardins botânicos...” (KURY, 2001, p. 865). Como destaca Kury (2001), os trabalhos nos gabinetes e nas viagens são vistos como complementares nos estudos dos naturalistas, sendo que o viajante era considerado um coletor. “A viagem é em geral considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência” (KURY, 2001, p.865).

Do que estou falando depreende-se, então, pelo menos duas *razões* que parecem estar em operação quando qualifica-se os textos como literatura científica de viagem: a necessidade

de *estar lá* e, também, a de coletar informações e espécimes para um posterior trabalho nos gabinetes de História Natural. Dessa forma, a literatura científica de viagem da qual estou falando está circunscrita aos trabalhos em História Natural (séculos XVIII e XIX). E, então, esse múltiplo campo de saber não trata, apenas, da natureza, mas coloca em operação formas de vê-la e de narrá-la. Como já destaquei anteriormente, há diferenças entre as usualmente denominadas literaturas científicas de viagem, pois materiais diversos (relatos, diários, cartas, relatórios) são incorporados nesse gênero.

Talvez seja interessante perguntar, agora, acerca das razões pelas quais estou apresentando alguns elementos sobre o gênero literário nomeado como literatura de viagem nessa tese. Tal incursão torna-se especialmente importante para as indagações que levanto a respeito dos escritos de Euclides da Cunha derivados de sua viagem à Amazônia em 1905, pois os textos derivados dessa viagem guardam uma semelhança importante com as literaturas de viagem do século XIX: uma dessas semelhanças implicaria a necessidade de ter-se *estado lá*, na floresta amazônica, para poder-se escrever sobre ela.

Além disso, embora Euclides da Cunha não tenha feito, oficialmente⁴⁴, literatura de viagem, esse gênero literário, como mostrei na seção anterior, havia se tornado um guia, um *marcador* importante para a floresta que Euclides visitou. Não eram os *marcadores* criados pela indústria do turismo (ainda não emergente, no Brasil, no final do século XIX e início do século XX) que guiavam o olhar *euclidiano* para a Amazônia mostrando aquilo que era imprescindível ser visto e *como* deveria ser enxergado. Os *marcadores* da viagem *euclidiana* à Amazônia foram construídos a partir das literaturas científicas de viagem que “percorreram” o século XIX, sobretudo por aquelas que seguiram os passos estilísticos e as formas de ver (emergentes na primeira metade do século XIX) postas em circulação pelas narrativas românticas tecidas sobre o Novo Mundo, como, por exemplo, as desenvolvidas pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt (1957).

Embora não pretenda me deter, nessa tese, na escritura produzida por Humboldt (a partir de sua viagem ao Novo Mundo no início do século XIX), que marcou uma forma de literatura científica de viagem com forte inclinação romântica no decorrer daquele século, cabe destacar, aqui, algumas de suas características. Humboldt não se ausenta do texto que escreve. Pelo contrário, uma estética da natureza vista através da sensibilidade do naturalista

⁴⁴ Como já mostrei anteriormente, uma parte dos textos amazônicos de Euclides da Cunha foi escrita antes de sua viagem oficial à floresta. Alguns outros textos foram tecidos em viagem (como as cartas) e, ainda, alguns outros foram escritos após a conclusão da mesma.

imprime dramaticidade à literatura científica de viagem produzida por Humboldt contaminando, então, o olhar armado do viajante. Como argumenta Pratt (1999a), Humboldt não produziu uma natureza acessível, coletável, reconhecível e categorizável (conforme a botânica produzida pelos adeptos de Lineu apregoava à época), mas, sim, “uma natureza dramática, extraordinária, um espetáculo capaz de ultrapassar o conhecimento e inteligência humana” (PRATT, 1999a, p. 212). Essa “estética do sublime” parece deliberadamente querer ultrapassar o detalhamento científico característico à época e, também, a excessiva pessoalidade presente nos relatos de viagens. Nesse sentido, Humboldt parece tecer uma narrativa científica, na qual a natureza está em comunhão com a vida espiritual do homem, embora, como argumenta Pratt (1999a), a extirpação do humano no texto fosse partilhada com os demais relatos científicos daquele momento. Como destaca Lisboa (1997), é possível atestar uma forte influência do romantismo alemão na produção de Humboldt (cumprir lembrar que ele fora amigo dos românticos Goethe e Schiller).

Euclides da Cunha parece levar adiante o projeto de reunir arte e ciência no texto literário produzido a partir da viagem, porém uma de suas motivações parece ser (como homem constituído em seu tempo), como veremos mais detalhadamente ainda neste capítulo, passar a limpo a Amazônia, ou seja, destituí-la dos *marcadores* que a literatura científica de viagem, sobretudo àquela com traços românticos aliados a uma estética do sublime (como parece ser a de Humboldt) imprimira por todo o século XIX à floresta.

Interessante é ver que a literatura de viagem funcionou também como um importante *marcador* para o próprio itinerário da viagem *euclidiana* pela Amazônia. Mesmo assim, e quase de forma surpreendente, pouco houve para o viajante ver na floresta amazônica. Uma das razões para isso parece ter sido, exatamente, esta desvinculação da floresta dos *marcadores* imprimidos por uma estética narrativa desencadeada no século XIX na esteira dos trabalhos de Humboldt (1957). Foi uma ruptura com essa literatura estrangeira de viagem que os textos *euclidianos* promoveram. Se essa literatura pode ser fortemente articulada ao primeiro texto escrito por Euclides da Cunha (1995d), como vimos no início do capítulo, nos ensaios amazônicos, ela, descontinuamente, perderá sua potência, sendo apenas possível fazer uma articulação muito mais tênue, mas ainda presente e atuante nos ensaios sobre a Amazônia do autor. Um dos efeitos desse processo de desvinculação dos textos *euclidianos* com a literatura de viagem diz respeito ao enxugamento do campo de visão que estava sob a mira do viajante em plena floresta amazônica. Como aquela não foi uma viagem naturalista, descrições da flora e da fauna não estiveram nos horizontes de suas preocupações. Também

aquela não foi uma viagem antropológica e relatos sobre as populações indígenas não estiveram presentes nos seus diferentes escritos sobre a floresta. Pelo contrário, tais aspectos não tinham muita relevância para o que era, efetivamente, importante na viagem de Euclides: marcar as fronteiras da nação, efetivar sua integração territorial ao país e promover seu progresso e seu desenvolvimento econômico e social.

Veremos, no entanto, essa questão da ruptura dos textos *euclidianos* em relação à literatura de viagem mais detalhadamente na próxima seção deste capítulo. Passo, agora, seguindo minha intenção de destacar nessa seção algumas continuidades entre a literatura científica de viagem e os textos *euclidianos*, a mostrar alguns aspectos relativos a dois textos que funcionaram como importantes *marcadores* para os trabalhos oficiais levados a cabo na Amazônia por Euclides da Cunha. São eles: a) o relato de viagem de William Chandless; b) as “instruções” da viagem escrita pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Ambos destacam a importância de *ir lá ver com os próprios olhos*, ressaltando a necessidade de se percorrer efetivamente cada pedaço, cada trecho do rio Purus.

De todos os relatos de viagem sobre a Amazônia, um deles tornou-se referência obrigatória para Euclides da Cunha. Pode-se dizer que esse foi um *marcador* importante não apenas para aquilo que seria visto e narrado na floresta, mas, sobretudo, para funcionar como um guia para o próprio traçado da viagem. Trata-se da narrativa tecida pelo naturalista inglês William Chandless, que percorreu o rio Purus em 1864, fazendo um minucioso levantamento geográfico (conforme já havia destacado no segundo capítulo da tese). Esse foi o escrito que funcionou como um *marcador* importante para Euclides da Cunha, pois sua viagem, em parte, estava assentada na intenção de corrigir erros de tal descrição geográfica e, ainda, de completá-la chegando, mesmo, até as cabeceiras do rio Purus – o que não fora feito por Chandless. Em várias passagens do Relatório (CUNHA, 1995a) escrito por Euclides como conclusão dos trabalhos oficiais realizados na Amazônia, podemos ver várias referências a este relato. Passo a destacar dois destes momentos:

Cumprimos o dever imperioso de deixar neste relatório, escritas, as impressões que tantas vezes trocamos, à medida que íamos observando na progressão dos nossos trabalhos o critério superior, o tino científico e, sobretudo, a admirável honestidade profissional do grande homem [William Chandless], um nome que ficará perpetuamente vinculado a este trecho da fisiografia americana (CUNHA, 1995a, p. 769).

Estávamos, finalmente, no ponto do grande rio de onde avançaríamos para lugares nunca cientificamente explorados. De fato William Chandless, com a sua prodigiosa tenacidade, chegara até ali; mas no prosseguir tomara rumo diverso daquele que deveríamos seguir. Avançara pelo ramo extremo do norte, do qual apenas percorreu mui poucas milhas, ao passo que nós prosseguíamos pelo que investe francamente com o sul. Esta circunstância não pouco contribuiu para que nos refizéssemos de alentos. Tratava-se, realmente, de longo trecho do Purus, por certo bem conhecido de todos os caucheiros [peruanos extratores de caucho, uma espécie de borracha considerada de menor qualidade] daquelas bandas, mas não apresentando ainda à ciência geográfica, como o revela a mesma circunstância de termos deparado ali o primeiro, e talvez o único erro do ilustre Chandless no traçar o Cavaljani, como rumo de todo falso de leste para oeste (CUNHA, 1995a, p. 761).

A correção do traçado percorrido pelo viajante inglês não é o aspecto central que preocupa Euclides, mas, sim, chegar onde ele não fora. Refazer o hiato deixado por Chandless a respeito do traçado final do rio, exatamente aquele que determinaria precisamente suas cabeceiras, representava a possibilidade de deixar uma marca sem precedentes na ciência geográfica e isso animava o viajante. Mas não apenas isso. Ao marcar constantemente no Relatório a sagacidade, a destreza, a competência, o destemor do viajante inglês, Euclides imbuía à sua própria viagem um superlativo que se colava a todos estes atributos. E seria um brasileiro, em uma viagem oficial, patrocinado pelo Ministério das Relações Exteriores da República do Brasil que iria completar o traçado do rio Purus realizado pelo inglês Chandless. Ademais, seria um viajante brasileiro que, ao imiscuir-se nos lugares mais remotos e jamais desvendados da floresta, definiria, precisamente, o traçado do rio Purus – e esse se constituía em um esforço fundamental para a definição das fronteiras da nação.

É interessante visualizar que o relato de viagem de Chandless só funciona como um *marcador* por ter o viajante *estado mesmo* viajando pela floresta. Caso o viajante inglês não tivesse efetivamente adentrado o rio Purus e realizado um levantamento geográfico do mesmo, seus escritos não teriam importância alguma e deixariam de ser um guia para a viagem *euclidiana*. Foi pelo fato de Chandless *ter mesmo estado lá* na floresta e ter mapeado o rio que Euclides também estava penetrando que seu relato adquire um significativo *status*. Ou seja, não foi pelos modos como a floresta (sua fauna, sua flora, suas populações indígenas) havia sido descrita na obra do viajante inglês, que essa passara a interessar à viagem *euclidiana*. Foi, sobretudo, pelo fato de Chandless também ter viajado pelo Purus e ter

composto aquele que era tido como o mais completo, o mais correto e o mais atualizado, até então, mapeamento geográfico do rio Purus. Contudo, ele também só adquiriu importância, volto a frisar, por uma aparentemente simples razão: o fato de Chandless *ter mesmo estado lá*. Tais aspectos *de estar e escrever em viagem* eram argumentos tidos como fundamentais, como já argumentei no início dessa seção, para atestar a veracidade daquilo que estava sendo descrito.

Além da viagem de Chandless, outro documento pode ser tomado como um importante *marcador* da viagem de Euclides da Cunha, sobretudo para as tarefas que o viajante necessitaria desempenhar em sua missão oficial pela Amazônia. Trata-se das “instruções” organizadas pelo governo brasileiro para a viagem de Euclides da Cunha.

Antes de partir para sua viagem pelo rio Purus, cujo traçado faria o viajante penetrar a floresta amazônica (saindo de Manaus e deslocando-se em direção ao Acre), Euclides escreveu algumas cartas ao seu superior: o Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco (escritas, então, em Manaus, antes da chegada das “instruções” de viagem e, portanto, da sua partida). Através delas, é possível ver-se a importância dada ao procedimento de “ir lá ver com os próprios olhos”, olhos que estou considerando estarem marcados, entre outras coisas, pelas “instruções” oficiais de viagem.

Fora desviar, sem vantagem compensadora, a atenção de V. Exa. O alongar-se relatando os dados e informações que tenho colhido sobre as regiões do Purus. Como já tive a honra de declarar em carta anterior, nenhum deles, a meu parecer, exclui a observação direta. São em geral duvidosos e não raro controvertidos. Manaus, 23.01.1905. Antes da partida (CUNHA, 1994b, p.247).

Vê-se bem como variam os pareceres sobre assuntos tão simples – impondo a todas as informações o corretivo de uma observação ulterior, direta. (...) Tais esclarecimentos, nem sempre uniformes, aceito-os apenas como indicação para o exame local, mais tarde. Manaus, 14.01.1905. Antes da partida (CUNHA, 1994b, p.248).

Como já tive a honra de declarar em carta anterior, nenhum deles [os dados sobre o rio Purus], a meu parecer, excluem a observação direta. Manaus, 25.01.1905. Antes da partida (CUNHA, 1994, p.249).

Em Manaus, no início do ano de 1905, Euclides da Cunha cuidava dos preparativos da viagem, estudava fontes bibliográficas sobre a Amazônia e aguardava a chegada das “instruções” para poder partir. Foram alguns meses de espera. Todo esse tempo aguardando a chegada de um documento mostra que a viagem de Euclides à Amazônia não foi feita por razões simplesmente pessoais, independentemente dos interesses daqueles que a estavam patrocinando. Pelo contrário, a cansativa espera das “instruções” (que mostrou, através das cartas emitidas pelo viajante, um Euclides angustiado e ansioso pela possibilidade delas não chegarem a tempo do rio ainda estar na época da cheia permitindo, com isso, uma navegação tranqüila) marca que essa era uma viagem “interessada” e, portanto, que essa não era qualquer viagem, como já referi antes, ou seja, uma viagem determinada, apenas, por propósitos de cunho pessoal. Nesse sentido, o olhar a ser lançado à floresta e ao rio Purus (que deveria ser mapeado) não era, simplesmente, próprio ao viajante, mas, sim, estava constituído, entre outras coisas, pelas “instruções” de viagem enunciadas pelo patrocinador da mesma: o Ministério das Relações Exteriores da recente República do Brasil. Elas iriam dizer qual o caminho a seguir e aquilo que deveria ser, talvez, corrigido em relação ao traçado do rio Purus, determinando, também, o tempo e o dinheiro que poderiam ser gastos para tal propósito; enfim, esse conjunto de “instruções” conduziu não apenas a viagem, mas, também, as atenções daqueles que estariam em viagem. Vejamos um trecho da “instrução” fornecida a Euclides:

A comissão incumbida da exploração do Rio Purus partirá de Manaus e verificará o curso desse rio, fazendo um simples reconhecimento hidrográfico até o barracão Catai, cujas coordenadas geográficas determinará, assim como as de alguns outros pontos interessantes no trajeto. (...) A comissão mista⁴⁵ corrigirá e completará, como puder, a planta levantada por W. Chandless, e verificará a correspondência da nomenclatura geográfica que nela se acha com a atualmente em uso. No regresso determinará as coordenadas da confluência do Purus. (...) Cada comissão mista deverá apresentar um mapa dos trabalhos de que é encarregada e uma memória descritiva da zona percorrida. (BRASIL, 1994).

⁴⁵ Na viagem à Amazônia, juntamente com a comissão brasileira presidida por Euclides da Cunha, estava uma comissão do Peru (as comissões viajaram em embarcações separadas). O interesse central do Ministério das Relações Exteriores (dos dois países) era resolver um impasse de fronteira do Brasil com o Peru.

Destaco que a necessidade de “instruções” é uma marca importante e característica das viagens científicas ao Novo Mundo no século XIX (KURY, 2001) e que a História Natural era o guia para a confecção das mesmas. Sob o solo da ciência, não importava quem viajaria, pois um olhar subjetivo não estava em questão. Era preciso olhar com os olhos conformados pela História Natural (mesmo que eu tenha considerado que os escritos de Humboldt parecem fugir um pouco, pelo menos, dessa conformação que se pode considerar ter sido hegemônica de pretensa objetividade e neutralidade das viagens científicas no século XIX). De qualquer forma, voltando às questões especificamente relativas à viagem de Euclides da Cunha, posso dizer que o patrocínio da mesma, cujos interesses aparecem materializados nas “instruções”, definiu para Euclides da Cunha, um modo de olhar e de escrever.

Finalizando esta seção, quero acentuar que até agora mostrei uma continuidade entre a “literatura de viagem” e os textos amazônicos de Euclides da Cunha: a necessidade de escrever *em viagem, de estar lá para ver com os próprios olhos e poder narrar*⁴⁶. Além disso, mostrei que nosso viajante mantém em sua escrita a união entre arte e ciência que marcaram parte dos textos de viagem do século XIX (tal como os edificadas na esteira dos relatos de Humboldt). Ademais, argumentei que tais literaturas científicas de viagem estavam conformadas por *marcadores* muito claros e precisos: a História Natural, no caso das viagens naturalistas do século XIX; e as “instruções” oficiais e o trabalho geográfico de Chandless para Euclides da Cunha em sua missão amazônica. Porém, não são, apenas, as “instruções” e o relato de viagem de “Chandless” que configuram o olhar *euclidiano* à floresta. Há, ainda, muitos outros aspectos em jogo nessa situação e é isso que passo a discutir na próxima seção.

⁴⁶ No tempo da escritura dessa tese, como vimos no início da seção, não é mais imprescindível (pelo menos para a perspectiva teórica e prática que opero) que eu viajasse à Amazônia, a visse com meus próprios olhos, para, somente depois disso, escrever um texto cuja veracidade estava atestada, exatamente, por esta viagem. Dessa forma, mesmo sem nunca ter visitado a floresta, eu presumo que os leitores e as leitoras do presente trabalho não o desqualificarão por esse fato de eu não ter *estado lá* – critério que foi considerado muito importante por séculos, atravessando, inclusive, modos diferentes de se narrar uma viagem. Mais do que ir até a Amazônia, as viagens que fiz, no decorrer de minha pesquisa, foram endereçadas a lugares que me permitiram organizar determinados modos de ver e de tecer o estudo. A Amazônia fica como um território que ainda desejo lançar um olhar ao léu, em viagem.

4.2 Passando a limpo a Amazônia: a produção da floresta desencantada

Naquele momento, início do século XX, era preciso lançar um olhar para a Amazônia que fosse muito próprio ao Brasil. Era necessário não apenas ver com os próprios olhos, mas ver com olhos, agora, muito próprios de um brasileiro. O Brasil republicano necessitava encontrar seus próprios rumos em direção ao progresso e à civilização. Era preciso, então, destituir a Amazônia dos *marcadores* que a literatura científica [e estrangeira] de viagem havia imprimido à floresta durante mais de um século. Uma floresta que encanta a alma humana não poderia ser incorporada às prerrogativas de uma nação que urgia estar completamente civilizada e caminhando em direção ao progresso, sendo necessário, para tanto, entre muitas outras coisas, eliminar os últimos redutos “desérticos” do Brasil. A Amazônia configura-se, então, sob essa perspectiva, como repleta de desencantos, pois como seria possível desenvolver, modificar, uma *terra encantada*? Tornava-se necessário constituí-la *de outros modos* e, assim, incorporá-la ao processo de desenvolvimento pensado como necessário à República do Brasil. Nas palavras de Euclides da Cunha:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disso, sob o conceito estreitamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país. Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba (CUNHA, 1999a, p.01).

Se a literatura científica de viagem, no decorrer do século XIX, principalmente aquela que combinou ciência e estética romântica, produziu uma Amazônia repleta de encantos,

tratava-se, agora, de produzir o seu desencantamento e com urgência. Através da viagem *euclidiana*, a floresta desencantada poderia finalmente inscrever-se no mundo. Talvez seja importante dizer que não foi a “Amazônia real” (como argumenta o próprio Euclides da Cunha na passagem acima destacada) que produziu aos seus olhos certo desencantamento, pois ele fala de sua inegável grandiosidade. Ouso dizer, que a intenção de instituir tal desencanto já estava dada antes mesmo da viagem se processar. Nesse sentido, não é a Amazônia, quando limpa das marcas nela imprimidas por Humboldt (e por muitos outros naturalistas que adentraram a floresta no século XIX) que se apresenta aos olhos *euclidianos* em toda sua verdade e transparência. Através dos textos *euclidianos* sobre a Amazônia emerge uma floresta, agora, desencantada e limpa aos olhos do Brasil. Para melhor discutir tal emergência, passo a indicar alguns outros elementos que estiveram em jogo na viagem de Euclides pela Amazônia, além das “instruções”, que era preciso seguir, do trabalho de Chandless, que era necessário corrigir, e dos *marcadores* das literaturas científicas de viagem, que precisavam ser dissolvidos.

No final do século XIX, e início do século XX, a Amazônia era o lugar no Brasil onde o progresso parecia querer marchar em ritmo alucinante. Foi essa a época, como chamou Ana Maria Daou (2000), da “*belle époque* amazônica”. Nela, Manaus sofreu uma gigantesca transformação urbana, tendo sido implantados vários serviços (redes de esgoto, iluminação elétrica, pavimentação de ruas, circulação de bondes), sendo um dos mais importantes “o sistema telégrafo subfluvial, que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha” (p.37). Manaus modernizava-se e a razão disso era a extração e a comercialização mundial do látex extraído das seringueiras (*Hevea brasilienses*)⁴⁷ que estavam espalhadas pela floresta amazônica. Cabe destacar que características químicas como plasticidade, elasticidade, impermeabilidade e propriedades isolantes levaram a borracha a ocupar um lugar importante no mundo – “ela multiplicou as possibilidades de reunião de materiais diferentes num mesmo artefato técnico, proporcionando mobilidade e flexibilidade a inúmeros equipamentos e produtos industriais” (ARAÚJO, 1998, p.69).

Muitos eram os símbolos que sintetizaram o espírito de desenvolvimento e de progresso que passava Manaus em consequência do *boom* da borracha. Tal sentimento era compartilhado, de um modo geral, por quase todo o país. Enquanto as grandes cidades

⁴⁷ Cada seringueira pode ser “sangrada” (é feita uma incisão no seu caule permitindo o afloramento do látex) “três vezes por semana durante todo o ano e por cerca de trinta anos” (ARAÚJO, 1998, p.87).

assistiam a uma urbanização crescente, nos mais remotos territórios da nação vivia-se a possibilidade da chegada do telégrafo e das estradas de ferro (símbolos do progresso que pretendia trilhar a nação). As estradas de ferro, especialmente, foram vistas como um dos ícones mais concretos de que o país poderia integrar-se e desenvolver-se. Progresso e civilização conjugavam-se na figura do trem. No primeiro texto escrito por Euclides da Cunha, o que abre minhas argumentações nesse capítulo, o próprio viajante indica saber que suas posições contrárias à transformação da natureza pela cicatriz deixada pela locomotiva, e por toda a gama de mudanças que ela traria juntamente com seus vagões, seriam vistas como contrárias à civilização e ao progresso. Porém, vale lembrar que aquelas foram palavras escritas ao vento, de forma despreziosa, quase sem querer, repletas de divagações e de pouca seriedade – na visão do próprio viajante. Em um outro texto, publicado no jornal ‘O Estado de São Paulo’, antes de Euclides da Cunha (1995e) viajar à Amazônia, sua perspectiva muda. Vejamos nas palavras do autor, a partir de trechos do texto citado:

Não podemos apagar o traço bem pouco civilizador que caracteriza a distensão das nossas redes de estradas de ferro. De fato, nenhuma busca o centro do país, visando a despertar as energias latentes que o afastamento do litoral adormece.

Povoam despovoando. Não multiplicam as energias nacionais, deslocam-nas.

Este fato que ninguém contesta define as anomalias de um desenvolvimento e de um progresso contestáveis. Reflete o vício de uma expansão em que não colaboram as forças profundas do país, porque vai da periferia para o centro sobre não ter o caráter francamente nacional, a pouco e pouco extinto no vigor das correntes intensivas de imigrantes que, diante da nossa indiferença fatalista pelo futuro, já vão assumindo o aspecto de uma invasão de bárbaros pacíficos.

As gentes sertanejas, com seus hábitos antigos, vezadas aos remansos de uma vida primitiva, não poderão, certo, ascender de chofre ao nosso meio. Esta intimidade indispensável far-se-á através de uma evolução que devemos provocar auxiliando, mas não dispensando um fator valiosíssimo – o tempo.

A locomotiva veloz, golfando-lhes de improviso em pleno seio todas as exigências de um estado social superior, não as atrairá. Talvez as repila, ou as deixe indiferentes, ou, o que é mais sério, as deixe suplantadas.

(...) aferramo-nos cada vez mais as duas preocupações que se contrabatem, irreconciliáveis: a necessidade urgentíssima, improrrogável, de incorporarmos à nossa história as obscuras sociedades sertanejas e o grande espasmo financeiro que nos impossibilita desde já aquele conagraçamento pelos luxuosos meios da vida moderna (CUNHA, 1995e, p. 555-551).

Então, este já não é mais um autor que olha ao léu para o Brasil, para sua natureza, seus sertões, seu progresso, suas “gentes sertanejas”. Nestas passagens, percebe-se um viajante imbuído da tarefa de pensar a integração, o progresso e o futuro da nação brasileira. O trem já não é mais visto como instalador de “rugas” nas azuis florestas encantadoras da nação. Entretanto, a locomotiva por si só não garantiria o desenvolvimento, o progresso e, principalmente, a integração territorial e social do país. Pelo contrário, poderia desintegrar a nação, provocar um revés em seus sonhos de rumar fortemente à civilização. A locomotiva estaria submetida a um novo tempo acelerado que não seria o mesmo dos sertões brasileiros. E por tudo isso, parece ser possível dizer que, para Euclides da Cunha, construir paulatinamente uma sintonia entre tais tempos foi pensado como algo imprescindível para a construção da nação.

Certamente, não foi para a locomotiva em si mesma, ou seja, enquanto um objeto, um símbolo do desenvolvimento tecnológico, que o autor desferiu suas críticas, mas a esse descompasso entre, por um lado, o tempo do litoral, da civilização, do trem, do progresso e, por outro, o tempo do sertão, do interior, da natureza, dos sertanejos ainda não completamente civilizados.

Um outro aspecto complicava ainda mais esse descompasso entre territórios tão distintos em uma mesma nação. Como veremos melhor no próximo capítulo, os atributos raciais do brasileiro eram indefinidos por um “complicado caldeamento de raças” que formam o Brasil (CUNHA, 1995e, p. 547). Em razão dessa confusão de misturas raciais, era preciso, antes de levar a locomotiva ao interior e, juntamente com ela, os imigrantes estrangeiros (sobretudo europeus) que chegavam à nação, resgatar, desenvolver, fortalecer, assistir, aquele que, como estudaremos ainda nessa tese, foi concebido como o cerne racial da nossa nacionalidade: o sertanejo transmutado em seringueiro na Amazônia. Toda a crítica concebida à locomotiva e à imigração estrangeira passou por esse ideal que foi sintetizado pelo próprio viajante, no mesmo artigo que venho citando, como:

(...) a idéia política da defesa do território e o pensamento social de incorporar à nossa [de nós brasileiros] vida frágil e sem autonomia, de ribeirinhos do Atlântico, o cerne vigoroso das sociedades sertanejas (CUNHA, 1995e, p. 546).

(...) absorve-me, mais modesto e mais grave [não o progresso geral representado pela locomotiva em todas as partes do mundo], o problema estritamente brasileiro (p. 549).

E o problema brasileiro, para Euclides da Cunha, era civilizar, assistir e desenvolver, antes de tudo, os sertanejos-seringueiros abandonados no interior do país e da floresta. O trem chega e assusta, podendo, na ótica do viajante, afastar estes vigorosos brasileiros do processo de desenvolvimento e progresso do país. O Brasil perderia, com isso, a chance de ser construído pelas mãos de sua própria gente: os sertanejos que sintetizavam, para o nosso viajante, *nossa raça e nossa esperança*.

De certa forma, ir ao encontro dos sertanejos parece ter sido um desejo que conformou, em parte, os itinerários das viagens que percorreu Euclides da Cunha. Naquela época, após ter obtido um sucesso estrondoso com o lançamento de *Os Sertões*, uma “outra” viagem, agora à Amazônia, avistava-se como muito importante. Euclides (contrariando os desejos de viagem de sua época que levavam muitos eruditos como ele à Paris) fez suas viagens sempre em direção às regiões “desérticas” brasileiras; isto é, àquelas regiões, consideradas por esse viajante, à margem da civilização e da história. Após sua incursão à caatinga e o acompanhamento “por dentro” do desfecho do levante de Canudos, parece ter-se tornado interessante para ele, penetrar a floresta tropical amazônica e acompanhar o extenso fluxo migratório sertanejo que se processava em direção a essa outra região surpreendentemente “desértica” do Brasil. “Estima-se que até 1910, cerca de 500.000 trabalhadores emigrantes (a maior parte vinda do nordeste brasileiro) já havia se dirigido à Amazônia” (ARAÚJO, 1998, p.82).

Euclides havia dado um destaque bastante intenso em *Os Sertões* à questão da raça, discutindo a formação racial do sertanejo e “os perigos da mestiçagem”, ao explicar a guerra de Canudos “como resultado do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja” (VENTURA, 1998, p.138). É preciso registrar, mais uma vez, que Euclides da Cunha também parece ter viajado à Amazônia para ir ao encontro do sertanejo (agora

transmutado de seringueiro) – cerne racial da nossa nacionalidade (abordarei com maior especificidade essa questão no próximo capítulo).

Retomando a questão relativa aos modos como Euclides da Cunha foi configurando a chegada do trem ao interior do país; creio ser importante referir, agora, que, ao escrever sobre as estradas de ferro, depois de ter viajado para a Amazônia, o autor, como um sujeito instituído em processos de hibridação, passou a tecer alguns escritos nos quais aparecem articuladas outras questões que o fizeram defender fervorosamente a construção de uma ferrovia que penetrasse suave e limpidamente as planícies amazônicas.

Dentro do espírito de sua época, e consumido pelo tom desenvolvimentista que inundava o território amazônico, Euclides escreve em ‘À Margem da História’ um interessante texto a respeito da construção de uma estrada de ferro na floresta. De forma aparentemente surpreendente, foram outras as articulações que se configuraram para permitir uma escritura de defesa da chegada da locomotiva à floresta. Inserido naquela que é tida como a obra amazônica mais importante de Euclides, o artigo intitulado “A Transaccreana” revestese, exatamente por isso, de uma maior relevância quando comparado aos outros dois analisados anteriormente. Por incrível que possa parecer, Euclides da Cunha passou a defender, nesse outro momento, inclusive de forma entusiástica, a construção de uma estrada de ferro que pudesse cortar e inundar plenamente a floresta amazônica. Quais seriam as razões para que o viajante deixasse seus tons críticos e passasse a desejar fortemente a presença da locomotiva? Vejamos tal entusiasmo e motivações nas palavras do próprio viajante:

(...) o homem, em vez de senhorear a terra, escravizava-se ao rio. O povoamento não se expandia: estirava-se. Progredia em longas filas, ou volvia sobre si mesmo sem deixar os sulcos em que se encaixa – tendendo a imobilizar-se na aparência de um progresso ilusório, de recuos e avançadas, do aventureiro que parte, penetra fundo a terra, explora-a e volta pelas mesmas trilhas – ou renova, monotonamente, os mesmos itinerários da sua inambulação invariável. [...] Ora, este aspecto social desalentador, criado sobretudo pelas condições, em começo tão favoráveis, dos rios, corrige-se pela ligação transversa de seus grandes vales. (...) O varadouro (...) é a vereda atalhadora que vai por terra de uma vertente fluvial à outra. [...] Por fim, numa afirmativa crescente da vontade, vai estirando de rio em rio, retramada com os infinitos fios dos igarapés, a rede aprisionadora, de malhas cada vez menores e mais numerosas, que lhe entregará em breve a terra dominada. [...] A estrada de Cruzeiro do Sul ao Acre não irá como as do sul do nosso país, justapondo-se à diretriz dos grandes vales, porque tem um destino diverso. Estas últimas, sobretudo em São Paulo, são tipos clássicos

de linhas de penetração: levam o povoamento ao âmago da terra. Naquele recanto amazônico esta função, como o vimos, é desempenhada pelos cursos de água. À linha planeada resta o destino de distribuir o povoamento, que já existe. É um auxiliar dos rios. Corta-lhes, por isto, transversa, os vales (CUNHA, 1995f, p.309-313).

Se inicialmente o trem foi visto pelo autor como um criador de “rugas” na esplêndida e celeste natureza brasileira, posteriormente passou a ser considerado não mais como um problema em si mesmo e para a natureza, mas como um produto tecnológico que atendia a um tempo que não era aquele em que viviam as “gentes sertanejas”. Antes do trem, era necessário o resgate e o desenvolvimento de tais populações, pois tais políticas sociais faziam-se imprescindíveis para a construção, a integração e o progresso do Brasil.

Contudo, ao adentrar a floresta, Euclides passa a ver na locomotiva um fator de auxílio à ocupação sertaneja e, portanto, brasileira, da floresta. E, sendo assim, o trem passa a ser visto como uma necessidade que se adere ao rol das políticas de assistência à vida sertaneja na floresta. Sem o trem, o rio continuaria a escravizar as populações de brasileiros na Amazônia e o progresso continuaria sendo apenas ilusório, pois as marcas de civilização deixadas pelos sertanejos não seriam suficientes para apagar o primitivismo da floresta. A ocupação avançaria, mas logo recuaria. O sertanejo-seringueiro penetrava fundo nas terras amazônicas em busca da borracha, mas continuaria, sempre, percorrendo os mesmos caminhos, e isso impediria uma ocupação que, de uma vez por todas, tomasse conta integralmente da Amazônia.

Entretanto, os varadouros – interconexões criadas pelos seringueiros no meio da floresta para ligar pontos distintos do território através de um encurtamento das distâncias para tornar mais fácil o deslocamento – nutriram as esperanças de satisfação do desejo de domínio daquele território hostil, pois através deles se foi constituindo uma rede de caminhos que entrelaçou diferentes pontos da floresta e, com isso, foi permitindo uma mais ampla ocupação territorial. Porém, os varadouros eram igualmente insuficientes para imprimir cicatrizes de civilização na floresta. Era necessário distribuir o povoamento e fazer com que as “gentes sertanejas” dominassem, definitivamente, a Amazônia. E, para isso, nada melhor que uma estrada de ferro somando-se aos entrelaçamentos já construídos pela ocupação sertaneja-seringueira.

Se antes o trem penetrava fundo no interior brasileiro, à margem do desenvolvimento de suas populações, nesse outro momento, na floresta, ele seria, ao contrário, o desencadeador de tal desenvolvimento. Nas palavras de Euclides da Cunha (1995f), “o que se deve ver naquela via férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz” (p.319).

Civilizadora não apenas por levar tais marcas à floresta, mas por civilizar a própria população sertaneja. Uma estratégia de paz, porque os brasileiros abandonados na hostilidade amazônica, deixariam de guerrear contra os rios que aprisionam, contra uma natureza que oprime e vence a batalha, enfim, que não se deixa dominar. O trem era a arma de civilização que faltaria aos seringueiros brasileiros em suas lutas diárias com aquele território tão familiar, mas, ao mesmo tempo, tão estrangeiro, tão inóspito, tão hostil.

Para finalizar, quero destacar que somente uma floresta desencantada poderia vislumbrar a chegada e a penetração das linhas velozes dos trens. Era preciso desencantá-la para transformá-la. Assim, uma ruptura com a literatura estrangeira de viagem se processou, pois um território encantado impedia a efetivação da integração amazônica ao país. Um território encantado só poderia avistar “rugas” em uma estrada de ferro que o cortaria. Uma floresta desencantada, pelo contrário, estaria disponível para a chegada triunfante da locomotiva que propiciaria uma ocupação sertaneja mais robusta, mais espalhada por toda a floresta, mais propensa a deixar cicatrizes de civilização por toda a Amazônia. O progresso e o desenvolvimento daquele território estariam, finalmente, nas mãos desses esquecidos brasileiros, os sertanejos-seringueiros, que (como passaremos a estudar logo a seguir no próximo capítulo) foram vistos como os cernes raciais da nossa nacionalidade.

5 ROTAS DE CIVILIZAÇÃO PARA A FLORESTA: A INVENÇÃO DE UMA AUTÊNTICA RAÇA BRASILEIRA

(...) O embate das raças é a força motriz da história; e as feições mais características desta, quer se estadeiem nas criações intelectuais quer numa escala descendente nos grandes feitos da guerra, nada mais exprimem além da concorrência vital entre os povos, transfigurados pela seleção natural em nacionalidades triunfantes (CUNHA, 1995g, p. 548)

Quero iniciar este capítulo esclarecendo que Euclides da Cunha utiliza inúmeros nomes nos seus textos para referir-se ao sertanejo migrante à Amazônia para trabalhar como seringueiro na extração da borracha (produção que estava em seu auge econômico no momento da viagem de Euclides). Gostaria de registrar alguns destes nomes que aparecerão ao longo deste capítulo, através dos trechos transcritos da obra do autor, que estão entremeados ao texto que escrevi. São eles: “cearense”, “paraibano”, “sertanejo”, “caboclo nortista”. Visando colaborar para o argumento que justifica tais variações, destaco um longo trecho de Euclides da Cunha (1999a) em *À Margem da História*, seu principal ensaio amazônico. Nele, a articulação destacada nesta tese entre a natureza (a floresta), a raça e o território nacional está bastante explícita.

(...) não se conhece na história exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimamento, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levadas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará, para aquele recanto da Amazônia. Acompanhando-a, mesmo de relance, põe-se de manifesto que lhe faltou desde o princípio, não só a marcha lenta e progressiva das migrações seguras, como os mais ordinários resguardos administrativos.

O povoamento do Acre é um caso histórico inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso progresso.

Tem um reverso tormentoso que ninguém ignora: as secas periódicas dos nossos sertões do Norte, ocasionando o êxodo em massa das multidões

flageladas. Não o determinou uma crise de crescimento, ou excesso de vida desbordante, capaz de reanimar outras paragens, dilatando-se em itinerários que são o diagrama visível da marcha triunfante das raças; mas a escassez da vida e a derrota completa ante as calamidades naturais. As suas linhas baralham-se nos traçados revoltos de uma fuga. Agravou-o sempre uma seleção natural invertida: todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, como rebotalho das gentes, para o deserto. Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrentos... (...). Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem...

E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantado, a estirar-se, sem lindes, para sudoeste, definiu-se de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico.

(...) cem mil sertanejos, ou cem mil ressuscitados, apareciam inesperadamente e repatriavam-se de um modo original e heróico; dilatando a pátria até aos terrenos novos que tinham desvendado (CUNHA, 1999a, p. 33-34).

É com esse tom político que Euclides da Cunha analisa a ocupação do sertanejo – o cerne racial de nossa nacionalidade – na Amazônia. Acentua-se neste trecho a ausência do recente Estado republicano brasileiro nas tarefas de assistência social no decorrer do processo de povoamento sertanejo na Amazônia. Os sertanejos estavam expatriados em sua própria pátria ao serem jogados à própria sorte numa floresta que necessitava nacionalizar-se (uma terra estrangeira em solo brasileiro). E mais, o autor-viajante ressalta que mesmo em estado famigerado e doentio o sertanejo venceu a floresta (estava vencendo, como ainda veremos nesta tese, o *deserto* amazônico) e dilatou a pátria para territórios nunca desvendados, ocupando definitivamente aquelas terras de nômades (tais aspectos sobre o nomadismo serão enfocados no capítulo seis da tese). Mesmo expatriado pelo Estado e pela Amazônia, o sertanejo preencheu, ocupou, cicatrizou a floresta com marcas da nossa nacionalidade. Como

tais aspectos serão discutidos mais adiante na tese, passo agora a retomar a discussão sobre a variabilidade de forma de nomeação do sertanejo nos textos *euclidianos*.

Como vinha argumentando antes, há, possivelmente, no mínimo, três elementos que se conjugam na variabilidade da forma como o autor-viajante refere-se ao sertanejo (essa é a denominação predominante empregada como pode ser visto no longo trecho que destaquei anteriormente) no decorrer dos seus textos amazônicos. Primeiramente, é necessário considerar que o nordeste brasileiro ainda não havia sido *inventado* como uma região geográfica e simbólica do país, separada do norte brasileiro. Como analisa Albuquerque (1999), o país, naqueles tempos inaugurais da República, estava dividido entre o Norte e o Sul, o que justifica a adjetivação de nortistas aos sertanejos e a ausência de referência à idéia de povo nordestino. As secas do semi-árido brasileiro ocorrem, como escreve Euclides no trecho acima, nos “nossos sertões do Norte”. Além disso, as adjetivações de paraibanos e cearenses (“as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará” que nos fala Euclides), por exemplo, também podem ser entendidas a partir da política preponderante no Estado brasileiro naqueles tempos. Os Estados do norte e seus coronéis tinham grande força política em razão da chamada “Política dos Governadores” levada a cabo por Campos Sales desde 1898. Dessa forma, era comum a associação das *gentes* brasileiras com os adjetivos atrelados às zonas de poder e mando dos coronéis e dos governadores. Os temas nacionais, aos quais Euclides buscava associar a migração sertaneja à Amazônia, não adquiriram centralidade, como destacou Maria Efigênia Lage de Resende (2003), na constituinte de 1891, já que o federalismo possibilitou “a emergência de oligarcas e coronéis poderosos em seus respectivos âmbitos de atuação” (p. 98). Sendo assim, os interesses individuais e regionais – de cunhos oligárquicos e não “criativos”, tal como preconizou, nos anos 1940, Gilberto Freyre⁴⁸ (2001) – muitas vezes preponderaram sobre temas mais nacionais. Um último aspecto que gostaria de destacar é que a utilização preferencial da denominação sertaneja, muitas vezes aliada à caracterização de brasileiros, era importante para a missão *euclidiana* de nacionalização dos problemas relativos à ocupação sertaneja na Amazônia, sobretudo, para destacar o caráter racial (configurado em uma região específica da nação: o sertão semi-árido)

⁴⁸ O regionalismo foi visto, nos anos 1940, como uma importante saída política para o desenvolvimento cultural, social e econômico do país na obra desse importante pensador brasileiro. No regionalismo residiria a “criatividade” nacional, sendo que deveria ser enriquecido com as perspectivas mais nacionalistas e internacionalistas. Nas palavras de Gilberto Freyre: “é como uma contracolonização que o regionalismo nos parece uma tendência sã na vida brasileira tanto como na vida continental americana. Uma tendência que se opõe às que levam ao excessivo nacionalismo ou ao exagerado internacionalismo ou cosmopolitismo” (p. 155).

daqueles sujeitos. E será, exatamente, sobre esse aspecto que centrarei minhas análises nesse quinto capítulo da tese.



Raça e nação articulam-se de maneira indelével nas palavras de Euclides da Cunha destacadas na epígrafe que abre este capítulo. Na passagem salientada lê-se: “o embate das raças é a força motriz da história (...) [das] nacionalidades triunfantes” (CUNHA, 1995g, p. 548). E mais, posso dizer que uma “nacionalidade triunfante” só poderia ser conquistada pela “seleção natural” de uma raça laboriosa, forte, vitoriosa; quer seja sobre outras raças consideradas frágeis, degeneradas, selvagens; quer seja sobre os territórios impenetráveis, sobre as naturezas hostis, sobre as selvas e os sertões unidos em abandono, em estado de desertificação.

Como fazer triunfar uma nação constituída num caldeamento de raças, numa miscigenação vista por muitos como provocadora de um fracasso, de uma derrota irrecuperável? Como fazer progredir um Brasil constituído por um interior desértico, tomado por uma natureza impenetrável e sufocante? Em torno destas questões escreveu muitas linhas o viajante Euclides da Cunha, sendo que em um pronunciamento (anterior à sua viagem à Amazônia, mas posterior à sua experimentação do massacre de Canudos) – feito no dia em que tomou posse, em 20 de novembro de 1903, tornando-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – transparece as reflexões do escritor com relação ao que poderia ser considerado como a “qualidade de brasileiro” (CUNHA, 1995h, p. 462). O autor pergunta, naquela conferência sobre *nossa* identidade nacional, sobre aquilo que constituiria *nossa* singularidade enquanto sujeitos pertencentes a uma determinada nação, sendo que foi a *nossa* constituição racial, a “qualidade [racial] de brasileiro” que preocupava sobremaneira o autor. Vejamos um trecho desse discurso proferido pelo viajante:

Não é oportuno, e de algum modo fora arremeter com as praxes adotadas, o tentar demonstrar-vos que semelhante título [o de brasileiro] não no-lo pode dar, na sua estrutura complexa, o fortuito do nascimento numa quadra do chão, ou os atributos artificiais de uma Constituição parodiada – senão um intenso esforço consciente, diria melhor, uma espécie de aclimação histórica – aparelhando-nos a compreender os destinos de um povo que, nascendo em condições especialíssimas, quando surgia a Renascença – em pleno transfigurar das sociedades já constituídas – deparou na própria marcha crescentemente acelerada do progresso geral, sérios estorvos, impossibilitando-lhe uma situação de parada, indispensável ao perfeito caldeamento de suas raças constituintes – e chegou ainda incharacterístico à fase integradora do Império, que foi o órgão proeminente da sua unidade nacional. Infelizmente, me escasseiam competência e valor para congregar numa síntese rigorosa, com as suas recíprocas influências, as grandes fatalidades que perturbaram ou demoraram a nossa evolução, desde as condições físicas desfavoráveis do território amplíssimo e quase impenetrável, em virtude da sua própria estrutura geognóstica, aos impeços e perturbações de ordem moral, em grande parte oriundos da circunstância de termos sido obrigados a efetuar simultaneamente a nossa formação étnica e a nossa formação política, dando traçados paralelos a fenômenos naturalmente sucessivos (CUNHA, 1995h, p. 462).

A “qualidade de brasileiro” não poderia ser atribuída, simplesmente, pelo nosso nascimento em um território específico, muito menos poderia ser instituída através de uma Constituição que muito possuía de considerações retiradas de outras nações tidas como mais desenvolvidas e, plenamente, constituídas. Na visão de Euclides, enquanto nossa nação republicana estava sendo paulatinamente formada, a Europa já adentrava o Renascimento (o mundo das artes e das ciências). Esse seria um dos aspectos constituintes do “atraso” de nossa brasilidade: carregaríamos a marca negativa de termos começado muito tarde nossa história. E mais, em um país miscigenado, o “perfeito” caldeamento de nossas raças constituintes exigiria uma parada no tempo histórico e, até mesmo, no tempo biológico-evolutivo (muito mais distendido) para a sua acomodação e para a sua “natural” conformação (após, certamente, da bem vinda miscigenação com o elemento branco colonizador). Assim, o Brasil não poderia – não seria ao menos aconselhável, pois perturbaria, inclusive, nossa ordem moral – adentrar a história de uma formação republicana, ainda sem uma acomodação, um curtimento, uma finalização do seu processo de constituição racial. Ou seja, estavam em jogo temporalidades distintas que impediriam o Brasil de avançar satisfatoriamente rumo ao progresso e à civilização. E duas razões, portanto, se coadunariam na instituição dessa diferenciação temporal entre nossa formação étnica e nossa formação política: o vastíssimo

território imerso numa natureza impenetrável e a não finalização do processo “natural” de nossa constituição racial.

Por outro lado, seria no sertanejo que Euclides da Cunha depositaria, sobretudo em seus escritos amazônicos, as esperanças na consolidação de uma avançada nação brasileira. Na sua publicação de maior vigor, *Os Sertões*, Euclides da Cunha (1988), mesmo marcando a inferioridade, por exemplo, dos brasileiros dos sertões do norte com relação às raças mais adiantadas porque já civilizadas (os mestiços do litoral), definirá aspectos positivos nessa configuração racial sertaneja, invertendo o papel supostamente maléfico que uma natureza hostil – inundada em um clima considerado demasiado quente e brutal à edificação de atributos mais condizentes à civilização – representaria na sua própria conformação. Vejamos isso nas palavras do autor:

Ora, os nossos rudes patrícios dos sertões do norte furraram-se a esta última [à civilização]. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estádio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos mais adiantados.

A fusão entre eles operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores. O fator étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização.

Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente (CUNHA, 1988, p. 93).

Se o enredo que venho compondo poderia ser considerado repleto de negatividades para uma nação que apenas inaugurava tempos de desenvolvimento com o advento da República, por outro lado, em seus textos amazônicos, Euclides da Cunha irá efetuar certa inflexão – que já se apresentava, embora de forma mais tênue, também, em *Os Sertões* –, na forma de pensar o Brasil e dotará de esperanças *nossa* busca por atingir o progresso e a

civilização (sem abster-se de tecer severas críticas, algumas das quais salientadas no próximo capítulo, ao que vinha sendo efetuado nos campos político, econômico e social no país). Defendo a tese de que será através da *invenção* de uma raça tipicamente nacional, a qual o viajante enxergaria como uma raça capaz de tirar a nação do seu “atraso” e de rumá-la à civilização e ao progresso, que Euclides da Cunha subverterá, nos seus textos de viagem à Amazônia, sua própria descrença na “qualidade [racial] de brasileiro” que considero estar latente na citação destacada anteriormente: a relativa ao seu pronunciamento no IHGB. Mesmo em um texto anterior à sua viagem à floresta, podemos ler algumas considerações nesta direção:

(...) aqueles titânicos caboclos, que a desventura expulsa dos lares modestíssimos, têm levado a todos os recantos desta terra o heroísmo de uma atividade incomparável: povoaram a Amazônia; e do Paraguai ao Acre estadearam triunfalmente a sua robustez e a sua esplêndida coragem de rija sub-raça já constituída (CUNHA, 1995b, p. 156).

Importante destacar nessa passagem, não somente a exaltação do caboclo enquanto bravo e heróico povoador da Amazônia, aspectos que voltarei a salientar ao longo desse e do próximo capítulo, mas o fato de ser este um exemplo de uma “sub-raça já constituída”. E o mais interessante, aqui, não é a caracterização do caboclo como uma “sub-raça” (já que não plenamente, ainda, uma raça civilizada), mas o fato do escritor marcá-lo como uma raça “já constituída”. Assim, se em seu pronunciamento frente ao IHGB o problema racial do Brasil fora vinculado ao pouco tempo de história da nossa nação (bem como ao território hostil de uma natureza impenetrável que cobria boa parte do país), e indicado como um dos impedimentos ao “perfeito” caldeamento das nossas raças constituintes, por sua não formação definitiva, nesta passagem, o caboclo está sendo alçado à condição de uma “sub-raça já constituída”. Assim, como veremos ao longo do capítulo, nos textos amazônicos de Euclides, institui-se o caboclo, o sertanejo, o “sertanejo acaboclado” como uma raça já “finalizada” em seus processos “naturais” de caldeamento dos seus componentes miscigenados (restaria somente sua plena civilização). E isso foi uma questão fundamental para avistar um futuro promissor para a nação republicana brasileira, pois, como veremos, nos textos amazônicos de Euclides, será o sertanejo também instituído como cerne racial de nossa nacionalidade.

Como se pode notar, Euclides parece confundir o caboclo amazônico com o sertanejo do semi-árido interiorano do país. Argumenta a respeito do seringueiro-sertanejo migrante chamando-o de caboclo. Embora já tenha comentado no início deste capítulo sobre esta aparente confusão de termos e de nomeações feita por Euclides, acredito ser interessante fazer mais um breve apontamento. Foi Darcy Ribeiro (1995) que utilizou o termo “sertanejo acaboclado” para se referir à rápida adaptação sertaneja na Amazônia. Nas palavras do pensador brasileiro, esses “sertanejos acaboclados”, economicamente marginalizados, se integraram “nas formas de vida regional [da floresta]” (p. 328). O autor diferencia, em seu renomado livro *O povo brasileiro*, o Brasil sertanejo (que diz respeito aos modos de vida do miscigenado constituído no semi-árido do país) do Brasil caboclo (relativo aos modos de vida do miscigenado produzido, desde os tempos coloniais, em solo amazônico), mas salienta o processo de rápida acomodação do “arcaico” sertanejo em terras amazônicas, no processo migratório desencadeado visando incrementar a exploração da borracha no final do século XIX e início do século XX. Embora possa seguir as diferenciações analisadas por Ribeiro (1995), importa-me, sobretudo, salientar a confusão promulgada pelo viajante Euclides da Cunha entre tais “povos brasileiros”. Para Euclides da Cunha, confundir o caboclo com o sertanejo foi uma estratégia retórica e discursiva importante. Primeiramente, tal operação permitia escamotear possíveis diferenças entre tais grupos, mostrando, com isso, que o sertanejo-seringueiro confundia-se, *perfeitamente*, com um legítimo caboclo amazonense. Em segundo lugar, e em decorrência dessa confusão de fronteiras, ele marcou, dessa forma, o sertanejo-seringueiro como plenamente capacitado a fixar-se na floresta. E tal fixação foi vista (como mostrarei, sobretudo no próximo capítulo) como um elemento imprescindível ao preenchimento da floresta com civilização e brasilidade.

Em suma, essa raça nacional sertaneja será configurada como capacitada a integrar, ocupar, desenvolver, fazer florescer tempos de civilização em uma floresta amazônica impenetrável, vasta, distante, caótica e selvagem. Assim, este capítulo foi configurado, exatamente, para contar um pouco mais de detalhes dessa história. Primeiramente, contudo, considero pertinente tecer algumas considerações sobre os modos que escolhi para escriturar essa história e, dessa forma, instituí-la. E isso diz respeito às teorizações que invoquei para inspirar-me nessa configuração. Dessa forma, passo a seguir a comentar um pouco mais detalhadamente o processo de construção da investigação, ao mesmo tempo introduzindo os elementos que foram configurando os problemas da pesquisa.

5.1 A emergência da raça como eixo investigativo

Nossas pesquisas podem assumir diferentes “rotas”. No caso desse estudo – que faz uma incursão à história para discutir questões relacionadas à produção cultural da natureza – que irá, neste capítulo, centrar-se em questões relativas à raça no início do século XX, poderia estar invocando, para caracterizar os sujeitos que vivem na região amazônica, “uma origem [racial] que residiria em um passado histórico com o qual [as identidades relativas à raça] continuariam a manter uma certa correspondência” (HALL, 2000, p. 108). Entretanto, é importante assinalar, como continua a nos ensinar Hall (2000), que as identidades têm a ver “com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo que nos tornamos” (p.109). Assim, a construção de identidades estaria vinculada a um processo de “*invenção* da tradição” e, dessa forma, aquilo que nos tornamos tem ligação pouco estreita com uma pretensiosa possibilidade de volta às raízes. Tal processo estaria, assim, vinculado a “uma negociação com nossas *rotas*”, ou seja, com tudo aquilo que nos foi formando em diferentes momentos de nossa história. A partir desse entendimento, não estou me ocupando, neste estudo, com as raízes ou com as origens das raças que habitaram a floresta amazônica, buscando encontrar nelas uma explicação [racial] para o atual estado dos chamados “povos das florestas”⁴⁹; estou apontando e me ocupando com os modos através dos quais se processou a *invenção* de uma raça tida como autenticamente brasileira, e argumentando ter sido esta também construída, nos textos sobre a Amazônia de Euclides da Cunha, como capaz de povoar com sucesso a floresta amazônica em um momento específico: o início do século XX.

Acredito que esta *invenção* articula-se com os modos pelos quais alguns dos chamados “povos da floresta” (sobretudo os indígenas) foram configurados nas cadeias representacionais da cultura – preguiçosos, exóticos, fracassados – ao serem localizados, por exemplo, em uma cadeia de significações negativas⁵⁰; ou seja, no processo que atuou no

⁴⁹ Nessa ampla denominação “povos da floresta” estou inserindo tanto os diferentes agrupamentos indígenas que habitam a Amazônia, como os seringueiros e os ribeirinhos que vivem nas margens dos rios que cortam a floresta.

⁵⁰ Como argumenta Hall (1997a), há uma luta em torno dos significados produzidos, sendo esses, portanto, disputados culturalmente. Em uma cadeia de significação positiva, se poderia dizer que os chamados “povos da

sentido de instituir uma raça e de conformá-la como mais capacitada a povoar e civilizar a Amazônia, “outras raças” foram sendo, ao mesmo tempo, posicionadas como incapacitadas, naturalmente incivilizáveis e, portanto, desprezíveis para a construção da República do Brasil no início do século XX.

No ato de operar com minha pesquisa, articulando os referenciais teórico-metodológicos com os textos selecionados nas leituras analíticas que teci em meu estudo, acredito que poderia ter feito emergir inúmeras categorias a partir da pergunta-tema inaugural dessa tese: como se processou a *nacionalização* da floresta amazônica no início do século XX nos escritos de viagem *euclidianos*? Lembrando Thomas Popkewitz (1994), quando ele nos ensina que as categorias são produções da pesquisa, destaco que aquelas com as quais estou lidando, não estavam simplesmente lá, nos escritos de Euclides da Cunha, a espera do desvelamento realizado pelo pesquisador. Como já argumentei em outros textos (GUIMARÃES, 1998 e 2003), ainda sob inspiração dos estudos de Popkewitz (1994), as categorizações que selecionamos na pesquisa estão implicadas na própria construção daquilo que colocamos em destaque e que consideramos como sendo importante ser visto, interpretado e narrado. Ou seja, um “fato histórico” não está, simplesmente, congelado no passado à espera de uma leitura capaz de dizer exatamente como as coisas sucederam, ou de quais foram, de uma vez por todas, suas causas e seus efeitos. Como nos lembra Hayden White (1994), uma das marcas dos estudos históricos que necessitamos levar em consideração é o aspecto provisório das caracterizações dos “acontecimentos, dos agentes e das atividades encontrados no registro histórico sempre incompleto” (p. 98). Destaco, também, que as significações sobre um determinado “fato histórico” são *inventadas* nas leituras que fazemos a partir das contingências do nosso tempo presente. Como chama atenção Hall (1997a) processa-se uma luta constante em torno da produção dos significados. Dizer, então, que o Brasil foi “descoberto” pelo Velho Mundo no século XVI, ou, então, que foi colonizado e conquistado naquele século, destacando que seu “território usado” (SANTOS, 2001)⁵¹ por diferentes povos sofrera um gradativo processo de silenciamento de suas diferentes marcas constitutivas, remete-nos a significações tecidas a partir de relações diferenciais de poder sobre o, aparente, mesmo “fato histórico”.

floresta” são descritos como harmônicos, saudáveis, puros, pelos discursos hegemônicos propalados através, por exemplo, da educação ambiental.

⁵¹ Milton Santos refere-se ao conceito de “território usado” para ampliar os usos costumeiramente geográficos e espaciais dados ao mesmo. Através dessa noção articulam-se os aspectos físicos e humanos, ou seja, está posto em jogo o uso que os seres humanos fazem do espaço.

Faço essas considerações, aqui, para marcar que tudo aquilo que estou colocando em destaque nessa tese refere-se ao lugar que ocupo, enquanto pesquisador que procura mover-se no campo dos estudos culturais, que atua profissionalmente em um Centro de Educação e cujos interesses envolvem a intenção de alargar o campo de possibilidades da pesquisa em educação ambiental. Essas marcas não estão ausentes das leituras que faço nessa pesquisa. Como argumenta Luis Henrique Sommer (2005), “todas as nossas asserções de conhecimento e de valor têm escassas possibilidades de generalização” (p.69). Dessa forma, os discursos que me interpelam e me movem à investigação nesta tese compõem, através do meu texto, um estudo singular. Dizendo isso, estou argumentando que essa é uma pesquisa impossibilitada de ser reproduzida até mesmo pelo próprio pesquisador em um outro momento ou em um outro lugar e, assim sendo, ressalto o caráter provisório e parcial desse estudo. Mesmo não apresentando um caráter de estudo generalizável, esta também não é uma investigação especificamente relativa a um “caso particularista” (como poderia ser vista a viagem de Euclides da Cunha pela Amazônia). Como os leitores e as leitoras estão acompanhando ao longo do texto, tomo os escritos *euclidianos* como artefatos constituídos na história e na cultura e, portanto, como textos em articulação, em hibridação com outros textos, inclusive escriturados pelo mesmo autor.

Este capítulo versará, como já salientei na introdução da tese, sobre um eixo analítico que selecionei (que pretendi fazer falar através dos meus escritos) como importante para meu estudo: a configuração de uma raça como nacional e como capacitada a ocupar e a desenvolver econômica e socialmente a Amazônia. Pergunto: como foi possível, naquele tempo, através, por exemplo, dos textos de viagem de Euclides da Cunha à Amazônia, promover-se a configuração, e nesse processo a instituição, de uma raça como mais “capaz” para ocupar, organizar e paulatinamente civilizar-se e, com isso, ir civilizando a floresta, tirando-a do esquecimento, do vazio, do deserto em que se encontrava? Uma floresta que, nas palavras de Euclides da Cunha (1999a), estava “à margem da história”. Nesta composição [racial], “outras raças” à época (como já salientei anteriormente) foram *inventadas* como incapazes desse feito, ou, então, como simplesmente fadadas a um extermínio “natural”. Quais são as condições que teriam possibilitado essa *invenção*?

Antes de falar daquilo que acabei de me propor a fazer neste capítulo, gostaria de enunciar uma outra pergunta: por que a raça tornou-se uma categoria central na minha pesquisa? Tentar esclarecê-la torna-se importante para mostrar como a pesquisa vai sendo costurada paulatinamente, como se vai operando com o referencial teórico-metodológico a

partir dos textos selecionados para a análise, ou seja, é importante indicar que não se está, simplesmente, aplicando no estudo uma teoria ou uma metodologia sobre um objeto empírico já previamente dado no mundo. Minha intenção é, também, apontar como a pesquisa vai-se configurando pouco a pouco e, como, nesse processo de ir-se construindo lentamente, vão-se instituindo (e, não, simplesmente, refletindo) coisas *do* e *no* mundo. Também levanto essa questão para esclarecer que não pretendo remeter o trabalho a um estudo epistemológico que poderia querer ver a origem, ou o fundamento que nutre as atuais conformações discursivas a respeito da floresta amazônica e seus habitantes. Não se trata, pois, de buscar as origens de um enunciado, nem tampouco, de traçar uma linearidade temporal entre os textos analisados na pesquisa. Não se trata, enfim, de empreender um estudo epistemológico que poderia ter a intenção de ver, nos textos amazônicos de Euclides da Cunha, as raízes e os fundamentos das produções sobre as florestas atualmente. Acredito, sim, que se torna muito interessante, pelo menos na perspectiva que estou adotando, buscar marcar, como venho fazendo nessa tese, as descontinuidades. Nas palavras de Michel Foucault (1987):

Se a história do pensamento pudesse permanecer como o lugar das continuidades ininterruptas, (...) se ela tramasse, em torno do que os homens dizem e fazem, obscuras sínteses que a isso se antecipam, o preparam e o conduzem, indefinidamente, para seu futuro, ela seria, para a soberania da consciência, um abrigo privilegiado. A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido. (...) Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento.

Perguntar os motivos que me levaram a conceber a raça como categoria de pesquisa, também me permite problematizar a idéia de que essa categoria já estivesse simplesmente lá, nos textos *euclidianos*, de forma latente e visível. Como se não fosse possível estudar os textos amazônicos de Euclides da Cunha sem, necessariamente, falar sobre a questão racial. Volto a insistir que tenho participação ativa na instituição daquilo que busco ver nos textos de Euclides da Cunha, embora saiba que não posso remeter, simplesmente, ao pesquisador o papel central da autoria do texto (sobretudo quando inscrevo meu trabalho nas vertentes pós-estruturalistas dos estudos culturais). Enfim, o que quero salientar é que leio estes textos com

as lentes que os estudos que tenho feito me têm fornecido e que, portanto, essas não são, por outro lado, enunciações inéditas e originais, ou mesmo minhas criações pessoais.

Dessa mesma forma, posso ler na citação que fiz de Foucault (1987) um deslocamento da importância do sujeito na produção do significado, ou seja, nela o sujeito está posicionado como efeito dos discursos; e em Hall (2000), em uma direção muito aproximada à Foucault, o sujeito está sendo tomado enquanto *uma articulação* com as formações discursivas⁵². Este último estudioso busca destacar, então, um papel ativo do sujeito na negociação, transformação e reconstrução do significado, assumindo, seguindo Foucault, a noção de um sujeito histórico (não de um sujeito que seria fonte de todo conhecimento ou, ainda, transcendental) que está ligado de forma contingente às práticas discursivas de seu tempo. Em razão destes entendimentos a respeito da pesquisa, posso dizer, talvez, que há muitas coisas em jogo, quando me permito lidar com a emergência da raça como uma categoria importante para meu estudo. Feitos estes comentários é desse aspecto que passo a me ocupar nos parágrafos seguintes.

Pergunto, então: foram os muitos estudos históricos que li que chamaram minha atenção sobre a importância da raça no período da Primeira República brasileira? Talvez possa responder que sim, mas que não foi apenas isso como ainda mostrarei adiante. Como destacam alguns dos estudos históricos examinados, no início do século XX a questão da raça era central, tanto para a caracterização dos sujeitos, pois uma graduação racial marcava e diferenciava contundentemente os indivíduos inferiores dos superiores, quanto para a definição dos rumos de uma nação cuja tendência racial poderia conduzir ao progresso ou a eterna subsunção (LIMA e HACHMAN, 1996; SEYFERTH, 1996; RAMOS, 1996; MASIERO, 2002). As doutrinas raciais que se destacavam à época “pregavam a inerente inferioridade dos índios, a impossibilidade dos mesmos atingirem um estado de civilização e, por fim, a inevitabilidade de seu desaparecimento da face da terra” (MONTEIRO, 1996, p.17). Nessa mesma direção, os negros eram posicionados como ocupando a última escala no espectro das raças, enquanto os brancos estavam posicionados no topo da mesma. Tais entendimentos serão mais bem caracterizados ao longo do capítulo.

⁵² Hall (2000), embora siga as teorizações de Michel Foucault a respeito da noção de sujeito, problematiza o pensamento do filósofo em sua fase arqueológica (centrada nos estudos de práticas discursivas) e, também, genealógica (centrada no estudo de relações de poder) a pouca teorização sobre os modos de se interromper, impedir ou perturbar “a tranqüila inserção dos indivíduos nas posições-de-sujeito construídas” pelos discursos (p.122). Para Hall será em sua última fase (ética) que o filósofo, preocupado com as “tecnologias do eu”, destacará práticas “que podem impedir que esse sujeito se torne, para sempre, simplesmente um corpo sexualizado dócil” (p.125). Assim, Hall chama a atenção que o descentramento do sujeito não significaria sua destruição e, nessa direção, propõe pensá-lo como *uma articulação* com as práticas discursivas.

Poderia também perguntar: foram as pesquisas efetuadas no campo dos estudos culturais que me conduziram a ver a raça como importante para a minha pesquisa? Poderia responder afirmativamente a essa questão. Isso em razão de tais estudos procurarem desnaturalizar o conceito de identidade (e, portanto, de identidade étnica e racial) colocando-o sob o crivo da crítica desconstrucionista, ou seja, tomando-o como contingente, fluido, provisório, não integral e não unificado. Nas palavras de Hall (2000), a identidade é um conceito “sob rasura”, ou seja, impróprio, instável e não-necessário. Dessa forma, segundo esse autor, o conceito de identidade racial ou étnica necessita ser problematizado em suas produções deterministas e essencialistas, bem como em relação a sua própria necessidade de elaboração, de modo que seja amplamente marcado o seu caráter provisório e, também, político. Hall (2003a) argumenta terem sido questões raciais, juntamente com o feminismo, que colocaram em xeque o trabalho dos estudos culturais britânicos, quando ainda (até os anos da década de 1980) estavam predominantemente “em luta” com as teorizações marxistas. Ao mesmo tempo em que passavam a tematizar questões relativas à raça, à sexualidade e ao gênero, os estudos culturais passaram a assumir a “virada lingüística”, ou seja, tais estudos, sob a influência dos próprios trabalhos de Hall, passaram a destacar a “importância crucial da linguagem e da metáfora lingüística para *qualquer* estudo da cultura” (HALL, 2003a, p. 211). Segundo o estudioso, as “questões raciais foram fontes extrínsecas importantes na formação dos estudos culturais” (p. 210), nesse “desvio necessário” do campo à descoberta da discursividade e da textualidade, sendo, então, configuradas como eixos importantes das práticas culturais para os quais os estudos culturais têm estado interessados enquanto comprometidos com uma agenda política sintonizada com as minorias (em termos de poder simbólico, não, simplesmente, numérico).

Retornando, então, à discussão do tema deste estudo, é possível dizer que, na época atual em que a questão da alteridade, do “outro”, da diferença, da identidade, torna-se bastante problematizada no campo social e político, enxergar a floresta amazônica como articulada a um “outro” *racializado*, que poderia ser visto como próprio a ela, ou, então, como capaz de ocupá-la e de torná-la melhor do que era, tal como nos textos de Euclides, pareceu-me ser uma possibilidade analítica muito interessante.

Alguns trabalhos em educação ambiental, por exemplo, têm instituído a idéia de que devemos alcançar uma vida mais original, orgânica, estável, essencial, equilibrada e harmônica. Neles se destaca que esta vida não estaria em nós (sujeitos urbanos, potenciais consumidores e produtores de lixo, sujeira e esgoto) e, sim, em um “outro” que teríamos que

resgatar (para usar como exemplo didático) em algum lugar distante como os campos, as florestas, os lugares ainda não explorados pelos seres humanos consumistas. É na floresta que podemos encontrar, por exemplo, em algumas narrativas da educação ambiental (e de algumas outras que se configuram nas mídias atuais), “outros” modos de vida em relação aos quais poderíamos nos espelhar. Seriam “os povos da floresta” aqueles com quem poderíamos aprender a viver melhor, ou com quem poderíamos aprender, pelo menos, como estamos vivendo de forma equivocada. Esse seria um dos motivos pelos quais deveríamos, atualmente, preservar e cuidar da floresta, pois esta passou a ser vista como um dos poucos redutos de pureza nos nossos tempos. Paradoxalmente, talvez, a essa narrativa, são os “povos da floresta” que adquirem, hoje, tão pouca visibilidade e são tão pouco narrados por si próprios. Nós os vemos, apenas, através das representações culturais que os instituem, mesmo que de determinados e, provavelmente, diferenciados modos, mas, principalmente, como o avesso de nós, em uma configuração que pouco teria a dizer sobre nossa vida, fadada, então, a ser sempre a mesma, a ser sempre “errada”.

Retornando à busca dos motivos pelos quais a raça tornou-se uma categoria importante para minha pesquisa, poderia indagar também se foram os próprios textos *euclidianos* que me lançaram a esta escolha. Ou, ainda, se foram os chamados estudos *euclidianos* (os escritos pelos “especialistas” na obra de Euclides da Cunha) que chamaram minha atenção para a importância da raça em seus escritos. No “tempo *euclidiano*”, essa invisibilidade das diferentes “raças indígenas” (uso aqui uma expressão da época) que habitavam a floresta, era notável.

Essa impossibilidade de configurar-se uma raça digna de visibilidade na floresta amazônica, no início do século XX, pois circulavam à época de Euclides da Cunha discursos que marcavam negativamente as identidades raciais indígenas, parece-me ter incomodado e atormentado esse sujeito (Euclides da Cunha) que estava imbuído da missão de instituir rotas de progresso e civilização ao Brasil. Esse sujeito que vejo, então, *articulado*, e estou me valendo dessa expressão tão destacada por Hall (2000), com as práticas discursivas do seu tempo. A *invenção* de uma raça mais capaz e mais digna de ser vista na floresta parece ter sido resultado de discursos que posicionaram Euclides da Cunha como um sujeito que poderia inscrever através de suas páginas os contornos dessa raça brasileira. Um lugar que o levava a ver, a si próprio, como imbuído de uma missão: integrar o território, apagar as últimas fronteiras desérticas do Brasil e estabelecer os rumos do progresso da nação – missão de que fora incumbido oficialmente e que parece ter afligido a alguns republicanos convictos (tais

como Cândido Rondon e Oswaldo Cruz). Na esteira dessa missão, a floresta amazônica ocupava um lugar central. Muito precisava ser feito relativamente a ela: suas fronteiras incertas precisavam ser demarcadas, seu estado desértico precisava ser apagado, seu primitivismo urgia ser vencido. E, para tanto, parece ter sido também necessário conceber, instituir, produzir, enfim, *inventar* uma raça que pudesse ser representada como autenticamente brasileira.

Posso dizer que todas as questões relativas à raça e à instituição de algumas raças como o “outro”, que fui lendo nos textos *euclidianos*, bem como nos textos dos estudiosos de Euclides da Cunha e, ainda, nos textos históricos sobre o início do século XX, as quais articulei aos estudos culturais e a discussões empreendidas em educação ambiental, foram me permitindo definir que a configuração de uma raça nacional, capacitada em preencher de civilização a Amazônia, se configurasse como um eixo analítico importante nessa minha pesquisa.

E será sobre as rotas de civilização à Amazônia, concebidas através da *invenção* de uma autêntica raça brasileira, que vou me ocupar de forma atenta neste capítulo. E faço isso me valendo, principalmente, de um texto de Euclides da Cunha chamado “O povoamento” inserido nas “Notas” do Relatório conclusivo de sua viagem à floresta amazônica. Destaco que vou circunscrever minhas argumentações, sobretudo, a este documento, pois considero que ele sintetiza sobremaneira os enunciados *euclidianos* que busco comentar. Antes dessa tarefa, considero importante tecer considerações sobre alguns discursos que atribuíram significações à raça no tempo *euclidiano*. E sobre isso passo a escrever na seção seguinte.

5.2 A questão da raça no “tempo euclidiano”

No fim do século XIX, o cruzamento das raças era uma questão fundamental para se pensar os destinos da nação. Nos anos de 1870 começa a penetrar com força no Brasil um “novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental” (SCHWARCZ, 1993, p.14). Essa pesquisadora argumenta que tal “moda científicista” entra no “país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente” (p.32) e

cita livros como “A Carne” de Julio Ribeiro; “O Ateneu” de Raul Pompéia e “A Esfinge” de Afrânio Peixoto, que, sob seu ponto de vista, apresentam personagens condicionadas por máximas deterministas inspiradas nas teorizações de Charles Darwin e Herbert Spencer.

A acolhida no Brasil dessas teses deterministas, segundo as quais a raça e o clima determinavam e marcavam, indelevelmente, a vida dos sujeitos (suas potencialidades, fraquezas, bem como, seus próprios destinos), tornava a miscigenação um dos grandes temas no final do século XIX. Duas teses deterministas tinham força à época: uma era tida como “geográfica” e advogava “a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio” – o clima e o solo (SCHWARCZ, 1993, p.58); a outra era vista como “racial”, sendo denominada como “darwinismo social” ou “teoria das raças”. Para essa última, a mistura das raças era vista como provocadora de uma degeneração progressiva. A pesquisadora Schwarcz (1993) argumenta que Euclides da Cunha recebeu influências dessas duas teses deterministas, as quais estariam articuladas em seus escritos. Trataremos, logo adiante, mais especificamente sobre isso. Considero ser importante destacar, agora, que se por um lado tais teses aproximavam as elites intelectuais e políticas brasileiras do mundo europeu, de outro, essas expunham, também, “as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado” (SCHWARCZ, 1993, p.35).

Cabe destacar também que duas vertentes marcaram os modos de pensar-se sobre raça no século XIX. De um lado estava a visão monogenista que fora predominante até meados do século XIX. O homem, segundo essa versão, teria se originado de uma fonte comum havendo, apenas, um gradiente de separação entre seus tipos, sendo que esse ia do mais perfeito ao menos perfeito. Essa visão admitia, então, a possibilidade de desenvolvimento das raças, pois suas diferenças refletiriam, apenas, graus diversos da escala de perfeição. Cumpre apontar, também, que essa vertente monogenista recebeu influência da obra humanista de Rousseau (século XVIII), na qual era postulado que os homens nasciam iguais e se diferenciavam na cultura. Do outro lado, as teses poligenistas, predominantes ao final do século XIX, propunham a “existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (SCHWARCZ, 1993, p.48).

Como argumentou Gustavo Le Bon (1910) – um dos principais pensadores das “teorias da raça” à época:

Sem dúvida a historia dos povos é determinada por fatores muito diversos; está cheia de casos particulares, de incidentes, que se deram e poderiam não se ter dado. Mas ao lado destes incidentes fortuitos, destas circunstancias accidentais, há grandes leis permanentes, que dirigem a marcha geral de cada civilização. As mais gerais, as mais irredutíveis destas leis permanentes provêm da constituição mental das raças (...) Cada raça possui uma constituição mental tão fixa como a sua constituição anatômica (p.10 e 15).

O continente americano, o chamado Novo Mundo, já havia sido palco de um controverso debate no século XVIII sobre sua inviabilidade (ou viabilidade), negatividade (ou positividade) e degeneração imanente (ou capacidade de progresso). O pesquisador Antonello Gerbi (1996) faz um minucioso estudo das controvérsias que colocaram de um lado Buffon, De Paw e Hegel, para os quais a América era naturalmente imatura, impotente, degenerada e inferior, e de outro Humboldt e Barton, para os quais tais teses não tinham sustentação alguma. Pelo contrário, estes últimos autores pretenderam marcar positivamente a vida e os seres do Novo Mundo. Acredito não ser necessário, por ora, alargar esse debate. Cito-o, aqui, de forma extremamente sucinta, para marcar que no século XIX ainda fervilhava um debate sobre o progresso ou a degeneração do Brasil. Naquele tempo, a questão da viabilidade ou não de um país marcado pela mistura de raças era central. Afinal, o Brasil estava fadado à degeneração provocada pela miscigenação (conforme apregoavam as teses darwinistas sociais) ou poderia avistar o progresso e a civilização no seu futuro próximo? Esse era um dos dilemas que perseguiram o viajante (Euclides da Cunha) pelas terras e águas amazônicas.

No “tempo *euclidiano*”, portanto, as explicações raciais deterministas – que classificavam os sujeitos em raças superiores e inferiores (fadadas à degeneração) – eram hegemônicas. O pesquisador Ricardo Ventura Santos (1998), em um instigante ensaio, argumenta que em *Os Sertões* Euclides da Cunha enfatizava que o meio físico brasileiro apresentaria uma grande variabilidade climática refletindo “populações com fisiologias diferenciadas” (p.241). O contraste climático entre o norte e o sul do Brasil era visto como determinante da composição racial dos indivíduos. Assim, no “norte o clima dificilmente permitia a aclimação de *tipos superiores*, como os europeus, daí porque ser o *selvagem bronco*. Já o clima do sul, (...) favoreceria a aclimação das *raças superiores*” (p.241). Nessa acepção, os paulistas foram produzidos como destemidos, aventureiros, dominadores e representados na figura dos bandeirantes que adentraram e conquistaram os sertões brasileiros.

A mestiçagem fora produzida como possuindo um efeito degenerativo nas raças. Porém, o sertanejo fora visto como retrógrado (à margem da civilização), mas não como um degenerado (como Euclides da Cunha via as populações do sul contaminadas pelo elemento negro). Este aspecto lembra a quase célebre frase de *Os Sertões*, já citada na Introdução desta tese: “é (o sertanejo) um retrógrado; não é um degenerado” (CUNHA, 1988, p.93). Na direção desse aparente paradoxo, como poderia ao mesmo tempo em que no Brasil havia um fervoroso sentimento de devoção pelo progresso e pela civilização a raça miscigenada sertaneja ter sido produzida como elemento racial único, robusto e forte, enfim, concebida como possuidora de atributos que poderiam levar a um desenvolvimento moral superior alcançando a plenitude da vida civilizada (SANTOS, 1998, p.243)? É sobre esse, aparente, paradoxo que me detenho a seguir.

Antes disso, quero esclarecer que não fiz um inventário muito detalhado dos discursos sobre raça no início do século XX, pois preferi ir marcando algumas “contextualizações” no decorrer da escritura do texto. Fazê-lo exaustivamente, agora, tiraria o foco central deste capítulo que é lançar um olhar sobre a articulação entre a Amazônia e a raça na obra de viagem à floresta de Euclides da Cunha. Não quero também dizer, aqui, de um modo simplista e linear que Euclides da Cunha compartilhava desse ou daquele entendimento que circulava sobre raça à época. Acredito ser essa uma impossibilidade. O que quero ressaltar é que havia várias questões em jogo no processo de produção da raça na literatura amazônica *euclidiana*. Espero conseguir mostrar, agora, um pouco da complexidade dessa história.

5.3 A invenção da raça sertaneja como nacional

Uma floresta inscrita no mundo como um lugar desencantado (como vimos no capítulo anterior) guardaria em seu seio homens, mulheres e crianças também sem qualquer atributo que possa ser destacado como relevante ou importante. A floresta amazônica fora construída no início do século XX, nos escritos *euclidianos*, como um deserto⁵³ repleto de desencantos.

⁵³ Faço neste capítulo apenas alguns apontamentos sobre a representação da Amazônia enquanto um território desértico, pois destino uma seção do próximo capítulo especialmente para discutir tal imagem. Destaco aqui esta

“A imagem do deserto aproxima a floresta tropical da caatinga do semi-árido (...). O deserto traz, para Euclides, as marcas do isolamento geográfico e da ocupação rarefeita” (VENTURA, 2003, p.237). O pesquisador Roberto Ventura sintetiza em uma frase tal construção desértica da Amazônia na obra de viagem *euclidiana* à floresta: “terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie, da incultura” (p.237). Sabemos hoje, e sabia-se também naquele tempo, que inúmeros povos indígenas habitavam a floresta, ou seja, a tinham como morada. Porém, tais povos são narrados em raros momentos na obra amazônica de Euclides da Cunha. Esses ocupam uma posição periférica e sem importância em seus escritos amazônicos. Talvez, não fosse importante vê-los. Talvez, o autor não tenha posto em uso as lentes necessárias para vê-los. E, quem sabe, por isso, não tenha sido igualmente importante narrá-los. Pelo menos não em uma viagem interessada sobremaneira em encontrar os caminhos para o progresso e a civilização do Brasil. Para Euclides da Cunha, estes caminhos não estavam nas mãos dos povos indígenas. Antes de continuar, vejamos algumas palavras de Euclides da Cunha (1994b), em cartas escritas, durante sua viagem, para o Barão do Rio Branco e, também, em um extrato do texto “Um clima caluniado”, inserido no livro “À Margem da História” (CUNHA, 1999a):

Como V. Exa. já terá concluído, o nosso empecilho fundamental será, dentro de algum tempo, a carência de elementos de subsistência. *Vamos para o deserto*. Vencidas, amanhã, todas as dificuldades, pode-nos restar a conjuntura séria de não termos com que manter a nossa gente. Boca do Chandless, 25.05.1905. (p.257) [a embarcação que continha os mantimentos (alimentos e remédios) da viagem naufragou].

Entre o Chandless e aquele ponto *a região é deserta*, aparecendo junto às margens uma ou outra barraca abandonada. Dali até aqui, porém, muito mais *povoado de brasileiros*. (...) Porto de Mamoriá, Fronteira do Cassianã e Novo Triunfo são três *sítios florescentes, de laboriosos e robustos cearenses que firmam bem nesses lugares o domínio de nossa terra*. Novo Lugar, 05.06.1905. Em viagem (p.259).

Desaparecem [na Amazônia] as formas topográficas mais associadas à existência humana. Há alguma coisa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de

pronto sem a constância e a continuidade das culturas. *As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto.* E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável (p. 29 e 30). [Grifos meus].

Nos excertos acima estão colocados em articulação elementos sobre os quais Euclides da Cunha calcava suas argumentações. A floresta é tomada como desértica e, nesse sentido, nega-se autenticidade nacional (territorial) aos povos indígenas (considerados como não autóctones, ou seja, como não configurados, instituídos, apenas, em solo brasileiro) que lá viviam. A floresta não fora responsável pela criação e pela manutenção no correr dos séculos de uma autêntica raça brasileira (já que os diferentes povos indígenas não mereciam maiores visibilidades, exatamente, por não serem vistos como autóctones). No seu seio não havia emergido uma raça que pudesse ser plenamente civilizada e fizesse civilizar a Amazônia e progredir a nação brasileira. Porém, enquanto deserto, poderia ser colonizada, dominada, por uma raça capaz de se adaptar à floresta (porque se instituíra em uma outra região inóspita do país – o sertão – e sobrevivera), de se modificar e ir alterando, civilizando, a Amazônia. Nestes textos *euclidianos*, então, institui-se o sertanejo como uma raça forte, digna, sobrevivente, operosa, posicionando-a como uma raça autenticamente produzida no território do Brasil, segundo a epopéia *euclidiana* escrita a partir da sua viagem à Amazônia. Como diz Euclides, esses são os sujeitos “laboriosos e robustos” que fazem a floresta florescer; eles fazem a floresta progredir e, paulatinamente, ir-se tornando menos desértica. É o sertanejo, agora travestido, transmudado, em seringueiro, que poderá tornar a Amazônia uma terra “verdadeiramente” encantada ao preenchê-la de civilização, ao transformá-la, ainda, em área economicamente viável, na medida em que nesse processo (que interessa ao Estado brasileiro) for-se tornando, também, ele mais civilizado (e isso era, segundo o viajante, plenamente possível).

Será então essa raça sertaneja – híbrida e, de certa forma, já parcialmente civilizada – que, enfim, construirá algo para ser visto na Amazônia ao torná-la produtiva. Será nesse processo que a floresta tornar-se-á desencantada. A Amazônia, sob as lentes *euclidianas*, fornecia poucos elementos em seu seio que pudessem prender a atenção desse viajante no início do século XX. Parece que não havia na floresta muitos aspectos merecedores de serem

olhados, pois o trabalho que Euclides da Cunha estava realizando (como já vimos no capítulo dois) não era o de um naturalista. Sua atenção estava concentrada na ocupação (e essa era uma preocupação do governo brasileiro) que estava sendo intensamente processada naquela época na Amazônia. E é nesse sentido que sua atenção se volta para a raça sertaneja que ia, pouco a pouco, ocupando a floresta em busca da borracha (produto de grande valor econômico à época). Além disso, sua atenção era lançada, como já disse anteriormente, para o traçado geográfico de um rio que deveria definir limites para o território do Brasil.

A articulação desses olhares voltados tanto para o rio (em busca da definição do território), quanto para o sertanejo (que se apresentava como possibilidade de constituir-se como uma raça autenticamente brasileira), ambos focalizados em uma floresta que precisava ser desencantada, nos mostra um Euclides atento, principalmente, à construção da República do Brasil através do progresso e da civilização. Nesta direção, a floresta com seus fungos, sua fauna, sua flora (que tanto havia despertado o interesse dos naturalistas do século XIX), bem como toda a diversidade de vidas humanas (os chamados povos indígenas) que habitavam a Amazônia, nada disso parece ter chamado especialmente a atenção do viajante.

Importava-lhe bem mais, então, estar atento, como já disse, ao sertanejo, migrante à floresta no início do século XX para tornar-se seringueiro, raça operosa que permitiria o povoamento produtivo dessa terra e o progresso da região e, conseqüentemente, do Brasil. É sobre essa *invenção* do sertanejo enquanto raça capaz de limpar, organizar, ordenar, civilizar e progredir a Amazônia que tentarei lançar mais algumas considerações ainda nesse capítulo.

Como era marcada, configurada, a raça sertaneja que tanto preocupava o viajante nas terras amazônicas? Como ela fora *inventada* através dos textos amazônicos *euclidianos* e de outros textos que circulavam na época? A partir de um entendimento de que é impossível congelar um momento do passado (dizer como eram mesmo as coisas naquele tempo), seria possível nos despirmos das categorias do presente ao lançar este olhar? Esse movimento analítico é necessário e produtivo ou impossível? Quais conformações teóricas atuais sobre raça estão em jogo nos olhares que lanço aos textos amazônicos de Euclides da Cunha? Como fazer para não transferir o presente ao passado? Essas são questões que me afligem enquanto pesquisador que se dispôs a empreender tais incursões analíticas. Talvez, possa seguir Michel Foucault, aqui, neste momento, e dizer que busco fazer uma “história do presente”, ou seja, “fazer a história do passado, nos termos do presente” (Foucault, 1991, p.32). Isso implica – ao perguntar sobre como foi *inventada*, no início do século XX, uma raça capaz de civilizar e progredir a Amazônia (nesse processo de compor um problema de pesquisa) – enxergar como

outras raças foram configuradas naquele momento como inferiores, desnecessárias, por se mostrarem pouco civilizáveis (ou incivilizáveis). Elas, inclusive, estavam mais distantes da civilização por não terem se tornado, através dessa mesma civilização, raças híbridas, miscigenadas. Nesse processo de construção de um problema de pesquisa está em operação uma vontade de saber própria ao tempo presente no qual estou imerso, e é essa vontade de saber advinda de minhas preocupações contemporâneas que me levam a perguntar como os chamados “povos das florestas” (aqui me refiro ao grupos indígenas) se tornaram tão pouco importantes, tão pouco visíveis e tão pouco acreditados naquela época.

Esta vontade de saber implica, entre outras coisas, buscar enxergar as razões pelas quais a raça foi tão central no início do século XX no posicionamento dos sujeitos que poderiam colonizar a Amazônia e fazer progredir o Brasil ou, pelo contrário, fazer o país regredir. Se a floresta amazônicaurgia ser civilizada era preciso, então, incumbir grupos humanos a fazer tal empreendimento, talvez atribuindo a uma raça tal iniciativa. É esse processo que estou referindo ser a produção da raça sertaneja, aquela capaz de colonizar e “domar” a Amazônia, processo esse no qual outras raças foram sendo silenciadas ou passaram a estar fadadas ao desaparecimento para o “bem” do Brasil. Vejamos, então, um pouco mais dessa história.

A raça sertaneja fora concebida, naquele tempo, como o resultado do cruzamento do índio com o europeu. Aqui parece estar uma questão interessante. Ao mesmo tempo em que há, nos textos *euclidianos*, um certo desprezo pelos povos indígenas, há uma valorização de uma raça que guardaria essencialmente elementos indígenas: a raça sertaneja. Talvez, aqui, possam estar atravessando o pensamento de Euclides da Cunha alguns elementos românticos com os quais ele mesmo buscou, deliberadamente, romper através da *invenção* de uma floresta amazônica desencantada (como já vimos no capítulo anterior). Não seria própria ao romantismo esta busca pelo autêntico, pelo genuíno, pelo essencial? Dessa forma, no texto de Euclides da Cunha, ao mesmo tempo em que se opera uma ruptura com a descrição romântica da floresta (repleta de encantos), continua-se a invocar discursos românticos que produziram, como nos escritos de Rousseau, os “selvagens” como bons, genuínos e autênticos. Parece ser tal conformação que permite construir positivamente o sertanejo. A raça indígena vista como natural ao território brasileiro (pelo menos uma dentre as raças indígenas teria nascido e se desenvolvido em solo brasileiro) está também presente, segundo a epopéia *euclidiana*, na composição racial sertaneja. Será esta essencialidade e autenticidade que configuraram a raça sertaneja como genuinamente brasileira? A mistura com o elemento racial branco é, por outro

lado, o que parece conferir a possibilidade dessa raça civilizar-se. Artigo tal visão a uma noção que admite a existência de identidades integrais, originárias e unificadas, considerando que foi essa a idéia que permitiu tal conformação e *invenção*. Nas palavras de Euclides da Cunha (1995i):

(...) não podemos ainda dispensar a energia européia mais ativa e apta, para que se desencadeiem as nossas energias naturais. (...) Deste modo, a simpatia pelo estrangeiro, baseamo-la, até movidos pelo egoísmo, nos nossos interesses imediatos e mais urgentes (p. 211-212).

Mas há um fato incontestável: o pendor atual e irresistível das raças fortes para o domínio, não pela espada, efêmeras vitórias ou conquistas territoriais – mas pela infiltração poderosa do seu gênio e da sua atividade. (...) Para este conflito é que devemos preparar-nos, formulando todas as medidas, de caráter provisório embora, que nos permitam enfrentar sem temores as energias dominadoras da vida civilizada, aproveitando-as cautelosamente, sem abdicarmos a originalidade das nossas tendências, garantidoras exclusivas da nossa autonomia entre as nações (CUNHA, 1995i, p. 213).

Essa miscigenação do elemento branco (proveniente do civilizado europeu) com o elemento indígena (não civilizado, mas autóctone ao território inóspito da nação) é produzida como responsável, então, pela gestação racial do sertanejo (fortalecido pela sua constituição racial em uma natureza hostil e pelo amalgamento com os atributos propensos à civilização que correria em suas veias) como competente para efetuar a colonização da Amazônia. Cumpre salientar que nessa época, uma positividade em relação à miscigenação começava, mesmo que de forma muito incipiente a se instaurar na ordem dos discursos. A miscigenação, como já argumentei, era vista como prejudicial e, principalmente, como responsável pela degeneração da raça. Será somente a partir dos anos 1920 do século XX que o atraso do Brasil passaria, paulatinamente, a ser concebido como cultural e social e não mais como racial e biológico. Essa ida da raça à cultura, do biológico ao social, na explicação do atraso brasileiro será fundamental para a emergência dos programas de higiene e de eugenia que começavam a se consolidar no Brasil, sobretudo nos anos 1930 do século XX⁵⁴.

⁵⁴ O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, presidido por Roquette-Pinto, ocorreu em julho de 1929 e tinha como princípio alertar o Governo do Brasil para os “gravíssimos perigos da imigração promíscua, sob o ponto de

Nas palavras de Edgard Roquette-Pinto (1933), importante antropólogo à época, ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro:

(...) a mestiçagem só é um mal quando realizada ao deus-dará dos infortúnios, sem eira nem beira, sem higiene e sem eugenia, sem educação e sem família. (...) Nas regiões em que o meio natural e o meio social degradam os mestiços, os brancos europeus também se degradam. (...) Sem cruzamento a raça branca não se fixa nos trópicos (p.23).

Emergiam, assim, naquele momento, outras formas de enxergar a questão do atraso civilizatório do Brasil. Os discursos deterministas sobre a raça e o clima começavam a perder fôlego. Em um país marcado pela miscigenação das raças, somente um discurso que irá dotá-la de características positivas (ou pelo menos não lhe atribuir uma responsabilidade pela degeneração) poderia congrega o desejo do progresso civilizatório da República. Nesse sentido, até mesmo a imigração europeia que não favorecesse uma miscigenação “controlada” não poderia ser bem vinda. Será, apenas, então, nos anos 1920 e 1930 do século XX que, no Brasil, os discursos da eugenia e da higiene passariam a conformar a raça e a miscigenação como problemas de políticas públicas e não mais como problemas em si mesmos. “Marcado pelos ensinamentos genéticos de Mendel e pelo culturalismo norte-americano de Franz Boas, Roquette-Pinto sustentou o argumento de que o problema brasileiro seria uma questão de higiene e não de raça” (SCHWARCZ, 1993, p. 96).

Talvez seja interessante relativizar um pouco essa aparente ruptura que parece haver se consolidado no Brasil nos anos 1920 e 1930 nos discursos em torno da raça. Essa aparente ida do biológico ao cultural na explicação do atraso civilizatório brasileiro de forma alguma apagou o referente biológico que continuou (e continua) operando mesmo que de forma sutil nos discursos em torno da discriminação cultural⁵⁵. Se a raça possui sua conceituação

vista dos interesses da raça e da segurança política e social da República” (ROQUETTE-PINTO, 1933, p.45). A miscigenação em si mesma passa a não ser um problema, mas, sim, seu descontrole é visto como problemático. Os programas eugênicos viriam, portanto, melhorar a “estirpe”, a “raça” e a “descendência” (instituir a ordem e o controle no âmbito da população), enquanto os programas higiênicos viriam melhorar o “meio” e o “indivíduo” (instituir a ordem e o controle no âmbito do corpo).

⁵⁵ Visando contrapor-se aos discursos que promoveriam a discriminação dos indivíduos em relação a “raça”, o governo atual do Brasil (gestão 2003-2006) instituiu uma política afirmativa (no sentido de fazer com que os indivíduos possam assumir e, com isso, “afirmar”, suas presumidas identidades étnicas) de cotas nas Universidades federais brasileiras. Através dessas, reserva-se uma parcela de vagas, para indivíduos que se

fortemente marcada pelos discursos biológicos, a “etnicidade gera um discurso em que a diferença se funda sob características culturais e religiosas. Nesses termos ela frequentemente se contrapõe à raça” (Hall, 2003b, p.70). Traduzimos, hoje, como nos lembra Hall (2003b), a raça não como uma categoria científica, mas, sim, como uma noção política e social (dessa mesma forma temos configurado a categoria etnia). Assim, enquanto o racismo pode ser produzido como um efeito da naturalização da raça, também pode ser articulado através da discriminação cultural. Segundo Hall (2003b), tais racismos combinam-se, atuam conjuntamente, e estão situados, inclusive, em uma mesma cadeia de significação, não sendo opostos, muito menos distintos, esses são, apenas, dois registros do racismo. Como diz Hall (2003b), “o que parece mais apropriado é uma concepção mais ampla do racismo, que reconheça a forma pela qual, em sua estrutura discursiva, o racismo biológico e a discriminação cultural são articulados e combinados” (p.72). A partir desse entendimento, mesmo que possamos falar em uma ruptura na produção do racismo no Brasil nos anos 1920 e 1930, é preciso deixar explícito o não apagamento da raça enquanto conceituação que continua atuando na discriminação entre os sujeitos (mesmo que de forma um pouco mais sutil e, talvez por isso, até mesmo, mais poderosa). Dessa forma, sigo os passos dos historiadores que marcam tal “ruptura”, em razão do explícito definimento das teses racistas tecidas em torno do conceito biológico de raça à época. Porém, quero destacar o caráter tênue, deslizante e problemático dessa formulação, pois o racismo continuou a ser produzido, e o conceito biológico de “raça” continua a atuar (mesmo que de forma sutil) na produção de clivagens e assimetrias sociais e culturais.

Como argumenta Meyer (1998), pouco interessaria saber sobre a existência da raça como categoria biológica, pois é com relação a sua produção enquanto uma noção instituída em processos conflituosos de significação, sempre relativos às dinâmicas do poder, que deveria ater-se um investigador situado em uma perspectiva pós-estruturalista. Desse modo, seria preciso atentar-se para os modos como vão sendo significadas noções como raça e etnia, pois antes de serem conceitos simplesmente descritivos, são categorias “hierarquicamente organizadas em circunstâncias econômicas, políticas e sociais determinadas” (MEYER, 1998, p. 78). Nessa direção, optar pelo uso da noção de etnia em detrimento de raça não deveria

“identifiquem” como “negros” ou “índios”, pois se consideram serem estes os sujeitos mais negativamente discriminados nas sociedades. Destaco este fato, para mostrar que a noção de “raça” continua operando nas sociedades, embora com outras significações culturais e políticas. Conforme argumentam Poutignat e Streiff-Fenart (1998), “em sua acepção contemporânea, o termo “raça” (...) não mais denota a hereditariedade biossômática, mas a percepção das diferenças físicas, no fato de elas terem uma incidência sobre os estatutos dos grupos e dos indivíduos e as relações sociais” (p. 41).

escamotear os acentos racistas que, porventura, continuariam operando nesse deslocamento da diferença: da natureza (a raça) para a cultura (a etnia). O “novo” racismo poderia sustentar-se não mais “em idéias de superioridades biológicas inatas, mas em supostas incompatibilidades de tradições culturais” (p. 77).

Na “obra” amazônica de Euclides da Cunha, já é possível ver traços dessa “ruptura” que se consolidaria mais fortemente no Brasil apenas duas décadas mais tarde. Euclides já havia apontado em *Os Sertões* que a miscigenação não era um problema em si mesma, mas seria, apenas, em sua “obra” amazônica que tal entendimento se consolidaria. Talvez, menos em razão de uma “ruptura” que apenas estaria se anunciando (uma ida da raça à cultura no entendimento do atraso do Brasil), mas, sobretudo, como já destaquei, em razão de discursos românticos que estariam atravessando os escritos *euclidianos* à época. Veremos isso mais adiante neste texto. Importa, agora, saber que “inimigo da República em Canudos, o sertanejo é visto, na Amazônia, com maior simpatia, enquanto agente de povoamento nos confins da selva” (VENTURA, 2003, p.237). Enfim, havia uma saída para o Brasil rumar à civilização e ao progresso. O país não precisava mais temer ser uma nação, apenas, de raças miscigenadas e, portanto, degeneradas. E era o sertanejo a *invenção* racial que poderia encher de orgulho e esperança o Brasil.

Segundo Ricardo Ventura Santos (1998), Roquette-Pinto alia-se a Euclides (duas décadas depois), na consideração dos sertanejos como “fiéis depositários” da alma brasileira. Segundo o autor, a única discordância do antropólogo estaria na consideração racial do sertanejo, para o qual havia, além da miscigenação entre o índio e o branco, “fartas gotas de sangue negro” (p. 247). Na esteira do deslocamento dos discursos em torno do atraso do Brasil rumo à civilização – da raça à cultura, do biológico ao social –, tal comentário de Roquette-Pinto não traria maiores conseqüências em uma época de definhamento das teses darwinistas sociais – mesmo porque falar em “gotas” não significa falar de um componente essencial e, sim, falar, apenas, de um *toque de perfumaria*. No tempo da viagem *euclidiana* à Amazônia, tal consideração, sobre a raça sertaneja era, simplesmente, impensável, bem como, completamente indesejável, mesmo sendo tratada como *perfumaria*, pois os negros ocupavam a escala mais inferior no espectro das raças no país.

Se a constituição racial do sertanejo era o que importava ser marcada e tornada visível, integrando-a a história, através dos escritos de Euclides em sua viagem à Amazônia, qual seria o papel da floresta na conformação das raças naquele tempo? Na “obra” amazônica de

Euclides da Cunha a floresta é produzida como um lugar de criação de raças incompetentes e impossíveis de serem civilizadas?

Talvez possa responder que sim, pela pouca visibilidade dada aos povos indígenas nesses escritos, pela construção desses como não civilizados e como fadados à absorção pela imigração intensiva que se processava na floresta e, ainda, em razão dessa floresta ser sempre narrada como desértica. Vejamos um pouco sobre isso, nas palavras de Euclides da Cunha (1994c), em trechos de um texto chamado “o povoamento”, incluído nas “notas” do seu relatório enviado ao Barão do Rio Branco, como resultado do seu trabalho na floresta (original de 1905):

(...) o Purus foi talvez a maior estrada por onde passavam e repassavam, há muitos séculos, as tribos mais remotas dos extremos do continente. Os *muras* erradios e broncos, que tanto alarmavam o governo colonial, não são autóctones... (...) Estas tribos [fala de inúmeras outras] fervilhavam nas duas orlas do Purus. (...) Quem hoje sobe o Purus não os vê mais como os viram Silva Coutinho, Chandless e Manuel Urbano. (...) É que cederam lugar a uma imigração intensiva, ou foram absorvidos por ela (p. 158 e 159).

Sobral, (...) demarca hoje a mais avançada atalaia dessa enorme campanha com o deserto. Quem o alcança (...), tem a prova tangível de que quatro quintos do majestoso rio estão completamente povoados de brasileiros, sem um hiato, sem a menor falha de uma área de abandono, ligadas as extremas de todos os seringais – estirando-se unida por toda aquela lonjura, que lhe define geometricamente a grandeza, uma sociedade rude porventura ainda, mas vigorosa e triunfante (p. 164).

Porque se realizou ali, e ainda se realiza, uma vasta seleção natural. Para esse afoitar-se com o desconhecido não basta o simples anelo das riquezas: requerem-se uma vontade, um destemor estóico, e até uma complexão física privilegiada (p. 164).

Lá persistem apenas os fortes. E sobrepujando-os pelo número, pelo melhor equilíbrio orgânico de uma aclimação mais pronta, pela robustez e pelo garbo no enfrentarem perigos, os admiráveis caboclos cearenses que revelaram a Amazônia (CUNHA, 1994c, p. 164).

Absorção das tribos indígenas (marcadas majoritariamente como não autóctones); seleção natural atuando na sobrevivência dos mais fortes; revelação da Amazônia pelos

“caboclos cearenses”; é possível ler tudo isso em articulação nestes trechos e nos discursos sobre a raça à época. E esses *falam* através dos escritos de Euclides da Cunha. O darwinismo social; o determinismo climático; as raças indígenas fadadas “naturalmente” ao desaparecimento; a raça sertaneja miscigenada, robusta, laboriosa, forte e, essencialmente, genuinamente, brasileira; a valorização do elemento indígena autóctone ao território do Brasil; tudo isso está posto em articulação ao mesmo tempo no texto *euclidiano*. Talvez pudesse ler esses textos procurando neles alguns paradoxos (que, inclusive, parecem estar, aparentemente, explícitos), mas, por outro lado procuro vê-los como efeitos de processos de hibridação que vão configurando, no texto *euclidiano*, a articulação de elementos que poderiam ser vistos, com outras lentes teóricas, como contraditórios e paradoxais. Como fora possível engendrar tal conformação dos povos indígenas (fadados à absorção, ao desaparecimento, à fraqueza e à inferioridade) ao mesmo tempo em que o “caboclo cearense” é instituído positivamente como uma raça essencialmente produzida pela miscigenação do índio com o branco? Gostaria de voltar à minha pergunta anterior: na “obra” amazônica de Euclides da Cunha a floresta é produzida como um lugar de criação de raças incompetentes e impossíveis de serem civilizadas? Se foi possível responder afirmativamente a essa questão, pelas razões que expus sucintamente logo acima, também, posso respondê-la negativamente. É sobre esse aparente paradoxo que pretendo lançar, agora, alguns comentários.

Em Euclides da Cunha, os índios estão longe da representação positiva que o romantismo havia lhes configurado no século XVIII. Porém, somente uma representação positiva do índio poderia articular-se com a representação de supremacia do branco europeu para conformar essa *invenção* da raça sertaneja que estamos vendo estar em processo através da obra amazônica de Euclides da Cunha. Por isso, talvez, a importância de marcar as tribos indígenas amazônicas atuais (do início do século XX) como não autóctones, pois a raça indígena genuinamente brasileira, essencialmente produzida no território do Brasil, marcadamente forte e robusta, estava, agora, misturada com o elemento branco, naturalmente propício ao progresso e à civilização. Segundo John Manuel Monteiro (1996), na segunda metade do século XIX o Tupi representava a matriz da nacionalidade. “Para os pensadores do Império, os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobre maneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua” (p. 16). Em oposição aos Tupis estavam os Tapuias que reuniam todas as tribos selvagens fadadas ao desaparecimento.

É dessa mistura entre a força e a robustez (da raça indígena puramente brasileira) e o ímpeto civilizador (da raça branca européia) que emerge uma raça “verdadeiramente” e “essencialmente”, brasileira. Através da lentidão no processo de formação do sertanejo (com predominância do elemento indígena autóctone), da inexistência de contaminação com o elemento negro (visto como responsável pela degradação dos indivíduos do litoral), do isolamento geográfico e da depuração da raça através das condições adversas de um ambiente hostil, emerge o sertanejo que Euclides da Cunha vai caracterizar como o cerne vigoroso da nacionalidade brasileira (Santos, 1998, p. 242).

5.4 Raça, estereótipo e nação: das fronteiras à confusão de limites

Como venho argumentando, na escrita *euclidiana* é possível enxergar em operação uma prática representacional que busca instituir uma identidade racial (o sertanejo) através da produção de um estereótipo que “reduz as pessoas a umas poucas características simples, essenciais, que são representadas como fixas pela natureza” (Hall, 1997, p.257). Nesta acepção, o estereótipo é entendido como produtor de efeitos “essencializantes”, “reduccionistas” e “naturalizantes”. Através do estereótipo, diferentes povos indígenas e povos negros puderam ser tomados como homogêneos e serem posicionados em um lugar de inferioridade na escala das raças da época. Quanto mais próximos à natureza, e como as raças negra e indígena estão com frequência associadas a ela, mais inferiorizados são os seres humanos detentores de tais raças, mais próximos eles estão, inclusive, dos animais também vistos como naturalmente selvagens. Uma prática representacional que lida com a produção do estereótipo também está em operação na *invenção* do sertanejo. Este é homogeneizado, tomado como único e suas características são construídas como naturais (como imanente à raça). Porém, há outras práticas envolvidas na *invenção* da raça sertaneja. E mesmo que essas tenham estado operando, na escrita *euclidiana*, práticas representacionais que criam estereótipos (o caráter homogêneo e natural da raça sertaneja, por exemplo), houve um processo de subversão e deslocamento dos binarismos e dos dualismos que é fundamental à produção do estereótipo. Sem o pólo da natureza em oposição à cultura, não é possível marcar raças inferiores e raças superiores com muita facilidade, não é possível reduzir as identidades

raciais e étnicas (sempre provisórias, contingentes e não-necessárias) a apenas alguns traços físicos diferenciais com efeitos tão profundos nos modos de estar no mundo.

A associação entre raça e natureza remonta, no mínimo, à própria emergência da Modernidade. O iluminismo “colocou as sociedades numa escala evolucionária desde a barbárie à civilização” (Hall, 1997, p. 239). Ao colar à raça a natureza, a Modernidade instituiu o binarismo no qual em um dos pólos está o primitivo e a natureza e, no outro pólo, a cultura e a civilização. Como nos ensinou Thomas Kesselring (2000), na Idade Média o homem ocupava um lugar no interior da natureza, enquanto Deus estava fora e era anterior a ela. Porém, na Idade Moderna, o homem passou a ocupar o lugar de Deus, começou “a assumir uma posição externa à Natureza, uma posição quase divina” (p. 161). Dessa forma, a natureza passa a ser objeto da ciência humana, da sua manipulação⁵⁶. Ao colar à raça a natureza, o movimento iluminista passa, além disso, a qualificar o homem (e a razão humana) que, agora, ocupa o centro do mundo: trata-se de homens brancos, ocidentais e europeus.

Tal conformação binária está em operação nos escritos amazônicos *euclidianos*. Os negros e os índios são ligados ao eixo da natureza, sofrendo, com isso, um processo de naturalização, e, nessa conformação, são construídos como inferiores e fadados à degeneração. A raça branca também é naturalizada quando associada ao eixo da civilização e da cultura, ou seja, ela é naturalmente tomada como superior. Porém, o sertanejo, mesmo que também ligado à natureza e não à civilização, é tido, apenas, como ainda em estado bruto (ainda um rude), mas plenamente civilizável (porque, entre outras questões, já teria sido parcialmente civilizado). Mesmo localizando o sertanejo no pólo da natureza, ele é dotado de positividade por dois motivos centrais: por incluir sangue branco (naturalmente propício à civilização e à cultura) e por incluir sangue indígena essencialmente, genuinamente e, naturalmente, produzido no território brasileiro.

Dessa forma, mesmo que as práticas representacionais em jogo na Modernidade marquem um binarismo entre natureza e cultura, os textos *euclidianos*, embora ainda inscritos nestas práticas dualistas, subvertem o binarismo e dotam o sertanejo (inscrito no pólo da natureza) de positivities, ou seja, menos como podendo sair de um pólo e ser inscrito no outro (no pólo da civilização), e mais como sendo capaz de congregar, misturar, tornar híbridos tais pólos, inclusive dissolvendo-os.

⁵⁶ Em um livro bastante esclarecedor, Mauro Grün (2000) irá mostrar com detalhamento como tal conformação epistêmica está em jogo na educação ambiental.

Gostaria de destacar esse esforço de *invenção* de uma raça “pura”, mas marcadamente constituída pelos processos de mestiçagem. Tais processos (de fabricação do sertanejo) foram vistos como articulados pela raça branca a uma raça indígena configurada como tendo emergido e se constituído em solo brasileiro. Estes são os atestados de “pureza” à miscigenação sertaneja construída como uma raça capaz de ocupar, transformar e civilizar a floresta tropical. Não se pode mais facilmente diferenciar as raças que seriam “puras” das raças que seriam “sujas” e “misturadas”. Um gradiente racial facilmente separável e hierarquizável passa a não ser mais plenamente possível. Os negros continuavam, sim, em seus lugares de inferioridade e os índios também permaneciam fadados ao desaparecimento. Porém, os mestiços não ocupavam mais o pólo do “sujo” em detrimento do “limpo”; do “misturado” em oposição ao “puro”; da “inferioridade” em antagonismo à “superioridade”; da “natureza” em contraposição à “civilização”. O sertanejo passava a ser ao mesmo tempo sujo e limpo, misturado e puro, inferior e superior, natural e civilizável (mesmo que esse fosse um atributo ainda a ser conquistado). Tais polaridades sofrem, então, uma certa confusão de suas fronteiras até então muito bem estabelecidas. O sertanejo vai sendo produzido como um sujeito capaz de sair do pólo da natureza e de se inscrever em um outro lugar que não, simplesmente, no pólo da civilização, até por ser visto como uma mistura desses elementos – o resultado de um processo de hibridação como chamaria Nestor Garcia Canclini (2003).

Há uma re-significação daquilo que poderia ser visto como uma raça “pura”. A raça sertaneja vai se instituindo, então, como “puramente” brasileira. É o caráter nacional que agora emerge atestando a “pureza” da raça (que poderia, inclusive, ser mestiça). Importava, sobretudo, qual era a raça indígena que estava contemplada na conformação, na miscigenação, racial sertaneja. Era imprescindível naquele momento marcar o atributo genuinamente, absolutamente, nacional, para definir o que era territorialmente brasileiro em tal formação. O Brasil poderia, enfim, orgulhar-se dos processos de miscigenação intercultural que o constituíam enquanto nação. A República do Brasil, através dessa *invenção*, poderia assumir-se positivamente como uma nação miscigenada. A floresta, enfim, lugar de fabricação de raças degeneradas e primitivas, poderia ver florescer em seu seio, uma raça que ao civilizar-se inscreveria a região no país e o país no mundo – operando-se um processo de desencantamento da floresta pela modificação de seu território, agora capaz de ser mais produtivo e integrado ao progresso econômico e cultural do país. Agora, sim, finalmente, a Amazônia poderia ser nacionalmente vista como “encantada”.

6 A INSTITUIÇÃO DOS “SERTÕES AMAZÔNICOS” COMO TERRITÓRIO NACIONAL

O que Nietzsche vê [com a exclamação: *o deserto cresce*] é a crescente aridez de uma época na qual a vida está sendo negada e que tem seu eixo na racionalização e controle de todas as coisas (Nancy Mangabeira UNGER, 2001, p.46).

O conceito de território – este espaço que reúne um substrato físico em suas conformações geográficas, biológicas, geológicas e, ainda, as práticas humanas (Milton Santos chamaria de território “usado” como já marquei anteriormente) – parece perder, nos tempos atuais, a força explicativa que o mesmo nutriu fortemente nos séculos XIX e início do XX sobre as relações que se estabelecem entre a cultura e o espaço. Argumenta-se estarmos vivendo em uma época, na qual a desterritorialização marcaria as formas de entendimento das culturas do nosso tempo. Como destaca Ortiz (2003), a crescente informatização dos serviços e dos lares modifica a malha urbana que, atravessada por inúmeras e contínuas mensagens e códigos, provocaria a desterritorialização dos nossos modos de existência. Nessa direção argumentativa sobre o território no nosso tempo mundializado – para utilizar um conceito de Renato Ortiz já comentado anteriormente nesta tese – o espaço parece estar esvaziado, pois o mundo não apresentaria mais fronteiras que pudessem demarcar, minimamente, aquilo que se conhecia, “antigamente”, como sendo o local, o nacional, o estrangeiro. O global parece a tudo englobar (o verbo não poderia ser mais preciso) e, neste sentido, seria a tônica do nosso tempo, mesmo que disseminado diferencialmente sobre os espaços do mundo, isto é, haveria lugares mais globalizados que outros, mas, em última instância, todos seriam espaços sem fronteiras, com intercâmbios contínuos e incisivos de códigos e mensagens. Nesse mundo desterritorializado, o local e o nacional perderiam a força de subjetivação que tiveram em outros tempos, se dissolvendo em um global, este sim, instituidor dos modos de ser e estar atuais.

Nessa conformação interpretativa, falar sobre o território é falar do vazio, do seu esfacelamento, da sua inoperância, da sua própria desterritorialização. Nesta direção, parece obsoleto, antiquado, impróprio, assumir o território como categoria analítica de uma pesquisa,

mesmo que essa tenha uma dimensão histórica. Já que vivemos em um mundo desterritorializado, por que concentrar esforços em utilizar um conceito catatônico? Ora, se poderia responder, simplesmente, porque na viagem de Euclides da Cunha à Amazônia estava em questão a instituição do território nacional e, sendo assim, tal conceito se mostra central para a tese que escrevi. Contudo, essa não parece ser uma resposta suficiente, pois o que gostaria de argumentar, na direção proposta por Ortiz (2003), é que não “nos ajuda tanto dizer que o espaço ‘se esvaziou’; importa entender sua nova configuração, como ele é *preenchido*” (p. 53).

Considero pertinente destacar algumas observações ressaltadas por Morley (2005) a respeito da “crença pós-moderna” de que vivemos em espaços físicos e simbólicos quase completamente desterritorializados. O autor argumenta que somente 1,6% das populações humanas mundiais estariam, por exemplo, efetivamente submetidas a uma aceleração da mobilidade ao longo de grandes distâncias. Entretanto, e paradoxalmente talvez, como reflete Morley (2005), cada vez mais a imobilidade tem sido vista como um efeito pouco desejável do empobrecimento de grandes parcelas das populações mundiais. No Reino Unido, região a partir da qual escreve o estudioso, o grau de mobilidade geográfica das pessoas teria, inclusive, decrescido nos últimos anos. E mais, “82% dos avós britânicos vêm seus netos ao menos uma vez por semana, o que indicaria a existência de um nível reduzido de mobilidade” (137). Essas observações colocam em destaque que a idéia de uma intensa mobilidade geográfica é bastante relativa e que o território mais familiar, mais geograficamente próximo, continua sendo algo importante na formação subjetiva e cultural das pessoas – pelo menos no Reino Unido. Contudo, é preciso reconhecer que esses cotidianos apresentam-se cada vez mais atravessados, de forma contundente, pelas diferentes mídias, processo que altera as significações que se colam ao “familiar”, ao “local”, ao “regional”. Embora esse seja um ponto que interessa particularmente Morley (2005), ele não está nos horizontes das preocupações dessa tese. O que eu gostaria ainda de registrar nas argumentações do autor é a pergunta que ele procura fazer sobre os controles que diferentes agrupamentos humanos exercem sobre os efeitos da globalização nas suas vidas. Em outras palavras, o pesquisador se indaga a respeito do poder relativo que as pessoas possuem sobre suas condições e formas de vida e essa me parece ser uma questão crucial para as discussões que articulam o território e a cultura.

Em um instigante livro, o geógrafo Rogério Haesbaert (2004) também argumenta contrariamente à idéia de que vivemos em um tempo marcado pela desterritorialização. Pelo

contrário, na visão do autor, estariam em jogo nas sociedades diferentes formas de se instituírem territorializações. Desde aquelas que não admitiriam a pluralidade de poderes e de identidades e lutariam por uma territorialização unitária, clara, precisa, fechada (tal como se vislumbraria, por exemplo, nas práticas dos talibãs afegãos), até a construção de territorializações efetivamente múltiplas, resultantes de sobreposições e rearticulações de diferentes territórios. A este último processo o autor nomeia como multiterritorialização. Longe de ser este um processo que prescindiria do território nas configurações subjetivas e políticas atuais (tal como se poderia inferir a partir da noção de desterritorialização), pelo contrário, o território seria visto como sofrendo um constante rearranjo em razão dos processos inerentes à fluidez e à aproximação espacial provocados pelo advento das mídias e das redes de comunicação e informação. A multiterritorialização, contudo, não seria uma configuração resultante somente da colagem, da sobreposição ou da imbricação de territórios distintos, “mas também de sua experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição” (p. 343). E mais, “a esta reterritorialização complexa, em rede⁵⁷ e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de multiterritorialidade” (p. 343).

No tempo *euclidiano* (e ainda hoje, mas com cada vez menos força) operava-se com uma noção de territorialização pautada no poder e no controle da nação sobre um território (geográfico e, sobretudo, simbólico) que se desejava integrado e delimitado. O esforço estava em diluir a pluralidade ou, ao menos, conformá-la sobre o manto de uma nação, com seu território claramente definido e, inclusive, inscrito nas leis, nos mapas, nas cartilhas escolares, nas canções, nas histórias oficiais. Foi, como argumentou Tânia de Luca (1999), “a partir da Abolição e da Proclamação da República que a construção de laços de pertencimento, capazes de difundir um sentimento de brasilidade, assumiu um caráter de urgência” (p.33).

Entretanto, se o território, nos termos de Haesbaert (2004), apresenta hoje uma significação relacional e, sendo assim, não é uma “coisa” que se possua ou uma forma que se construa, “mas, sobretudo, uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço” (p.350), então se trata de analisar o jogo de relações, de articulações, de hibridações

⁵⁷ Ao conceito de “rede” Milton Santos (1998) contrapõe o de “espaço banal”, sob inspiração da produção intelectual de um estudioso francês chamado François Perroux. Segundo o autor brasileiro, “as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns” e, nesse sentido, não poderiam ser tomadas como dizendo respeito a um conceito global e integrador de diferentes territorialidades. Para além das redes e apesar delas haveria os “espaços banais”, isto é, os espaços coletivos, “o espaço de todos” (p.16). Importante é marcar que um mesmo território pode formar, ao mesmo tempo, redes e “espaços banais”. O interessante nessa argumentação, a meu ver, é a atenção posta na generalização e na simplificação que o conceito de rede pode vir a trazer para o pensamento sobre a contemporaneidade, já que poderia escamotear as clivagens e as desigualdades sociais.

que permitiram, naqueles tempos iniciais da República brasileira, instituir a Amazônia como um território a ser integrado à nação. Com isso já adianto uma das minhas considerações nesse capítulo, isto é, de que a floresta configura-se nos escritos *euclidianos* como um território vazio, desértico, sem dono e, sendo assim, necessitando inscrever-se, integrar-se à nação. E mais, urge perguntar, ainda, sobre como este processo de integração, de inscrição, deveria ser desencadeado.

Esta forma de pensamento – atentar para os modos de *preenchimento* do território –, permite construir dois argumentos que me interessam para este capítulo. O primeiro visa manter apesar das muitas discussões ensejadas nos tempos atuais, a potencialidade do conceito de território, pois ainda que se possa concordar com a idéia de que nos instituímos sujeitos em espaços desterritorializados, isto é, que tais processos estariam efetivamente inundando nossa existência, é possível considerar que eles implicam, também, “novas” territorializações, ou multiterritorializações como propõe Haesbaert (2004). Por um lado, “a desterritorialização tem a virtude de afastar o espaço do meio físico que o aprisionava [a vinculação simples e direta entre território e solo] e a reterritorialização o atualiza como uma dimensão social” (ORTIZ, 2003, p.65). Nessa direção, falar de território não seria simplesmente remeter-se a um espaço geográfico, biológico e físico, mas, também, às práticas humanas e culturais que os modificam em muitas e de diferentes formas. O território, portanto, pode não ser visto como o instituidor das nossas raízes identitárias, mas sim das referências com as quais balizamos nossos modos de ser e estar no mundo. E tais referências se modificam constantemente com a mobilidade crescente dos códigos culturais no mundo atual. Sendo assim, um outro território desenraizado sempre estará em nossos horizontes e, então, acompanhar analiticamente tal processo parece ser algo muito interessante e importante.

Inspirada no argumento de Ortiz (2003) está uma segunda questão importante que quero marcar. O foco da minha atenção neste capítulo será, exatamente, a forma de *preenchimento* do território amazônico. Interessa-me compreender como a Amazônia foi assumindo uma “nova” configuração territorial naquele início da República brasileira. E mais, que configuração foi posta em jogo naquele tempo? Como venho mostrando ao longo da tese, estava-se edificando para a floresta um olhar nacional. Entretanto, falar do “nacional” nos tempos atuais também não é algo tranquilo.

Tal como o conceito de território vem sendo questionado, o de nação também sofre com os mesmos dilemas que explorei acima, ou seja, defende-se seu apagamento em razão

dos fluxos mundiais de dinheiro, valores, símbolos e códigos. Sendo assim, falar em um território nacional parece ser um problema incontornável nos dias atuais, ou, no mínimo, algo anacrônico. Em um instigante ensaio, Maia (2005) argumenta sobre a corrente *necessidade* de se colocar a noção de identidade nacional sob suspeição. No plano da economia, diz o autor, a globalização impulsionada pelo capitalismo financeiro impede a autonomia dos países e o gerenciamento de suas economias conforme seus próprios interesses e necessidades. No plano político, temos a gestação de identidades móveis, redefinidas, por exemplo, em um trânsito mais incisivo de pessoas pelo mundo, facilitado por uma geografia mais conectada, sobretudo na Europa. De qualquer forma, a ampla circulação de mensagens por entre diversos países, dissolve, por um lado, a força simbólica do ‘nacional’, embora grupos ‘nacionalistas’ fundamentalistas reivindiquem a instituição de determinadas *nações* (étnicas, religiosas, políticas), algumas vezes através de estratégias terroristas, em muitos lugares pelo mundo. No plano filosófico, nos diz Maia (2005), a disseminação das vertentes pós-estruturalistas, sobretudo através dos estudos culturais, alimenta, teoricamente, o papel político de grupos minoritários que ao assumirem o caráter provisório, instável e indefinido das identidades nacionais, promovem lutas em defesa de seus interesses de grupo. Enfim, todos estes aspectos conjugados mostram como a idéia do ‘nacional’ torna-se problemática e difícil de ser assumida. Porém, Maia (2005) destaca a importância, como um desafio contemporâneo, de se pensar, em um mundo globalizado repleto de diferenças culturais, um projeto autônomo mínimo para a nação brasileira.

Feitas algumas ressalvas com relação ao conceito de território, é interessante examinar um pouco mais detidamente a questão do estabelecimento de limites entre um território tipificado como sendo “local”, um outro visto como “nacional” e, outro, ainda, tido como “global”. Pergunto-me a cerca da produtividade de tal separação e, sobre este aspecto, passo a tecer minhas próximas considerações.

Referir-se ao local significa indicar um espaço restrito, “bem delimitado, no interior do qual se desenrola a vida de um grupo ou de um conjunto de pessoas” (ORTIZ, 2003, p.58). O local remete, vincula-se, ao território mais familiar, mais próximo e, portanto, mais reconfortante, pois mais conhecido e “autêntico”. A busca por raízes identitárias é perpassada pela idéia de que uma identidade sempre está configurada genuína e essencialmente, em um território local. Nesta direção, o desenraizamento, como argumenta Ortiz (2003), é visto como perda, como algo perigoso, como uma ameaça à identidade consolidada em um solo familiar e tradicional.

Da mesma forma que o local, o território nacional pressupõe um espaço bem delimitado, com fronteiras bem estabelecidas, limites precisamente fixados. Porém, ele é relativo a um espaço mais amplo, uma *invenção*, como diria Benedict Anderson (1993), partilhada por uma coletividade. O território nacional – para se constituir enquanto tal – *exige* a construção de uma memória. Em uma outra publicação, Ortiz (1994b) argumenta que a memória nacional seria da ordem da ideologia, isto é, ela seria o produto da história social, não da ritualização da tradição (p.135). Neste sentido, a memória nacional não seria propriedade de nenhum grupo específico, ela se imporia como um universal a todos os grupos. Assim, o nacional seria um discurso de segunda ordem e não um prolongamento dos valores populares (na tradição popular residiriam, segundo o autor, os discursos de primeira ordem na constituição das identidades). A memória *nacional* e a identidade *nacional* são elementos que, juntos, derivam de uma construção de segunda ordem, pois elas dissolveriam “a heterogeneidade da cultura popular na univocidade do discurso ideológico” (p.138). Nesta direção, o processo de construção de uma identidade nacional fundamenta-se sempre em uma interpretação.

De qualquer forma, o “local”, o “nacional” e, também, o “global” se estabelecem a partir de um ordenamento entre diferentes níveis. Ao nos valermos de tais noções para estudarmos o território precisaremos, necessariamente, nos remeter às suas relações, ou seja, a pensar como o local se relaciona com o nacional e esses com o global. Ao seguir nessa direção tratar-se-ia, quem sabe, de questões interessantes, mas gostaria, seguindo as pistas de Ortiz (2003), de propor um outro movimento analítico, que, inclusive, provocaria um deslocamento na idéia de que tais territórios (local, nacional, global) possam ser claramente separados em suas fronteiras, e configurados dentro de estreitos limites. Somente territórios definíveis em suas bordas e contornos poderiam ser relacionados e, inclusive, mapeados em suas interferências e contaminações.

Longe de construirmos uma análise que possa configurar oposições e dualidades, por exemplo, relacionáveis entre o local e o nacional, Ortiz (2003) propõe que pensemos o território “como um conjunto de planos atravessados por processos sociais diferenciados” (p. 61). Nesta direção, não existiria uma oposição imanente entre diferentes territórios (mais estritos ou mais amplos), mas atravessamentos de ordens diferentes, que precisam ser estudados em suas materialidades contingentes a cada territorialidade. Em outras palavras, o território seria “o cruzamento de diferentes linhas de força no contexto de uma situação determinada” (p. 65). Cabe destacar que cada espaço possui atravessamentos diferenciados ou,

ao menos, com pesos e legitimidades distintas. Assim, cada território pode ser pensado como constituído, ao mesmo tempo, pelo local, pelo nacional, pelo global; contudo, as margens de cada um deles configuram-se impossíveis de serem delimitadas. Antes de querer marcar o que de local, de nacional e de global há em um território, ou, ainda, de buscar enxergar as relações entre eles, impõe-se uma tentativa de analisar os modos como o território em estudo foi sendo *preenchido* de pessoas, de histórias, de símbolos, enfim, de significações em um momento específico, em uma circunstância precisa.

Em resumo, o foco deste capítulo é o exame do modo como o *preenchimento* do território amazônico foi sendo instituído no início do século XX, a partir da literatura *euclidiana*. E, como estudaremos, tratava-se, efetivamente, de preenchê-lo eliminando seu estado desértico, preenchê-lo através da ocupação e da fixação em seu solo de uma raça tipicamente brasileira, preenchê-lo condenando o nomadismo dos agrupamentos humanos que por lá se estabeleciam, preenchê-lo integrando-o à nação republicana do Brasil, pois o território amazônico daqueles tempos era familiar, mas, ao mesmo tempo, estrangeiro.



Nos capítulos anteriores centrei minhas análises em dois eixos, isto é, em duas estratégias *euclidianas* que configurei como operações discursivas que visavam uma integração do território amazônico à nação brasileira: 1) a configuração da Amazônia como um território desencantado; 2) a produção de uma raça tipicamente brasileira constituída como capacitada a ocupar e fazer prosperar a floresta.

Estes dois eixos analíticos se enlaçam intimamente, pois somente um território desencantado poderia ser transformado e integrado a uma florescente nação republicana. Em outras palavras, naquele tempo inaugural da República além de passar-se a ver a exuberante floresta como desencantada (isto é, limpa das narrativas européias que a tinham maculado durante séculos com narrativas de encantamento e, portanto, de paralisia e de vivaz monotonia), era também necessário enxergar a Amazônia como necessitando de uma transformação, de uma integração ao território já escriturado da nação. Desencantá-la para

jogá-la aos braços de uma raça tipicamente nacional, capacitada a desenvolvê-la, a fazê-la prosperar e, também, a incluí-la, de uma vez por todas, ao território brasileiro.

Esse é, então, o terceiro eixo analítico dessa tese: um exame acerca dos modos como se foi instituindo, através das narrativas *euclidianas*, a Amazônia como um território nacional no início do século XX. Desenvolvo minhas análises detendo-me, separadamente, em questões que articuladas compõem aquilo que estou chamando de uma missão pedagógica e política para a floresta: a instituição do território nacional através do *preenchimento* do território amazônico. Primeiramente, gostaria de registrar que, mesmo estando em processo uma configuração discursiva da floresta como nacional, a Amazônia também passou a ser vista, de forma perturbadora e anacrônica, ao mesmo tempo, também, como um território estrangeiro. Nas palavras de Euclides da Cunha (1999a):

Naqueles lugares, o brasileiro salta: é estrangeiro: e está pisando terras brasileiras. Antolha-se-lhe um contra-senso pasmoso: à ficção de direito estabelecendo por vezes a extraterritorialidade, que é a pátria sem terra, contrapõe-se uma outra, rudemente física: a terra sem a pátria (p. 07).

Destacar a Amazônia com essa conformação de um território ao mesmo tempo familiar e estrangeiro (que faz do brasileiro estrangeiro em suas próprias terras) diz respeito a uma operação analítica que implica ver a floresta como constituída por uma narrativa tecida em processos de hibridação, ou seja, em vê-la como produzida a partir de diferentes *lugares* não excludentes, mas atuantes, conjuntamente, na produção discursiva da Amazônia. E esta é uma dimensão que em outras vertentes teóricas poderia até mesmo ser entendida como contraditória. Na passagem acima destacada importa salientar que sacar a floresta de seu profundo esquecimento, de seu angustiante abandono, que a tornava um território estrangeiro em plena nação (e que fazia das *gentes* brasileiras estrangeiros em seu próprio território), foi uma pretensão do viajante e escritor Euclides da Cunha. A configuração da floresta amazônica como oscilando em suas significações entre um território tido como familiar (como brasileiro) e, ao mesmo tempo, estrangeiro, fazia parte de uma estratégia *euclidiana* de chamamento da atenção dos leitores (os brasileiros da nação), para o abandono daquele território (e também dos brasileiros migrantes àquelas terras), que não podia nem mesmo ser

considerado como plenamente brasileiro. Como disse Euclides da Cunha (1999a) com relação à migração sertaneja à floresta naqueles anos inaugurais da República:

Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido (p. 33-34).

Visando inverter tal processo de expatriação quer seja do sertanejo-brasileiro, quer seja da própria Amazônia, ou seja, para a efetiva promoção de uma nacionalização da floresta (que abarcaria não tornar estrangeiro o brasileiro daquelas terras) era preciso pensar, organizar e controlar a ocupação sertaneja naquelas paragens, pois era das mãos desses acabocladados sertanejos que a floresta seria integrada definitivamente à nação. Nesta direção argumentativa, mostro, na primeira parte desse capítulo, a agonia da ocupação brasileira na floresta sendo produzida, esculturalmente, através da narrativa *euclidiana* de um sábado de aleluia vivenciado pelos sertanejos em plena Amazônia. Depois, centro minhas argumentações em duas políticas que se faziam necessárias nesse processo de instituição da Amazônia como território nacional.

Sem dúvida, os “ensinamentos” sobre a floresta que emergem na literatura *euclidiana* também podem ser tomados como políticos. A instituição de um olhar nacional para a floresta – que passou anteriormente por sua configuração como uma terra desencantada, ao mesmo tempo em que exuberante, como uma terra estrangeira ao mesmo tempo em que familiar e como uma terra que *clamava* ser ocupada e transformada produtivamente por uma raça tipicamente nacional –, também pode ser vista como uma pretensão política de transformação, de integração e de promoção do progresso daquele longínquo território. Contudo, havia grandes barreiras que necessitavam ser vencidas urgentemente, para que a Amazônia exuberante, desencantada, estrangeira e familiar pudesse ser plenamente ocupada pela raça sertaneja (essa por sua vez deveria ser assistida pelo Estado, para também rumar à civilização) e para que, com isso, se avistasse, em um futuro próximo, sua integração à nação, sua transformação produtiva e seu progresso. Quais seriam, portanto, as barreiras que

necessitavam ser vencidas? Em outras palavras, quais as ações políticas mais urgentes que deveriam ser colocadas em operação na Amazônia, para que o sertanejo-seringueiro pudesse, enfim, fazê-la *florescer*?

Seria necessário considerar, no mínimo, duas vitórias obtidas sobre o *sertão amazônico* para atender a sua efetiva instituição enquanto território nacional. Era necessário *vencer* o deserto a que estaria entregue a floresta daquele tempo e, também, *vencer* o nomadismo como a principal forma de ocupação, de *preenchimento* do território amazônico, sobretudo desencadeada por grupos humanos não-brasileiros.

Será sobre essa missão pedagógica e política de conquista e vitória sobre o deserto e de controle de uma ocupação nômade do território, que articularei a segunda parte deste capítulo. Pode parecer imprópria essa divisão, já que as duas questões se articulam em uma mesma política, pois vencer o deserto e o nomadismo era assegurar uma ocupação, um *preenchimento*, que permitisse à floresta uma integração à nação e um progresso produtivo e civilizado à Amazônia. Contudo, considero necessária essa separação para melhor construir meus argumentos, bem como, para tramá-los com os próprios escritos de Euclides da Cunha.

Logo de início, no entanto, é necessário enfatizar mais uma vez que as questões relativas ao nomadismo e ao deserto articulam-se à mesma estratégia política de associação da Amazônia às narrativas de progresso do país. Torná-la enredada aos desenvolvimentos social e econômico da nação é a missão política central da cruzada *euclidiana* (e de outros viajantes como Cândido Rondon e Oswaldo Cruz) pela floresta naqueles tempos inaugurais da República. Em outras palavras, inscrever a floresta na história da nação passava nos projetos empreendidos por esses sujeitos pela luta contra o nomadismo e o deserto.

6.1 A escultura de um grito na Amazônia brasileira⁵⁸

Nesta seção, farei uma análise do texto narrativo intitulado ‘Judas-Asvero’, de Euclides da Cunha. Este é o único artigo de cunho notadamente narrativo que foi incluído

⁵⁸ Uma versão muito preliminar dessa seção foi apresentada como trabalho de conclusão do Seminário Avançado “Pedagogias das Narrativas”, ministrado pela professora Rosa Hessel Silveira, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, no primeiro semestre de 2004.

pelo autor em seu livro *À Margem da História* (publicado em 1909), que reúne os materiais derivados da viagem que realizou à Amazônia em 1905. Como destaca Milton Hatoum (2002), “dentre os textos publicados na primeira parte de *À Margem da História* [justamente naquela onde se encontram seus ensaios amazônicos], ‘Judas-Asvero’ é o que mais se desvia de uma análise geográfica ou histórico-social da Amazônia” (p.318). A construção narrativa desse texto *euclidiano* é bastante salientada pelos críticos que se debruçam sobre suas produções relativas à floresta. Hatoum (2002), por exemplo, ressalta o caráter “pitoresco” da narrativa, o que a torna muito diferenciada dos ensaios interpretativos escritos por Euclides da Cunha sobre a Amazônia. Em um importante livro de interpretação da viagem *euclidiana* à floresta, Leandro Tocantins (1978) também destaca esse tom “pitoresco” da narrativa em ‘Judas-Asvero’. E mais, essa singularidade que o texto apresentaria em relação aos demais teria levado o autor a se debater em dúvidas sobre a sua inclusão em *À Margem da História*. Segundo Tocantins (1978), foi Coelho Neto que em carta endereçada a Euclides da Cunha teria sentenciado que ‘Judas-Asvero’ fora o que de melhor o autor teria escrito sobre a floresta (carta que teria sido definitiva para que fosse consumada sua inclusão naquela que considero ser a principal publicação *euclidiana* sobre a Amazônia).

Faço essas considerações iniciais para marcar dois aspectos que vejo estarem relacionados no texto que será examinado nesta seção. Primeiramente, seu caráter singular frente a outros textos amazônicos escritos pelo mesmo autor. E essa singularidade estaria marcada, exatamente, por ele ter um caráter narrativo. O segundo aspecto é que o tom da narrativa nele assumido, segundo os dois importantes leitores da obra amazônica de Euclides da Cunha que destaquei anteriormente, está qualificado como “pitoresco”.

Esse tom “pitoresco” da narrativa diz respeito, embora pareça óbvio afirmar, aos elementos que seriam notadamente pictóricos na cena sob a mira do escritor-narrador. Como se aquilo que estava para ser narrado pudesse ao mesmo tempo ser pintado ou esculpido. Uma cena que seria própria para um trabalho escultural ou pictórico voltado à intenção de sua visualização. Literariamente, então, essa cena não poderia ser apresentada por um ensaio interpretativo (como, volto a sublinhar, são os demais textos *euclidianos* sobre a Amazônia), mas por uma estrutura textual que pudesse dar conta de marcar mais agudamente aquilo que estaria ocorrendo nas margens do rio Purus em plena floresta amazônica. E será a narrativa, com sua possibilidade de expressão artística, que foi escolhida pelo autor para fortalecer e dramatizar o cenário apresentado e seus acontecimentos. Quero argumentar que a narrativa em questão, embora potencializada por um tom literário que estaria aproximado de um

trabalho escultural e pictórico, diz respeito a uma cena que teria, mesmo, acontecido nos interstícios de uma floresta tropical quase impenetrável. Ou seja, ao mesmo tempo em que a narrativa necessitava ser marcada por elementos que lhe dessem certa veracidade (destacarei tais aspectos logo adiante no texto), ela se tornou fortalecida, salientada, ressaltada e ampliada pelo tom “pitoresco” que confere uma dramaticidade e, inclusive, certo suspense ao acontecimento.

Sem dúvida, é preciso considerar que a linguagem de Euclides da Cunha, tanto no livro *Os Sertões* quanto em seus ensaios amazônicos, está marcada por uma dose considerável de dramaticidade tanto na narração das ações humanas como também na descrição da natureza, a qual assume inclusive um papel ativo no desencadeamento dos acontecimentos. Como argumenta Hatoum (2002), “em quase tudo há conflito e tensão, enfatizados pela força expressiva da linguagem” (p. 321). Nicolau Sevckenko (2003) argumenta que a linguagem *euclidiana* compõe um drama em que as personagens são, muitas vezes, os próprios agentes naturais. Se esta dramaticidade percorre a obra de Euclides da Cunha, seus ensaios amazônicos revestem-se (principalmente os inseridos no Relatório que fez sobre sua viagem à floresta), em alguns momentos, de uma linguagem mais “científica” (e de inspiração positivista) que “artística”. Porém, ‘Judas Asvero’ eleva à enésima potência a carga dramática da narrativa vista, pelos críticos que invoquei anteriormente, como inerente à linguagem *euclidiana*.

Em uma parte de ‘Judas-Asvero’, na qual é descrita a construção pelo seringueiro, no Alto Purus, de um boneco de Judas Iscariotes, é possível acompanhar o tom “pitoresco” e dramático da narrativa conforme venho destacando:

(...) [o seringueiro] salienta-lhe e afeiçoa-lhe o nariz; reprofunda-lhe as órbitas; esbate-lhe a fronte; acentua-lhe os zigomas; e aguça-lhe o queixo, numa massagem cuidadosa e lenta. (...) Recua meia dúzia de passos. Contempla-a durante alguns minutos. Estuda-a. Em torno a filharada, silenciosa agora, queda-se expectante, assistindo ao desdobrar da concepção, que a maravilha. Volta ao seu homúnculo: retoca-lhe uma pálpebra (...) Novo recuo, compassado, lento, remirando-o, para apanhar de um lance, numa vista de conjunto, a impressão exata, a síntese de todas aquelas linhas (...) Novos retoques, mais delicados, mais cuidadosos, mais sérios: um tenuíssimo esbatido de sombra, um traço quase imperceptível na boca refogada, uma torção insignificante no pescoço engravatado de trapos... E o monstro, lento e lento, num transfigurar-se insensível, vai-se tornando em homem. Pelo menos a ilusão é empolgante (CUNHA, 1999c, p.55).

O escritor-narrador escreve como se estivesse esculpindo a cena, ao mesmo tempo em que empresta ao seringueiro um atributo de artista (HATOUM, 2002). Este, então, molda paulatinamente em estátua um corpo-boneco que minuciosa e delicadamente vai se tornando *vivo*. Os detalhes narrados nessa composição do espantalho criam uma atmosfera “pictórica” bastante dramática, mas, também, uma sensação de veracidade é fornecida à narrativa, pois a cena é contada como se o escritor-narrador a estivesse assistindo. E isso pode ser visto através das descrições minuciosas dos movimentos corporais – dos dedos, das mãos, das pernas, dos olhos – do seringueiro-artista e, ainda, da referência aos olhares atentos das crianças-espectadoras. Mas isso não se esgota, apenas, nesse aspecto intrínseco à narrativa: a veracidade do testemunho da cena narrada; essa está articulada, também, ao fato do escritor-narrador ter estado, mesmo, viajando (como já indiquei anteriormente em uma viagem oficial que foi uma missão “científica” de delimitação territorial) por aquela região e ter incontestemente autoridade (como também já referi, Euclides da Cunha já era um consagrado literato brasileiro) para escrever e para publicar aquilo que presumidamente presenciara.

A partir do trecho destacado, é possível ainda tecer mais algumas considerações para fortalecer um pouco mais o argumento de que o escritor-narrador teria assistido a cena que está narrando. Mas não apenas isso. Ele a pinta através das palavras que vão preenchendo suas folhas em branco. Narra-a como se tudo pudesse ver. Como se dela fizesse parte, mas, ao mesmo tempo, também nela não interferisse. O escritor-narrador é um artista que se coloca ao lado da cena: contempla-a e, imediatamente, no instante mesmo dos acontecimentos, vai preenchendo de letras seu caderno, como um pintor inundaria de cores e de traços uma tela em branco, ou um escultor esculpiria e daria forma a uma matéria prima inerte. Quem vê e quem narra, no texto em questão, é, então, apenas, o narrador. É o ponto de vista do escritor-narrador-artista que está sendo apresentado através da narrativa, pois, segundo Yves Reuter (2002), o narrador “é fundamentalmente constituído pelo conjunto de signos lingüísticos que dão uma forma mais ou menos aparente àquele que narra a história” (p.19). Assim, o escritor quase sempre não se confunde com o narrador (pelo menos em uma análise interna da narrativa). No caso da narrativa em foco nessa seção, enfatizo que escritor e narrador tornam-se híbridos, ou seja, que eles se embaralham de uma forma tal que dificilmente é possível dizer se é o escritor (o sujeito de carne e osso que escreve) ou o narrador (a criação literária do

escritor) que está na história. Tal estratégia parece ser importante para, ao mesmo tempo, conferir veracidade e dramaticidade aquilo que está sendo contado.

Feitos esses comentários, torna-se imprescindível, agora, apresentar ao leitor e à leitora desta tese o enredo da narrativa em questão. Segundo Culler (1999), um enredo pode ser visto como constituído pelas próprias narrativas, pois que um mesmo enredo pode ser contado de diferentes formas. No caso do texto aqui em destaque, posso dizer que se trata de uma trama já tantas vezes narrada em outras instâncias (a malhação do Judas), mas contada de forma singular no texto *euclidiano*. Novamente, seguindo as pistas fornecidas por Culler (1999), vale destacar que um enredo também pode ser entendido como algo que é inferido pelos leitores a partir do texto. Nesse caso, acredito que também tenho participação na produção da urdidura que aqui está sendo *produzida* e analisada.

O enredo de uma narrativa também “é um modo de dar forma aos acontecimentos para transformá-los numa história genuína” (CULLER, 1999, p.86). Assim, em uma escritura dramática, o escritor-narrador cria, a partir de um evento já tantas vezes narrado como a malhação do Judas, uma história assombrosa e terrivelmente triste que, devido à sua peculiaridade na narrativa de Euclides da Cunha, precisa ser novamente contada a *todos* os brasileiros naquele início do século XX. Nesse sentido, posso dizer que o *narratário*⁵⁹ da história pode ser visto, talvez, como sendo os brasileiros daquela que era uma ainda incipiente República do Brasil. No caso de ‘Judas-Asvero’, o *narratário* não é aparente na história, não está simplesmente lá, ou seja, não é visivelmente designado. Por isso, pode ser facilmente confundido com o leitor do texto. Porém, não se trataria, quem sabe, de tecer uma análise que busque marcar as diferenças entre leitor e *narratário*. Talvez, em ‘Judas-Asvero’, *narratário* e leitor (como entre o escritor e o narrador) embarquem-se, misturem-se, tornem-se híbridos. Quem está na narrativa sendo conformado para escutar aquela história, composta para narrar uma espécie de grito agudo do seringueiro nos rincões de uma floresta desértica, é o brasileiro (principalmente aquele brasileiro letrado incrustado no governo republicano e responsável por fornecer condições para o progresso da nação). Esse sujeito que vive nos territórios já inscritos da nação brasileira, ou seja, nos lugares já repletos de urbanidade e civilização. A narrativa, ao mesmo tempo em que, internamente, através da sua estrutura que dramatiza as condições de vida dos seringueiros na floresta (seu grito agudo, seu sofrimento, sua angústia

⁵⁹ O *narratário*, segundo Yves Reuter (2002), “é quem, *no texto*, escuta ou lê a história” (p.20). O *narratário*, ainda segundo Reuter (2002), não poderia, em uma análise interna da narrativa, ser confundido com o leitor do texto (aquele que funcionaria como seu receptor). A existência do leitor estaria situada em um não-texto, enquanto que o *narratário* estaria articulado à estrutura interna da narrativa, ou seja, seria inerente ao texto.

por melhores dias), marca o brasileiro como *narratário*, faz dele, também, o presumível leitor da história.

Retomando minhas considerações sobre o enredo dessa narrativa, quero marcar que Euclides da Cunha narra todo o processo, do seu início ao seu fim, da malhação do Judas em um sábado de Aleluia vivido pelos seringueiros (sertanejos migrantes) do Alto Purus, na Amazônia do início do século XX. E inicia sentenciando: “no sábado de Aleluia os seringueiros do Alto Purus desforram-se de seus dias tristes” (CUNHA, 1999c, p.52). Sua primeira intenção, logo no início da narrativa, é mostrar a situação calamitosa em que vive o seringueiro, seu drama cotidiano. Nas palavras do escritor-narrador:

Toda a semana santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúria, (...) que lhes parecem uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora (p.52).

E consideram, absortos, que esses sete dias excepcionais, passageiros em toda a parte (...) lhes são, ali, a existência inteira, monótona, obscura, dolorosíssima e anônima, a girar acabrunhadamente na via dolorosa inalterável, sem princípio e sem fim, do círculo fechado das ‘estradas’ (p.53).

Mas não se rebelam, ou blasfemam. O seringueiro rude, ao revés do italiano artista, não abusa da vontade de seu deus desmandando-se em convícios. É mais forte; é mais digno. (...) Não murmura. Não reza. (...) Ali - é seguir, impassível e mudo, estoicamente, no grande isolamento da sua desventura (p.53).

É esse grito agudo, mas silencioso e penitente, do seringueiro, que vai sendo esculpido através do texto de Euclides da Cunha. E o boneco do Judas, malhado naquele sábado, vai sendo construído pelo seringueiro para que este possa vingar-se de si mesmo. Como diz Euclides da Cunha (1999c), “é um doloroso triunfo. O sertanejo [seringueiro] esculpiu o maldito à sua imagem” (p.55). Vinga-se de sua desventura por migrar àquele território caótico, hostil e desértico, para tentar ganhar a vida na extração da borracha. O que conseguiu foi, apenas, escravizar-se. Em mais um trecho do texto é possível contemplar a indignação de

Euclides da Cunha com a situação a que o cerne racial da nossa nacionalidade estava submetido:

(...) só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, maniatado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem - e este pecado é o seu próprio castigo, transmudando-lhe a vida numa interminável penitência. O que lhe resta a fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a, nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua... (...) Mas o mostrengo de palha, trivialíssimo, de todos os lugares e de todos os tempos, não lhe basta à missão complexa e grave. (...) Faz-se-lhe mister, ao menos, acentuar-lhe as linhas mais vivas e cruéis; e mascarar-lhe no rosto de pano, a laivos de carvão, uma tortura tão trágica, e em tanta maneira próxima da realidade, que o eterno condenado pareça ressuscitar ao mesmo tempo que a sua divina vítima (p. 54).

Após marcar a condição calamitosa em que vive o seringueiro na Amazônia, Euclides da Cunha narra minuciosamente o processo de construção do boneco, conforme já salientei anteriormente. Depois de sua feitura, o espantalho-seringueiro é solto no rio. Vai descendo e recebendo tiros e pedradas de todos que participam daquele momento de desforra. Além disso, outros bonecos vão se juntando no caminho. O rio é a estrada que levará o infortúnio do seringueiro, condensado no espantalho criado a sua imagem e semelhança, para ser visto por *toda a terra*. “O rio que lhe passa à porta é uma estrada para toda a terra. Que a terra toda contemple o seu infortúnio, o seu exaspero cruciante, a sua desvalia, o seu aniquilamento iníquo” (CUNHA, 1999c, p. 56). E a “terra toda” que o escritor-narrador refere-se é o Brasil. Como já salientei, são os brasileiros que precisam ver as penúrias daquele que condensa a brasilidade em uma identidade racial tipicamente nacional, mas que se encontra em condições quase de escravidão e esquecimento.

Este é, resumidamente, o enredo da narrativa em foco nesta seção. Aqui o apresentei (e de certa forma participei também de sua construção), buscando destacar os modos como essa história vai sendo contada. Porém, como salientam Maria Eugenia Contursi e Fabiola Ferro (2000), “o problema não é somente como se escreve a história, mas o uso social que se faz dela” (p.72). E, sem dúvida, esta é uma história construída e contada para um uso social específico e politicamente engajado: dotar os seringueiros de condições propícias de trabalho,

pois se presumia estarem neles as possibilidades, inclusive raciais, de tirar a Amazônia da sua condição desértica e abandonada e, portanto, inscrevê-la na história da nação brasileira.

Muito ainda haveria para ser analisado no texto ‘Judas-Asvero’ de Euclides da Cunha e gostaria de finalizar essa seção apresentando, sumariamente, algumas dessas possibilidades. Também quero destacar alguns aspectos referentes ao título da narrativa em questão.

Antes de comentar o título do texto, destaco duas perguntas, entre as muitas oferecidas por um interessante ensaio de Ken Plummer (1993), que, ainda, poderiam inspirar muitas reflexões e desmembramentos investigativos sobre a narrativa que estou analisando. Plummer (1993) pergunta, por exemplo, sobre o “que faz pessoas darem voz a uma história em um determinado momento histórico?” (p. 339). Acredito que alguns aspectos relacionados a esse questionamento já foram inicialmente focalizados neste capítulo, pois, como estarei argumentando no decorrer do mesmo, o que estava em jogo era a instituição do território nacional. Ainda seguindo as indagações do autor, ressalto mais uma questão: “uma vez contadas, que funções podem ter tais histórias na vida das pessoas e das sociedades?” (p.339). E articulada a essa última pergunta, Plummer (1993) sentencia: “uma voz sem ouvinte é o mesmo que o silêncio” (p.339). Concordando com o autor, procurei mostrar, talvez de forma insistente, que o *narratário*-leitor do texto de Euclides da Cunha seria os próprios brasileiros.

Passo, então, agora, a finalizar esta seção com alguns comentários sobre o título da narrativa *euclidiana*. Em um momento anterior, chamei o boneco que estava sendo configurado pelos seringueiros de Judas Iscariotes. Esse espantalho representa o apóstolo traidor de Jesus Cristo e tido como responsável pela sua morte por entregá-lo aos romanos. Sem dúvida, a narrativa *euclidiana* refere-se a essa história e, principalmente, às malhações do boneco de Judas Iscariotes, tradição trazida da península Ibérica para o Brasil e que já foi muito popular, sobretudo no interior do país⁶⁰. Tais encenações são realizadas sempre no Sábado de Aleluia, dia posterior à crucificação e antes da ressurreição, tradicionalmente realizadas para vingar a morte de Jesus. Porém, resta saber, ainda, sobre a significação dada ao sobrenome ‘Asvero’ que fornece o título à narrativa. Parece haver uma sobreposição de duas histórias, que talvez até possam ser vistas como duas “mitologias” diferentes. Uma seria essa, que acabei de registrar relativamente à figura do Judas Iscariotes. A outra, exige uma explicitação que passo a compor de forma sucinta.

⁶⁰ Artigos do Jornal “A Tribuna” de Santos/SP sobre a malhação do Judas, coligidos e publicados em um *site* na *internet* [www.novomilenio.in.br/santos/h0016.htm], mostram que, já no final dos anos 1970, as práticas de malhação do boneco de Judas vão, paulatinamente, desaparecendo nas grandes cidades brasileiras e se restringindo a algumas comunidades interioranas.

Segundo Francisco Foot Hardman (2001), os relatos do Judas-Asvero⁶¹ se tornaram populares na Idade Média. Essa personagem, que apresentaria inúmeras variações, estaria de certa forma associado ao mito do Judeu Errante, “condenado ao eterno degredo e a não morrer antes do Juízo Final, por ter blasfemado contra o Cristo a caminho do calvário” (p. 47). O autor salienta que essa mitologia sofreu com o movimento romântico nos séculos XVIII e XIX uma transformação que a dotou de significações positivas (a liberdade do viajante e a sua imortalidade). Porém, em Euclides da Cunha há um sentido trágico associado a tal figura.

A hibridação que promove o escritor entre um costume, uma prática advinda dos colonizadores do Brasil e da América Latina, com o “mito” do judeu errante parece ter sido considerada apropriada pelo viajante, para constituir uma espécie de aviso (em forma de um grito agudo) aos brasileiros daqueles tempos. Euclides da Cunha cria, nesse processo de hibridação, uma outra “mitologia”. Os seringueiros malharam a si próprios através do boneco que confeccionaram e, nessa ação, malharam, também, a própria República pela condição de abandono a que permitia estarem submetidos. Além disso, estes destemidos brasileiros (nas palavras do autor) migraram à “terra prometida”, isto é, à Amazônia, afugentados pela seca e pela miséria, buscando melhores condições de vida na extração da borracha (que vivia um *boom* econômico naquela época). Atravessar a floresta em busca da “terra prometida” e colonizá-la *preenchendo* derradeiramente seu território de brasilidade, essas foram as “quase-heróicas” sagas sertanejas daqueles tempos. Heroísmo interrompido, ou no mínimo adiado, pela calamitosa condição a que estavam submetidos na floresta.

Além disso, o boneco de Judas (do próprio sertanejo) não foi malhado preso em uma árvore, fixado em algum mastro (como eram a maioria das ações mais comuns desse costume), mas seu apedrejamento se deu quando ele foi solto nas corredeiras de um rio amazônico. Foi descendo as correntezas das águas turvas amazônicas que o boneco em sua vivaz aparência foi sendo apedrejado. Malha-se também, através desse procedimento, a errância, o deslocamento, o nomadismo da ocupação amazônica daqueles tempos.

O seringueiro-sertanejo está condenado, tal como o espantalho-seringueiro que desce o rio, a ser, sempre, um errante, a estar sempre em viagem, a estar sempre em uma terra que, embora familiar (pois se trata de um território brasileiro), é, também, ainda, uma terra estrangeira. Sem dúvida, uma perplexidade se instaura, talvez, no escritor-narrador, mas,

⁶¹ Na edição de *À Margem da História* com que estive trabalhando, o título do texto está grafado como ‘Judas-Asvero’. Em Hardman (2001) e em Hatoum (2002) aparece escrito como ‘Judas-Ahsverus’. Neste trabalho sigo a grafia apresentada no texto de Euclides da Cunha, em edição de 1999.

certamente, também, no leitor-escritor dessa tese. A Amazônia *euclidiana* é uma terra ao mesmo tempo estrangeira e familiar. Em seu solo está vivendo o cerne racial de nossa brasilidade, todavia condenado tanto pela natureza como pela civilização a ser um errante a espera do Juízo Final, ou seja, um ‘Judas-Asvero’.

Para vencer este infortúnio a que estava submetido o sertanejo-seringueiro, seria necessário, entre outras coisas, colocar em ação duas estratégias: primeiramente vencer a forma nômade de ocupação do território amazônico e, ao mesmo tempo, ir preenchendo-o de brasilidade e de civilização, retirando a floresta do estado desértico em que se encontrava. Será exatamente sobre tais estratégias políticas *euclidianas* que passo a comentar nas seções subseqüentes.

6.2 A primeira política *euclidiana*: vencer o nomadismo⁶²

Na formação da sociedade disciplinar, sobretudo a partir do final do século XVIII, esteve em jogo um conjunto de técnicas (as disciplinas) operando na direção de ordenar e governar as multiplicidades humanas. Como analisa Michel Foucault (2003), as artes de governo da população no contexto de uma sociedade ocidental disciplinar emergem, exatamente, quando esta (a população) passa a ser um problema a ser enfrentado e gerido. Alguns aspectos que se tornam latentes enquanto objetivos do governo⁶³ da população seriam: como melhorar a sua sorte, “aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (p.289). A população emerge como uma espécie de *sujeito* repleto de necessidades. Nesta direção, a disciplina aparece como um conjunto fundamental de técnicas articuladas para este fim.

⁶² Uma versão preliminar dessa seção foi apresentada como trabalho de conclusão do Seminário Avançado “Educação e Política”, ministrado pela professora Norma Marzola, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, no primeiro semestre de 2005.

⁶³ Uso, aqui, o conceito de governo no sentido atribuído por Veiga-Neto (2002) a partir dos estudos de Michel Foucault. O termo governo, segundo o autor, torna mais vigoroso e acessível o duplo entendimento atribuído à palavra governo na perspectiva foucaultiana (p. 17). Sem querer prolongar essa discussão, governo, então, se refere às práticas que podem ser exercidas por um conjunto amplo e disseminado de instâncias, não, apenas, a do Governo estatal, sobre os corpos. Tal conceito, então, está ligado à direção (ao governo) das condutas dos indivíduos.

A essas artes diferenciais de governo, não entendidas como reduzidas a uma ação centralizadora do Estado, mas disseminadas por todo o tecido social, Foucault (2003) chamou de *governamentalidade*. Em resumo, as artes de governo são práticas múltiplas, “na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo” (p. 280).

Para um efetivo e econômico governo de uma população será necessária, portanto, uma operação de técnicas disciplinares que busquem fixá-la (caso estejamos falando de uma população flutuante e errante, como se deu na França com a explosão demográfica do século XVIII), ou seja, que se institua um processo de antinomadismo (Foucault, 1986, p.191). A disciplina fixa, “ela imobiliza ou regulamenta os movimentos” (p.192). É sobre este aspecto que quero centrar minhas questões nesta seção. É preciso considerar, contudo, que as artes de governo e as técnicas disciplinares não se reduzem a certa operação de fixação, de enquadramento, de antinomadismo, mas será, apenas, este aspecto que estarei abordando neste capítulo.

Para seguir adiante, pretendo estabelecer, inicialmente, algumas conexões entre esta necessidade de fixação para um melhor e mais minucioso governo da população e algumas questões encontradas em *textos* escritos, sobretudo, em 1904, por Euclides da Cunha a respeito da Amazônia. Tais *textos* foram publicados, em sua maioria, em importantes jornais brasileiros da época e posteriormente incluídos em um livro intitulado “Contrastes e Confrontos” (refiro-me à maioria dos escritos *euclidianos* trabalhados nessa seção). Neles é possível ler certo ‘ideal’ político, bastante em voga naquele período da Primeira República brasileira. Em suma, tratava-se de combater o nomadismo, a errância de algumas populações amazônicas (as tribos selvagens e os peruanos que extraíam o caucho) e defender o estabelecimento de uma população fixa, capaz de fazer progredir aquele território e, de uma vez por todas, integrá-lo à nação brasileira. Nas palavras de Euclides da Cunha (1999a):

Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o (...). A adaptação exercita-se pelo nomadismo (...). Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam, há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril (p. 12).

A civilização estaria *cobrando* de Euclides da Cunha uma imprescindível vigília constante às formas de ocupação no país (Capela, 2004), como as que estavam em voga na Amazônia daqueles tempos inaugurais da República. Não se poderia, simplesmente, ocupar de qualquer jeito aquelas paragens longínquas e desérticas. Nem se poderia defender uma ocupação nômade que deixava somente marcas provisórias e estrangeiras no território, pois faria o deserto vencer a luta que contra ele se deveria impor a República brasileira. Era necessária a defesa de uma ocupação que promovesse paulatinamente cicatrizes de civilização e de brasilidade na floresta. Antes de prosseguir, passo a destacar mais um trecho do escritor-viajante:

(...) transmontada a segunda cadeia dos Andes, desdobra-se a natureza estável – sem catástrofe e sem ruínas – guardando intactas as forças criadoras, à espera das componentes prodigiosas do trabalho, e oferecendo, no remanso das culturas, na disciplina da atividade, adstrita a longos esforços consistentes, e na sugestão permanente da própria harmonia natural, a situação de parada que sempre faltou aos peruanos para que se lhes despertassem os notáveis atributos... (CUNHA, 1995j, p.178).

Nesta passagem, é possível ver explicitamente uma crítica contundente ao nomadismo visto quase como imanente aos peruanos extratores de caucho. É preciso considerar uma importante diferenciação entre o caucho (substância extraída pelos peruanos) e a seringa (látex conseguido pelos sertanejos-seringueiros brasileiros naquele início do século XX). Como destaca Mauro de Almeida (2004), “do lado dos seringueiros, na região que vai mais ou menos até onde passa hoje a fronteira entre Peru e Brasil, a floresta era rica em seringueiras, árvores de diferentes espécies pertencentes ao gênero *Hevea*. (...) Do lado dos caucheiros não havia seringueiras, mas árvores de *caucho*, pertencentes ao gênero *Castilloa*” (p.36). Os peruanos iam recolhendo o caucho de forma aleatória e móvel pela floresta. Vejamos sobre isso nas palavras do viajante:

O processo, (...), é rudimentar e rápido. Esgota-se em pouco tempo o cauchal mais exuberante; e como as castilhoas não se distribuem regularmente pelas matas, viçando em grupos por vezes bastante separados, os exploradores deslocam-se a outros rumos, reeditando quase sem variantes todas as peripécias daquela vida aleatória de caçadores de árvores (CUNHA, 1999b, p.42).

Uma vida aleatória repleta de peripécias, de movimentos imprevistos, de improvisos, era inaceitável para a integração e o progresso da nação brasileira. Uma vida aleatória e imprecisa de “caçadores de árvores” (tal como os peruanos eram vistos) não só era condenável, mas abominável, impensável para a vida dos sertanejos brasileiros na floresta daqueles tempos, sob pena do fracasso da integração da Amazônia ao país. Uma extração “burra”, porque incidental, episódica e aventureira não poderia ser a tônica do trabalho e da vida na Amazônia brasileira. Era preciso conter tal forma de extração e, para isso, exigia-se a separação territorial entre os peruanos e os brasileiros através da edificação de fronteiras precisas. Qualquer contaminação de tais peripécias na vida dos sertanejos/seringueiros/brasileiros seria desastrosa para o progresso da nação.

É preciso considerar também que a planta que fornece o caucho se diferencia bastante daquela que aprovisiona a borracha (embora tenham propriedades bioquímicas semelhantes, esta última produziria um látex de melhor qualidade). O caucho é extraído levando as plantas à morte, enquanto que as árvores que fornecem a borracha permitem inúmeros *sangramentos* antes do seu abatimento. Enquanto à primeira alia-se uma população errante, pois que depois de capturar o caucho de uma árvore se faz necessário sair em busca de outra aleatoriamente pela floresta, à outra se permite edificar uma população fixa, já que se pode organizar a extração da borracha por muito tempo em uma mesma localidade repleta de árvores. Em uma interessante passagem de um artigo escrito em 1906, intitulado “Entre os Seringais”, Euclides da Cunha (1995k) comenta esse processo de extrativismo da borracha na floresta:

Perdido na mata exuberante e farta, com o intento exclusivo de explorar a *hevea* apetecida, o seringueiro compreende, de pronto, que a sua atividade se debaterá inútil na inextricável trama das folhagens, se não vingar norteá-la em roteiros seguros, normalizando-lhe o esforço e ritmando-lhe o trabalho tão aparentemente desordenado e rude (p.558).

A floresta concede fartamente ao sertanejo-seringueiro sua matéria-prima, sua fonte de trabalho e, portanto, de sobrevivência. Porém, há uma necessidade premente de ser este um trabalho ordenado, pois apenas tornando-o econômico, no sentido que aprendemos com Foucault (2003), quer seja, de tirar o máximo proveito em um mínimo esforço, se poderá obter maiores ganhos. A população sertaneja emerge como carente de necessidades e de assistência. Nesse contexto, como destacou Foucault (2003) para outras situações, “nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população” (p.291). Nesta arte de governo, emergente já no século XVIII com o advento da noção de população, geri-la significa fazê-lo “em profundidade, minuciosamente, no detalhe” (p.291). Por isso a condenação peremptória do nomadismo, pois o governo dos sertanejos não podia ser articulado em uma conformação dispersiva. E, mesmo sendo a extração da borracha mais apropriada à fixação, ao enquadramento e ao ordenamento, ainda assim, a solidão sertaneja na floresta, na qual áreas vastíssimas eram exploradas por poucos sujeitos, apresentava-se como um grave problema. Nas palavras do viajante:

É o diagrama da sociedade nos seringais, caracterizando-lhe um dos mais funestos atributos, o da dispersão obrigatória. (...) O homem é um solitário. Mesmo no Acre, onde a densidade maior das seringueiras permite a abertura de 16 estradas numa légua quadrada, toda esta vastíssima área é folgadoamente explorada por oito pessoas apenas. Daí os desmarcados latifúndios, onde se nota, malgrado a permanência de uma exploração agitada, grandes desolamentos de deserto... (...). Ora, esta circunstância, este afrouxamento das atividades distendidas numa faina dispersiva, a par de outras anomalias, (...) contribui sobremaneira para o estacionamento da sociedade que ali se agita no afogado das espessuras, esterilmente – sem destino, sem tradições e sem esperanças – num avançar ilusório em que volve monotonamente ao ponto de partida, como as ‘estradas’ tristonhas dos seringais... (CUNHA, 1995k, p.560).

Embora esteja marcada nessa passagem uma preocupação quanto à dispersão inerente ao trabalho de extração da borracha, é preciso assinalar que tal labuta se alia de forma mais categórica com a necessidade de colocar a floresta amazônica na rota do progresso, da civilização, da integração e da prosperidade. Por outro lado, o nomadismo imanente à extração do caucho estaria ao lado da estagnação, da selvageria, da desordem e do abandono a

que se encontrava à floresta. Podemos ler tais condenações ao nomadismo nos trechos a seguir:

O caucheiro é forçadamente um nômade voltado ao combate, à destruição e a uma vida errante e tulmutuária, porque a *castilloa elástica*, que lhe fornece a borracha apetecida, não permite, como as *heveas* brasileiras, uma exploração estável, pelo renovar periodicamente o suco vital que lhe retiram. (...) O nomadismo impõem-se-lhes [aos caucheiros]. É-lhes condição inviolável de êxito. Afundam temerariamente no deserto; insulam-se em sucessivos sítios e não revêem nunca os caminhos percorridos. Condenados ao desconhecido, afeiçoam-se às paragens ínvias e inteiramente novas. Alcançam-nas: abandonam-nas (CUNHA, 1999b, p.42).

Em outro momento da minha tese (mais precisamente no capítulo em que discuto as diferentes narrativas históricas sobre a Amazônia), destaco o caráter ambíguo da escrita *euclidiana* sobre a Amazônia, produzida em processos de hibridação. Interessante retomar aqui um aspecto de tal ambigüidade. A narrativa em questão não está pautada nas dicotomias: civilização e barbárie ou natureza e cultura, que muito serviram aos pesquisadores situados em uma perspectiva moderna para analisar a produção discursiva sobre a floresta. Através dessas dualidades, a floresta seria o espaço da barbárie e da selvageria, enquanto o urbano e as cidades o lugar da civilização e da cultura. Euclides da Cunha – enquanto um sujeito em hibridação – subverte tais dicotomias ao afirmar que “a civilização barbaramente armada de rifles fulminantes, assedia completamente ali a barbaria encantada” (CUNHA, 1999b, p.41). O viajante faz dramaticamente referência ao extermínio processado pelos caucheiros (aqueles que seriam, juntamente aos seringueiros, os arautos da civilização na floresta) dos diferentes selvagens da Amazônia (para falar conforme as categorizações da época). Três seriam os instrumentos de trabalho desses sujeitos na floresta: a carabina, o machado cortante e a bússola. O extermínio dos selvagens fazia parte do trabalho processado na floresta pelos peruanos. Como relata o viajante: “[os caucheiros] vão à busca do selvagem que devem combater e exterminar ou escravizar, para que do mesmo lance tenham toda a segurança no novo posto de trabalhos e braços que lhos impulsionem” (CUNHA, 1999b, p.43).

“Civilizado sinistro”; “estranhos civilizados”; “civilização caduca”; “barbaria franca”; “brutalidade elegante”; “homúnculo da civilização” esse são os chamamentos feitos para ir configurando o caucheiro como “um caso vulgar de civilizado que se barbariza” (CUNHA,

1999b, p. 48), pois a selvageria seria “uma máscara que ele põe e retira à vontade” (p.49). Nem se dá ao trabalho de vigiar os selvagens escravizados para trabalhar na extração do caucho, pois sabe que o “deserto” o fará. “O deserto é um feitor perpetuamente vigilante” (p.47), pois aqueles selvagens ainda não domesticados não perdoariam aquela submissão de seus condescendentes. Sendo assim, nem a vigilância se fazia necessária. O panóptico⁶⁴, sem muitos esforços e grandes projetos de arquitetura, estava instalado na floresta amazônica daqueles tempos inaugurais da República.

O caráter nômade, a estratégia de escravizar ou mesmo exterminar os povos selvagens, a não-brasilidade (já que eram peruanos), todos estes atributos articulados instituem os caucheiros como um civilizado menor. Um sujeito, nas palavras do escritor, “antinômico e paradoxal” (CUNHA, 1999b, p. 48). Em suma, um construtor de ruínas em meio à floresta.

Integrar a Amazônia à nação brasileira passava por desestimular, romper, dissolver tais atributos inerentes aos caucheiros. Nesta direção, é interessante apontar que não foi através de uma intervenção militar⁶⁵ – com as violências imanentes postas em ação por uma tropa pouco habituada com aquela floresta desencantada, exuberante e em formação – que se poderá fazer a integração da Amazônia à nação brasileira, com suas fronteiras não mais facilmente violadas pelos peruanos extratores de caucho, errantes e nômades. Vejamos isso nas palavras do escritor:

Ali [no alto Purus e no alto Juruá, no território amazônico em litígio entre Brasil, Peru e Bolívia] não nos aguardam tropas alinhadas. Esperam-nos os caucheiros solertes e escapantes, mal reunidos nos batelões de voga, dispersos nas ubás ligeiras, ou derivando velozmente, isolados, à feição das correntes, nos mesmos paus boiantes que os rios acarretam (...). Iludem-se os que imaginam que o só aparecimento de alguns corpos de tropas regulares no desmarcado trato de terras que demoram entre o Juruá e o Acre baste a policiá-las, e a garantir os povoadores, e a impedir a violação de uma fronteira indeterminada (CUNHA, 1995l, p. 184).

⁶⁴ Refiro-me ao sistema de vigilância e controle idealizado por Jeremy Bentham e discutido por Foucault (1991) na sua obra intitulada “Vigiar e Punir”. Seja em uma prisão, em um hospital ou em uma escola, uma arquitetura institucional construída sob ideais panópticos permitiria que poucos sujeitos fiscalizassem com eficiência a conduta de muitos outros. Sobre tal maquinaria óptica ver maiores detalhes no livro indicado de Foucault.

⁶⁵ Importante lembrar mais uma vez, como já destaquei nos capítulos iniciais da tese, que naquela época estava em questão a delimitação territorial entre o Brasil e o Peru. Euclides da Cunha viaja, entre outras coisas, com tal missão oficialmente destinada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (mapear o Rio Purus visando marcar a divisão oficial dos territórios nacionais), comandado à época pelo Barão do Rio Branco, consagrado por suas estratégias diplomáticas e não armadas ao tratar das questões litigiosas de fronteiras.

...as forças para repelir a invasão já ali se acham, destras e aclimadas, nas tropas irregulares do Acre, constituídas pelos destemerosos sertanejos dos Estados do Norte, que há vinte anos estão transfigurando a Amazônia. [Esta floresta que tem] (...) ainda o caráter nefasto das paragens virgens onde a copiosa exuberância da vida vegetal parece favorecida por um ambiente impróprio à existência humana (CUNHA, 1995l, p.185).

Serão os “destemerosos sertanejos” os brasileiros que repelirão a caótica, “solerte” e “escapante” invasão estrangeira dos peruanos caucheiros. Assim, garantirão bravamente a soberania do território nacional. Entretanto, somente através da fixação e do governo da população sertaneja (que deverá ser minuciosamente assistida para que se possa fazer prosperar aquelas paragens) a Amazônia transfigurar-se-á e colocar-se-á no eixo da civilização. Este ‘ideal’ político pode ser tateado concretamente através da descrição da prosperidade de uma *cidade* que já em 1904 se poderia ver nascer na floresta, através das mãos dessa raça nacional-sertaneja⁶⁶ (raça constituída como propensa à fixação).

O seringueiro é por força sedentário e fixo. Enleiam-no, prendendo-o para sempre ao primeiro lugar em que estaciona, as próprias estradas que abriu, convergentes na sua barraca, e que ele percorrerá durante a sua vida toda. Daí o seu papel, inegavelmente superior, no povoamento definitivo (CUNHA, 1994d, p. 138).

E por fim uma cidade, uma verdadeira cidade, Lábrea, (...) trazendo desde o nascer um caráter destoante do de nossos povoados sertanejos - com o requinte progressista de uma imprensa (...) e o luxo suntuário de um teatro concorrido, e colégios, e as ruas calçadas e alinhadas: a molécula integrante da civilização aparecendo, repentinamente, nas vastas solidões selvagens... (CUNHA, 1995m, p.188).

Mas essa cidade sonhada e já quase concretamente emergida em terras amazônicas é tida como uma exceção. Eis a marca da necessidade de uma atenção redobrada. De um conjunto de estratégias e de técnicas para que outros povoados sertanejos (beneficiados pela

⁶⁶ Vale recordar, conforme explicitiei no capítulo anterior, que o sertanejo foi constituído na literatura *euclidiana* como o cerne racial da nacionalidade brasileira.

fixação e pelo caráter pouco avesso ao nomadismo de seus indivíduos) possam ser geridos, governados de forma a civilizarem-se cada vez mais e, com isso, irem transmutando a floresta e integrando-a a uma futuramente próspera nação brasileira. Eis a edificação de um ‘ideal’ político para a Amazônia naqueles primeiros anos da ainda incipiente República do Brasil.

Conjuntamente com a vitória sobre o caráter nômade de ocupação da floresta, era preciso criar condições propícias para que as populações fixas de brasileiros pudessem vencer o deserto amazônico. A floresta agia como um sujeito em formação e, portanto, afeito a ser dominado, cultivado, normalizado conforme os desejos de seus mais novos habitantes. Era preciso dobrar a floresta, fazê-la deixar de ser um território hostil e torná-la um hospitaleiro e próspero território brasileiro. Era, enfim, necessário vencer o deserto.

6.3 A segunda política *euclidiana*: vencer o deserto

Percorrer a Amazônia do início do século XX era uma tarefa monótona, pois os viajantes avançavam sobre um território desértico. O ‘Diário da Marcha’, relato, como já salientei em outro capítulo, escrito pelos tripulantes da viagem *euclidiana* pela floresta, descreve em muitas de suas passagens a monotonia que acompanhava os viajantes pelo deserto amazônico. No decorrer de suas páginas, comumente encontrei passagens como a escrita no dia 12 de abril de 1905: “continua a mesma monotonia a bordo, as paisagens se sucedem sem, contudo, variarem” (BRASIL, 1994). Como destaca Graciela Montaldo (2004), em suas análises sobre o pampa argentino, “o pampa, o deserto, é assim um território monótono, onde não se pode traçar linhas, erguer cercas, e muito menos sobreviver” (p. 132). Penso, então, a partir dessas passagens, que a Amazônia brasileira e o pampa argentino estavam unidos no infindável vazio de seus territórios, pois em ambos os casos uma monotonia escaldante abatia os transeuntes que se aventuravam a percorrer seus territórios.

No caso da Amazônia, caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros *preencheram* aquele deserto florestal naqueles tempos inaugurais da República do Brasil. Como vimos na seção anterior, a eles agregaram-se atributos diferenciais no que tange ao povoamento da floresta. Contudo, como argumentou Euclides da Cunha (1994d), em seu Relatório oficial da

viagem, caucheiros e seringueiros constituíam “duas sociedades novas e originais” naqueles lugares (p.137), pois ambas já apresentavam em si mesmas atributos da civilização, pois, embora “estrangeiros” naquelas paragens, não eram tidos como bárbaros ou selvagens, tais como os agrupamentos indígenas, estes sim, com hábitos de vida conformados pela hostilidade da floresta. Caucheiros e seringueiros, pelo contrário, buscavam domá-la, preenché-la, conquistá-la. Os grupos indígenas estavam vencidos por uma natureza hostil, caótica, desértica, desencantada. Estabelecidas, na seção anterior, as importantes e contundentes diferenciações entre as ocupações dos caucheiros e dos seringueiros na Amazônia, o viajante não desconsidera que ambas tenham tido “uma função notabilíssima no *atual* momento histórico da América do Sul” (p.138). A função a que se refere o autor é o *preenchimento* da floresta, sua ocupação, sua paulatina transformação, enfim, sua conquista sobre o deserto. Nas palavras do viajante:

De fato, sem eles toda a vasta região que vai de norte a sul, das últimas cabeceiras do Inambari à foz do Tarauaca (...), seria ainda o deserto (CUNHA, 1994d, p. 138).

Sobral, erguido em 1898 [pelos seringueiros], demarca hoje [1904] a mais avançada atalaia dessa enorme campanha com o deserto. (...) quatro quintos do majestoso rio estão completamente povoados de brasileiros, sem um hiato, sem a menor falha de uma área em abandono, ligadas as extremas de todos os seringais... (CUNHA, 1994c, p.164).

Plantara uma cidade [o Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, ainda nas últimas décadas do século XIX]. Lábrea surgira em breve no deserto, perpetuando-lhe o nome, e tornando-se o mais avantajado ponto de apoio à conquista que prosseguia (CUNHA, 1994c, p. 160).

Como se pode ler nessas passagens era a conquista do deserto amazônico que estava em jogo naqueles tempos. Considero importante iniciar essa seção salientando que a metáfora do deserto, utilizada para narrar e instituir um exuberante e vasto território longínquo, esquecido e não-civilizado da nação, como a floresta amazônica, já perfazia as textualidades constitutivas de outras amplas regiões do norte do Brasil (tal como o chamado atualmente sertão nordestino) – vale lembrar que, no início do século XX, o nordeste ainda não emergira

como uma territorialidade singular, ou seja, o país dividia-se, somente, entre o norte e o sul (ALBUQUERQUE, 2001).

Em *Os Sertões*, considerada a principal obra de Euclides da Cunha, pode-se ler uma narrativa que dramaticamente nos vai mostrando o quanto a caatinga das regiões semi-áridas brasileiras afoga o viajante, “abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o numa trama espinescente e não o atrai; repulsa-o...” (CUNHA, 1988, p.38). Depois, ao referir-se ao sertão em tempos de raras chuvas, o autor chega a marcá-lo como um paraíso, no qual sua fauna resistente ressurgiu, pois ao “sobrevir das chuvas, a terra (...) transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior” (p.48). Porém, após alguns poucos meses nessa conformação paradisíaca, “surdamente, imperceptivelmente, (...) a seca se desenha outras vezes nas ramagens mortas das árvores decíduas...” (p. 46).

Os desertos não são criados, segundo a epopéia *euclidiana*, simplesmente, pela natureza. A falta de chuva, em uma leitura pouco atenta, até poderia ser vista como a razão mais importante (e efetivamente se configura como um agente da conformação desértica da caatinga), para explicar porque vastas regiões da nação se tornaram tão inóspitas (pelo menos para a vida humana, pois há inúmeras espécies de seres vivos que são consideradas endêmicas na caatinga). Porém, o escritor vai marcando em *Os Sertões* que, historicamente, as práticas de fogo, tanto dos “silvícolas” como dos colonizadores, foram ações incendiárias “fazedoras de desertos”. Além de marcar as práticas e condutas humanas como apresentando responsabilidades pela construção de um território desértico, o autor sugere uma saída para extingui-lo: produzir um conjunto de tecnologias capazes de estancar e barrar as águas das chuvas por períodos de tempo maiores. Se em parte pelo menos os desertos foram construídos por práticas humanas (mas também pela natureza), serão as tecnologias de uma civilização que marcha rumo ao progresso que fará com que eles sejam vencidos. Nas palavras de Euclides da Cunha (1995b):

Não há mais elevada missão à nossa engenharia. Somente ela, ao cabo de uma longa tarefa (que irá das cartas topográficas, e hipsométricas, aos dados sobre a natureza do solo, às observações meteorológicas sistemáticas e aos conhecimentos relativos à resistência e desenvolvimento da flora), poderá delinear o plano estratégico desta campanha formidável contra o deserto (p.155).

A caatinga, a seca, as queimadas provocadas pelas práticas humanas, as escapadas rápidas das águas da chuva, a inoperante ação governamental combatendo tal fuga; toda essa imagem do deserto construída por Euclides na primeira parte (A Terra) de *Os Sertões* parece estar muito distante de uma região como a floresta amazônica. Tal constatação me faz perguntar: como a Amazônia passou, também, a ser configurada como um território desértico do Brasil? De que modo tal conformação passou a emergir como aglutinadora de um mesmo modo de referir-se a espaços tão distintos em seus aspectos geográficos, biológicos, sociais e culturais? Essas perguntas fazem sentido neste momento, pois é recorrente, como temos visto, na literatura de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, a metáfora do deserto para descrever, instituir e narrar tal território. Euclides em carta escrita em julho de 1908, para seu amigo Alberto Rangel, nos diz:

...anseio por outro mergulho no deserto. O deserto é para mim o Brasil ainda indene, ainda não ocupado por uma gente que não o merece. Mas não sei quando terei a ventura de ver-me outra vez na sociedade feliz dos rios, das constelações e das montanhas (CUNHA *apud* LEÃO, 1946, p.90).

Em uma entrevista, concedida em 1905, para um jornal de Manaus o viajante relata uma passagem da viagem, na qual explicita a vinculação da floresta com a imagem do deserto. Vejamos este elucidativo trecho nas palavras do viajante:

(...) levamos um mês para chegarmos à boca do Acre; e quinze dias depois, a 21 de maio [1905], tivemos de estacar antes da confluência do Chandless, em virtude do lamentável naufrágio do batelão Manoel Urbano, onde iam os nossos gêneros. Retidos pelo doloroso incidente, que nos desaparelhava de recursos precisamente à entrada do deserto, e impunha a reorganização da comissão enfraquecida justamente na ocasião em que deviam multiplicar-se as suas energias para investir com o desconhecido. (...) Íamos para o misterioso (CUNHA, 1995e, p. 554 e 555).

Início minhas reflexões sobre as indagações anteriores que compus – sobre como foi possível associar a imagem do deserto a um território ao mesmo tempo visto como exuberante, vistoso, repleto de uma surpreendente fauna e flora – fazendo referência a um artigo de Walnice Nogueira Galvão (2002). Nele, a autora diz que as sociedades: marítima (os homens do mar), focada na literatura de Joseph Conrad, sertaneja focalizada na obra de Euclides da Cunha e a beduína, na de Thomas Edward Lawrence – esses três importantes escritores do final do século XIX e início do século XX – foram construídas em contraste com as sociedades urbanas. Isso poderia explicar a aglutinação da floresta e do sertão na mesma metáfora desértica, já que ambos seriam vistos como territórios não-civilizados, contrapostos à civilização urbana e litorânea nas cidades em desenvolvimento da nação brasileira. Porém, como destaca a própria pesquisadora, há uma inversão da dualidade, pois no mar, no sertão ou no deserto (no caso *euclidiano*: nas regiões desérticas do Brasil) estaria o lugar de todas as virtudes e, ao contrário, nas cidades, a deterioração predominaria. Nas palavras da autora, para “Euclides a cidade é Sodoma, sede do vício e da degradação, da valorização do dinheiro, da corrupção, da troca mercantil generalizada” (p.186). E diz, ainda, que os “três escritores dão sinais de uma relação especial com o imperialismo finissecular, que condiciona suas vidas e suas obras (p. 184). (...) Todos os três são arautos dilacerados do colonialismo e de seu corolário, o genocídio, que, além de testemunhar, deploraram” (p.185).

Mais adiante em seu texto, Galvão (2002) chama a nossa atenção para o caráter diferencial de Euclides da Cunha. Se para Lawrence e Conrad seria notória a inserção de suas obras no âmbito do colonialismo e imperialismo do século XIX, no caso de Euclides, “ele foi testemunha do colonialismo, se for permitido abusar dessa noção, estendendo-a a episódios da modernização capitalista ocorridos dentro de um mesmo país...” (p.197). Ressalta, com isso, os “desígnios do poder central, implementados pelas Forças Armadas, impostos à plebe da hinterlândia remota, que nem sequer concebe as razões da catástrofe que sobre ela se precipita e que acaba resultando em seu extermínio” (p.197).

Embora concordando com a suposição de que Euclides da Cunha poderia estar operando uma narrativa de inversão em consagrados dualismos tais como civilização e barbárie, gostaria de problematizar essa relação de oposição entre, por exemplo, o sertão (ou a floresta, no caso de minhas preocupações nesta tese) e a cidade, tal como enfatiza a autora em suas análises. Acredito, talvez, diferentemente de Galvão, que a relação entre a floresta e a cidade tecida nos escritos de Euclides da Cunha seja de articulação, de hibridação e, não, de

oposição. Em outras palavras, a floresta (como o sertão), estaria articulada à cidade através da barbárie que as habitam e que as constituem.

Como destaca Rocha (2005), “a diferença da perspectiva euclidiana consiste na corrosão com que observa ambos os elementos” (p.55), ou seja, essa compõe uma narrativa crítica tanto das naturezas do sertão e da Amazônia (obstáculos, quase, intransponíveis à civilização), como, também, do homem que escraviza outros homens “selvagens” nos rincões da floresta, para trabalharem na extração da borracha; como também, ainda, das regiões urbanas que se desenvolviam como moldes, como copistas da civilização européia.

Nesta mesma direção argumentativa, Garramuño (2003) enxerga em *Os Sertões* um rompimento da moderna dicotomia entre civilização e barbárie. Ao utilizar-se, narrativamente, de hipérboles, Euclides destacaria excessos cometidos em Canudos tanto pelos jagunços, como pelos soldados do exército brasileiro. Assim, nessa operação narrativa, se torna possível em alguns momentos considerar “bárbaras” ações e formas de vida tidas comumente como “civilizadas” e, ao mesmo tempo, tomar como “civilizadas” formas de vida comuns que poderiam ser vistas, em uma outra perspectiva, como “primitivas”. O interesse da pesquisadora reside em marcar, nos escritos de Euclides, que a “crítica ao Estado como origem da violência faz com que se rompa a dicotomia civilização-barbárie” (GARRAMUÑO, 2003, p. 221). De qualquer forma, como argumentou Roberto Ventura (1988),

Euclides julgava inexorável a marcha do progresso e da civilização, que traria a absorção do indígena e do sertanejo pelas raças e culturas tidas como superiores. Os sertões quer nordestinos, quer amazônicos, são vistos como desertos, espaços fora da escrita. Ao explorar a caatinga e a floresta e resgatar o sertanejo esquecido, o narrador-viajante procurava inseri-los na história. O escritor defendia a integração dos sertões à escrita e à história, cujos limites e fronteiras estariam em contínua expansão. Povoar, colonizar e escriturar são os instrumentos de tal transplante da civilização para os territórios bárbaros. Fora de escrita e da história, não há salvação: só existe o deserto (p.146).

Voltando a focar especificamente a metáfora do deserto, gostaria de dizer que os territórios desérticos não eram tidos, naquele tempo, como espaços que poderiam,

legitimamente, ser considerados como pertencentes a alguma nação. A natureza enquanto entidade externa aos sujeitos humanos passou, já desde os séculos XVIII e XIX, a ser objeto de conquista, “lugar para ir e controlar” (MONTALDO, 2004, p. 125). A conquista destes territórios passava por uma operação que pretendia dotá-los de marcas de civilização e, portanto, torná-los legítimos territórios de uma nação. Nesta direção, a natureza precisava ser domesticada e os grupos humanos fixados e civilizados. Os desertos eram como terras de ninguém, territórios não escrituráveis nos mapas de uma nação. Inscrevê-los, desenhá-los, traçar seus limites, apontar seus contornos não era uma simples operação cartográfica. Era também uma operação de se apoderar dos mesmos, através do seu *preenchimento* (como diria, talvez, Renato Ortiz), de sua ocupação efetiva com os mais *elevados* atributos culturais de uma época, de uma nação.

Analisando as narrativas, no decorrer do século XIX, sobre as planícies argentinas próximas a Buenos Aires, Montaldo (2004) argumenta que a extensão sem limites daquelas terras, sem demarcações, inclusive, naturais, que pudessem ordenar e fixar o espaço, bem como a falta de uma população, instituiu àquelas paragens uma paisagem descrita como deserto. Nas palavras da autora:

(...) a idéia de vazio, de nada, na verdade se refere melhor a essa terra baldia sem lei ou propriedade, que exige, como contraparte, a constituição do Estado e da Nação, que serão a garantia do limite, da ordem e da lei (...). O Estado cria o mapa e o mapa cria a nação. Quando as fronteiras estiverem delimitadas, os sentidos, e, portanto, as identidades, serão finalmente normalizadas (p. 131 e 132).

Segundo Montaldo (2004), nos séculos XVIII e XIX, sendo a lei o estatuto que corrobora a propriedade, sua falta faz dos territórios lugares sem donos. Se um território desértico não tem dono, então a guerra passa a ser uma prática comum de usurpação do mesmo, isto é, a guerra passa a ser a única instituição que estabelece as relações entre os diferentes grupos (MONTALDO, 2004). E mais, a autora argumenta ser esta uma prática efetiva de disputa sobre o espaço desértico argentino no século XIX, ou seja, “bandos de índios, colonos e facções faziam guerra contínua para ocupar um espaço” (p.128).

No final do século XIX, poucos anos antes da viagem de Euclides da Cunha à floresta, o atual território do Acre assistiu tanto a conflitos armados, como a disputas diplomáticas, entre as quais está a própria viagem das comissões do Brasil (chefiada por Euclides da Cunha) e do Peru pelo rio Purus, em 1905, já que ela fazia parte de uma estratégia de pacificação, conhecimento e domínio das regiões em litígio.

Segundo Veloso Leão (1946), em 1899 surge um movimento armado composto por grupos de seringueiros, que proclamariam a República do Acre tendo como seu “ditador” José Ramalho - emissário do governador do Amazonas Silvério Néri - “que via o seu Estado prejudicado pelos bolivianos” (p.09). O governo do Brasil, atendendo a Bolívia, enviou tropas do exército e restabeleceu as autoridades bolivianas expulsas. Em fins de 1900 surgem novos confrontos. Em 1901, cria-se o “Bolivian Syndicate” - “empresa arrendada e financiada por capitais ingleses e americanos, a qual passaria a gerir com ilimitados poderes as terras não demarcadas e ocupadas por brasileiros” (p.09). (...) “O Acre era boliviano apenas de nome, mas brasileiro de fato...” (p.10). Um último confronto armado teria sido o mais sangrento: organizaram-se os seringueiros comandados pelo agrimensor gaúcho Plácido de Castro, para uma “Revolução Acreana”, que “... assalta Xapuri e proclama a independência do Acre no dia 06 de agosto de 1902” (p.10), dominando, em alguns meses, todo o território. Será a intervenção e a política diplomática do Barão do Rio Branco que encerrou as guerras na região. O restabelecimento de soluções diplomáticas para os conflitos evidenciava que o deserto estava sendo conquistado e um dono efetivo estava ocupando-o: o Brasil. Segundo Hélio Scarabôto (1966), em 17 de novembro de 1903, foi assinado o ‘Tratado de Petrópolis’, entre o Barão do Rio Branco e dois ‘delegados’ bolivianos, Fernando Guachala e Cláudio Pirilla. Através desse tratado, se pôs fim “às pendências de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia” (p.06). O Brasil adquirira junto à Bolívia 191.000 km², cedendo 2.296 km², incorporando “milhares de brasileiros, que viviam no Acre, ao seio da nacionalidade, pagou à Bolívia dois milhões de libras esterlinas e construiu a estrada Madeira-Mamoré” (SCARABÔTOLO, 1966, p.06). Por outro lado, “os peruanos sentiam-se feridos com o Tratado de 1903” (p.07). E essa seria a razão presumida das negociações diplomáticas que se seguiram entre o Brasil e o Peru, culminando com a viagem de Euclides da Cunha.

Como ressalta Montaldo (2004), seriam as práticas da pesquisa, do mapeamento, da descrição, do conhecimento que garantiriam a posse do território. Além de todos estes aspectos, à demarcação geográfica aliava-se intimamente o tipo de ocupação humana do território, isto é, era preciso provar que aquelas terras amazônicas já estavam prosperando nas

mãos dos brasileiros. Vejamos um pouco, de forma breve, a historiografia das disputas diplomáticas do território amazônico (o atual Estado do Acre) pouco antes da viagem de Euclides da Cunha.

Em Ofício (BRASIL, 1905b) datado de 01 de setembro de 1905, endereçado por Euclides da Cunha ao Subcomissário de Polícia Administrativa em Catay (localidade às margens do rio Purus), o viajante comunica que fora consolidada a extensão até 31 de dezembro daquele mesmo ano, do acordo Brasil-Peru firmado em 13 de julho de 1904, pelo qual consignam a neutralização do território do alto Juruá e do alto Purus. Através desse acordo, o território a ser explorado pelas comissões mistas continuava a ser configurado como neutro, ou seja, como não pertencente à nação alguma. Serão os resultados dos trabalhos da viagem *euclidiana* (realizada, vale reforçar, conjuntamente com uma comissão peruana) que iriam determinar precisamente a quem pertencia aquele longínquo e desértico território.

No dia 23 de outubro de 1905, o Barão do Rio Branco emitira um telegrama (BRASIL, 1905c) endereçado a Euclides da Cunha solicitando, entre outras coisas, informações sobre a nacionalidade dos habitantes de Catay - se eles possuíam estabelecimentos fixos ou se eram caucheiros. Como discutimos na seção anterior, associava-se aos caucheiros à figura do nômade e, portanto, a uma forma de ocupação do território que deveria ser combatida. Por esse mesmo motivo, os grupos humanos que estariam *preenchendo* o território amazônico necessitavam ser marcados, testemunhados e provados. Naquele tempo da viagem *euclidiana* à floresta estava em vigência um acordo de “modus vivendi”, pelo qual o território pertenceria ao país que nele tivesse a maioria populacional. Dessa forma, importava saber se lá estavam os peruanos caucheiros, considerados, como estudamos anteriormente, civilizados menores, ou se eram os “laboriosos” sertanejos brasileiros, capazes de construir uma civilização brasileira na floresta.

Em resumo, o deserto amazônico estava sendo conquistado, demarcado, integrado, domado e *preenchido* pelo seringueiro-sertanejo, configurado como o cerne racial da nossa nacionalidade, esperança de edificação de uma próspera, desenvolvida, produtiva nação republicana brasileira em solos amazônicos. Enfim, instituir o território nacional passava por essa vitória contra o deserto, contra esse território de nômades.

7 APONTAMENTOS SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICA DA PESQUISA E ALGUMAS OUTRAS PALAVRAS FINAIS

As escolhas políticas são freqüentemente determinadas antes por acentuações do que por oposições nitidamente definidas: eu sou isto *ou* aquilo. Não, eu sou isto *e* aquilo; e sou *antes* isto que aquilo, de acordo com as situações e as urgências (Jacques DERRIDA, 2004a, p.35).

Quando escrevo⁶⁷, de onde vêm as perguntas que nutrem meu texto? Sinto-me desconfortável, em uma posição instável, ao não conseguir precisar esse “lugar” de origem das perguntas que me permitem escrever. Aliás, parece mesmo ser impossível pensar sobre o “lugar” de onde elas vêm. Pouco sei também se escrevo inspirado por perguntas que me chegam ou por aquelas que já estavam em mim. Muitas vezes vibram afirmações em minha escrita e eu as registro sem interrogações, esclarecendo, explicando, algumas certezas que parecem já estarem bastante assentadas, coladas ao meu corpo a ponto de se fundirem a ele e a nele se mesclarem em uma só pele. Porém, vou supor, agora, pelo menos, que escrevo a partir de perguntas que me tocam (chegam e me provocam). Perguntas que me atingem como vindas através do vento, como sopros, como brisas do mar. E essas parecem chegar de um horizonte infinito e incalculável. Parece até mesmo impossível avistar uma origem, um “lugar” de partida, e mesmo assim quero continuar indagando de onde vêm as perguntas que me fazem escrever. Seria essa uma obsessão pela posse, ou seja, será que eu as quero tomar e ter como minhas? Quero fazê-las familiar a ponto de passarem a ser somente minhas (ou pelo menos que digam respeito a mim), as perguntas que me fazem escrever?

Vou, então, agora, pensar que não preciso mais da pergunta sobre o “lugar” das perguntas que me fazem escrever. Porém, não consigo. Simplesmente, não me sinto tranqüilo para simplesmente largar, deixar a esmo, essa questão. Quero ainda insistir em continuar mantendo viva tal indagação (pelo menos no início desse capítulo conclusivo da pesquisa). E, quando penso que posso ver com algum detalhe esse “lugar” (somente essa sensação me

⁶⁷ Esta parte inicial do capítulo conclusivo da tese foi publicada, com algumas alterações, como a introdução de um pequeno texto que escrevi intitulado: “É possível um território familiar estar ao mesmo tempo estrangeiro?” (GUIMARÃES, 2005).

permitiria insistir nesse questionamento), meus olhos somente enxergam linhas turvas, como um horizonte longínquo que me parece perdido, avistado ao fundo, de forma não focada, em um entardecer, no qual estou mirando um vasto mar, um imenso lago, um enorme rio. Será desse espaço indefinido, longo e amplo – ao mesmo tempo claro e ensolarado como todo entardecer que avisto em um horizonte que paulatinamente vai se colorindo (vermelhos, roxos e amarelos misturam-se produzindo por minutos fugidios tons singulares no céu) e, depois (em segundos quase concomitantes), também escurecendo lentamente, tornando-o ainda mais turvo, ainda mais impreciso – que as perguntas, as quais me fazem, aqui, escrever, saíram? Como ocorre em um entardecer, que ao mesmo tempo em que está claro e luminoso vai-se colorindo, escurecendo e tornando-se cada vez mais impreciso, turvo e instável – como um horizonte qualquer –, não posso mais perguntar pelo “lugar” de origem das perguntas que me chegam. Nesse movimento, quase impossível de estabelecer um foco preciso sobre aquilo que vejo, de instituir uma visão límpida e cristalina e, ainda, de tecer uma resposta imediata sobre esta indagação aparentemente tão primordial, também não consigo tomar as perguntas que faço como simplesmente minhas. Elas pairam, então, em um “lugar” qualquer, em um “lugar” indefinido e impreciso, em um horizonte um pouco claro (cegamente claro), um pouco colorido (nebulosamente colorido) e um pouco, também, escuro (limpidamente escuro)? Talvez! Se não são, simplesmente, minhas, pois não posso ver nitidamente de onde vieram, posso, quem sabe, apenas, inventar respostas a essa indagação impertinente que me faz sofrer pela impossibilidade de apreensão e clareza? Quiçá, possa não inventar respostas, mas novas perguntas e não mais perguntar pelas perguntas. Porém, posso também fazer outra pergunta sobre as perguntas que me chegam, ou melhor, que me tocam me permitindo escrever.

Uma outra pergunta, então, sobre as perguntas, seria sobre quem as formula. Não, apenas, de onde essas vêm, mas de quem partem. E aqui faço essa indagação sob inspiração de Derrida (2003): sou eu que materializo as perguntas que me movem à escritura (por elas serem minhas) ou elas são questões vindas do estrangeiro, dirigidas ao estrangeiro ou, ainda, são questões de estrangeiro? Essas são indagações que permitem continuar pensando mais um pouco sobre as perguntas que me permitem escrever. E elas podem, afirmo sob inspiração de Derrida (2003), ser formuladas para alargar as possibilidades de escrita ao incluir, em suas próprias formulações, uma tensão que permita uma ampla possibilidade de outras perguntas. Parece haver, então, uma quase impossibilidade de perguntar-se sobre as perguntas (de onde elas vêm, quem as faz), pois cada uma delas (que contenha em seu próprio âmago uma

tensão) permitiria uma abertura imediata a inúmeras outras, promovendo, portanto, um movimento infinito da *différance*⁶⁸.

Uma mobilidade que consistiria, primeiramente, “em diferir, por retardo, delegação, adiamento, reenvio, desvio, prorrogação, reserva (DERRIDA, 2001, p.14)”. A *différance* permitiria “pensar o processo de diferenciação para além de qualquer espécie de limites” (DERRIDA, 2004b, p.33). Um movimento de espaçamento, anárquico, imprevisível, sem controle que não estaria precedida por uma unidade original, por um “lugar” presumível, por um sentido universal. Ela não é efeito de uma oposição que pode ser vista, quem sabe, como um dos efeitos da *différance*⁶⁹. Sua mobilidade não nos deixa jamais antever o “lugar” onde ela habita, pois parece não haver o “lugar” da *différance*. As perguntas vistas como derivações desse movimento, talvez, jamais habitem um “lugar” determinado, pois, ao ser este demarcado, presumivelmente assentado, elas imediatamente escapariam. Já não estariam mais ali onde pensávamos que as perguntas estivessem, confortadas em sua suposta localização original. Quiçá, ao perguntar pelo “lugar” das perguntas que nos movem a escrever, elas mesmas já estejam outras, já se espacializaram, diferiram, desviaram. Ou ainda, articularam-se de outras formas e se movimentaram nos acariciando a pele, como leves e breves brisas do mar.

Uma pergunta parece poder indicar que há dois lados de uma mesma moeda (dessa forma, duas respostas seriam possíveis: isso ou aquilo) ou, então, o que poderia haver não é uma moeda com dois lados, mas um monstro polígono (ou um polígono-monstro) com vários e incontáveis lados (assim um rol infinito de respostas, ou melhor, de novas perguntas, seriam possíveis: isso e aquilo e isso também e aquilo inclusive e...). Cada um dos lados do monstro polígono (ou do polígono-monstro), ainda, podendo ser configurado de diferentes formas. Caberia, então, aqui, ainda, perguntar sobre as perguntas? Elas devem exigir uma ou duas respostas? Elas devem ser dirigidas para que alguém as responda? E se não houver interlocutor algum para as perguntas que forem feitas? E se forem compostas, apenas, para que alguém possa continuar conseguindo escrever?

⁶⁸ “A atividade ou a produtividade conotadas pelo *a* da *différance* remetem ao movimento gerativo no jogo das diferenças. Essas últimas não caíram do céu nem estão inscritas de uma vez por todas em um sistema fechado, em uma estrutura estática que uma operação sincrônica e taxonômica pudesse esgotar” (Derrida, 2001, p.33).

⁶⁹ “O movimento da *différance*, na medida em que produz os diferentes, na medida em que diferencia, é, pois, a raiz comum de todas as oposições de conceitos que escandem nossa linguagem” (Derrida, 2001, p. 15).

7.1 Notas sobre a dimensão política da minha pesquisa

No capítulo anterior, apresentei duas políticas *euclidianas* para a Amazônia, delineadas naquele período da Primeira República do Brasil. Feito isso, suponho ser interessante agora indagar-me sobre a dimensão política da minha própria investigação. Perguntar sobre a importância e o compromisso com o tempo presente que meu estudo teria, ou pressuporia ter. Portanto, a pergunta que me chega e me move a escrever este capítulo final diz respeito à dimensão política que minha investigação intentaria movimentar, visando instigar outras indagações (para além daquelas que formulei no decorrer do texto), pretendendo contaminar determinadas discussões (fazê-las frutificar ou, então, aquecer) e desejando estabelecer algumas perturbações (no sentido produtivo de proporcionarem desordens criativas).

De certa forma, a manufatura da tese em si mesma poderia ser vista como envolvendo decisões políticas, já que a teorização operada na pesquisa atuaria na instituição daquilo que se enxergaria nos materiais, nas instâncias e nas práticas colocadas sob o crivo analítico do pesquisador. Portanto, uma dimensão política do estudo refere-se às escolhas dos conceitos atuantes como as “caixas de ferramentas” (tomadas aqui com o mesmo significado salientado na Introdução desta tese) da investigação. E estes lançam a pesquisa em uma direção e não em outra, permitem determinados argumentos em contraposição a alguns outros, configuram certos posicionamentos em detrimentos de outros. No caso específico da minha pesquisa, coloquei em destaque textos de Euclides da Cunha, articulando-os em alguns momentos com outros textos, visando indicar como esses operaram no período da Primeira República brasileira, em consonância com uma série de outros acontecimentos, na direção de promover a nacionalização da floresta amazônica. No intuito de defender esta tese, apresentei elementos que articuladamente forneceram condições para que tal processo se efetivasse. Tais *invenções* nacionalistas emergentes no final do século XIX, e que continuaram, sob outras circunstâncias, a serem buscadas no decorrer do século XX, possuíram, como argumentou Terry Eagleton (2005), “uma força anti-colonial surpreendentemente efetiva” (p. 24). Sem dúvida, estava em questão, como venho argumentando ao longo dessa tese, a “limpeza” da Amazônia das narrativas estrangeiras, da colonização territorial e simbólica que apequenava a nação brasileira e das quais emergia, em contraposição a tais estrangeirismos colonialistas, uma necessidade de efetivar a floresta como um território nacional, ocupado e prosperado por suas *gentes*. Acredito terem sido minhas “ferramentas” teóricas que me permitiram acentuar

tais aspectos políticos não-colonialistas como atuantes nesse processo que configurei como sendo a produção de um olhar nacional para a Amazônia, que li estar em efetivação nos textos *euclidianos* sobre a floresta. Voltarei a comentar mais tal aspecto, ou seja, a destacar a importância política das teorizações elegidas na pesquisa, sobretudo com relação à eleição da noção de hibridação cultural como uma importante “ferramenta” para a investigação. Agora, no entanto, farei considerações sobre outras dimensões políticas que penso estarem em jogo na tessitura de minha tese.

Mesmo acreditando na politização da pesquisa em sua própria costura, ou seja, em sua manufatura materializada em sua escrita, considero pertinente continuar indagando sobre outros aspectos relativos à dimensão política da minha investigação. Entre esses, considero interessante perguntar para quem escrevo a tese neste momento em que estou sentado em frente a uma tela de computador que, paulatinamente, vai se preenchendo de letras. Invoco, para tanto, uma afirmativa bastante perturbadora deste incomodado e instigante ensaísta Terry Eagleton (2005), que provocativamente escreve:

Nem todos os que estudam a cultura são cegos ao narcisismo ocidental envolvido no pesquisar a história dos pêlos púbicos enquanto metade da população mundial carece de condições sanitárias adequadas e sobrevive com menos de dois dólares por dia. Na verdade, o setor mais florescente dos estudos culturais de hoje é o dos chamados estudos pós-coloniais, que tratam justamente dessa condição opressiva (EAGLETON, 2005, p.19-20).

O autor clama, assim, por uma politização mais explícita dos estudos culturais, pressupondo que muitas de suas investigações careceriam de um maior comprometimento com as agudas carências que estão sujeitas várias pessoas espalhadas pelo mundo. Ou seja, ele pensa que se escreve sobre temas que têm uma importância mais restrita, que tocam menos na carne de muitos sujeitos. Não cabe neste momento comprar tal crítica ou mesmo refutá-la, pois não estou assumindo aqui uma postura avaliativa dos estudos culturais que se processam atualmente. De qualquer forma, aceitando a provocação do autor, gostaria de perguntar-me sobre a importância do meu estudo, que centralizo em um outro tempo já passado e aparentemente tão distante do momento e das preocupações que vivemos nesses anos iniciais do século XXI. Encontro abrigo para responder, mesmo que parcialmente, a tal indagação

angustiante, ao enxergar minha tese operando produtivamente na cultura. Ela poderia, por exemplo, ser posta em jogo na cultura ao incorporar-se às lutas por imposição de significados que se travam atualmente em torno da questão da “internacionalização” da Amazônia⁷⁰. Serão os leitores interessados nesta espinhosa temática que encontrarão algumas razões para ler este estudo? Não sei! Acredito que não posso definir *a priori* quem serão, efetivamente, os leitores deste trabalho. Quem sabe ele poderá, provavelmente, acolher interessados, não apenas nas questões amazônicas e ambientais, mas, também, em Euclides da Cunha, em Estudos Culturais, na História Ambiental⁷¹ e, até mesmo, na História do Brasil.

Voltando a focar a dimensão política da pesquisa, caberia continuar perguntando: necessitamos sempre expor, sempre deixar explícitas, nossas reflexões políticas no produto textual final da pesquisa? Aliás, outras indagações de natureza política não seriam também construídas pelos leitores, no ato da leitura que se faz do texto? Ao mesmo tempo, as questões sobre a dimensão política da pesquisa não se imiscuiriam de tal forma à própria escrita, à própria configuração do estudo, não necessitando, enfim, maiores explicações, maiores explicitações, pois todas as decisões assumidas ao longo da feitura da tese já não seriam “políticas” do começo ao fim? E mais, uma investigação precisaria, para ser qualificada como política, apresentar uma aplicabilidade prática efetiva? Ela teria, para ser política, que estar envolvida diretamente com a transformação de alguma condição social? Novamente parece-me pertinente invocar uma interessante reflexão de Eagleton (2005):

⁷⁰ Este estudo mostrou como se processou a nacionalização da Amazônia em um momento específico da história brasileira, entretanto, posso argumentar que este não é um processo que tenha se esgotado. Pelo contrário, ainda assistimos, em outras circunstâncias, lutas em defesa da instituição da floresta como “nacional”. Nessa direção, discursos contrários a uma “internacionalização” da floresta ganham muitos adeptos atualmente. E mais, o debate atual sobre as razões que levam o país a apresentar um pífio crescimento do Produto Interno Bruto nos últimos vinte anos (justamente o período da redemocratização política), coloca as legislações e questões ambientais como ocupantes de um lugar de destaque nas discussões processadas em torno da Amazônia. Em 09 de dezembro de 2006, por exemplo, o jornal *Folha de São Paulo*, lança como desafio a seguinte questão: “*Para crescer, o Brasil precisa mudar a legislação ambiental?*”. No âmago desta pergunta estaria o entendimento de que as restrições ambientais postas pelas legislações brasileiras aos projetos de desenvolvimento econômico e social (sejam eles privados, públicos, ou, ao mesmo tempo, públicos e privados) freariam o desenvolvimento do território amazônico e também do próprio país. Neste debate, valeria a pena também indagar sobre que significados de “desenvolvimento” (muitas vezes adjetivado de “sustentável”) estariam em disputa, quando pensados para uma floresta ainda repleta de diferentes vidas humanas e não-humanas.

⁷¹ Para uma introdução a este campo ver o livro de Regina Horta Duarte (2005). Para adentrar um denso estudo de História Ambiental produzido no Brasil, que foca, sobretudo, a crítica ambiental produzida no Brasil no decorrer do século XIX em suas conexões com os pensamentos políticos predominantes, ver José Augusto Pádua (2002).

É verdade que, numa ordem social que necessita urgentemente de reparos, a teoria tem, com certeza, que estar atrelada a fins políticos práticos. Mas saberíamos que, quanto a esse aspecto, uma ordem social teria melhorado quando não mais sentíssemos a compulsão de justificar nosso pensamento no tribunal da utilidade. Seríamos então capazes de pensar por pensar, sem sentir o impulso neurótico de ter que nos desculpar por isso (p. 127).

Mesmo após construir todo esse conjunto de indagações em torno da dimensão política da minha pesquisa, como ressaltai na introdução deste capítulo, não consigo apreender muito bem de onde vem esse “impulso neurótico” que me faz necessitar produzir tais questionamentos. Posso, sobre isso, fazer apenas algumas suposições, pois esse desejo não se esclarece plenamente, apenas perturba-me opacamente. Acredito que tecer comentários nessa direção (de perguntar sobre o caráter político do meu estudo) é meu esforço principal (embora não único) neste capítulo de finalização da minha tese. Além disso, e também conectada a esta questão acerca da dimensão política da pesquisa, está a eleição que fiz da noção de hibridação cultural como inspiradora da tessitura da tese. Serão estes, portanto, os dois pontos centrais deste capítulo final: 1) o caráter político da minha investigação e 2) a produtividade da noção de hibridação à pesquisa.

Para dar continuidade aos argumentos que esbocei anteriormente considero interessante destacar alguns aspectos de um instigante ensaio de Lynn Fendler (2000). Essa autora tece em seu artigo uma espécie de genealogia do que chamou de “sujeito educado”. Em outras palavras, a pesquisadora mostra em diferentes momentos históricos como emergiu, descontinuamente, tal noção. Embora tenha considerado muito interessantes vários aspectos do texto da autora, o que me chamou mais a atenção em seu artigo foram suas considerações acerca das razões pelas quais considerou ser a sua pesquisa um estudo eminentemente político. E isso se deve, exatamente, a atenção que deu, sob a inspiração do trabalho da genealogia do poder de Foucault (1986), às relações de poder que estiveram em jogo na produção do sujeito “educado”. Ou seja, a autora destaca que sua pesquisa é política por destacar, expor, salientar, o poder capilar (imanentemente associado ao saber) que se exerce nas sociedades, instituindo significações (e de certa forma produzindo a própria noção que estaria sendo escrutinada) sobre aquilo que se narra e se institui como sendo o “sujeito educado”.

Para pesquisadores como eu, situados no campo da Educação (que desenvolveu a tese em um Programa de Pós-Graduação em Educação), torna-se pertinente também perguntar em

que aspectos e de que forma a política de uma investigação realizada nesse campo nos dias atuais difere da processada, especialmente nos anos 1960, pela chamada Teoria Crítica em Educação⁷². Esta teorização também não estaria interessada em expor (e muitas vezes também em condenar) certas dinâmicas do poder nas sociedades? Se as pesquisas na perspectiva crítica estão interessadas na transformação e na mudança social – e seu anseio político estaria explícito nesse desejo – qual seria, por outro lado, a pretensão política sob uma perspectiva pós-crítica (vou chamar assim as pesquisas assentadas no Pós-Estruturalismo⁷³)? Enfim, como o político é efetivamente operado nas pesquisas processadas nestas vertentes pós-críticas?

Posso dizer que a própria noção de poder parece diferenciar tais campos e suas políticas. Meu interesse em expor tais diferenciações relaciona-se a meu desejo de tornar um pouco mais explícita a dimensão política que atravessa a configuração de minha pesquisa. Meus questionamentos vão na direção de esclarecer escolhas e opções, mas também de construir um forte sentido político à pesquisa que desenvolvi. No caso do meu estudo, a política não se refere, tal como poderia pretender uma pesquisa assentada na Teoria Crítica, à transformação radical (no sentido de mudar na raiz) das estruturas sociais e dos sujeitos (já que não foca o poder institucional e a ideologia). Porém, em que direção meu estudo se legitimaria como político, estando vinculado a uma teorização pós-crítica?

Se na pesquisa pós-estruturalista desenvolvida por Fendler (2000), por exemplo, o “sujeito educado” é um efeito do poder capilar que se vincula de forma imanente ao saber, a política não reside mais em dotar esse mesmo sujeito de uma tomada de consciência, bem como não reside mais, somente, em transformar completamente as instituições que possuem ascendência sobre este mesmo “sujeito”. Então, qual será a política operada a partir dessa virada cultural (que tira do sujeito uma pretensão de determinação última dos significados sociais, já que o coloca como articulado imanentemente ao discurso e à linguagem) processada pelas perspectivas pós-estruturalistas? A política se tornou mais branda, mais implícita, já que não mais envolvida diretamente com as mudanças sociais? Ou a pretensão de uma transformação social passou a ser configurada em outros termos?

⁷² Estou considerando como incluídas na teorização crítica em educação diferentes perspectivas (e temporalidades) como, por exemplo: as derivadas dos estudos de Paulo Freire, de Louis Althusser, de Antônio Gramsci; as teorias de reprodução cultural concebidas sob inspiração de algumas análises proferidas por Pierre Bourdieu; as postulações transformadoras da sociedade e da cultura defendidas pelas teorizações de autores como Peter McLaren e Michael Apple, mesmo que estes últimos aproximem seus estudos, em alguns momentos, às teorizações pós-críticas.

⁷³ Estou tomando como perspectivas pós-estruturalistas em educação aquelas processadas, sobretudo, sob inspiração dos trabalhos de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Giorgio Agamben, que se distanciaram “de todas as formas de fundacionalismo, uma tendência da qual o próprio estruturalismo não estava livre” (PETERS, 2000, p. 46).

De uma forma geral, o artigo de Fendler (2000) fornece algumas pistas para proceder a discussão dessas questões, pois, como a autora destaca, mostrar como se chegou, ou como se constituiu um determinado estado de coisas (no caso do estudo da pesquisadora referida à noção de “sujeito educado”), permite fazer a explicitação do caráter construído, manufaturado, produzido deste mesmo estado de coisas. Talvez, tal processo de *desnaturalização* funcione como um primeiro movimento pós-crítico necessário a uma possível intervenção provocativa de uma mudança social, quem sabe, menos imbuída da intenção de apontar qual a transformação que se deva fazer e que direção os sujeitos devam seguir. Nesse sentido, as perspectivas pós-estruturalistas de pesquisa em educação estariam permitindo ver que caminhos são possíveis construir, a partir dos estilhaços da desconstrução, da desnaturalização e da problematização de um determinado estado de coisas que não nos satisfaz.

Neste sentido, a dimensão política de minha pesquisa poderia incidir na busca de desnaturalizar a construção feita acerca do que seria o caráter nacional, brasileiro, que se atrelou à Amazônia naquele período da Primeira República do Brasil. Dessa forma, argumento que trabalhar, mesmo nos dias atuais, na direção de tornar a floresta como um território nacional não é algo que possa ser visto como “natural”, mas sim instituído em relações de poder-saber, sendo que neste processo estiveram implicadas, no “tempo *euclidiano*”, inúmeras práticas, vários artefatos literários, diferentes instâncias que, articuladamente, foram acionadas para fazer emergir uma floresta amazônica efetivamente brasileira. Neste processo, estiveram implicados, então, aspectos como a necessidade de se *estar mesmo lá* na floresta para poder narrá-la, a ruptura com a literatura estrangeira e científica de viagem, a consideração da miscigenação como algo positivo para a nação brasileira, bem como a *invenção* de uma raça tida como tipicamente nacional, além das críticas a uma ocupação nômade de uma floresta marcada como desértica.

Feitas estas considerações “políticas” que não visou esgotar plenamente e sim deixar deliberadamente em suspensão, passo a explicitar (e também a configurar), na próxima seção, um significado político para a seleção da noção de hibridação cultural como central para as análises realizadas nesta tese.

7.2 A Amazônia *hibridada*: do inferno ao desencanto

Algumas análises da obra amazônica de Euclides da Cunha, tal como o estudo de Lima (2002), têm ressaltado a produção dicotômica dos escritos *euclidianos* sobre a floresta. Nesta direção, a Amazônia emergiria significada a partir de dualidades tais como: interior/litoral, civilização/barbárie, paraíso/inferno. Dessa forma, se a Amazônia é vista como narrada como o “inferno”, como o “interior”, do outro lado estaria o paraíso do litoral citadino. Alguns autores, tais como Galvão (2002), sugerem que na obra de Euclides da Cunha operou-se uma inversão de alguns binarismos, sobretudo quando o viajante criticou o barbarismo presente nos estrangeirismos que pululavam pelas cidades litorâneas naquele período inaugural da República e exaltou, concomitantemente, a civilização nascente do interior brasileiro. De qualquer forma, seja na marcação binária tida como a mais freqüente (que instituiu o interior amazônico como um espaço infernal), seja na inversão do dualismo, ainda, assim, seria através de uma relação binária que se estaria acentuando os jogos de significação sobre a floresta.

Acredito que efetivamente esteve em jogo na literatura amazônica de Euclides da Cunha a marcação de alguns binarismos. Só pôde ser considerada “desértica” uma Amazônia que se via esvaziada de civilização (própria das localizações citadinas já europeizadas no país), contudo, não era uma civilização tal como se estava avistando nas cidades litorâneas brasileiras naqueles tempos (inspirada em estrangeirismos) que o viajante Euclides da Cunha desejava para a Amazônia, ou seja, o autor não se referia a uma civilização qualquer, mas a uma particular e necessária civilização que precisaria estar assentada em princípios e símbolos efetivamente nacionais. Assim, não me pareceu estar em operação uma simples relação dicotômica, já que não interessava naquele momento – pelo menos para alguns sujeitos, como Euclides da Cunha, imbuídos de pensar e de construir a nação brasileira – uma civilização estrangeira, européia, edificada por uma “raça” branca. Pelo contrário, almejava-se a instituição de uma civilização efetivamente nacional, certamente abarcadora de marcas de progresso e de desenvolvimento provenientes da Europa, mas singularizada em um território que precisava ser edificado como marcadamente brasileiro. E para isto era imprescindível poder contar com o miscigenado sertanejo (cerne racial da *nossa* nacionalidade), que já estava acaboclado na floresta amazônica.

Seguindo nessa mesma direção argumentativa, eu dificilmente poderia concordar que a metáfora do “inferno” poderia exemplificar a narrativa *euclidiana* sobre a Amazônia. A própria nomeação da floresta como um “paraíso perdido”, deferida pelo próprio Euclides em cartas endereçadas aos seus amigos (já referidas na tese), pode ser tomada como conflitante com a idéia de “inferno”, ou seja, tais denominações não podem ser tomadas como dotadas de significações semelhantes. Em outras palavras, quero argumentar que significar a floresta como um “paraíso perdido” (e nessa marcação, Euclides ironiza a literatura de viagem escriturada por séculos sobre a floresta) ressaltaria a necessidade de se resgatar a Amazônia, de fazê-la ser “encontrada” pelas mãos robustas de brasileiros acabocladados. Enquanto isso, a metáfora do “inferno”, além de ter sido estabelecida em uma relação dicotômica, reduziria a floresta a, simplesmente, um território sem futuro. Vejamos um pouco melhor isso.

Como já mostrei nesta tese, na literatura amazônica de Euclides da Cunha, buscou-se romper com uma literatura de viagem que tornava estrangeira aquela floresta (já que escriturada por mãos de viajantes estrangeiros). E mais, se desejou promover uma descontinuidade com narrativas que marcaram a Amazônia como um território repleto de encantos – sejam aquelas que relatavam o maravilhoso, sejam às que descreveram os medos que a floresta suscitava nos viajantes de diferentes tempos. Nessa ruptura processada nos escritos *euclidianos*, a vinculação da Amazônia com o Paraíso terrestre tornou-se muito mais tênue (o “paraíso” foi, inclusive, “perdido”). Entretanto, não foi, simplesmente, uma relação binária que atuou nesse arrefecimento de uma polaridade, sobressaltando, por outro lado, a representação da floresta como um “inferno verde” (como se a representação tivesse deslizado, simplesmente, de um pólo a outro, ou seja, do paraíso para o inferno). Nesse processo de significação estiveram em jogo outras questões que passo novamente a marcar resumidamente.

A floresta não foi instituída na literatura de viagem de Euclides da Cunha como um “inferno”, o que pressuporia considerar ser a Amazônia um lugar terrível, fadado a ser um território sem esperanças, sem futuro; pelo contrário, a floresta emergia como passível de transformação, de integração efetiva ao território nacional e, especialmente, como lugar passível de desenvolvimento econômico. Para nacionalizar a Amazônia era preciso, mais do que significá-la como um “inferno”, também, desencantá-la, fazê-la perder, definitivamente, sua aura paradisíaca.

Foi buscando não simplificar (ou reduzir) os jogos por imposição de significados que estavam em operação na escrita *euclidiana*, que preferi trabalhar em uma dimensão

articulatória mais ampliada. Se por um lado relações pautadas em dualidades facilitam a interpretação, ao colocarem em articulação poucos elementos, uma perspectiva articulatória mais ampla dificulta o trabalho analítico oferecendo mais “riscos” às análises, pois pode fazer com que o pesquisador fique enroscado no emaranhado de fios entremeados na tessitura das narrativas que se deseja construir. Mesmo sabendo ser uma impossibilidade dar conta da infinidade de articulações possíveis de serem trazidas ao se contar uma história e, também, correndo o risco de tornar essa mesma história um pouco confusa demais, preferi, mesmo assim, trabalhar com a ampliação do espectro articulatório. Foi em decorrência dessa escolha que a noção de hibridação cultural tornou-se uma ferramenta central para a construção da pesquisa.

Não quero dizer muito mais do que já disse sobre tal conceituação ao longo da tese, sobretudo no capítulo em que, especificamente, dedico-me a tentar discuti-la. Quero apenas destacar aqui, nesse momento em que vou encaminhando a finalização desse estudo, que, em uma análise sob “efeito lisérgico” do conceito de hibridação cultural, destacar-se-iam os conflitos, as incongruências, as aparentes contradições, as perturbações. Além disso, tal análise estaria se distanciando das sínteses, das misturas não problematizadas, das simples agregações, das junções de autenticidade, das dualidades sincréticas. A possibilidade aparentemente contraditória de articulação de significações insolúveis é um efeito dos processos de hibridação – nessa interação conflitante entre diferentes ordens simbólicas e materiais. Foi nesse *entre-lugar*, nesse espaço não configurado no jogo dialético dos binarismos, não acentuado por sínteses e mesclas, mas configurado pela desnecessária articulação de diferentes elementos configurados em relações de poder-saber, que procurei localizar esta pesquisa.

Enfim, quero registrar uma última vez que procurei *hibridar* a Amazônia que emergia das páginas escrituradas por Euclides da Cunha. Dessa forma, li em seus escritos um processo de nacionalização da Amazônia que se configurava naquele período da Primeira República brasileira. E nesta nacionalização processada nos textos *euclidianos* (mas não apenas neles, já que este desejo de construir, fortalecer, desenvolver a nação estava na ordem dos discursos da época) estive em jogo: a necessidade de ir lá ver a floresta com os próprios olhos (olhos muito próprios de um brasileiro), a incumbência oficial de escrituração de seus rios para a demarcação das fronteiras da nação, o enfraquecimento das narrativas estrangeiras sobre a Amazônia e, com isso, a promoção de um desencantamento de seu território, a *invenção* de uma raça nacional tida como capacitada à sua transformação e efetiva integração a um país

clamante de progresso, de civilização e de desenvolvimento econômico e o combate ao nomadismo histórico de sua ocupação, que mantinha a floresta como desértica de civilização.

Enfim, estava em jogo a nacionalização da Amazônia, ou seja, a edificação de um olhar efetivamente nacional para uma floresta que precisava deixar de ser sertão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os Sertões* na virada do século. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 93-115, 1998.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Enredos da tradição: a invenção histórica da região Nordeste do Brasil. *In*: SKLIAR, Carlos; LARROSA, Jorge (Orgs). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-52, 2004.

AMARAL, Marise Basso. **Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX**. 353 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANTUNES, Arnaldo. **Tudos**. São Paulo: Iluminuras, 1990.

ARAÚJO, Hermetes Reis. O mercado, a floresta e a ciência do mundo industrial. *In*: _____. (Org.) **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BARRETO, Fausto; DE LAET, Carlos. **Antologia Nacional: coleção de excertos dos principais escritores da língua portuguesa**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 527 p, 1928.

BARROS, Wagner Santos de. **Euclides da Cunha, a Amazônia e os viajantes: o pensamento nacional no paraíso em construção**. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2000.

BARTHES, Roland. Escrever a leitura. *In*: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 199, n. 81, p. 452-463, 2000.

BORHEIM, Gerd. A Filosofia do Romantismo. *In*: GUINSBURG, J. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**: a nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas: UNICAMP, 2002.

BRAGA, Claudia. **Em busca da brasilidade**: teatro brasileiro na Primeira República. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instruções para as comissões mistas brasileiro-peruanas de reconhecimento dos rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados. In: CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Comissão de Reconhecimento do Alto Purus e Exército do Brasil. [**Ofício a Antônio do Nascimento Linhares**] comunicando que o Barão do Rio Branco anunciara em telegrama a prorrogação, até 31 de dezembro de 1905, do acordo provisório de 13 de julho de 1904 com o Peru, permanecendo assim durante o novo prazo “a neutralização do Alto Juruá, acima da confluência do Breu e a do Alto Purus a partir de Catay”. 1905a. 1f. Arquivo Histórico do Itamaraty.

_____. Ministério das Relações Exteriores. [**Telegrama do Barão do Rio Branco**] enviando perguntas sobre postos e habitantes da região de Catay. [s.l.], 24 out. 1905b. 1f. Arquivo Histórico do Itamaraty.

_____. Ministério das Relações Exteriores. [**Diário da Marcha**]. Diário realizado por membros da expedição, desde a partida de Manaus até as cabeceiras do Purus. 44p. Original com três letras diferentes e com observações à margem e fecho do próprio punho de Euclides da Cunha. Datado por Euclides da Cunha no Rio em 20 fev. 1906. Arquivo Histórico do Itamaraty.

CAMPELO, Alvaro. Alvaro Campelo em entrevista “a Página”. **Jornal A Página**. 07 (67): 16. (Portugal), 1998. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=331>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

CAPELA, Carlos Eduardo. Esse ser tão estrangeiro. **Outra Travessia**: Revista de Literatura, Florianópolis, n. 02, p. 115-133, 2004.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Org.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Sócioambiental/Estação Liberdade, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 63-79, 1998.

CARVALHO, Isabel. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 07, n. 15, p. 107-147, 2001.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003a.

_____. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003b.

_____. Notícias recentes sobre la hibridación. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque; RESENDE, Beatriz. **Artelatina**: cultura, globalização e identidades cosmopolitas. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora e Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000.

_____. El malestar en los estudios culturales. **Fractal**, México, v. 02, n. 06, p. 45-60, 1997. Disponível em: <<http://www.fractal.com.mx/F6canclini.html>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

_____. **Consumidores e Cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHAVES, Raúl Bueno. **Antonio Cornejo Polar y los avatares de la cultura latinoamericana**. Lima: Fondo Editorial de la UNMSM, 2004.

CHIAPPINI, Ligia. Literatura e História: notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, n.05, p.18-28, 2000.

COLOMBI, Beatriz. **Viaje intelectual**: migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915). Rosário: Beatriz Viterbo, 2004.

CONTURSI, Maria Eugenia; FERRO, Fabiola. **La narración**: usos y teorías. Buenos Aires: Norma, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos culturais – para além das fronteiras disciplinares. *In*: _____ (Org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. (Org.). **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a.

_____. (Org.). **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b.

COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel (Orgs.). **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 36-61, 2003.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária**: uma introdução. São Paulo: Beca, 1999.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. Os caucheiros. *In*: _____. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. Judas-Asvero. *In*: _____. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999c.

_____. O Rio Purus. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995a.

_____. Plano de uma Cruzada. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995b.

_____. Academia Brasileira de Letras (Discurso de Recepção). *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995c.

_____. Em viagem (Folhetim). *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995d.

_____. Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: Obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995e.

_____. A Transaccreana. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995f.

_____. Olhemos para os sertões. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995g.

_____. Discurso de Posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995h.

_____. Nativismo provisório. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995i.

_____. Contrastes e confrontos. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995j.

_____. Entre os Seringais. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995k.

_____. Contra os caucheiros. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995l.

_____. Entre o Madeira e o Javari. *In*: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995m.

_____. Cartas aos Amigos. *In*: _____. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994a.

_____. Correspondência com o Barão do Rio Branco. *In*: _____. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994b.

_____. Geografia do Alto Purus. *In*: _____. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994c.

_____. O Rio Purus. *In*: _____. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994d.

_____. **Os Sertões**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

_____. Preâmbulo. *In*: RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Genova: C. Celluloide Bacigalupi, 1908.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: UNESP, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DERRIDA, Jacques. Políticas da diferença. *In*: DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã...** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004a.

_____. Escolher sua herança. *In*: DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã...** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004b.

_____. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade. *In*: DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

_____. **Torres de Babel**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. *In*: _____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DUARTE, Regina Horta. **História & Ambiente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DUSCHATZKY, Sílvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. *In*: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ELLSWORTH, Elisabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ESCAJADILLO, Tomás. **Perfil y entraña de Antonio Cornejo Polar: homenaje**. Lima: Amaru, 2004.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Mediocridade e loucura**: e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1995.

FABRIS, Eli Henn. **Em cartaz**: o cinema brasileiro produzindo sentidos sobre escola e trabalho docente. 250 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FENDLER, Lynn. Qué es imposible pensar? Una genealogia del sujeto educado. *In*: _____. POPKEWITZ, Thomas e BRENNAN, Marie (Orgs.) **El desafio de Foucault**: discurso, conocimiento y poder en la educación. Barcelona: Pomares-Corredor, 2000.

FONSECA, Marcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade**. *In*: _____. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. O que é um autor. *In*: _____. **Ditos & Escritos**. Estética: literatura, pintura, música e cinema (vol. III), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. *In*: FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). Cronologia. *In*: CUNHA, Euclides da. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Anseios de amplidão. **Cadernos de Literatura Brasileira**, São Paulo, edição especial, números 13 e 14; p.162-200, 2002.

GARCIA, Márcia Japor de Oliveira; FÜRSTENAU, Vera Maria (Orgs.). **O acervo de Euclides da Cunha na Biblioteca Nacional**. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

GARRAMUÑO, Florencia. Rebeldes modernos: *Os Sertões*, Estado e refugiados. *In*: BRAVO, Álvaro Fernández; GARRAMUÑO, Florencia; SOSNOWSKI, Saul (Orgs.). **Sujetos en tránsito**: (in)migración, exílio y diáspora em la cultura latinoamericana. Buenos Aires: Alianza, 2003.

GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. **Diálogo**. São Paulo, v.22, n.03, p.58-63, 1989.

GIROUX, Henry. Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: história de uma polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GODOY, Sonia Maria Saura de. Pós-colonialismo e identidade: aspectos do jogo de poder. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 97-111, 2003.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. É possível um território familiar estar ao mesmo tempo estrangeiro? *In*: SKLIAR, Carlos (Org.). **Derrida e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Um olhar nacional sobre a Amazônia: apreendendo a floresta em textos de Euclides da Cunha**. 113 f. Projeto de Tese – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. Construindo um tema de pesquisa sobre educação e meio ambiente. *In*: GUIMARÃES, Leandro Belinaso; BRÜGGER, Paula; SOUZA, Suzani Cassiani de; ARRUDA, Vera Lícia Vaz (Orgs.). **Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

_____. **A produção cultural da floresta amazônica no início dos séculos XIX e XX**. 21 f. Anteprojeto de Tese – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **O educativo nas ações, lutas e movimentos de defesa ambiental**: uma história de discontinuidades. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GROSSBERG, Lawrence. On postmodernism and articulation: an interview with Stuart Hall. *In*: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Orgs.). **Critical Dialogues in Cultural Studies**. London/New York: Routledge, 1996.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. Estudos Culturais e seu legado teórico. *In*: SOVIK, Liv (Org.) **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003a.

_____. A questão multicultural. *In*: SOVIK, Liv (Org.) **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003b.

_____. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. *In*: SOVIK, Liv (Org.) **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003c.

_____. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul/dez. 1997a.

_____. The spectacle of the 'other'. *In*: _____. **Representation**. Cultural Representations and Signifying Practises. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage/Open University, 1997b.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade da selva. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. A vingança da Hiléia: os sertões amazônicos de Euclides. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 144, p.29-61, jan-mar, 2001.

HATOUM, Milton. Expatriados em sua própria terra. **Cadernos de Literatura Brasileira**, São Paulo, n. 13 e 14, dezembro de 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

HOPENHAYN, Martín. Estilhaços de utopia: vontade de poder, vibração transcultural e eterno retorno. *In*: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da Natureza** (volumes I e II). São Paulo: Jackson, 1957.

IANNI, Octávio. **Transculturização**. Disponível em: <<http://www.prolides.org.br/article/view/1061>>. Acesso em: 22 fev. 2005.

JENKS, Chris. **La centralidad del ojo en la cultura occidental**: una introduccion. Disponível em: <www.fcpolit.unr.edu.ar/a2_jenks.htm>. Acesso em: 18 out. 1999.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, estudos culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

KESSELRING, Thomas. O conceito de *Natureza* na História do pensamento ocidental. **Episteme**, Porto Alegre, n.11, p.153-172. 2000.

KINCHELOE, Joe. McDonald's, poder e criança: Ronald McDonald faz tudo por você. *In*: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis; SANTOS, Edmilson Santos dos (Orgs.). **Identidade social e a construção do conhecimento**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1997.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII (suplemento), p. 863-80. 2001.

LACLAU, Ernesto. Populismo: qué hay en el nombre? *In*: ARFUCH, Leonor. **Pensar este tiempo**: espacios, afectos, pertenencias. Buenos Aires: Paidós, 2005.

LARROSA, Jorge. Sobre a lição. *In: _____*. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Porto Alegre: Contra*Bando, 1998.

LEÃO, Veloso. **Euclides da Cunha na Amazônia** (ensaio). Rio de Janeiro: São José, 1946.

LE BON, Gustavo. **Leis Psicológicas da evolução dos povos**. Lisboa: Tipografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910.

LEITE, José Roberto Teixeira. Viajantes do imaginário: a América vista da Europa, séc. XV-XVII. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 32-45, jun/ago. 1996.

LENOIR, Thimoty. A Ciência produzindo a natureza: o museu de história naturalizada. **Episteme**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 55-72. 1997.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. **História e Narrativa**: Euclides da Cunha e a Amazônia. 346 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: REVAN, IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. *In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.)*. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817 – 1820). São Paulo: Hucitec, 1997.

MACHADO, Aimberê Araken. **Drama e genialidade em Euclides da Cunha**: aspectos da vida e da obra do autor de *Os Sertões*. Florianópolis: Insular, 2002.

MAIA, Antonio Cavalcanti. **Diversidade cultural**: identidade nacional brasileira e os seus desafios contemporâneos. Texto digitado, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. *In: ORTIZ, Fernando*. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. Nosotros habíamos hecho estudios culturales mucho antes de que esta etiqueta apareciera. *In: SPIELMANN, Ellen*. **Una entrevista con Jesús Martín-Barbero**. Berlin, 1996. Disponível em: <<http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev33.html>>. Acesso em: 06 jan. 2003.

_____. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. *In*: SOUSA, Mauro Wilton (Org.). **Sujeito: o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MASIERO, André Luis. “Psicologia das Raças” e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 66-79. 2002.

MATO, Daniel. Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. *In*: MATO, Daniel (Coord.). **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas em cultura y poder**. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Centra de Venezuela, p.21-46, 2002. Disponível em: <<http://www.globalcult.org.ve/pub/CYP.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2004.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MAZZOTTI, José Antonio; ZEVALLOS AGUILAR, Ulises Juan. **Asedios a la heterogeneidad cultural. Libro de homenaje a Antonio Cornejo Polar**. Filadélfia: Asociación Internacional de Peruanistas, 1996.

MAYRINK, Geraldo. **O consórcio da ciência e da arte**. Disponível em: <www.estadao.com.br/sertões/emails/pg_007.htm>. Acesso em 30 ago. 2002.

MEYER, Dagmar Estermann. As mamãs como instituintes da maternidade: uma história do passado. *In*: MERCADO, Francisco J; GASTALDO, Denise; CALDERÓN, Carlos (Orgs.). **Paradigma y diseños de la investigación cualitativa en salud: una antología iberoamericana**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara y Universidad Autónoma de Nuevo León, 2002.

_____. Etnia, raça e nação: o currículo e a construção de fronteiras e posições sociais. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MIGNOLO, Walter. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. *In*: WALSH, Catherine. Entrevista a Walter Mignolo. **Revista On-line de La Universidad Bolivariana**, Vol.1, n.4, 2003a. Disponível em: <<http://www.revista.polis.cl/4/wal.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2005.

_____. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003b.

_____. Herancias coloniales y teorías postcoloniales. *In*: STEPHAN, Beatriz González (Org.). **Cultura y tercer mundo: cambio en el saber académico**. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

MONTALDO, Graciela. **A propriedade da cultura: ensaios críticos sobre literatura e indústria cultural na América Latina**. Chapecó: Argos, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. As raças indígenas no pensamento brasileiro do império. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MORLEY, David. Pertenencias. Lugar, espacio y identidad en un mundo mediatizado. *In*: ARFUCH, Leonor. **Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MOSER, Walter. Estudos literários, estudos culturais: reposicionamentos. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, n.03, p. 62-76. 1998.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

PÁDUA, José Augusto. Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. **Cadernos de Debate 06**. Rio de Janeiro: BSD/Fase, 2003.

_____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1788-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEREIRA, Paulo Roberto. Viajantes do século XVI. *In*: _____. (Org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional: Guia das Fontes sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PICÓN-SALAS, Mariano. **De la conquista a la independencia: tres siglos de Historia Cultural Hispanoamericana**. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1958.

PLUMMER, Ken. An invitation to a sociology of stories. *In*: GRAY, Ann; McGUIGAN, Jim (Orgs.). **Studying Culture**. London: Arnold, 1993.

POLAR, Antonio Cornejo. Mestizaje e hibridez: los riesgos de las metáforas. **Revista de Crítica Literária Latinoamericana**, Lima-Hanover, n.47, p.07-11, 1998.

_____. Mestizaje, transculturación, heterogeneidad. **Revista de Crítica Literária Latinoamericana**, Lima-Hanover, n. 40, 1994.

_____. Para una crítica integrada al proceso liberador de América Latina. *In*: RUSSOTO, Margara. **Ante de discrepar y construir**. México: Editora de la Universidad Veracruzana, 1989.

_____. **Sobre literatura y crítica latinoamericana**. Caracas: Ediciones de la Facultad de Humanidades y Educación/Universidad Central de Venezuela, 1982.

POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999a.

_____. Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante? *In*: VÉSCIO, Luiz Eugênio; SANTOS, Pedro Brum. **Literatura & História**: perspectivas e convergências. Bauru: EDUSC, 1999b.

RAMA, Angel. Os processos de transculturação na narrativa latino-americana. *In*: AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra G.T. (Orgs.). **Ángel Rama**: literatura e cultura na América Latina. São Paulo: EDUSP, 2001a.

_____. Literatura e Cultura. *In*: AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra G.T. (Orgs.). **Ángel Rama**: literatura e cultura na América Latina. São Paulo: EDUSP, 2001b.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

RAZZINI, Márcia. **O primado da leitura literária na escola**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/xxiii-ci/gt04/gt04a4.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2005.

REALE, Miguel. Euclides da Cunha, o Brasil e a filosofia. *In*: CUNHA, Euclides da. **À Margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REIGOTA, Marcos; POSSAS, Raquel; RIBEIRO, Adalberto. **Trajetórias e narrativas através da educação ambiental**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola**: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 2002.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Prefácio. *In*: TOCANTINS, Leandro. **Amazônia**: natureza, homem e tempo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Civilização Brasileira, 1982.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930 (O Brasil Republicano; v.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção, a narração. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

REYNOSO, Carlos (Org.). **El surgimiento de la antropología posmoderna**. Barcelona: Gedisa, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARD, Nelly. Identidades y saberes en tiempos de globalización. *In*: BRAVO, Álvaro Fernández; GARRAMUÑO, Florencia; SOSNOWSKI, Saul (Orgs). **Sujetos en tránsito**: (in)migración, exílio y diáspora em la cultura latinoamericana. Buenos Aires: Alianza, 2003.

RIPOLL, Daniela. **Aprender sobre a sua herança já é um começo**: ou de como tornar-se geneticamente responsável... Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROCHA, João Cezar de Castro. O Brasil era a terra do exílio: Euclides da Cunha e o paraíso perdido. *In*: GOMES, Gínia Maria (Org.) **Euclides da Cunha**: literatura e história. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RODRÍGUEZ, Ileana. Geografías físicas, historias locales, culturas globales. *In*: MORAÑA, Mabel (Org.). **Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina**: el desafío de los estudios culturales. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2002.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

SAMPAIO, Shaula. **Notas sobre a “fabricação” de educadores/as ambientais**: identidades sob rasuras e costuras. 195 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência & Arte**: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SANTIAGO, Silviano. Literatura e cultura de massa. *In*: _____. **O cosmopolitismo do pobre**: crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte, Editora da UFMG, p. 106-124, 2004.

_____. *O entre-lugar* do discurso latino-americano. *In*: _____. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. **Um olhar caleidoscópico sobre as representações culturais de corpo**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território** – Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC e ANPUR, 1998.

SANTOS, Ricardo Ventura. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagens no Brasil no início do século XX: Os Sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. V (suplemento), p. 237-254, julho. 1998.

SCARABÔTOLO, Hélio. **Euclides da Cunha e o Itamarati** (Peru Versus Bolívia). Apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SLACK, Jennifer Daryl. The theory and method of articulation in cultural studies. *In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Orgs.). Critical Dialogues in Cultural Studies*. London/New York: Routledge, 1996.

SILVEIRA, Rosa Hessel (Org.). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: ULBRA, 2005.

SOBREVILLA, David. Transculturación y heterogeneidad: avatares de dos categorías literarias en América Latina. **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana**. Lima-Hanover, n. 54, p. 21-33. 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. Revisão de Euclides da Cunha. *In: CUNHA, Euclides da. Os Sertões*. 27ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

SOMMER, Luís Henrique. Tomando palavras como lentes. *In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel (Org.). Caminhos Investigativos III*: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

STEINBERG, Shirley. Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações. *In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis; SANTOS, Edmilson Santos dos (Orgs.). Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

TYLER, Stephen. Acerca de la “descripción/desescritura como um “hablar por”. *In*: REYNOSO, Carlos (Org.). **El surgimiento de la antropología posmoderna**. Barcelona: Gedisa, 1992.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Memória seletiva: à frente da História. **Cadernos de Literatura Brasileira**. São Paulo, n.13 e 14, p. 14-48. 2002.

_____. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 133-47. 1998.

_____. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: USP, 1994.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Algumas considerações sobre a articulação entre Estudos Culturais e Educação (e sobre algumas outras mais). *In*: SILVEIRA, Rosa Hessel (Org.). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: ULBRA, 2005.

_____. Análises culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à educação. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

_____. Investigação e educação ambiental: uma abordagem centrada nos processos de construção cultural da natureza. **Educação**: teoria e prática, Rio Claro, v. 09, n. 16-17, p.36-42. 2001.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; BRAUN, Maria Cecília. A produção de representações culturais de natureza na ambientação de um grupo étnico no sul do Brasil. *In*: NOAL, Fernando; BARCELOS, Valdo (Orgs.). **Educação ambiental e cidadania**: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

YÚDICE, George. Contrapunteo estadounidense/latinoamericano de los estudios culturales. *In*: MATO, Daniel (Org.). **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas em cultura y poder**. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Centra de Venezuela, p.21-46, 2002. Disponível em: <<http://www.globalcult.org.ve/pub/CYP.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2004.

APÊNDICE 1

Mapa do Rio Purus

APÊNDICE 2

“Caderno de Campo”

Notas explicativas aos leitores e às leitoras

Tecer um “Caderno de Campo” em uma pesquisa situada no campo dos Estudos Culturais e centrada em análises textuais, ou seja, que não utiliza no horizonte de suas metodologias as chamadas entrevistas semi-estruturadas ou as coletas de depoimentos orais (entre outros modos de construir “dados empíricos”), pode parecer, em um primeiro momento, um descompasso. Esta é uma estratégia (confeccionar um “Caderno de Campo”) muito operada em trabalhos que apresentam uma inspiração etnográfica de pesquisa ou mesmo naquelas que optam por fazer análises discursivas a partir do registro de falas e depoimentos de sujeitos. Porém, considero a concepção desse “Caderno de Campo” um registro, um relato, de alguns momentos da minha pesquisa, sobretudo aqueles que me exigiram deslocamentos corporais, ou seja, que me fizeram, literalmente, estar em viagem.

Além desse aspecto, acredito que a composição desse “Caderno” seja uma espécie de “prestação de contas” de um pesquisador que recebeu um forte investimento do governo brasileiro – através da concessão pela CAPES de uma bolsa de doutorado e, posteriormente, de uma bolsa de doutorado-sanduíche por quatro meses, para um intercâmbio de pesquisa na Argentina (conforme explicitarei na tese). Também não posso deixar de reconhecer o apoio da minha Universidade, a Universidade Federal de Santa Catarina, que me concedeu um afastamento integral das atividades, com a manutenção da matriz salarial e concedeu-me um auxílio financeiro (que comento mais adiante) para a pesquisa que desenvolvi em arquivos localizados no Rio de Janeiro, cujo resultado está sintetizado neste documento.

Neste “Caderno” estará contido um conjunto de problemas relativos ao percurso da pesquisa, que, provavelmente, ficariam apagados nas friezas dos relatórios (que apresentei anualmente à minha Universidade) e, ainda, no próprio corpo textual da tese. Acredito que a tese, ao funcionar, antes de tudo, como uma espécie de “relato de pesquisa”, deveria também conter um pouco dos percalços da mesma, sobretudo com relação aos processos constitutivos dos chamados “dados empíricos”. Assim, este “Caderno” cumpre um pouco esta função, sendo que através dele poderei registrar um conjunto de documentos examinados que no corpo da tese estariam dissolvidos ou, então, alguns deles, nem apareceriam.

Dessa forma, estão registrados neste “Caderno de Campo” alguns aspectos gerais da viagem que empreendi ao Rio de Janeiro em 2004, buscando materiais sobre a viagem *euclidiana* à Amazônia, bem como uma compilação sintética de alguns documentos examinados. Na primeira parte você encontrará um relato da viagem ao Rio de Janeiro, seus contratempos, uma avaliação pessoal sobre a mesma, seus frutos à pesquisa. Depois, uma sistematização dos documentos estudados. Produzir esse “Caderno”, então, terá dois objetivos centrais. Primeiramente, fazer-me debruçar novamente sobre todos os registros feitos na pesquisa que empreendi sobre a viagem de Euclides da Cunha à Amazônia, nos Arquivos Históricos do Itamaraty e da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (e em suas respectivas bibliotecas). Nesse “Caderno” transcrevo minhas anotações e novamente reflito

sobre elas concordando ou refutando os próprios comentários que fiz lá mesmo no momento da pesquisa. Tal tarefa colaborou para um posterior aproveitamento desses registros (feitos à mão em um caderno) nos capítulos da tese.

Não posso deixar de marcar que essa pesquisa foi feita de um modo, talvez possa dizer, demasiado *artesanal*. Ela envolveu a leitura dos documentos (utilizando luvas e, nas leituras dos manuscritos originais, também, máscara, para evitar, sobretudo, alergias) e anotações que pareciam ser naquele momento interessantes. Acredito que essa tarefa de confeccionar um “Caderno de Campo” teria sido enormemente facilitada se tivesse utilizado um computador portátil. Além disso, uma máquina fotográfica digital e um *scanner* de mão teriam me permitido coletar imagens da viagem de Euclides da Cunha, bem como, algumas páginas manuscritas, capas de relatórios, ofícios que poderiam exemplificar aos leitores da tese os documentos pesquisados.

Para facilitar a leitura desse “Caderno” é necessário recorrer a algumas “normas” de grafia que possam permitir diferenciar quando é o pesquisador que “fala” ou quando se está fazendo uma transcrição “literal” dos documentos pesquisados. As transcrições estarão, todas, *em itálico* e aquilo que for meu comentário ou, mesmo, as explicações que achar conveniente fazer estarão grafadas da forma como estou apresentando esta introdução.

Seção I

Pesquisa em Bibliotecas e Arquivos Históricos do Rio de Janeiro Novembro e Dezembro de 2004

A viagem torna-se possível...

Domingo, 21 de novembro de 2004. Final da tarde. O avião aterrissa no aeroporto internacional do Galeão no Rio de Janeiro. Havia estado na antiga capital do Brasil em um encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em meados dos anos 1990 (ainda como estudante de biologia, mas já professor do ensino básico). Além da necessidade que tinha de ler os documentos relativos à viagem de Euclides da Cunha à Amazônia, estar novamente no Rio de Janeiro seria uma oportunidade de *consumir* um pouco da história e da cultura *brasileiras* através dos museus, bibliotecas, arquiteturas, igrejas, centros culturais, restaurantes, teatros. Cheguei com a ansiedade daquele que ia experimentar algo que se desconhece, mesmo que o Rio de Janeiro já estivesse, para mim, bastante enredado nas inúmeras narrativas que sobre esta cidade se lê e que nos fazem conhecê-la sem mesmo por lá ter estado. Um pouco, talvez, da sensação experimentada por Euclides da Cunha, guardadas as devidas diferenciações temporais e territoriais, quando de sua viagem à Amazônia. O viajante, além de já ter escrito vários textos sobre a floresta, já havia devorado narrativas sobre a mesma que lhe permitiam conhecê-la sem mesmo lá ter estado. Sem dúvida, estar em viagem pela Amazônia pode não ter colaborado para que Euclides, agora sim, passasse a conhecê-la melhor e de uma forma mais aproximada da verdade; mas permitiu carimbar com certa dose de veracidade aquilo que a partir da viagem seria escrito e inscrito sobre aquele território *abandonado* do Brasil. Da mesma forma, ler os documentos originais

relativos a essa viagem, estudar livros que a interpretaram no decorrer do século XX, também carimbariam e atestariam a “veracidade” daquilo que estava por ser argumentado na minha tese? Euclides da Cunha na Amazônia e eu, quase cem anos depois, no Rio de Janeiro atrás de documentos relativos à sua viagem. Viagens articuladas, quem sabe, pelo desejo de carimbos de “veracidade”, de “densidade”, de solidez aos nossos escritos. Claro que nossas viagens não dizem respeito apenas a esse aspecto. Mas, aqui, nesse “Caderno de Campo”, essa é uma das dimensões que nos conecta.

Também viajamos (Euclides da Cunha e eu) com certos medos. Euclides com receio da vazante do rio Purus que poderia fazer encalhar as embarcações, medo dos adoecimentos e das possíveis indisciplinas que poderiam acometer a tripulação e, ainda, dos ataques que poderiam sofrer de grupos indígenas “selvagens”. Alguns desses receios efetivamente acometeram a viagem: uma das embarcações naufragou, Euclides adoeceu, bem como, alguns tripulantes e algumas indisciplinas tiveram que ser duramente contidas [como o leitor e a leitora poderão atestar no decorrer desse “Caderno de Campo”]. No meu caso, os medos restringiram-se à violência no Rio de Janeiro (que se mostrou contida, apenas, nas páginas dos jornais, embora para outros viajantes, talvez, ela tenha deixado dramaticamente marcas na pele) e ao medo de não conseguir dar conta de ler, em pouco mais de vinte dias (tempo que teria para minhas pesquisas), tudo aquilo que desejaria e que meu corpo permitiria. Senti muita dificuldade em permanecer cinco horas consecutivas (o máximo de tempo que consegui trabalhar diariamente quando estava lendo textos manuscritos; outros materiais como os livros, os textos de jornais e os relatórios datilografados permitiram-me trabalhar por mais tempo) lendo materiais que exigiam uma enorme atenção e um desdobramento incomum para decifrar manuscritos de um autor (Euclides da Cunha) que possuía uma escrita de próprio punho dolorosamente punitiva para todos aqueles que se aventuram a lê-lo (alguns poucos documentos eu deixei de ler em razão dessa dificuldade em, simplesmente, entender a letra de Euclides, dificuldade duplicada pela ansiedade relativa ao tempo que dispunha à pesquisa).

Quero, ainda, voltar às complicações encontradas na pesquisa, mas antes desejo agradecer o esforço da Universidade Federal de Santa Catarina, onde trabalho, sobretudo nas figuras institucionais da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, que unidas não contiveram esforços para que eu pudesse dispor de algum recurso para essa importante viagem ao Rio de Janeiro. Esse “Caderno de Campo” é, em parte, uma resposta de agradecimento a esse esforço. Com essa colaboração advinda da UFSC, consegui permanecer por 22 dias no Rio de Janeiro. Esse foi um tempo que me preocupava muito, pois não sabia se seria suficiente ou insuficiente; adequado ou inadequado. Hoje, posso dizer ter sido este um tempo mínimo. Certamente permitiu-me avançar na leitura de textos *euclidianos* pouco acessíveis, embora uma maior permanência possibilitasse uma ampliação das possibilidades de pesquisa. Concentrei-me nos documentos relativos à viagem de Euclides da Cunha, não sendo possível, pelo tempo da viagem e por alguns outros problemas que passo em seguida a narrar, ampliá-la para também buscar ver como a floresta fora narrada em outras viagens contemporâneas a de Euclides da Cunha. Como vocês verão através desse “Caderno de Campo”, consegui, apenas, ler documentos relativos a uma outra viagem de delimitação territorial do Brasil e obter algumas informações esparsas sobre outras viagens.

Como anunciei logo acima, houve um problema logo no início da viagem que considero central aos encaminhamentos dos meus estudos no Rio de Janeiro e, também, justifica um pouco (além do tempo que me foi possível permanecer no Rio de Janeiro devido às restrições orçamentárias) os motivos pelos quais me concentrei em pesquisar a viagem de Euclides da Cunha. Passo, agora, a narrar tal problema que encontrei logo no primeiro dia de trabalho.

O primeiro e último dia na Biblioteca Nacional...

Segunda-feira, dia 22 de novembro de 2004. Hospedado em um hotel localizado no Aterro do Flamengo, despertei-me muito cedo. Sem dúvida, estava sofrendo de certa dose de ansiedade, pois queria ver a cidade do Rio de Janeiro em sua plenitude de movimentos e cores. E mais, não via à hora de chegar à Biblioteca Nacional e começar meus trabalhos de pesquisa. Havia entrado em contato algumas vezes por telefone e por correio eletrônico com esta importante instituição cultural do Brasil. O último contato havia sido poucos dias antes da viagem, pois queria enviar-lhes a carta de apresentação que me haviam solicitado. Fui informado que poderia levá-la comigo e apresentá-la quando chegasse à própria Biblioteca. Naquela manhã, tomei café no hotel e fui pegar o metrô até a estação Cinelândia, onde está localizada a Biblioteca Nacional. Por volta das 08h30min da manhã estava à frente daquele prédio opoente em uma das praças mais belas que já conheci, pois em sua volta podem-se avistar alguns prédios históricos como o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o Museu Nacional de Belas Artes, entre outros. Ao colocar-me em frente à Biblioteca fiquei surpreso em vê-la com suas portas fechadas. Imediatamente pensei que, talvez, devesse ser muito cedo, embora soubesse que naquele horário a Biblioteca já estaria funcionando. Pensei também que a entrada pudesse ser em alguma porta lateral. Naquele momento, avistei um rapaz que lavava as escadarias frontais. Dirigi-me até ele para saber como poderia entrar. Ele prontamente me respondeu que a Biblioteca estava fechada, pois se encontrava em greve...

Vocês podem imaginar, um pouco pelo menos, como me senti naqueles segundos após aquele rapaz ter-me noticiado que os funcionários da Biblioteca Nacional estavam paralisados. Acredito que ele tenha ficado preocupado com as expressões da minha face e, rapidamente, permitiu-me ir até uma porta localizada nos fundos da Biblioteca, onde estavam reunidos alguns grevistas. Chegando lá, um pouco atônito com a notícia, comecei a conversar com as pessoas, primeiramente, para saber maiores detalhes sobre a greve (quando começou, quando ia terminar, suas motivações, etc), depois, para tentar convencê-los da necessidade que eu tinha de realizar minhas pesquisas. É preciso considerar que a Biblioteca Nacional possui um arquivo exclusivo sobre Euclides da Cunha, que concentra os documentos (muitos em micro-filme) que estão dispersos em outras instituições. Viajei inclusive com uma listagem contendo as referências dos documentos que queria pesquisar (um trabalho de mais de uma semana), consultada em um catálogo publicado em forma de livro por uma pesquisadora da própria instituição. Por tudo isso, naquela manhã não avistava a possibilidade de estar no Rio de Janeiro e não poder entrar na Biblioteca, pois caso isso acontecesse uma imagem assombraria minha cabeça: a de um naufrágio, como naufragou a embarcação que levava os mantimentos na viagem de Euclides pela Amazônia.

Conversando com os grevistas, expus quase em tom de desespero, as dificuldades que havia enfrentado para conseguir recursos para estar ali, naquele momento. Informei que havia entrado em contato várias vezes com a Biblioteca, cobrando o fato de não ter sido avisado da greve, já que sabiam que estava para chegar (como se eu tivesse alguma importância). Em um primeiro momento a conversa foi um pouco tensa...

A greve não era apenas da Biblioteca, mas dos funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado ao Ministério da Cultura e que gerencia a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu do Catete, o Paço Imperial (este estava aberto, pois recebia naqueles dias uma exposição da coleção de arte do patriarca das Organizações Globo, Roberto Marinho, falecido naquele mesmo ano de 2004), entre outros. De todos estes lugares, o Paço Imperial foi o único em que consegui fazer uma

visitação (você já podem imaginar as razões para ser esta uma das únicas instituições a permanecer com suas portas abertas durante a paralisação).

Os funcionários da Biblioteca tentavam me convencer da justeza da greve afirmando que o governo Lula estava destruindo o patrimônio cultural do Brasil. Não entendia muito bem como o governo federal, com menos de dois anos no poder, poderia ser responsabilizado pelas precariedades que acometem historicamente tais instituições. Não vou me alargar nestas considerações, pois vendo a greve nas condições em que via, só poderia assumir uma posição contrária à mesma. Insistir em detalhar tais aspectos vai me colocar frente aos leitores e às leitoras em uma posição política que não gostaria de me ver associado. Mas como diz Derrida, não podemos nos ver como sendo simplesmente isso e não aquilo. Nossas posições políticas podem mudar conforme as acentuações que queiramos dar em um determinado momento e circunstância. É possível possuir limpidamente as mesmas posições políticas em todas as circunstâncias? É possível ser coerente com suas próprias posições políticas tecidas em outros tempos e espaços? Dessa maneira, naquela discussão entre um pesquisador querendo estudar na Biblioteca e os funcionários que, em greve, pleiteavam melhores condições de trabalho; todos nós tínhamos razões, pois falávamos a partir dos interesses que estavam em jogo ao assumirmos determinadas posições diferenciais de sujeito.

Ficando um pouco mais calmo, comecei a perguntar sobre outros lugares que poderia encontrar alguns dos documentos que me interessariam. Eles me falaram do Arquivo Nacional. Obtive informações de como poderia chegar até lá e fui caminhando, com o telefone da Biblioteca guardado em meu bolso, para ligar e receber notícias da greve (fiz isso várias vezes, mas o protesto persistiu por todo o tempo que estava no Rio). Uma hora de caminhada (com uma pausa para uma água e um café) e por volta das onze horas da manhã eu estava no Arquivo Nacional.

O surgimento de outras possibilidades...

Antes de continuar contando os percalços relativos à pesquisa que fui realizar, não poderia deixar de marcar alguns aspectos em relação ao trajeto que fiz da Cinelândia (onde está localizada a Biblioteca Nacional) até a Central do Brasil (onde se localiza o Arquivo Nacional). O Rio de Janeiro estava em pleno processo de “limpeza”. Sabia que no centro da cidade havia muitos moradores de rua e meninos que por lá perambulavam ao léu, tanto de dia como de noite. Porém, naquelas semanas a Prefeitura da cidade estava recolhendo todos aqueles que por lá estavam sem algum propósito claro, sem ao menos transparecerem através de suas vestimentas e gestos que estavam lá pelo centro por algum ensejo “aceitável”. Em outras palavras, talvez em razão da temporada de férias que se iniciava (tempos de muito fluxo turístico na cidade), a Prefeitura via como necessária a retirada dos moradores e dos meninos que viviam ou permaneciam por muito tempo pelas ruas, para serem depositados em abrigos institucionais. A mídia (jornais televisivos e impressos) noticiava exaustivamente tal medida e expunha um debate entre entidades que condenavam certa truculência e arbitrariedade relativa a tais práticas e outras, como a Prefeitura, que defendia e imprimia essa espécie de “seqüestro” oficial das pessoas. Durante minha estadia pelo Rio, tal medida foi suspensa pela justiça e depois retomada novamente. Enfim, gostaria apenas de dizer que o centro do Rio de Janeiro se mostrava surpreendentemente “limpo” aos olhos do pesquisador.

No fim daquela manhã de segunda-feira cheguei ao Arquivo Nacional. Na portaria localizada no térreo fui obrigado a identificar-me e deixar todo material que levava comigo. Pude subir apenas com papéis e lápis. Chegando ao andar de acolhimento aos pesquisadores,

novamente identifiquei-me e expliquei meus interesses de estudo e, também, falei um pouco sobre os documentos que buscava (sobre a viagem de Euclides da Cunha à Amazônia). Fiz um cadastro e recebi um papel que me autorizava a entrar no prédio do Arquivo, agora, sem maiores explicações. As condições de buscas, sobre aquilo que eu queria pelo menos, eram bastante precárias. Na busca através do computador, as palavras-chaves que tentava dar entrada à pesquisa não me remetiam aquilo que procurava. A alternativa foi consultar as referências dispostas em “coleções” (pastas com referências bibliográficas que se encontram no Arquivo, organizadas a partir de um autor ou temática). Porém, nenhuma “coleção” era relativa a Euclides da Cunha e teria que pesquisar inúmeras coleções de sujeitos contemporâneos ao viajante para nelas tentar encontrar algo que pudesse me interessar. O esforço seria imenso e talvez completamente improdutivo.

Embora tenha sido bem atendido, as pessoas pareciam despreparadas para contribuir nas investigações que necessitava fazer. O lugar era também bastante quente e as condições de pesquisa me pareceram bastante precárias. A saída foi tentar verificar outros locais na cidade em que poderia tentar fazer a pesquisa que tinha me movido ao Rio de Janeiro. A funcionária atenciosa do Arquivo ajudou-me mostrando uma listagem de outras instituições de pesquisa, seus endereços e telefones. Ela parecia querer me conformar, talvez eu estivesse com uma enorme expressão de desânimo naquele momento, e bem convicto que a vida de pesquisador era mesmo difícil. Parecia querer fornecer um ar de naturalidade aquela situação incerta em que me encontrava, pois nem iniciar meus trabalhos estava conseguindo.

Aquela listagem de instituições que folheava junto com a funcionária de certa forma solucionou meus problemas. Encontrei o endereço e o telefone do Arquivo Histórico do Itamaraty. Naquele momento, lembrei dessa instituição, que ficava no Rio de Janeiro e que guardava toda documentação oficial da viagem *euclidiana* à Amazônia, pois que o viajante esteve por lá como funcionário do Ministério das Relações Exteriores, cuja sede era exatamente onde hoje se encontra o belo Palácio do Itamaraty, nas cercanias da Central do Brasil e do Arquivo Nacional. Imbuído que estava de realizar minha pesquisa na Biblioteca Nacional (cujas cópias de toda documentação do Itamaraty relativa a Euclides lá se encontram) havia-me esquecido do seu Arquivo Histórico. Quando estivesse com a “mente” um pouco mais tranqüila, provavelmente recordaria desta Instituição. Como era próximo de onde estava, fui imediatamente até lá.

Chegando ao Palácio do Itamaraty, apresentando-me na portaria, mais uma desagradável surpresa estava a me esperar. Era quase uma hora da tarde, quando fui informado pela funcionária que o Palácio havia sido recentemente assaltado (um conjunto de pinturas e gravuras haviam sido roubadas) e, portanto, a entrada de pessoas estava sendo cuidadosamente controlada. Para poder entrar no Arquivo ou na Biblioteca era necessária uma autorização expressa dos responsáveis e, também, da chefia da segurança do prédio. O problema é que essa permissão poderia demorar a ser emitida, dependendo do número de pesquisadores já autorizados e agendados, já que o Arquivo comporta um número muito reduzido de pessoas trabalhando ao mesmo tempo. Eu deveria telefonar para o próprio Arquivo e conversar com o coordenador responsável pela autorização.

De um telefone público liguei. Conversei com o responsável que me deu um endereço eletrônico para que pudesse justificar a necessidade que tinha em pesquisar no Arquivo, bem como os dias em que pretendia permanecer trabalhando. Além disso, solicitou uma espécie de cadastro, como nome, número dos documentos de identificação e detalhes como a instituição a qual estava vinculado. Disse da urgência que tinha em iniciar a pesquisa e me falou para enviar-lhe o mais rápido possível e que já no outro dia receberia uma resposta. Voltei ao hotel, para fazer tais procedimentos.

Por volta das quatro horas da tarde estava enviando o e-mail com as informações que me haviam solicitado. Com isso terminava a saga do meu primeiro dia no Rio de Janeiro e, agora, precisava contar um pouco com a sorte, pois esperava que não houvesse muitos outros pesquisadores agendados no Arquivo Histórico do Itamaraty (ele comporta apenas um total de seis pessoas trabalhando ao mesmo tempo).

Enfim, o começo e o fim...

No meio da manhã do dia seguinte voltei a telefonar para o “Itamaraty”. Informaram-me que poderia iniciar minhas pesquisas no outro dia, mas se quisesse poderia ver algo na “Biblioteca” também. Esta guarda materiais mais “novos” (a partir de meados do século XX). Neste dia fui até à biblioteca e fiz um levantamento de obras que no decorrer do século XX interpretaram a viagem *euclidiana* à Amazônia. Uma dificuldade. Nada estava digitalizado e a pesquisa tinha que ser feita em um gigantesco fichário. Comecei a sentir que as instituições de pesquisa do país necessitam passar por um processo de modernização. Talvez a Biblioteca Nacional esteja mais organizada (não pude conferir isso). Mais uma vez recorri ao livro de referências sobre Euclides da Cunha, destaquei alguns autores que considerava interessante ler e procurei por eles no fichário (com a colaboração de duas funcionárias). Consegui encontrar alguns livros de interpretação da viagem *euclidiana* à floresta, alguns escritos nos anos 1940 e outros de outras épocas. Após minha pesquisa no Arquivo Histórico, fiquei por alguns dias lendo estes materiais na Biblioteca do Palácio Itamaraty (vocês já devem ter percebido que o Arquivo e a Biblioteca são lugares diferentes, com coordenações e equipes distintas, mas ambos funcionam no antigo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e residência por muitos anos do Barão do Rio Branco, o imperioso Palácio Itamaraty).

Das três semanas que estive no Rio de Janeiro pesquisei, no decorrer das duas primeiras semanas no Arquivo Histórico e na Biblioteca do Itamaraty. Na terceira semana dediquei-me a pesquisar no Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras. Lá encontrei um arquivo de documentos sobre Euclides da Cunha. Pesquisei, sobretudo, uma hemeroteca bastante significativa sobre o autor.

Agradeço aos funcionários destas instituições pelo acolhimento e dedicação no atendimento. Não mediram esforços para me auxiliarem na pesquisa. Logo abaixo inicio, então, uma sistematização destas três semanas de trabalho. Inicio pelo documento que considerava o mais precioso para minhas intenções de estudo, mas que se mostrou não ser tão interessante assim (como destaque no capítulo dois da tese), pelo menos no que se refere às expectativas que criei sobre o mesmo. Vamos a ele então, com a ressalva de não tê-lo transcrito de forma completa. Pelo contrário, tomei, apenas, algumas notas. Aquelas que me pareceram interessantes. Comento mais sobre isso na seção seguinte.

“Diário da Marcha”

[Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI-RJ); Lata 477; Maço 08; texto manuscrito; original; dificuldade média de compreensão da escrita; 44 páginas.]

Este é um texto inédito. Nunca fora publicado. Até trabalhar com este documento não compreendia como um diário de uma viagem de Euclides da Cunha podia estar no ostracismo. Sabia que ele fora escrito por tripulantes encarregados por seu chefe para tal tarefa (tecer anotações sobre a viagem). Acreditava ser essa a principal razão pela qual tal documento não interessara muito, por exemplo, a Leandro Tocantins, o principal organizador e estudioso da viagem de Euclides pela Amazônia. Este era, pelo menos até o momento de efetivamente encontrá-lo, o principal documento que fora buscar no Rio de Janeiro. Pensava que nele encontraria curiosidades, fatos inusitados, um minucioso relato “etnográfico” da viagem. Sabia que Euclides havia lido e corrigido de próprio punho o documento e isso pude efetivamente evidenciar, havia algumas anotações nas margens do relato (em poucos minutos de pesquisa no AHI já reconhecia tranqüilamente a caligrafia *euclidiana*). Porém, para minha surpresa não foi essa riqueza que encontrei e que imaginava estar contida naquele “Diário”.

Com isso, pude entender que aquela não era uma viagem “etnográfica”, talvez devesse dizer de outra forma, que aquela não era uma viagem de um “etnólogo”, cujos “cadernos de campo” são sempre tão ricos em detalhamentos, pois que interessa mesmo um registro minucioso das práticas sociais nas quais estão envolvidas as populações humanas escrutinadas. Euclides e os tripulantes encarregados da escritura do “Diário”, não estavam interessados em fazer antropologia. Essa, sem dúvida, não era a lente que o viajante estava utilizando naquele momento e naquela circunstância. Aliás, o “Diário” simplesmente silencia a respeito do modo de vida dos chamados à época “selvagens”. A única referência que encontrei a respeito das populações indígenas foi com respeito ao medo que os tripulantes tinham de ataques a que porventura pudessem ser acometidos ao penetrarem na floresta.

Posso dizer, neste momento de sistematização da pesquisa que empreendi no Rio de Janeiro, que o “Diário” aqui em questão é de cunho científico-militar. Um registro das dificuldades da viagem, dos seus pontos de parada, dos acampamentos montados, dos contatos que iam sendo estabelecidos, dos registros geográficos que iam sendo feitos, das perturbações aos bons andamentos dos trabalhos. Um “Diário” que, a meu ver, é seco, resumido e, quase, taquigráfico, embora seja narrativo, pois que apresenta uma estrutura de frases encadeadas que relatam determinados acontecimentos. Enfim, um “Diário” que, simplesmente, atesta, comprova diariamente de forma ordenada e constante (como deveria ser uma viagem ao mesmo tempo oficial, científica e, também, militar), que em horários precisamente regulados, os trabalhos de levantamento geográfico se iam realizando. Isto demonstra o caráter “científico” da viagem expresso no “Diário”. Caráter “científico”, mas não naturalista. Não se tratava de fazer História Natural. Era uma ciência “geográfica”, com acento positivista que se estava praticando. As extensas narrações da flora e da fauna, caracterizações minuciosas e detalhadas costumeiramente encontradas nos relatos dos naturalistas dos séculos XVIII e XIX, estavam ausentes tanto do “Diário”, como do “Relatório” posterior. O olhar estava conformado pela necessidade em fazer todas as medições capazes de detalhadamente e minuciosamente mapear a “geografia” do rio Purus. Era a circunscrição das fronteiras da nação, através do traçado dos rios Purus e Juruá (outra

expedição partira para o mapeamento desse outro rio⁷⁴) que interessava. Além desses aspectos, o “Diário” pretendeu mostrar como irrupções de indisciplina foram fortemente repelidas. Isto demonstra seu caráter “militar”.

O “Diário” apresenta um total de 44 páginas e três letras diferentes o corporificam. O início de sua manufatura esteve a cargo de Manoel da Silva Leme (secretário) que acompanhou a expedição apenas até a localidade da “Boca do Chandless” [responsável pela letra mais difícil de se compreender]. O segundo encarregado pela escritura foi o engenheiro Arnaldo da Cunha (auxiliar técnico) que acompanhou a viagem até as cabeceiras do rio Purus [o registro dos principais incidentes da viagem esteve sob sua responsabilidade]. O terceiro a assumir a escrita foi o alferes Carlos Cavalcante de Carvalho (subalerno da força militar que compunha a tripulação).

Importante é comentar que as alterações relativas ao sujeito que registrava os acontecimentos da viagem se devem ao fato de que o responsável em certa ocasião a abandonara. O primeiro escrivão a deixou logo no seu início, o segundo já no retorno a Manaus quando estava passando a limpo todas as anotações sob sua responsabilidade [por isso a letra estava bastante compreensível]. O abandono de tal tarefa foi por desavenças pessoais com Euclides [não consegui maiores explicações sobre isso]. Como vocês acompanharão na leitura das minhas anotações com respeito ao “Diário”, não foi tão fácil para cada um dos tripulantes manter a disciplina que se fazia necessária para uma viagem científico-militar e que era fortemente cobrada por Euclides. Há várias “indisciplinas” registradas.

Além destes aspectos que compõem certa preparação à leitura das minhas anotações, quero explicitar o espírito da mesma. Já no início da leitura descobri que não encontraria aquilo que tinha imaginado neste “Diário” [havia pensado até mesmo em transcrevê-lo de forma literal e publicá-lo em anexo à tese], ou seja, não foi um “Diário” *antropológico* que encontrei. Este meu “Caderno de Campo” sim, já está sendo composto sob inspiração daqueles que são feitos em investigações *quase* “etnográficas”. Se antes eu partia para a leitura em busca de “dados” sobre as populações indígenas, sobre os sertanejos-seringueiros que lá se encontravam, sobre a própria floresta amazônica, agora era preciso mudar o foco da leitura, pois nada disso eu iria encontrar. Passei a me perguntar o que interessaria, então, anotar. O que daquela narrativa em forma *quase* de telegrama estendido poderia interessar-

⁷⁴ A viagem comandada por Belarmino de Mendonça pelo rio Juruá foi realizada de forma contemporânea àquela chefiada por Euclides da Cunha pelo rio Purus. Tinha um grande interesse em confrontar os Relatórios, ver suas confluências e suas diferenças. Porém, simplesmente não encontrei informações referentes a sua existência no Arquivo Histórico do Itamaraty. Achei apenas o detalhamento dos levantamentos geográficos efetuados com relação ao traçado do rio Juruá e a configuração de pequenos mapas de cada trecho escrutinado. Duas são as hipóteses pensadas para a *inexistência* do Relatório: ou ele não foi escrito ou, então, se perdeu (não fora arquivado). Uma outra hipótese menos plausível que também pode ser levada em consideração seria o fato de não termos conseguido localizá-lo (eu e o funcionário responsável pelo AHI). Aceitando, apenas, a primeira hipótese (que me parece mais adequada), poderia argumentar que sendo a viagem, apenas, para se mapear o rio Juruá, os dados levantados e sistematizados seriam suficientes para tal propósito. As instruções do Ministério das Relações Exteriores (que era semelhante às duas expedições) solicitavam, somente, que ao final dos trabalhos fossem confeccionados um mapa dos trabalhos e uma memória descritiva (cujo “Diário”, então, supriria esta segunda exigência; havia um “Diário” da viagem de Belarmino, mas muito mais sintético em suas anotações do que o já resumido “Diário da Marcha”). Nesta direção, a singularidade na construção de um detalhado Relatório por parte de Euclides, poderia ser pensada como inerente à posição de sujeito ocupada pelo autor: um já consagrado “literato” brasileiro. Em outras palavras, o detalhamento do Relatório, sobretudo as “Notas” ao mesmo, mostram a preocupação com uma sistematização mais literária para a viagem imprimida. Esta suposição conecta-se com as várias motivações da viagem. Como está salientado no corpo da tese, Euclides assume, com ela, a missão (como pode ser visto nas “Notas” do seu Relatório) de marcar o sertanejo-seringueiro como cerne da nacionalidade, denunciando sua vida precária em uma floresta desencantada porque desértica e abandonada.

me. Pensei na recorrência, ou seja, em marcar aquilo que era repetitivo nas anotações, pois, penso eu, seriam tais circularidades que iam me permitir ver aquilo que importava estar registrado naquele “Diário”. Também comecei a me perguntar para quem aquele “Diário” fora escrito. Pensei que, pela forma de sua composição e da secura dos registros (seu caráter científico-militar), o “Diário” apresentava dois endereçamentos. O primeiro seria o próprio Euclides da Cunha, que através de tais registros poderia utilizá-lo na futura composição do “Relatório”. O segundo endereçamento era o Barão do Rio Branco (Ministro das Relações Exteriores, a quem Euclides subordinava-se), ou seja, para quem ele atestava, diariamente, os esforços para que o trabalho estivesse feito de forma disciplinada. Talvez, em razão disso, a preocupação central em marcar no “Diário” os momentos em que estavam sendo cumpridas as tarefas de levantamento geográfico, os horários em que se levantavam diariamente, as “indisciplinas” que foram contidas de forma enérgica, os sobressaltos que comprometiam os trabalhos, mas que eram também prontamente vencidos. Passo então a transcrever minhas anotações, lembrando que em itálico estarão trechos extraídos do próprio “Diário” (composto diariamente).

Partida de Manaus, 05/04/1905, 19 horas.

As comissões: brasileira e peruana [lembro que havia duas comissões nesta viagem de reconhecimento do rio Purus e de delimitações de fronteiras] saíram juntas.

A comissão do Brasil viajou com as seguintes embarcações: a lancha chamada “Cunha Gomes”, o batelão intitulado “Manoel Urbano” e a lancha número 4 da Marinha Nacional. A comissão do Peru viajou com apenas uma embarcação: a lancha de guerra nomeada “Cahuapanas”.

Euclides foi a bordo da lancha número 4, juntamente com seu secretário Manoel Leme. A lancha estava guarnecida por pessoal da Marinha brasileira: dois maquinistas, três foguistas, um cabo e dois marinheiros.

No batelão (levado a reboque pela lancha “Cunha Gomes”) estavam: o primeiro tenente do Exército Alexandre Argolto Mendes (ajudante), Arnaldo Cunha (auxiliar técnico), Thomaz Catunda (médico), Rodolpho Pereira (encarregado de material) e mais vinte praças do 36º Batalhão de Infantaria [acredito que seja de Manaus], comandados pelo alferes Francisco Lemos, tendo como subalerno o alferes Antônio Carlos Cavalcanti de Carvalho.

Na lancha “Cunha Gomes” estavam: o comandante Arthur de Caldas Brito, dois maquinistas, três foguistas, um mestre [?], um marinheiro e um cozinheiro.

Interessante verificar a estrutura militar montada para a expedição, mais detalhes sobre este aspecto estará registrado em inúmeros momentos deste “Caderno de Campo”.

Dia 06/04/1905

Viajaram de dia e de noite. Registram que durante a noite em Arapatá fizeram provisão de lenha (combustível das embarcações) e de tartarugas (provavelmente para alimentação).

Dias 07 e 08/04/1905

Comentam a lentidão das embarcações por falta de pressão nas caldeiras.

Dia 09/04/1905 [a preocupação com a cientificidade]⁷⁵

Eles entraram na foz do rio Purus. Destacam que às sete da manhã começaram os levantamentos hidrográficos. Os dois Comissários (Brasil e Peru) lavraram uma “Ata” combinando o mesmo método e maneira de se fazer medições até o fim da expedição. Acertaram de fazê-las durante o dia.

Dois aspectos são interessantes de serem destacados aqui. Um primeiro diz respeito àquilo que já havia me chamado a atenção: o registro dos trabalhos científicos que estavam sendo realizados era o que importava ser escriturado no “Diário”. Um outro aspecto diz respeito às preocupações quanto à cientificidade das marcações que iam ser feitas.

Dia 10/04/1905

Lancha “Cunha Gomes” virou à noite. Atraso de quinze horas na viagem. Comenta-se a maior velocidade da embarcação do Peru. Além dos registros dos trabalhos científicos que estavam sendo feitos, os incidentes merecem destaque no “Diário”.

Dia 11/04/1905

“*Aportamos em ‘Aruwau’ onde tomamos lenha*” [há uma referência constante a tal ação relativa à busca de lenha para nutrir as fornalhas das embarcações; não há maiores explicações sobre os modos como isso era feito, ou seja, se cortavam árvores ou se coletavam troncos caídos ao chão; acredito, contudo, ser tal aspecto pouco importante; o interessante é que ao marcar constantemente tal tarefa no ‘Diário’, se ia justificando de forma bastante plausível a necessidade de interromper-se por algumas horas a viagem; era necessário, de alguma forma, dizer porque se estava aportando em algum lugar da floresta].

“*...encontramos a lancha peruana que há muito estava à nossa espera*” [marca também de forma recorrente o fato da embarcação do peru se mais veloz que a do Brasil].

Dia 12/04/1905 [a monotonia da paisagem]

“*O Doutor Euclides presenteou D.Buenaño [chefe da expedição peruana] com um serelepe. Continua a mesma monotonia a bordo, as paisagens se sucedem sem contudo variarem*”.

Dia 13/04/1905

Pararam para tomar lenha em Boa Vista de Bacury – “*...todos os seus moradores são cearenses...*” [aqui é interessante notar uma primeira referência ao sertanejo, aqui chamado de cearense].

Dias 14 e 15/04/1905

A velocidade da marcha é de 4 a 4,5 milhas por hora.

Um maquinista pediu para regressar, porque havia pouca harmonia entre ele e os outros tripulantes (motivo apresentado).

Dias 16 e 17/04/1905 [a indisciplina a bordo e a constante monotonia]

“*Hoje um marinheiro não quis obedecer às ordens do comandante Caldas Brito, foi para o porão (...) por duas horas. Continua a mesma monotonia a bordo. Continuamos a viajar sem novidades*”.

⁷⁵ Darei pequenos títulos a algumas datas. Isso para facilitar a incorporação de certos “dados” na tese, pois os “títulos” referem-se aquilo que se encontra na anotação. Lembro que poderia ter organizado por temáticas minhas anotações, mas preferi o caminho mais fácil e curto: a cronologia que já era seguida pelo próprio “Diário”.

Dia 18/04/1905 [a indisciplina]

Registra que um soldado se insubordinou contra o primeiro maquinista da lancha “Cunha Gomes” e ficou por três horas no porão [interessante a disciplina e a hierarquia de comandos a bordo; parece que se não tivesse formação militar, talvez, Euclides não teria sido selecionado para chefiar tal expedição].

Dias 19, 20 e 21/04/1905

O ‘Diário’ destaca os lugares onde aportaram, seus nomes, e faz menção de que tomaram lenha e fizeram uma boa viagem.

Dia 22/04/1905 [a indisciplina e a sua correção]

“...houve um pugilato entre o primeiro maquinista e um prático, (...) o chefe [Euclides da Cunha] interveio, usou de toda energia e resolveu deixar o primeiro maquinista no primeiro porto, depois de pagas todas as suas contas”.

Dia 23/04

Comentário sobre um furo no batelão, que só poderia sair no outro dia.

Dia 24/04 [a civilização levada através dos seringais]

Aportam em “Lebastopol”. Alguns comentários são deferidos à localidade. *“É a situação ou seringal mais bem tratado que temos visto até agora; boa casa de morada, de palha, porém com as arestas todas da cobertura tomadas de zinco; alpendre de zinco na frente (casa assobradada); quintal grande com várias árvores frutíferas”.* Interessante este registro, pois a casa demonstra certa “civilização” na floresta. Não apenas sua construção, mas a transformação que se ia efetivando na “natureza”, agora preenchida também por árvores frutíferas.

Dias 25 e 26/04

Nenhum registro que se possa considerar importante.

Dia 27/04

Aportaram em “Humahytá”. Há um registro de que um tal Sr. Magalhães, proprietário do local, proporcionou horas de descontração ao tocar e cantar infindável repertório de modinhas. Dois aspectos necessitam ser considerados. Primeiro, é preciso registrar que tais lugares, nos quais a expedição aporta à beira do rio são, todos, seringais e possuem ‘donos’ – imagino que eram pessoas de posse das regiões citadinas do “norte” ou do “sul” do país que foram à Amazônia fazer dinheiro com a borracha. Esta informação, caso venha a ser algo importante para o corpo da tese, necessitaria maior aprofundamento. Porém, acredito que as relações econômicas em voga naquela época na Amazônia, sobretudo em torno da extração da borracha, não emergirá como uma categoria de análise da tese. Neste momento penso em selecionar três categorias [focos] do estudo: a floresta, a raça e o território; as três articuladas em torno do eixo central da tese: a produção de um olhar nacional à Amazônia. Em segundo lugar, interessante ver que há no ‘Diário’ registros de momentos de divertimentos.

Dia 28/04

Não fiz qualquer anotação a respeito dos registros.

Dia 29/04

O comandante da comissão peruana enviou ofício dizendo ter sido nomeado para também chefiar a expedição ao rio Juruá. É registrado que junto ao ofício, Buenaño enviou um pato de presente a Euclides da Cunha.

Dia 30/04

Aportam em “Nitteroy” e *“neste porto uma quantidade enorme de grilos invadiu o nosso camarote nos incomodando bastante”*.

De 01 a 05 de maio de 1905 [os desertores]

Aportam e permanecem na “Boca do Acre”. Ficaram quatro dias para determinar a latitude e regularizar os cronômetros. Determinaram velocidade, largura, temperatura e volume dos rios Acre e Purus. Organizou-se um plano de sinais *“para servir de meio de comunicação às embarcações”*. *“Ficou combinado que só navegaríamos durante o dia”*. Arnaldo, auxiliar técnico, pediu demissão, mas esta não foi aceita. Caldas Brito voltou à Manaus por divergências com Euclides, sendo seu pedido de demissão aceito. Um fogueira desertou e o *“segundo maquinista esteve com as malas fora da lancha e prestes a voltar”*.

[a partir de agora escrevo apenas registros dos dias que me parecem importantes de constar neste “Caderno”. Esta foi uma decisão tomada ainda no Rio de Janeiro. Como vocês leitores puderam ver, até agora, por todo o mês de abril da viagem, procurei anotar algo de cada registro diário. Como pouco havia de interessante nos relatos, sobretudo após esse primeiro mês da viagem, passei a registrar somente os dias que me pareceram importantes de constar. Poderia também ter organizado de outro modo estas anotações. Poderia ter feito separações temáticas, por exemplo. Porém, preferi seguir a forma do próprio ‘Diário da Marcha’, qual seja de registrar dia a dia algo a respeito da viagem. Em suma, vocês perceberão a partir de agora alguns saltos nos dias. Sou eu que os provoço, ou seja, o ‘Diário’ permanece com seus registros dia a dia, embora neste ‘Caderno’ só apareça aquilo que me interessou].

Dia 09/05/1905

“Hoje o soldado Sérgio foi lavar o filtro e deixou ‘cair’ (?) pelo rio abaixo as 12 únicas velas que possuíamos do nosso filtro Pasteur. Ficamos sem água filtrada”.

Dia 10/05

Os peruanos emprestaram um filtro a carvão.

Dia 11/05

Na “Boca do Yaco”. Comenta que Euclides e Arnaldo saíram em uma montaria para percorrerem um trecho do Yaco [por ter sido digna de registro, essa pequena nota indica a grande permanência dos tripulantes nos próprios barcos ou, quando em terra, muito próximos a eles durante o pernoite. Talvez tenha sido a primeira montaria e, portanto, um percurso maior em terra durante a viagem]. Conta-se que levaram muitos instrumentos para medições.

Dia 12/05

Medições foram realizadas no Purus, pouco acima da confluência deste com o Yaco. *“À noite o Dr. Euclides e o comandante Buenaño estiveram observando estrela para a determinação da latitude”*.

Dia 13/05

Em “Silêncio de Lima” onde pernoitaram anotaram: *“fato singular, não havia absolutamente carapañas [insetos] neste porto de modo que passamos uma bela noite”*.

Dia 14/05

Em “Aliança”, comenta-se novamente a falta de carapañas. Anota-se que os chefes foram observar o céu à noite.

Dia 15/05

Comenta-se o frio nas duas últimas madrugadas.

Dia 18/05

Em “Liberdade” Euclides da Cunha procurou o coronel José Ferreira, proprietário do lugar, pois queria entender, a pedido do comandante Bueñano, porque alguns peruanos estariam presos e servindo de escravos. Tal suspeita mostrou-se inexata, segundo as informações colhidas no local.

Dia 19/05

Relata-se que os chefes estiveram vendo as constelações. Comenta-se também que o clima daquela região onde se encontravam parecia mais puro e saudável quando comparado à região do baixo Purus.

Dia 21/05

Naufrágio do batelão “Manoel Urbano”. Mais da metade das mercadorias foi salva com a ajuda dos peruanos. Uma parte da tripulação ficaria acampada no local e outra seguiria até as cabeceiras do rio. A que ficaria, aguardaria o retorno dos que seguiriam viagem.

Dia 22/05 [o clima]

“As madrugadas são terríveis, bastante frias, serração fechada e evaporação extraordinária produzindo muito orvalho”. Os comentários sobre o clima são bastante freqüentes.

[Neste momento outro sujeito assume a escrita do “Diário”. Trata-se do engenheiro Arnaldo da Cunha, que acompanhou a viagem até as cabeceiras do rio. Contudo, continua o foco nos acontecimentos que dificultavam a viagem, os comentários sobre o clima e sobre as medições que se fazia].

Dia 30/05

Desde a boca do rio Chandless a viagem segue em canoas.

Dias 02, 03 e 04/06/1905

Destacam-se os seringais pelos quais passavam e os nomes dos seus donos.

Em “Porto de...(?)” anota-se: “sítio em lugar alto e de boa aparência, contendo dez casas marginais, muitos burros para o transporte da borracha...”

Já sobre outro local comentou-se: “impressionava mal o estado de coisas do acampamento em que nos achávamos. soldados impaludados e muito outros beribéricos, apresentavam-se pálidos e trôpegos”.

Dia 06/06

Estiveram ocupados com a aferição de instrumentos e com a arrumação das canoas.

Dia 11/06

A viagem chegou a “Sobral” - último ponto habitado por brasileiros.

“Como as manhãs anteriores, a de hoje foi fria, úmida e humosa”.

[O “Diário” escrito por Arnaldo detalha mais as precisões geográficas que iam sendo realizadas, ou seja, valoriza mais os detalhamentos das medições científicas. Feito esse comentário, evitarei marcar tais recorrências].

Dia 22/06

Chegaram a “Catai”. Euclides encontrava-se doente.

Dia 23/06/1905 [[ordem e disciplina](#)]

Comenta-se um incidente. Um desavenças entre um cabo do destacamento e o cozinheiro, motivando enérgica intervenção de Euclides da Cunha. Este mandara amarrar o primeiro e chamara seriamente à ordem o segundo. As ordens acertadas de Euclides não teriam sido bem cumpridas pelo sargento que os acompanhava, pois o próprio cabo teria se amarrado. De próprio punho, ao lado desse relato escreve Euclides da Cunha uma correção: “o cabo foi amarrado pelo sargento”.

Dia 24/06

“À noite, agravou-se o estado de saúde do Dr. Euclides da Cunha (...). Curiosa foi a alimentação do enfermo - caldo de macaco”.

Dia 25/06

“Os encalhes contínuos e as constantes pancadas nos paus, já eram coisas costumeiras”.

[Destaco novamente que as ênfases nas dificuldades da travessia são constantes em todo o ‘Diário’].

“À noite observou-se a passagem de diversas estrelas, observações que foram diversas vezes interrompidas pela algazarra que fazia a nossa soldaderia. Foram diversas vezes chamados rigorosamente à ordem”.

Dia 26/06

Relata-se mais um caso de insubordinação energicamente coibida por Euclides da Cunha. “Minutos depois, continuava a comissão a sua viagem, livre deste elemento entorpecedor da boa ordem e disciplina”.

Dia 28/06

Comenta-se que foi o dia com maior número de encalhes e mais fortes abarrotamentos em paus. “À noite houve observações de estrelas que permitiram a determinação de uma latitude aproximada”.

Dia 29/06

“...continuamos com as nossas observações meteorológicas feitas de hora em hora”.

Dia 11/07/1905

Abarcam em “Cocama” - um “importante sítio (...) habitado exclusivamente por peruanos e alguns selvagens trabalhadores de caucho”. Comenta-se que estavam efetuando a viagem em uma quadra muito imprópria. Aponta-se que Cocama têm muitas casas e grande número de habitantes, com uma vasta plantação de banana. “A banana é para os peruanos o que a farinha é para os brasileiros”.

Dia 14/07 [[os selvagens](#)]

Receberam uma recomendação na localidade de “Independência” para cuidados com os selvagens “que estavam fazendo correrias, lá para as cabeceiras, conforme as últimas notícias recebidas”.

Dia 15/07/1905

Anota-se que a tripulação “*a nossa gente*” se encontrava, a cada dia, mais enfraquecida e adoecida.

Dia 16/07

Aponta-se que pararam em uma localidade habitada por selvagens.

Dia 18/07

Encontraram uma ubá [espécie de canoa] tripulada por índios. “*Era gente do Senhor Dr. Carlos Scharff (...), o mais importante caucheiro peruano*”. Comenta-se que avistaram em uma barranca uma índia campá morta. Chegaram ao fim do dia ao sítio “Alesta” - morada do caucheiro - na confluência dos rios “*Cujas-Curinja*”.

Dia 25/07

Avistaram um quati e uma anta e comenta-se que atiraram sem conseguir acertar. Jantar: peixe, arroz e macacheira.

Dia 27/07 [o foco do ‘Diário’]

[Comentários exemplares daqueles que percorreu todo o ‘Diário’. Sempre se comenta o clima da manhã, anotam-se as medições realizadas e relatam-se as dificuldades da travessia: encalhes, esbarrões, cachoeiras].

Dia 01/08/1905

A travessia mostrava-se cada vez mais difícil e a alimentação rareava-se muito.

[nesse dia encerram-se as minhas anotações. Acredito não haver mais aspectos importantes para serem registrados. O “Diário” não foi escrito sobre a viagem de volta à Manaus].

Atas de Reuniões; Ofícios e Telegramas

[Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI-RJ); textos manuscritos; originais.]

Os documentos aqui referidos, dizem respeito, apenas, aqueles que me pareceram interessantes de serem tomadas algumas anotações. No AHI o tipo de documentação foi o critério escolhido para o armazenamento dos documentos, ou seja, as atas reuniam-se em um “maço” único, da mesma forma que os telegramas e os ofícios. Não utilizo este critério na transcrição de minhas anotações para este “Caderno”. Sigo o ordenamento cronológico, tal como foi utilizado no “Diário”. Com isso, penso que será possível cruzar informações presentes nestes três tipos diferenciais de documentos, por momentos também diversos da viagem. Acredito que uma ordenação temática poderia também ser interessante, embora amplamente mais difícil. Continuo, contudo, intitulado algumas das minhas anotações, com pequenas chamadas ao lado do nome do documento examinado (da mesma forma que fiz no “Diário”).

Importante registrar que fui lendo todos os ofícios, todos os telegramas e todas as atas. A grande maioria dizia respeito a questões muito pontuais, como os pagamentos de soldos aos

tripulantes, os recursos utilizados (pois “coisas” eram compradas nas localidades em que se aportavam), os mantimentos consumidos, os instrumentos que se quebravam, ou seja, eram, na maioria das vezes, de ordem administrativa. Alguns inclusive apresentavam cálculos matemáticos sobre o dinheiro já gasto até aquele momento, entre outras coisas semelhantes. Sem dúvida, são aspectos interessantes, mas não relevantes para meu estudo, ou seja, descartei todas as questões de ordem financeira e, também, as que diziam respeito à instrumentação material da expedição (tanto questões sobre os gêneros alimentícios e farmacêuticos, como também os de medição geográfica). Com essa decisão, sobretudo com relação aos instrumentos “científicos” utilizados na viagem, fui fazendo, quase sem perceber, uma seleção das categorias de análise para a minha tese. Questões relativas à ciência, os gastos com os equipamentos, quais eram os instrumentos utilizados, os cuidados necessários para com os mesmos, “dados” que iam mostrando como estava conformada uma certa forma de se fazer ciência “geográfica” naquele momento. Tudo isso não me interessou.

Hoje, neste momento de sistematização dessa “coleta de dados”, vejo que a “ciência” (ou seria, talvez, a “geografia”) poderia se traduzir em uma categoria de pesquisa, principalmente para ver os modos como uma certa maneira de se proceder “cientificamente” ia constituindo aquilo que era importante de ser visto e analisado na viagem e, excluindo, ao mesmo tempo, um conjunto de outras maneiras de enxergar. Inclusive, estava em jogo um modo, talvez, diferente de se fazer ciência, pois como já disse neste mesmo “Caderno”, não era pelas lentes da História Natural que Euclides da Cunha escriturava o rio Purus. Nesta direção, a conformação detalhada dos mapas, que vi atentamente lá no AHI, poderia também ser algo interessante de ser pesquisado. Um pouco sobre como a cartografia naquele momento conformou um modo de ver e narrar a Amazônia. Sem dúvida, são questões que poderiam emergir nesta minha pesquisa. Aliás, para um pesquisador formado em Ciências Biológicas, talvez se esperasse essa centralidade da “ciência” como uma categoria de estudo. Porém, todas as anotações que fiz eram na direção de marcar, de ir sondando, de ir tentando tatear, como se constituía o olhar para os indivíduos humanos que estavam vivendo na Amazônia e, também, sobre como tais escrituras se referiam à própria floresta. Talvez, por isso, todos estes ofícios, estas atas e estes telegramas (que eram muitos) me pareceram pouco interessantes. Fica, porém, uma pauta interessante para futuras pesquisas. Fico, sobretudo, curioso com relação à cartografia, já que este foi o ofício que Euclides assumiu após sua viagem (fazer mapas), no Ministério das Relações Exteriores. Porém, não será nessa tese que tal questão será esmiuçada. A partir de agora passo a listar minhas anotações. É preciso, apenas, salientar que os endereçamentos dos documentos em realce são bastante distintos e que, em todos, procurei fazer esse destaque.

Ofício de 13/03/1905. Do encarregado pela alimentação para Euclides.

Inicialmente há toda uma explicação das necessidades calóricas e quantidades alimentares divididas em albuminóides, hidrocarbonetos e gorduras. Indica que um indivíduo necessitaria de 2.6000 calorias por dia, sendo o peso médio de 70 quilos. Relação dos alimentos, com as quantidades também discriminadas. Cito alguns para curiosidade: carne de charque (1000k), carne de porco (100k), bacalhau (400k), pirarucu (200k), salame (50k), presunto, sardinha, toucinho, banha, leite condensado, feijão, batata, canjica, fubá de milho, farinha de mandioca, maisena, macarrão, biscoito, bolachas...

[Há alguns ofícios indicando a revisão dos equipamentos de pesquisa. Eles trazem, inclusive, uma relação dos mesmos que não tomei nota].

Ata de reunião realizada dia 25/03/1905

“Ata da conferência preliminar para a constituição das duas comissões mistas, brasileiro-peruanas, de reconhecimento dos rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados”.

Ofício de março de 1905

Expedido ao Capitão do Porto do Estado do Amazonas. Solicita alterar os nomes da lancha para “Cunha Gomes” e do batelão para “Manoel Urbano”.

Ofício de 30 de março de 1905 [mestiçagem]

Ofício número 43; endereçado ao Major Abílio de Noronha e Silva - comandante do 36º. Batalhão de Infantaria de Manaus.

Requer que os soldados que deverão acompanhar a Comissão sejam bem constituídos e são. *“...solicito de V.S. sejam todos eles submetidos a uma inspeção prévia e preferidos os mestiços do Norte do país e os maiores de vinte anos”.*

Ata de reunião realizada dia 04/04/1905

“Ata da conferência para a comparação dos cronômetros das duas comissões mistas - Brasileiro-Peruanas de reconhecimento dos rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados”.

[Interessante destacar os títulos, que já conferem os propósitos das reuniões realizadas em Manaus, em março e abril de 1905. A primeira contou com a presença do presidente do Brasil Francisco de Paula Rodrigues Alves e do Peru Don José Pardo].

Ata de reunião realizada dia 09/04/1905

Nela destacam-se alguns dados sobre a viagem. Selecionei um trecho que considerei significativo para a compreensão dos propósitos da viagem:

“Reunidos na foz do rio Purus - junto à barranca do sítio da Redenção - a comissão mista Peruana-Brasileira de Reconhecimentos do Alto Purus, o comissário brasileiro Engenheiro Euclides da Cunha propôs - como medida única para se atenuarem os grande inconvenientes oriundos da quadra imprópria em que se vai realizar a expedição - que se aproveitasse tanto quanto possível o resto da enchente, efetuando a viagem de dia e de noite e com a rapidez compatível com a natureza das embarcações...”.

[Em anotação contida na Ata, Euclides justifica que a proposta não visa ir de encontro às instruções e que os levantamentos hidrográficos podiam ser feitos na volta, sendo que parcialmente já se faria durante o dia - servindo como elementos auxiliares no levantamento final].

Ofício de 09/04/1905, do médico da Comissão para Euclides da Cunha

Reclama das condições de higiene do batelão, que segundo ele teria excesso de passageiros e de carga. Reclama que não há lugar para a “ambulância”. tem que tirá-la diariamente do porão e depois guardá-la novamente. Diz que são dez os doentes, sendo 4 casos de pequenas cirurgias. Não há banheiro. Diz que o mau cheiro chega a ser às vezes repulsivo. Diz não ter sido atendido sobre o pedido de que os “praças” fossem maiores de vinte anos e saudáveis. Haveria alguns com moléstias contagiosas e até empaludados.

Ofício de 09 de abril de 1905 [nação; estrangeiro]

Ofício de número 66, endereçado ao Dr. Thomaz Catunda - médico da Comissão.

Euclides responde ofício em que o médico reclama das más condições de higiene da viagem. Diz que fará todos os esforços para melhorá-las, embora saliente os poucos recursos que dispõe para tanto. Diz concordar plenamente com qualquer deliberação que o médico tomar visando o bem estar de todos.

“Reitero, (...) a V.S. o pedido para que me auxilie nesta missão confiada ao patriotismo e até a honra pessoal dos que a compõem. Estamos ao lado do estrangeiro, que nos observará d’ora avante minuto por minuto; e creia que não há esforços nem sacrifícios a que eu me forme para que não tenhamos diante dele uma atitude inferior ou secundária”.

Ata de reunião realizada dia 03/07/1905 [os selvagens]

Comissões reunidas na confluência dos rios Purus e Curanja, os comissários acordaram:

“Primeiro, prosseguirem quanto antes no avançamento para as cabeceiras, a despeito das grandes dificuldades (...) [?] pela excessiva vazante do rio e das novas alarmantes relativas a incursões de selvagens nas cercanias da região que vão atravessar”.

Ofício de 01 de setembro de 1905 [território]

Endereçado ao Sub-Comissário de Polícia Administrativa em Catay.

Comunica a extensão até 31 de dezembro do mesmo ano, do acordo Brasil-Peru firmado em 13 de julho de 1904, pelo qual consignam a neutralização do território do alto Juruá (acima da confluência do Breu) e do alto Purus (acima do lugar denominado Catay - incluindo este).

Telegrama do Barão do Rio Branco a Euclides em 23/10/1905

Solicita, entre outras coisas, saber a nacionalidade dos habitantes de Catay, se eles possuem estabelecimentos fixos e se são caucheiros.

[A povoação do território era um dos principais requisitos para sua incorporação ou não na nação, pois estava em vigência um acordo de “modus vivendi”, pelo qual o território pertenceria ao país que nele tivesse a maioria populacional. Sobre tais aspectos, haverá maiores detalhamentos mais a frente neste “Caderno”, sobretudo nas anotações sobre os Relatórios Anuais do Ministério das Relações Exteriores].

Telegrama de Euclides ao Barão, em 25/10/1905

Informa que do Catay para cima há 1.800 habitantes, sendo 80% índios. Fornece mais alguns dados sobre os habitantes de diferentes localidades. Ao se referir aos brasileiros, destaca que a grande maioria é “cearense”. Indica a existência de peruanos e indígenas (quase todos hamahuacas).

Ata de reunião realizada dia 27/10/1905

Ata de instalação dos trabalhos de escritório em Manaus. O Relatório passa a ser confeccionado, oficialmente, a partir dessa data, em que a expedição já se encontrava de volta na capital amazonense.

Telegrama ao Barão do Rio Branco, Manaus 31 de outubro de 1905 [povoamento]

“Habitantes Catai para cima peruanos e índios hamauacas, campos e piros. Nem um brasileiro. Povoados Curanja, Santa Cruz, Cocama, Independência e Cinco Reales aparência de fixos, mas sistema edificação palha e classe de habitantes, todos caucheiros, indicam verdadeiros abarrancamentos que se extinguiram com a exploração do caucho. Plantação existente mandiocas, bananas. Nenhuma cultura longo trato. Apenas hamauacas cultivam

algodão e somente estes índios podem considerar-se fixos...(…)...hamauacas, filhos da região, únicos habitantes fixos”.

Ofício expedido pelo Ministério em 24 de novembro de 1905

“Senhor Comissário, estou de posse do ofício número 112, do primeiro do corrente, no qual V.S. me comunica a volta da Comissão a seu cargo das cabeceiras do Alto Purus. Agradecendo essa comunicação, cabe-me, em nome do Senhor Ministro, louvar a V.S. pelo zelo, energia e dedicação com que desempenhou aquela missão. Tenho a honra de renovar a V.S. as seguranças da minha perfeita estima e distinta consideração”.

Ofício destinado ao Barão do Rio Branco em 13/11/1906

Informações sobre o posto de Catay. Considerações críticas sobre os dados do Comissário Manoel Vieira da Silva, responsável por este posto fiscal. Justificam-se os motivos da sua retirada do posto. Euclides esteve naquela localidade entre os dias 22 e 25 de junho e depois entre 30 de agosto a 02 de setembro do ano de 1905.

“Lugar desértico, Catay é o nome que teve uma barraca de abrigo temporário a indígenas chefiados pelo explorador de caucho, o peruano Carlos Scharff e essa barraca desapareceu incendiada por hostilidade de outros exploradores”.

[foi essa informação acima que Euclides procurou contestar em seu ofício]. Em suas palavras:

“O fundador de Catay ainda existe; é brasileiro e chama-se João Joaquim de Almeida” [dono de seringal]; Carlos Scharff vem depois “apropriando-se do sítio temporariamente abandonado”. [Em 01/09/1905 lá existiam 18 vivendas construídas e cobertas com folhas da mesma palmeira]. “Não creio que em três meses ali se fizesse o ‘deserto’”.

“Não há estradas [traçados que interligam as árvores da borracha e circunscrevem uma faixa de exploração] nesse lugar, nem projetos. O trânsito raro só se observava à noite no estreito rio Purus que é orlado desde as barrancas de extensa mata encontrando numerosas tribos selvagens em completa nudez e outros animais perigosos predispostos ao assalto a todo o momento”.

Sobre a mata na barranca do Catay diz que (...) *“não é bravia, tão largamente trilhada se acha pelos que ali habitam”.* (...) *“Os índios das cercanias são restos errantes dos antigos (?); inofensivos e grandemente esquivos”.* Informa que na sua passagem - ida e volta - não viu nenhum selvagem e que não há registros de assalto ali.

A caça favorita dos povoadores: veados, antas, capivaras e queixadas. *“Durante toda a nossa viagem não vimos um único felino”.* Fornece dicas para a seleção de funcionários para aquelas *“remotas paragens”* - a seleção deve ser minuciosas.

Ofício de 28/11/1905. Do médico da comissão para Euclides. [higiene]

“O bom êxito da nossa expedição ao Purus, sob o ponto de vista sanitário, é prova de que aquela região é perfeitamente habitável, bastando para isto a observância de regras muitas conhecidas de higiene tropical”.

Aqui se encerram as anotações que fiz sobre as atas, os ofícios e os telegramas. Sem dúvida, registrei uma pequena porção de um vasto material, mas acredito terem sido importantes tais apontamentos. É possível verificar o respeito hierárquico existente. As comunicações mesmo entre Euclides e o médico, ambos na mesma expedição, na mesma viagem, se davam através de ofícios devidamente documentados. Também se verifica a constante troca de correspondência - sobretudo telegramas - entre Euclides e o Barão do Rio

Branco, durante todos os percursos da viagem. É espantoso ver que estes telegramas chegavam até os lugares mais distantes da floresta, quando a viagem já se encontrava bastante adiantada. Fico imaginando que havia uma contínua embarcação da Companhia responsável por tais serviços trafegando constantemente pelos rios amazônicos naquele início de 1905. Porém, resta saber até que localidade da floresta já havia uma rede de telégrafo instalada, pois naquele início da República ela já estava disseminava pelos interiores do país. Cândido Rondon foi um dos responsáveis por comandar algumas expedições que levaram o telégrafo às regiões interioranas do Brasil.

“Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1902 e 1903)”

[Arquivo Histórico do Itamarati (AHI-RJ); texto impresso em forma de livro; original.]

Detive-me também em pesquisar um dos Relatórios bianuais do Ministério. Estes eram bastante extensos e deveria tomar uma decisão sobre qual biênio estudar. Como já ia incorporar à minha tese o Relatório sobre a viagem ao “Purus” escrito por Euclides da Cunha em 1905, resolvi analisar os relatórios do Ministério relativos há alguns anos anteriores à viagem. Inicialmente pensava pesquisar os Relatórios de 1900-1901 e 1902-1903. Como ia depender um tempo muito grande para isso, considereei mais interessantes os anos de 1902 e 1903, exatamente aqueles em que emergem conflitos territoriais com respeito ao Acre que permitirão “acontecer” a expedição comandada por Euclides da Cunha. Minhas anotações buscam compreender um pouco mais essa história.

O Relatório confirma que o território de Acre é habitado por brasileiros e contesta a entrega pela Bolívia do território de fronteira a um sindicato estrangeiro, conferindo a ele poderes soberanos sobre o mesmo (para extrações de produtos da floresta). Com isso, o Brasil proibiu o livre trânsito pelo amazonas de mercadorias entre a Bolívia e o estrangeiro. O Brasil ocupa militarmente as áreas em litígio diplomático e, tendo o governo boliviano aceitado esta ocupação, abre-se novamente o trânsito de mercadorias em águas brasileiras. O Sindicato, através de uma indenização paga pelo Brasil, renuncia à concessão oferecida pela Bolívia. *“Prosseguiram as negociações para o ‘modus vivendi’ necessitado pela nova situação”* (p.05).

Telegrama dirigido pelo Ministério ao Senhor Eduardo Lisboa (Embaixador do Brasil na Bolívia):

“Petrópolis, 09 de março de 1903. Recebi 26 e 27. No primeiro informa-me V.Ex. do desejo, manifestado por este governo, de que as forças bolivianas subjuguem de vez os acreanos. Responda terminantemente que nisso não podemos concordar. Já declarei que se desejamos adquirir o Acre mediante compensação é unicamente por ser brasileira a sua população e para que acabemos de uma vez com as desinteligências e complicações que entre o Brasil e a Bolívia tem ocasionado as revoltas desses brasileiros contra a dominação estrangeira. (...) não há utilidade alguma em que o governo boliviano se empenhe em previamente subjugar os nossos compatriotas, que queremos proteger, livrando-os de vinganças e violências e evitando conflitos entre eles e as tropas bolivianas” (p.07 e 08).

(...) *“não convém à Bolívia conservar esses territórios longínquos, habitados unicamente por estrangeiros que lhes são inofensivos. A pequena renda que dele poderia retirar não cobriria as despesas de ocupação militar e outras”* (p.09).

Os governos assinam um tratado definindo a parte do território que seria boliviano, reiterando os acordos que já haviam sido estabelecidos em tratado de 27 de março de 1867; porém, nesse novo demarcam os lugares das tropas brasileiras e bolivianas. Os chefes receberão instruções para evitarem conflitos e manterem a ordem.

Em outro telegrama de 20 de março de 1903 pode-se ler:

“Repita-lhe que para nós a questão não é de território, mas sim de assegurar o bem estar dos brasileiros do Acre” (p.14).

À Bolívia ficou ajustado que receberia 50% da renda da borracha comercializada na Acre Meridional.

Sobre os conflitos com o Peru:

“No Alto Juruá, descoberto e de longa data povoado exclusivamente por brasileiros, começaram a aparecer partidas de peruanos caucheiros em 1896. Pouco depois se deram conflitos entre os primitivos povoadores e esses forasteiros de passagem” (p.28).

Os limites com o Peru estavam estabelecidos pela convenção de 23 de outubro de 1851. Em destaque um trecho desse acordo:

“...[que] os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade do princípio ‘uti possidetis’” (p.50).

Do Visconde do Rio Branco em 1857 para o governo argentino:

“O governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação das suas raias com os estados vizinhos, tem adotado e proposto as únicas bases razoáveis e eqüitativas que podem ser invocadas: o ‘uti possidetis’, onde existe, e as estipulações do Tratado de 1777 (Tratado de S.Idelfonso), onde elas se conformam ou não vão de encontro às possessões atuais de uma e outra parte contratante” (p.55).

O Tratado de 1777 foi anulado pela guerra de 1801 entre Portugal e Espanha, não sendo restaurado pelo Tratado de Paz. Este havia sido celebrado entre as duas metrópoles que dividia as terras do Novo Mundo.

Estas anotações indicam que a posse do território e o estabelecimento de um modo contínuo de vida eram as formas “jurídicas” que legitimavam a delimitação territorial e indicavam o pertencimento a uma determinada nação. Isso mostra um pouco a preocupação na viagem de Euclides da Cunha em saber se nas localidades em que viajava havia brasileiros ocupando e vivendo de forma organizada.

“Relatório Geral sobre a exploração do rio Javari pelo Capitão Tenente Augusto da Cunha Gomes em 1898”

“Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia”

[Arquivo Histórico do Itamarati (AHI-RJ); lata 452, maços 06 e 07; texto manuscrito; original.]

É necessário tecer algumas considerações antes de começar a expor minhas anotações a respeito do Relatório composto por Cunha Gomes. Primeiramente, é preciso dizer algo sobre a seleção desse Relatório para minha leitura. Como já afirmei em momento anterior neste “Caderno” (em uma nota de rodapé), minha intenção seria ler o Relatório de Belarmino de Mendonça (comandante da expedição pelo alto Juruá, concomitante à viagem de Euclides). Porém, não encontrei este material no AHI (já fiz algumas apreciações sobre isso anteriormente). Havia um outro Relatório do Barão de Parima, em viagem datada de 1878 a 1884, que se tratava sobre os limites com a Venezuela. Os leitores e as leitoras a essa altura já sabem que acabei centrando meu olhar nas viagens oficiais de delimitação territorial na região amazônica, sobretudo no período da Primeira República (embora faça algumas incursões em textos relativos às viagens do movimento sanitarista dos anos 1920 e em alguns textos de Cândido Rondon). Como estava lidando com uma viagem (a de Euclides da Cunha) que se referia aos conflitos territoriais com o Peru, sendo estes decorrentes dos acertos em 1903 entre o Brasil e a Bolívia, preferi estudar um Relatório que se tratava das delimitações territoriais Brasil-Bolívia. Nesse sentido, a viagem de Cunha Gomes me pareceu importante (realizada nos anos de 1897 e 1898). Contudo há um outro aspecto que acredito ser interessante de ser anotado. Como pode ser lido em um ofício registrado anteriormente neste “Caderno”, Euclides da Cunha batizou uma das embarcações da viagem com o nome de Cunha Gomes. Talvez, como uma simples homenagem póstuma (não sei se Cunha Gomes havia falecido antes de 1905), ou, então, em razão de seu apreço pelas escrituras desse tenente. De qualquer forma, uma comparação entre os Relatórios de Cunha Gomes e de Euclides da Cunha permitem extrair considerações importantes que serão apontadas após as anotações abaixo relativas ao primeiro. Elas seguem os tópicos construídos pelo próprio viajante.

Aspectos gerais dos rios.

“Preparados para admirar as belezas do rio Solimões, e contemplar essa natureza tão poeticamente descrita em trabalhos científicos de sábio viajantes notáveis...”

“...impressiona no primeiro momento o espírito mais prevenido, porém a sucessão por dias e dias, dessa interminável faixa de terra, as mesmas margens, mais ou menos inundadas, e suas ilhas, trazem a monotonia do espírito e o que a princípio impressiona, se transforma finalmente em aborrecimento”.

Interessante ver que essa “sensação” de monotonia perpassa também o “Diário da Marcha”. *“Mesmo o encontro em uma e outra margem de antigas vilas fluorescentes, hoje cidades, não interrompe a monotonia da viagem”.*

Ao entrar no rio Javari anota uma vegetação mais vigorosa *“revestida de cores próprias à mata virgem”.*

Relata que o Brasil perdeu um dos seus melhores astrônomos e hidrógrafos: o capitão tenente Soares Pinto, flechado pelos índios em 1884. Destaca que os índios trabalham como escravos e delata um tráfico ilícito de escravos que seria maior entre as mulheres. Denuncia

ainda o fato de que produtos extraídos em terras notadamente brasileiras serem exportados como peruanos.

Clima

Alguns apontamentos sobre as condições climáticas da região.

Selvagens do Javari

“Hoje, os índios que vivem no vale do Javari são em pequeno número, devido as correrias contínuas que fazem os caucheiros peruanos para expeli-los do território onde exploram o caucho...”

Relata a existência de grupos ferozes e grupos já domesticados. *“Como em geral, entre todas as tribos de selvagens que temos visto, lhes é inteiramente desconhecida a menor noção de pudor”*. Destacam-se algumas curiosidades, gostos antropofágicos das tribos, modos de marcar os corpos, etc.

Flora e Fauna do rio Javari - produtos naturais. O caucho. A seringa. Constituição mineralógica.

“O espetáculo da natureza animada onde o homem não figura, tem alguma causa de estranho e triste... (...) produz no espírito mais prevenido uma admiração profunda pela luta real (...) que mostra o que é a vida vegetal nessas florestas; é a verdadeira luta pela existência”.

Descreve as plantas e suas lutas para conseguirem luz solar. *“Sua fauna não é menos rica do que a flora e desde as formas colossais, até aos ínfimos seres e as organizações mais imperfeitas, tudo se encontra nestas florestas seculares”*. Indica algumas espécies da fauna. Fala sobre as diferenças entre o caucho e a borracha, sobre as madeiras e a constituição mineralógica.

Chronometria

Descreve dados geográficos...

A viagem

Vai marcando os pontos e os horários que passavam pelos mesmos. Marcavam latitude, longitude, altitude e variação de agulha. Em tom semelhante ao “Diário da Marcha”.

“É de exuberância notável a floresta sobre as margens do rio que já se apresenta sem barrancas, tocando-se pelas extremidades, formando túneis as ramas dessas árvores seculares, viajando-se horas inteiras em plena sombra”.

Narra o medo que sentiam de sofrer ataques de índios. Sempre viajavam atentos a qualquer surpresa.

“Estávamos em plena mata e éramos os primeiros homens civilizados que penetravam aquele lugar e cedo começávamos a sentir os efeitos de tão árdua, quão difícil jornada”. (...) *“Os índios continuavam a nos seguir (...) ...são estes índios pertencentes a grande tribo antropófaga dos (?), a mais feroz que habita esta região”*. (...) *“...ninguém dormiu e a toda hora esperávamos o encontro com estes terríveis habitantes e senhores destes lugares”*. A viagem é dada como encerrada ao se encontrar a nascente do rio.

“Os índios (...) tornaram a aparecer e vieram até muito perto do nosso acampamento imitando gritos de aves...”. Relata uma noite em que viram índios se aproximarem e então atiraram para o alto, como não retrocederam, fuzilaram por cinco minutos na direção deles.

Os Relatórios de Cunha Gomes e Euclides da Cunha são relativamente diferentes. Cunha Gomes guarda uma certa pretensão “naturalista” abandonada completamente por Euclides que não faz qualquer comentário sobre a fauna e a flora. Também não há um ‘tom’ de aventura no relato *euclidiano*, tal como se lê em Cunha Gomes. Euclides compõem um Relatório de cunho científico-militar, sendo que a ‘ciência’ era a geográfica (sobretudo cartográfica). Este se detém mais centralmente a abordar os aspectos “geográficos” do rio Purus, conforme solicitação a que lhe havia sido confiada pelo Ministério. Um aspecto importante do Relatório de Euclides são suas considerações a respeito do povoamento, que como vimos era fundamental para requerer ou não o território em litígio à nação brasileira.

“Textos de interpretação da viagem de Euclides da Cunha à Amazônia”

[Biblioteca do Palácio do Itamarati (BPI-RJ); textos impressos (livros e monografias); primeiras edições.]

1. TOCANTINS, Leandro. Prefácio. *In*: CUNHA, Euclides da. O Rio Purus. SPVEA-Rio, 1960 [trata-se do Relatório sobre a viagem *euclidiana* à Amazônia, organizado no formato de livro por Tocantins, apresentando um bom acervo fotográfico].

“Euclides possuía aptidão inata para sentir as paisagens bárbaras. Seu estilo de rebrilhamento verbal não era só o fruto do gosto literário da época. Era o recurso impressionista de que sentia imperiosa necessidade para expressar as angústias de sua alma, a visão dramaticamente brasileira da paisagem e do homem, vista pelos seus olhos brasileiros” (p.09).

Esta passagem interpreta o olhar *euclidiano* à floresta como sendo nacionalista.

No prefácio também é ressaltada a idéia de que Euclides lançaria um olhar à Amazônia em profundidade misturado a um temperamento de artista. Haveria um redescobrimto do país sem imagens ingênuas dos primeiros cronistas de além-mar ou a mera louvação romântica dos escritores nacionais que o antecederam. Euclides teria escrito no instante em que o Brasil se voltava para si próprio. Seus livros testemunhariam um protesto nacional, *“levantando a alma brasileira para os problemas sociais do ‘hinterland’, que eram completamente olvidados pelo bacharelismo do litoral, mais atento às idéias e às formas européias”* (p.10).

A Amazônia até então estava sob a mira estrangeira. O autor marca Euclides como o escritor de um grande texto nacional sobre a floresta. Também destaca certo caráter humanista nas obras *euclidianas*. Uma espécie de protesto contra as explorações do homem pelo homem.

Citação de uma carta de Euclides (endereçada a Artur Lemos).

“Se escrevesse agora esboçaria miniaturas do caos incompreensíveis e tumultuárias, uma miniatura formidável de vastas florestas inundadas e de vastos céus resplandecentes. Entre tais extremos está, com suas inumeráveis modalidades, um novo mundo que me era inteiramente desconhecido. (...) Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem. Ela só lhe aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente. É uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas; é um infinito que deve ser dosado”. [Ver referência desta carta no livro organizado

por Francisco Venâncio Filho, chamado “Euclides da Cunha a seus amigos”, editado pela Companhia Editora Nacional em 1938].

2. VENÂNCIO FILHO, Francisco. Rio-Branco e Euclides da Cunha. [Rio de Janeiro], Ministério das Relações Exteriores, 1946, 76 p. (Monografias, 1).

A crise do café em 1903 reduziu os vencimentos do funcionalismo estadual, levando Euclides da Cunha a tomar novos rumos de trabalho (ainda como engenheiro), “*na Comissão de Saneamento de Santos*”. O Brasil passava por uma “*obra de higiene pública, iniciada em São Paulo por Emílio Ribas e no Rio por Osvaldo Cruz*” (p.13).

Sobre o desejo de Euclides de viajar à Amazônia. Em 24 de junho de 1904, Euclides dirige-se a José Veríssimo através de uma carta dizendo que não escreverá diretamente ao Barão do Rio Branco. Nas palavras do viajante: “*Mais do que as minhas palavras valerão a sua e a de Oliveira Lima. Para mim esse seguir para Mato Grosso, ou para o Acre, ou para o Alto Juruá, ou para as ribas extremas do Mau é um meio admirável de ampliar a vida, ou de torná-la útil e talvez brilhantíssima*”.

Sobre o encontro de Euclides com o Barão em Petrópolis, nas palavras de Domício da Gama. In: ___ “Euclides da Cunha”. Revista do Grêmio Euclides da Cunha de 1927; e na revista da Academia Brasileira de Letras de dezembro de 1927. “*...Euclides pousado incomodamente sobre uma cadeira pequena, respeitoso, comovido e tímido, como um estudante em hora de exame (...). Conversamos até as duas horas, e não fomos além porque tínhamos de levantar às seis da manhã. Conversamos de literatura, está claro. E Euclides sabia de tudo. Sabia o que eu sabia em letras e mais toda a sociologia e a economia e a política de um pensador enciclopédico (...). Foi bom que seu espírito tivesse recebido da cultura matemática a disciplina da prova*”.

Euclides foi nomeado para a viagem de delimitação do Purus em 09 de agosto de 1904. Partida para Manaus em 13 de dezembro de 1904.

Sobre as mensagens escritas pelo viajante ao Barão, assim define Venâncio Filho: “*De ‘Novo Lugar’, talvez a mais preciosa destas mensagens, de pleno deserto, na solidão empantanada da selva, mas sempre com o mesmo vigor de heroísmo e de dedicação...*” (p.28). [deserto]. Sobre ‘Novo Lugar’ (acampamento provisório da Comissão Administrativa do Alto Purus), nas palavras de Euclides: “*Nada ali recordava um acampamento militar. Os soldados, alojados em cabanas de paxiúba, feitas às pressas no chão mal destocado de uma derrubada recente, lembravam uma turma de caucheiros, vestidos de todos os modos e num abandono que consternou profundamente ao meu colega de comissão, Dom Pedro Buenaño*”. [caucheiros].

Sobre as relações com o comandante peruano em carta endereçada ao Barão, escrita em Manaus em 30 de novembro de 1905. Nas palavras de Euclides: “*...e devo declarar a V.Ex.^a. que a simples circunstância de estar na minha terra me tem feito requintar nas atenções que lhe dispense*”. [território e nação].

“*Temos mudado muito. Partiu-se nos últimos tempos o seqüestro secular que nos tornava apenas espectadores da civilização. A nossa política exterior conjugou-se com a internacional*”. In: CUNHA, Euclides da Cunha. Castro Alves e seu Tempo. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1907, p. 35. [civilização].

3. SCARABÔTOLO, Hélio. Euclides da Cunha e o Itamarati (Peru Versus Bolívia). Apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966, 26 p.

Alguns ‘dados’ históricos interessantes: Em 17 de novembro de 1903, foi assinado o ‘Tratado de Petrópolis’, entre o Barão do Rio Branco e dois ‘delegados’ bolivianos, Fernando Guachala e Cláudio Pirilla. Através desse tratado, se pôs fim “às pendências de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia” (p.06).

O Brasil adquirira junto à Bolívia 191.000 km², cedendo 2.296 km², “...incorporou milhares de brasileiros, que viviam no Acre, ao seio da nacionalidade, pagou à Bolívia dois milhões de libras esterlinas e construiu a estrada Madeira-Mamore” (p.06). “Os peruanos sentiam-se feridos com o Tratado de 1903” (p.07).

O Barão do Rio Branco negocia com o Ministro Plenipotenciário peruano, Dom Guilherme Seoni, em 12 de julho de 1904, “um acordo que estabeleceu um ‘modus vivendi’. (...) Estava vencida a primeira fase da batalha. Estava neutralizada a região contestada” (p.11).

Nas palavras de Euclides da Cunha, em carta escrita a Francisco Escobar em 1906: “Sei que os litígios em andamento são gravíssimos e capazes das maiores e mais dolorosas surpresas para nós. Imagina um caso único: um quinto da Amazônia opulentíssima, que, de uma hora para outra por um desgarrão de estadista canhestro, ou capricho de um árbrito, vá passando para as mãos dos peruanos”. [estrangeiro, território e nação].

4. LEÃO, Veloso. Euclides da Cunha na Amazônia (ensaio). Rio de Janeiro, São José, 1946. 105 p.

Capítulo 01. O Acre, o Barão, Euclides e Os Sertões.

“O Acre era um dos rios amazônicos da borracha. Atravessava um rico território com o mesmo nome, invadido, explorado e incorporado ao Brasil, pela heroicidade e estoicismo de famélicos retirantes nordestinos” (p.07).

Sobre a seca de 1877. “...improvisados ‘cearenses’ vieram cortar ‘seringa’ no Acre, ‘contratados’ por opulentos ‘coronéis’ e ‘aviadores’, das praças de Belém e Manaus” (p.07).

Em 1867, Tavares Bastos abre à navegação estrangeira o rio Amazonas, despertando o interesse de países vizinhos pela passagem ao mar. “Estas terras, a longo tempo abandonadas, habitadas por índios...”. Destaca o papel honroso dos ‘cearenses’ que “...no interior sombrio das matas, infestadas de índios, feras e febres” (p.08), procuravam as seringueiras.

Identifica as primeiras lutas entre caucheiros estrangeiros e seringueiros cearenses - “já senhores” de seringais, vilas e povoados.

Em 1898, o Brasil entrega o território contestado à Bolívia que passa a aplicar “taxas escorchantes na cobrança de tributos sobre a borracha”. (...) “E as autoridades bolivianas ameaçavam de seqüestro os bens daqueles que não pagassem os impostos” (p.08 e 09).

Em 1899, surge um movimento armado composto por grupos de seringueiros. Luiz Galvez proclama a República do Acre e faz ‘ditador’ José Ramalho - ambos emissários do governador do Amazonas Silvério Néri - “que via o seu estado prejudicado pelos bolivianos” (p.09).

O governo do Brasil, atendendo a Bolívia, envia tropas do exército e restabelece as autoridades bolivianas expulsas. Cria um consulado e encarrega Luiz Cruls (engenheiro) verificar a linha de fronteira.

Em fins de 1900 novos confrontos. “...*patriotas enviados por Néri*”, comandados pelo engenheiro gaúcho Orlando Correia Lopes eram derrotados.

Em 1901 cria-se o “Bolivian Syndicate” - “*empresa arrendada e financiada por capitais ingleses e americanos, a qual passaria a gerir com ilimitados poderes as terras não demarcadas e ocupadas por brasileiros*” (p.09). (...) “*O Acre era boliviano apenas de nome, mas brasileiro de fato...*” (p.10).

Outra revolta: organizaram-se os seringueiros comandados pelo agrimensor gaúcho Plácido de Castro, para uma “Revolução Acreana”, que “...*assalta Xapuri e proclama a independência do Acre no dia 06 de agosto de 1902*” (p.10). Em alguns meses dominou todo o território.

“*Os caucheiros e os índios foram mobilizados e armados para a luta de guerrilha contra os acreanos. Enfurecidos, atacavam populações indefesas, localizadas na fronteira, matando, pilhando, incendiando, envenenando as águas, numa selvagem destruição*” (p.11). [caucheiros]

“*Um ‘modus-vivendi’, assinado pelo Barão do Rio Branco, impedia o prosseguimento das hostilidades, que, ferozes, como mortos e feridos, empapavam de sangue e solo acreano*” (p.11).

Em 17 de novembro de 1903 é assinado o Tratado de Petrópolis. Nessa época o Peru invadiu terras brasileiras alegando velhas reivindicações de limites. Expedições militares restabeleceram a posse e a soberania no alto Purus e Juruá.

“*Resolvida a questão acreana, pela vitória da teses do ‘uti possidetis’, restava ao chanceler solucionar o caso peruano...*” (p.12).

Exalta o Barão do Rio Branco como um grande pacifista, “*atendendo nossos ideais de concórdia, tolerância e boa vizinhança*” (p.12).

Um ‘modus vivendi’ foi estabelecido entre os governos do Brasil e do Peru. Pelo acordo de 12 de julho de 1904 estabeleciam as duas comissões de reconhecimento, do Alto Purus e do Alto Juruá.

Capítulo 02. Euclides no Pará.

Comenta alguns textos como: “Cenas da Vida Amazônica” de José Veríssimo e “Contos Amazônicos” de Inglês de Souza.

Euclides “*aceita o desafio para a luta ou o duela com o deserto alagado. Mas não para fazer obra de imaginação, de ficção e fantasia, mas sim de pura observação, vendo e sentindo o que vai descrever, medindo à trena e compasso, as coisas que o rodeiam*” (p.29). [deserto]. (...) “*Como um erótico da imaginação ele antegosa o desejo da posse da natureza bela e selvagem*” (p.29).

Capítulo 03. Euclides da Amazônia.

Euclides da Cunha em carta endereçada a José Veríssimo em meados de janeiro de 1905, nas palavras do viajante: “*É uma terra que ainda se está preparando para o homem - para o homem que a invadiu fora do tempo, impertinente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso. Hei de tentar demonstrar isso. (...) ... que a natureza, aqui, soberanamente brutal ainda na expansão das suas energias, é uma perigosa adversária do*

homem. Pelo menos em nenhum outro ponto lhe impõe mais duramente o regime animal” (p. 35). (...) *“E prepara-se para a viagem às distantes cabeceiras do Purus. Lá é o deserto desconhecido, de onde talvez não volte mais, perdido para sempre em suas tristes solidões. Não sabe o que a sorte ali lhe reserva...”* (p.36).

[interessante como a metáfora do deserto é incorporada e potencializada pelos estudiosos dos textos *euclidianos* sobre a floresta].

O autor sugere que o título do livro que Euclides gostaria de escrever sobre a Amazônia: “Um paraíso perdido” fora influência de dois escritores, John Milton (por seu “Paradise Lost”) e Conan Doyle (pela obra “O Mundo Perdido”). Não acredito nessas influências, mas, quem sabe, sofrera inspirações desses autores. Seu título pode ser pensado como uma articulação de ‘novas’ significações. Perdido está o território amazônico por sua não integração ao desenvolvimento da nação. Perdido está o caboclo sertanejo por seu abandono em terras ao mesmo tempo familiares e estrangeiras, regidos à própria sorte. [[sobre a idéia da Amazônia como uma terra “perdida”](#)].

Capítulo 04. Euclides no Acre.

Listagem de outros viajante ao Purus: João Cameta (1847); Serafim Salagado (1852); Manoel Urbano de Encarnação (1861); Silva Coutinho (1862); William Chandless (1864); Antônio Labre (1870) e Alexandre Haag (1872).

Capítulo 05. Euclides: impressões da Amazônia.

“... considera o Amazonas um adversário da terra e do homem, um rio destruidor. E não um fator de progresso e desenvolvimento. O seu nacionalismo de caboclo sulista chega ao ponto de considerar o rio volúvel, carregador de ‘terras caídas’ para fora da pátria, ‘o menos brasileiro dos rios” (p.79).

Euclides em carta de julho de 1908, endereçada a Alberto Rangel: *“...anseio por outro mergulho no deserto. O deserto é para mim o Brasil ainda indene, ainda não ocupado por uma gente que não o merece. Mas não sei quando terei a ventura de ver-me outra vez, na sociedade feliz dos rios, das constelações e das montanhas”* (p.90).

Comenta um autor amazônico: Raimundo Morais. *“É na língua euclidiana que Raimundo Morais transfigura os seus deslumbramentos”* (p.93).

“Aos 43 anos de idade, os nervos de aço de Euclides, já estavam enferrujados pelo impaludismo amazônico e os seus pulmões atacados pela tísica” (p.96).

Encerram-se, aqui, as anotações sobre a pesquisa que fiz por duas semanas no Arquivo Histórico e na Biblioteca do Palácio Itamarati. Deixo de anotar neste “Caderno”, as resenhas que fiz da entrevista concedida por Euclides a um jornal de Manaus, sobre seu texto “Entre os Seringais” e, ainda, o “Relatório”. Embora tenha lido e estudado estes documentos durante minha estadia no Rio de Janeiro, eles se encontram publicados nas Obras Completas e na coletânea organizada por Leandro Tocantins. Dessa forma, não vejo necessidade de sintetizá-los neste “Caderno”, cujo objetivo é marcar anotações feitas em documentos e textos apenas encontrados nos locais estudados.

“Hemeroteca ‘Euclides da Cunha’ na Academia Brasileira de Letras”

[Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras (ABL-RJ); textos de jornais e revistas; originais.]

Embora a pesquisa tenha demandado certo tempo, as anotações efetivamente colhidas não foram muitas. É importante destacar que grande parte das notícias sobre Euclides referia-se a ‘Os Sertões’. Não centrei uma maior atenção nestas notícias, lendo apenas algumas mais relativas a ensaios de interpretação. Restringi minha pesquisa às reportagens que fossem a respeito da viagem *euclidiana* à Amazônia. Estas foram poucas, mas para encontrá-las precisei folhear as reportagens da hemeroteca uma a uma. Também fiz algumas anotações de questões que me pareceram curiosas. Na ABL vi reportagens sobre artefatos culturais lançados em diferentes momentos, sobre Euclides da Cunha ou relacionados ao mesmo. Destaco: a minissérie da Rede Globo chamada ‘Desejo’ (sobre a vida afetiva de Euclides); o filme ‘Fronteiras’ de Noilton Nunes (sobre Euclides da Cunha); o livro de Vargas Llosa ‘A Guerra do Fim do Mundo’ (inspirado em ‘Os Sertões’).

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, sucessão na ABL de Valentim Magalhães, na cadeira “Castro Alves”.

1. Jornal ‘A Pátria’ de 14/12/1927.

Título da notícia: “*Peru versus Bolívia’ - um projeto do deputado Goldino Filho*”.

A notícia fala sobre tal projeto que pretendia autorizar o executivo a adquirir os direitos autorais da obra ‘Peru versus Bolívia’. “*Euclides da Cunha foi o romancista e historiógrafo que mais de perto estudou e analisou a exuberante natureza de nossa pátria*”.

2. ‘O Jornal’, Rio de Janeiro, 19/11/1937.

Título da notícia: “*O espírito nacional da obra de Euclides da Cunha: a conferência do professor Venâncio Filho*”.

“*O Senhor Venâncio Filho fala dos sacrifícios de Euclides da Cunha para a realização dos trabalhos da comissão de que era chefe. No Alto Purus são os rios intermináveis que tem a percorrer, e florestas imensas para atravessar. Mil dificuldades encontram em seu caminho, mas vence-as e chega ao fim. Há lances trágicos, sublimes mesmos, nessa epopéia quase ignorada*”.

3. ‘O Globo’, Rio de Janeiro, 01/09/1983.

Título: “*Cérebro de Euclides da Cunha será sepultado em Cantagalo*”.

“*O encéfalo de Euclides da Cunha foi ‘emprestado’ logo após sua morte pelo então diretor do Instituto Médico Legal (IML), Afrânio Peixoto, amigo do escritor, ao diretor do Museu Histórico Nacional, Roquette-Pinto, para estudos. Na época, acreditava-se que a inteligência tinha relação direta com o tamanho e o peso do encéfalo*”.

4. ‘A Província do Pará’, 02/04/1971.

“*...a sua visão caloura talvez, era a de uma paisagem monótona, de um só modelo, uma só cor, estilisticamente inferior a paisagens do centro e sul do país: era o panorama de uma região ainda lutando por emergir do caos da formação primitiva do nosso planeta*”.

5. CUNHA, Fausto. Euclides e a Amazônia de Euclides. ‘Jornal do Brasil’, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1976. Caderno B, página 07.

Comentários sobre o lançamento da coletânea organizada por Hildon Rocha que reúne os escritos de Euclides sobre a Amazônia.

“...ao contrário dos naturalistas, não tinha paciência para se deter nos pormenores, nas pequenas variações e partia ousadamente para as grandes sínteses”.

6. DUTRA, Firmo. Euclides e a Amazônia. ‘Correio da Manhã’, Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1934, página 04.

Destaca a admiração de Euclides pela obra de conquista de Manoel Urbano, “o verdadeiro desbravador do Alto Purus”. (...) *“Quatro meses de perseverança e de sofrimentos, (...) pisando terras só então palmilhadas por alguns caucheiros, cujas proezas ainda pairam no silêncio de decadência daqueles ermos, como é rememorado o período heróico da riqueza e das arrancadas contra o deserto fascinante”.* (...) *“...Euclides compreendeu melhor a Amazônia agressiva e misteriosa, cujos dias se dilatam ao sol causticamente e cujas noites, atrocidas pelo tumultuar da vida multiforme, despertam ânsia e pavor”.* (...) *“Ganhara a expedição brasileira a longa e difícil batalha; dominara o grande rio, conhecera seus meandros e estirões, seus furos e paranás e fechava com o últimos episódio o ciclo lendário de sua história. (...) Dava ao Brasil, naquele setor limites certos, posse definida e definitiva de seu território, concorrendo assim para uma nova era de amizade e confiança, de paz e tranqüilidade no continente”.*

7. JAGLE, Abram. Euclides da Cunha e São José do Rio Pardo. ‘Folha da Manhã’, São Paulo, 08 de setembro de 1940, Suplemento, página 02.

Trechos de um roteiro inédito sobre a ‘jornada’ de Euclides da Cunha na Amazônia, escritas por Octávio Alfredo de Sousa, que acompanhou a viagem como chefe de máquinas. Durante a viagem, em ‘Porto de Funil’ encontram um cemitério. *“Nesse cemitério, o chefe da comissão peruana, capitão de fragata Pedro Alexandre Buenaño, colocou uma folha de zinco com os seguintes dizeres: ‘aqui jazem os restos mortais de peruanos assassinados por bandoleiros brasileiros’”.* Relata que houve uma reprimenda forte por parte de Euclides.

8. LAURIA, Márcio José. “Judas-Ahsverus”, de Euclides da Cunha. ‘Suplemento Literário’, Minas Gerais, Belo Horizonte, 11(490):1-2, 07 de fevereiro de 1976.

“Ahsverus é o sapateiro judeu que teria repellido brutalmente a Jesus, quando este se apoiou no muro de sua casa ao ser conduzido ao calvário. Em conseqüência disso, teria sido amaldiçoado por Jesus, pelo que vaga pelo mundo, e assim continuará, segundo a lenda, até o fim dos séculos”.

Destaca uma ‘influência’ do texto “O Estatuário” de Antônio Vieira (seiscentismo português) sobre o de Euclides (Judas-Ahsverus).

“Evidencia-se que a auto-punição do seringueiro se concretiza muito acima de seu nível de compreensão das coisas. Parece, isto sim, que é Euclides, como homem, que se pensa perdido num seringal sem retorno. Poder-se-ia pensar no caráter autobiográfico desta página”.

O autor faz análises instrumentais da linguagem do texto. Faço alguns destaques:

a) *“...a função possessiva do pronome oblíquo”.* O “lhe” vale pelo “seu(s)/sua(s)” e acentua o equilíbrio e a capacidade de convicção do texto.

b) *“aspectos barroquizantes”.* *“O principal seria a sensação de que em ambos os textos não há espaços vazios. A elaboração do estatuário e a do seringueiro construindo o homúnculo à sua imagem e semelhança, abrange todos os momentos e etapas lógicas das ações propostas. Ao leitor nada compete completar...”.*

c) salienta a linguagem hiperbólica de Euclides da Cunha. “*Enquanto no livro [Os Sertões] os personagens nem sentem em toda extensão a ação do meio sobre si, em ‘Judas-Ahsverus’, vale dizer, na Amazônia, essa ação os tolhe, exaspera e frustra. Num, a aceitação; no outro, a revolta*”. Em ambos: o caráter épico e a visão trágica.

9. ONOFRE, Manoel. “À Margem da obra de Euclides da Cunha”. ‘Jornal Meio Dia’, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940.

Escrevendo sobre o livro ‘À Margem da História’: “*Dedica um capítulo aos caucheiros e aqueles aos quais devem descoberta e incorporação de terras - o Peru, a Bolívia e o Brasil*”. “*Todos proclamam o seringueiro o bandeirante moderno*”.

10. PINTO, Renan Freitas. “A Amazônia de Euclides da Cunha”. ‘Jornal A Crítica’, Manaus, 11 de julho de 1996.

“*Em sua representação da Amazônia insiste na idéia de que essa é uma parte da terra ainda em formação, portanto ainda em desordem e assim não preparada para receber a civilização. Para isso é necessário domesticá-la*”. A “*integração das populações a um processo de desenvolvimento nacional era a plena consolidação de nossa nacionalidade*”.

11. ROQUETTE-PINTO, E. “Ensaio sobre ‘Os Sertões’”. Revista da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 31(93): 75-81, setembro de 1929.

Contesta três afirmativas de Euclides da Cunha: cruzamentos raciais constituintes do sertanejo, fatalidade da lutas das raças e o autoctonismo do homem americano.

“*Assim, como fez Euclides da Cunha, consinto, sem protesto, que falem mal dos nossos mestiços. Mas, (...) como ele fez: exponham as teorias prediletas, contrárias ao cruzamento...*”.

12. RANGEL, Alberto. Revista do Grêmio Euclides da Cunha, em 15 de agosto de 1934.

“*Uma das origens do Purus perdera para o teimoso verificador o mistério gemado na floresta impenetrável. Euclides, arregalando os olhos, de comissário oficial, no vale do Umiale, para confirmar a verdade geográfica de 1900, que distinguia na mesma vizinhança as nascentes de três rios gigantes, metera o pé vitorioso na cabeça da esfinge com que o tentaram assustar, afirmando-a inatingível*”.

13. CORREA, Viriato. “A última entrevista”. ‘A Gazeta’, São Paulo, 14 de agosto de 1959, p.21.

“*Euclides nunca se assentou. A sua vida tem sido uma vida errante, ora aqui, ora ali, numa comissão, noutra, as malas sempre prontas, os livros dentro das malas. (...) Ao que ele conta, desde estudante que o seu sonho é pousar; ter uma vida pacata... (...). E nunca teve. A sua existência tem sido revolta, sem assento em lugar nenhum, irregular, imprevista, incerta, nômade...*” (...). E cita uma frase de Euclides: “*...continuo a ser o estudante que era. Tudo à revelia*”.

“Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”

[Arquivo Histórico IHGB; leitura de uma conferência]

No meu último dia de pesquisa no Rio de Janeiro, fui estudar uma conferência que considerava importante para minha tese e que já sabia estar no Arquivo Histórico do IHGB. Havia estado nesta instituição no mesmo dia que iniciei minha pesquisa na Academia Brasileira de Letras. Comparando os materiais e acervos nas duas instituições, resolvi dedicar-me à hemeroteca da ABL. Porém, considerei fundamental pesquisar o documento que apresento algumas anotações abaixo, no IHGB.

ALMEIDA, Renato. Euclides da Cunha no Itamarati. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Seção de Publicações, 1955, 18 p. Conferência proferida na Semana Euclidiana, em São José do Rio Pardo, em 09 de agosto de 1955.

“Em Euclides a geografia era paralela à história. O homem tinha de adaptar-se à terra e a terra de ser preparada para o homem” (p.06).

“...Euclides não se sentiria atraído pelo aspecto lírico da terra; a atração vinha dela mesma. (...) Procurou sempre ver a realidade objetiva, e a outra, a pré-lógica, jamais o interessou” (p.07).

Segundo o autor essa realidade pré-lógica seria: o *“mundo lendário, de magias, assombrações, ogres e duendes, fantasmas e ninfas, animais fabulosos”*.

“Considerava, por certo, com seu espírito matemático, umas das deficiências a corrigir, quando a terra conquistada civilizasse o homem” (p.07). *“Mas a atração de Euclides não é a paisagem, que debuxa sempre em traços incisivos e rápidos, é a geografia. É o rio, a história do rio, de rio menos brasileiro, que solapa noite e dia nossa terra, do rio cuja volubilidade contagia o homem e o torna nômade e acaba paralisando a gente”* (p.08).

“Não se encantava com a maravilha da terra, a punjança da natureza, o devaneio da paisagem. A magia não o seduz nunca” (p.13).

“Palavras de Euclides da Cunha”

O deserto é para mim o Brasil, o verdadeiro Brasil ainda indene, ainda não ocupado por uma gente que não o merece.